

MPRJ e Segurança Pública unem esforços para atuar em investigações sensíveis

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Presidente da Firjan debate cooperação econômica entre Brasil e Japão no Wise Group



O presidente da Firjan e chairman brasileiro do Wise, Eduardo Eugênio Gouvêa (esquerda), e o chairman japonês, Masami Iijima (direita)

A capital japonesa Tóquio sediou, nesta quarta (10), a XII reunião do Wise Group, o grupo de notáveis para uma parceria econômica estratégica entre o Brasil e o Japão. Quatro temas principais foram discutidos durante o evento: cooperação para descarbonização, segurança eco-

nômica, oportunidades a serem criadas pela digitalização e Inteligência Artificial e temas prioritários de 2024. Criado em 2006, o Wise reúne empresas e instituições brasileiras e japonesas, como o objetivo comum de ampliar a colaboração bilateral e as parcerias econômicas.

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Fla-Flu e Vasco seguem na disputa pelo Maracanã

Empresa que gerencia o estádio Mané Garrincha, de Brasília, é desclassificada na 2ª fase da licitação

PÁGINA 10

Câmara dos Deputados mantém prisão de Brazão

Por 277 votos a favor, 129 contrários e 28 abstenções, a Câmara dos Deputados manteve a prisão de Chiquinho Brazão, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

PÁGINA 4 E CORREIO POLÍTICO (LAGO)

Lira cria Grupo de Trabalho para regulamentar redes sociais

Com os embates acalorados entre o ministro do STF, Alexandre de Moraes, e o bilionário Elon Musk, o presidente da Câmara, Arthur Lira, resolveu voltar a a estaca zero o projeto de lei sobre as redes sociais no Brasil.

PÁGINA 4

Ministério da Fazenda regula mercado de ‘bets’

PÁGINA 6

‘Obra de Angra 3 é crucial’, diz Júlio Lopes

Divulgação



Consulta pública visa licitar conclusão da usina nuclear

O presidente da Frente Parlamentar de Energia Nuclear, o deputado federal Júlio Lopes (PP-RJ), disse que a conclusão das obras da usina nuclear Angra 3 são cruciais para o desenvolvimento do país e in-

dependem até de um possível acordo com a França. Ele fala na aplicação do programa Renuclear: a União abriria mão de R\$ 5 bilhões de impostos e o Estado do Rio deixaria de receber uma parcela do ICMS.

PÁGINA 8

Municípios preparam Dia D contra a gripe

Petrópolis e Teresópolis farão no próximo sábado, dia 13, o Dia D da Campanha de Vacinação contra a Gripe. Antecipada pelo Ministério da Saúde, a campanha acontece no Sudeste desde 25 de março, com doses disponível nas salas de vacinação.

PÁGINA 12 E 13

Suspensa a multa de R\$ 16 milhões a Neymar

A Justiça do Rio de Janeiro suspendeu a cobrança de multa de R\$ 16 milhões aplicada ao jogador Neymar por conta das obras do lago artificial construído em uma mansão em Mangaratiba, na região da Costa Verde.

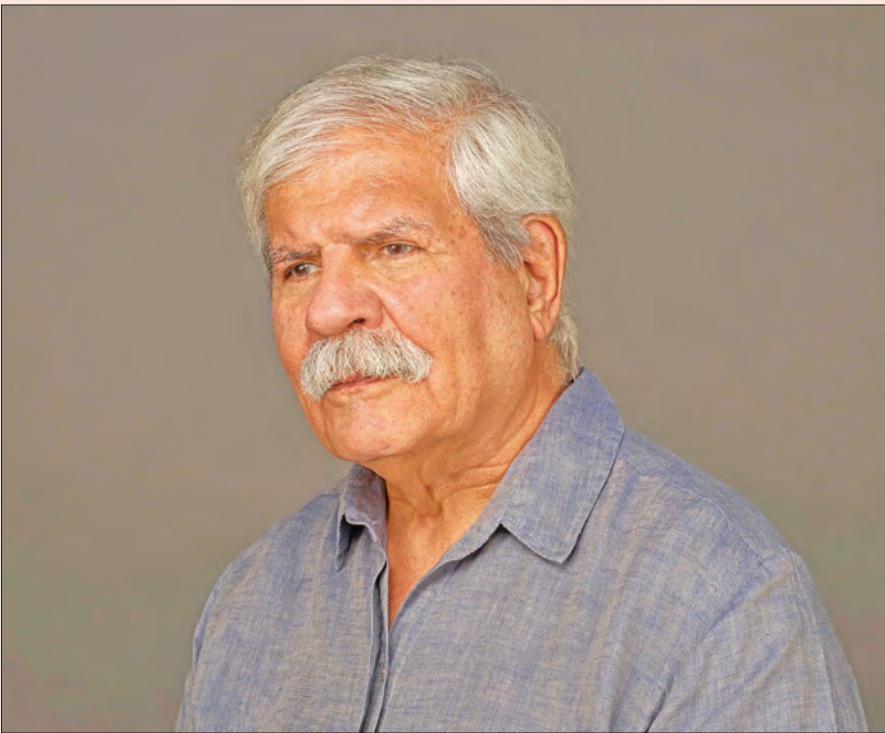
PÁGINA 14

Nova Iguaçu prossegue com atrações no Festival de Artes

PÁGINA 11

2º CADERNO

Nana Moraes/Divulgação



Dori: ‘Esse disco começou influenciado pela cabeça do meu pai’

A NOVA SAFRA DE Dori Caymmi

Herdeiro do talento musical do pai Dorival, Dori Caymmi chega aos 80 anos com o belo álbum ‘Prosa e Papo’ com oito faixas inéditas

PÁGINAS 1 E 2



Cantora, compositora e produtora musical, Olivia Hime lança no Rio o álbum ‘Se Eu Eternizasse Você’

PÁGINA 3



Porchat e Sandy vivem um casal unido pela canção no filme ‘Evidências’, que estreia nesta quinta-feira

PÁGINA 5

Rio sedia congresso internacional de oncologia

Nos dias 12 e 13 de abril, os temas mais atuais na oncologia serão debatidos na IX edição do Congresso Internacional Oncologia D’Or, que acontece no Centro de Convenções do Windsor Oceânico, na Barra

PÁGINA 16

Israel e EUA longe de um acordo

O presidente dos EUA, Joe Biden, afirmou que o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, comete “um erro” na guerra na Faixa de Gaza e fez um apelo por um cessar-fogo na região.

PÁGINA 7

MOLICA

Verdade não pode ser ocultada

PÁGINA 3

DRUMMOND

Lembranças da época de 1964

PÁGINA 2

Aristóteles Drummond

Lembrando João Pinheiro Neto

Nesta temporada dos 60 anos de 64 vamos ter um documentário e um livro abordando o relevante personagem da época, que foi João Pinheiro Neto.

Espero que ele não apareça como um herói revolucionário, o que não foi, assim como foi longe de ser o subversivo radical apontado pelos desinformados. Sua presença no jornalismo por décadas e militânciapartidária no velho PTB de Ivete Vargas, comprovam o homem moderado, cordial e sem ressentimentos. Independente e de coragem, ao fazer a opção pela legenda sabia que ia incorrer na fúria dos que fundaram o PDT. Nas décadas de jornalismo a escritor conquistou e formou seu público pela fidalguia que não o impedia de assumir posições e exercer um espírito crítico saudável.

Como está no nome, era neto do estadista mineiro no início da República e filho de uma referência na sua geração, líder na Federação das Indústrias. Nasceu com a política no sangue e na alma. No Rio onde ficou radicado e constituiu família foi presença na vida associativa em dois clubes tradicionais como o Jockey Clube Brasileiro e o Country Clube do Rio de Janeiro.

Assessor de JK em Minas e no Catete, desenvolveu as qualidades do homem público mineiro da tolerância e da conciliação. Chegou ao poder muito jovem,

no auge do idealismo reformista dos dotados de preocupações sociais. Foi vítima do clima que infelicitou o próprio presidente Goulart e provocou o movimento cívico militar. A importância de trabalhos como este para a história é que o tempo permite uma avaliação realista e sem a emoção do momento. João Pinheiro Neto não foi apenas o leal amigo de Jango. Tinha em comum justamente a cordialidade e a moderação que faltou em muitos companheiros de governo.

Ao olhar o período, polarizado como o que temos, chama atenção a perda da qualidade dos homens públicos no Brasil. João Pinheiro não só vinha de ilustre

EDITORIAL

Quem é visto sempre será lembrado

A ponta da praia de Santos, no litoral sul paulista, já se tornou um verdadeiro ponto turístico do município. Quando o fim de tarde se aproxima, o gigantesco transatlântico anuncia sua partida com a estrondosa buzina e dezenas de pessoas ficam ali, na mureta, observando sua passagem, até sumir no oceano. Falamos de Santos, mas isso deve acontecer na maioria das cidades brasileiras em que a temporada dos cruzeiros está presente.

Enquanto alguns só olham a ‘estrutura’ dos navios, muitos outros têm o conhecimento de quão importante eles são para a economia do nacional. Com 195 dias de duração e quase sete meses de navegação pela costa brasileira, a temporada de cruzeiros 2023/2024 deve ter gerado, de acordo com as expectativas, 80 mil empregos e um impacto de mais de R\$ 5 bilhões em nossa economia. Impossível não enaltecere e saber da importância desta opção turística para o país.

Quem sabe muito bem disso é o nosso ministro do Turismo, Celso Sabino, que não perdeu tempo e está atrás de mais cruzeiros para os qua-

se 8 mil km de costa brasileira. Nos Estados Unidos acontece, nesta semana, a principal exposição para empresas e organizações que buscam ou fazem negócios com a indústria internacional de cruzeiros, e nosso país está lá. Sendo muito bem visto para, futuramente, com certeza, ser lembrado.

Como já antecipou Sabino, o primeiro ministro do Turismo que esteve no evento, temos uma costa que detém algumas das mais lindas paisagens de todo o mundo, quer mais motivo para atraí-los? É de suma importância a delegação brasileira estar presente em um evento como este. E mais, indiretamente, promovendo cada vez mais o nosso turismo, já que há expo-sitores, como o Pier Mauá e os estados do Ceará, São Paulo, Bahia, Alagoas e Amazonas.

Muitos já conhecem nosso país e suas belezas, mas estar presente junto desses muitos, gera, cada vez mais, oportunidades e possibilidades de acordos. Para finalizarmos: somente no ano passado, o setor injetou mais de R\$ 752 bilhões na economia brasileira, impactando com cerca de 8% do PIB nacional.

OUTRAS PÁGINAS NO BRASIL E NO MUNDO

José Aparecido Miguel (*)

Mercado eleva projeção para inflação de 2024 e para alta do PIB, aponta Focus

1-EMPRESA DE MUSK. Governo revisa política de R\$ 8 bilhões que facilitava Starlink, de Elon Musk, em escolas. Revisão da velocidade da internet necessária para escolas públicas considerou aspectos técnicos apontados em reportagem do 'Estadão' que mostrou que parâmetros adotados pelo MEC limitavam a concorrência e favoreciam a entrada da empresa Elon Musk no governo. Por Vinícius Valfre e Julia Afonso. (...) (O Estado de S. Paulo)

2-A GRANA DE ZÉ DIRCEU - Justiça bloqueia contas de José Dirceu, mas acaba encontrando valor inusitado. A Justiça de São Paulo determinou o bloqueio das contas bancárias do ex-deputado José Dirceu, que ocupou a posição de ministro mais influente durante o primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006) até ser envolvido no escândalo do mensalão. Essa decisão foi proferida pela juíza Renata Martins de Carvalho devido a uma dívida de R\$ 2.438,04 que o ex-ministro tinha com o escritório de advocacia Fidalgo Advogados, que representa a revista Veja. Entretanto, nas contas de Dirceu, foram encontrados apenas R\$ 196,01. (...) (Terra Brasil Notícias)

3-PLANO SAFRA. BNDES expande crédito para o Plano Safra em R\$ 1,4 bilhão. Banco estatal de fomento diz que o dinheiro estará disponível na 5ª feira, 11 de abril. BNDES disponibilizou R\$ 28 bilhões na safra 2023-2024. (...) (Poder360)

4-RECUO DA INDÚSTRIA. Em fevereiro, indústria recua em cinco dos 15 locais pesquisados. Com variação negativa de 0,3% na indústria nacional em fevereiro, na série com ajuste sazonal, cinco dos 15 locais pesquisados pelo IBGE neste indicador apresentaram taxas negativas. Os maiores recuos foram registrados no Mato Grosso (-3,3%), Goiás (-2,4%) e Pará (-2,2%). (...) (IBGE)

5-'HALVING' DE BITCOIN. Contagem regressiva para o 'hal-

ving' do bitcoin. Por Senad Karaahmetovic. Investing.com – O evento conhecido como “halving” do bitcoin, que ocorre a cada quatro anos e reduz pela metade as recompensas por novos blocos minerados, está se aproximando. Investidores de criptomoedas estão em alerta, com o próximo halving previsto para 20 de abril. Incorporado ao código do bitcoin, o halving é um mecanismo de controle da emissão de novos bitcoins, assegurando que o total não exceda 21 milhões. (...) (br.investing.com)

8-ALTERNATIVAS AO TWITTER. Se o Twitter (X) sair do Brasil: conheça 7 alternativas à rede social. Futuro do X (antigo Twitter) no Brasil é incerto após Elon Musk atacar o STF e ameaçar reativar perfis bloqueados pela Justiça; veja 7 plataformas como alternativa. Por Júlia Silveira. A seguir, confira essas e outras opções de redes sociais para utilizar caso o X (antigo Twitter) fique indisponível. 1. Threads. Criado pela Meta em 2023, o Threads é uma plataforma vinculada ao Instagram para concorrer com o X (antigo Twitter). 2. Koo. O Koo App ficou conhecido no Brasil em 2022, após rumores de que o X (antigo Twitter) iria acabar. Criado em 2020, na Índia, a popularidade da rede também é consequência do nome, que gerou uma série de memes e trocadilhos na web. 3. BlueSky. O Bluesky é um aplicativo de rede social descentralizado, idealizado pelo ex-CEO do X (antigo Twitter), Jack Dorsey. Com interface e funcionalidades semelhantes aos da plataforma de Elon Musk, o aplicativo comporta postagens de até 256 caracteres, inserção de fotos e permite a interação entre os usuários por meio de respostas, compartilhamentos e curtidas. 4. Mastodon. O Mastodon também funciona de forma semelhante ao X (antigo Twitter), mas com a vantagem de oferecer 500 caracteres para escrever e a possibilidade de editar postagens gratuitamente. 5. Reddit. Famoso entre internautas que buscam fontes alternativas de informação e debates online, o Reddit não funciona exatamente como o X (antigo Twitter), mas conta com fóruns sobre diferentes temas, incluindo entretenimento, saúde, notícias e negócios. 6. Tumblr. O Tumblr, velho conhecido dos internautas, é um misto de blog e rede social que permite postar textos, fotos, vídeos, gifs e links. 7. Discord.

Um problema que poderia ser evitado

O Brasil lidera uma triste estatística no cenário da saúde, sendo o país com mais casos de câncer no pênis no mundo, com 21 mil casos entre 2012 e 2022, 4 mil mortes pela doença e 6,5 mil amputações do órgão genital masculino.

O mais triste, observando os dados divulgados pela Sociedade Brasileira de Urologia e pelo Ministério da Saúde, é perceber que os dois principais causadores dos problemas na região peniana entre os homens são facilmente evitáveis.

O primeiro responsável para o desenvolvimento do câncer é a HPV, doença que poderia ser evitada se houvesse uma constância na vacinação em massa durante as idades entre 9 e 14 anos.

O segundo fator responsável para o número de pessoas com câncer no pênis é a falta de higiene. Infelizmente a miséria e a falta de instrução de parte

da população afeta gravemente neste quesito.

Homens sem acesso a produtos básicos de higiene e roupas limpas ou sem acesso a informações sobre a importância do cuidado com o próprio corpo acabam ficando vulneráveis.

É por isso que o país precisa sempre investir em campanhas de conscientização, tanto nas escolas quanto nos canais de mídia.

Não é aceitável que um país com tantos recursos quanto o Brasil lidere um ranking tão nefasto.

Importante sempre conscientizar também a população sobre a importância no uso de preservativos, desde as classes mais vulneráveis até as mais privilegiadas.

Além da prevenção, é necessário também investir em informação para que o diagnóstico precoce aconteça e vidas sejam salvas.


Opinião do leitor

Coragem

Cada dia mais respeito e admiro o papa Francisco. Tem coragem de se posicionar sobre assuntos polêmicos.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 100 ANOS: GOVERNO COM DIFICULDADES NA ESTAÇÃO LEOPOLDINA

As principais notícias do Correio da Manhã em 11 de abril de 1924 foram: Guerra Civil provoca surto de tifo em Honduras. França interessa-se pela sorte dos intelectuais soviéticos envolvidos no processo de Kieff. Aviãos norte-americanos estão indo para o Alasca, para fazer a volta ao mundo. Ministério da Viação encontra dificuldades para para construir a estação terminal da Leopoldina.

HÁ 75 ANOS: SENADO INICIA TRAMITAÇÃO DO PLANO SALTE

As principais notícias do Correio da Manhã em 11 de abril de 1949 foram: ONU debate o futuro das antigas colônias italianas e inclui

salários os funcionários da Leopoldina. Plano Salte recebe várias emendas na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Direção Executiva: Marcos Salles (Presidente)
marcos.salles@jornalcorreiodamanha.com.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação)
Leo Delfino (Editor)

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP: 22775-057
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

PINGA-FOGO

■ APOIO - O ex-prefeito de Petrópolis, Bernardo Rossi, que hoje está como Secretário de Estado de Ambiente, já declarou apoio a pré-candidatura de Hingo Hammes (PP), à prefeitura de Petrópolis. Não só Bernardo, mas tem o apoio também de outros companheiros do União. Hingo foi secretário de Esportes durante a gestão de Bernardo entre 2017-2020, foi o responsável pela criação do programa Agita Petrópolis que, mais tarde, se tornou lei municipal, também de autoria de Hingo na Câmara dos Vereadores.

■ COADJUVANTE - Bernardo que está muito bem posicionado no Governo do Estado, será um coadjuvante nesta eleição municipal. Vai dar apoio à candidatura para o Executivo de Petrópolis, e no legislativo já encaminhou alguns nomes fortes de líderes comunitários. O União vai lançar 16 candidaturas ao legislativo de Petrópolis.

■ SAI RAVIS, ENTRA COZZOLINO - Até então exercendo a função de relator do caso que apura o possível envolvimento da deputada Lucinha (PSD) com a milícia da Zona Oeste carioca, o deputado estadual Felipinho Ravis (Solidariedade) pediu para sair do Conselho de Ética da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). Ravis, deputado que possui base eleitoral no município de Nova Iguaçu, será substituído por outro deputado da Baixada Fluminense. No Diário Oficial desta quarta-feira (10), aparecia o nome do deputado Vinícius Cozzolino (União Brasil), de Magé, para assumir o posto deixado por Ravis. Segundo interlocutores de Felipinho Ravis, o parlamentar é cotado para assumir a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, algo que ainda não foi confirmado. A nomeação parece ter subido no telhado.

■ MEIO AMBIENTE - A Câmara Municipal de Nova Iguaçu aprovou em 2ª discussão na sessão plenária da última terça-feira (9), o projeto de lei de autoria do vereador Alexandre da Padaria, que cria o selo “Empresa Amiga do Meio Ambiente”. Ele será concedido a pessoas jurídicas que desenvolvam ou participem de iniciativas e ações que contribuam para

a proteção do meio ambiente no município da Baixada. Como: criação e manutenção de áreas protegidas, recuperação de áreas degradadas, conservação da flora e da fauna, conservação de recursos hídricos, substituição de combustíveis fósseis, educação ambiental, entre outras.

■ MIGUEL PEREIRA E FLAMENGO - O prefeito de Miguel Pereira, André Português, anunciou que logo poderá surgir uma parceria inovadora com o Clube de Regatas do Flamengo. Ele esteve em reunião com o vice-presidente de marketing e comunicação do clube, Gustavo Oliveira, que delineou os contornos de um projeto ambicioso que poderá transformar significativamente o cenário local. Com a colaboração de uma renomada rede hoteleira, as autoridades locais preveem um anúncio que, segundo o prefeito, será “muito especial para todos”. André Português expressou sua gratidão ao presidente do Flamengo, Rodolfo Landim, e ao governador Cláudio Castro, bem como ao vice-governador Thiago Pampolha, pelo apoio contínuo. No início do mês, o jornal já havia noticiado que Lúcio Barbosa, CEO da Vasco SAF, estava para assinar contrato de parceria com a prefeitura de Miguel Pereira e a rede Laghetto de hotéis e resorts para a sonhada construção de “Cidade do Vasco”.

■ RELAÇÕES INTERMUNICIPAIS – Ainda na busca pela troca de experiências e fortalecimento das relações intermunicipais, o prefeito André Português recebeu no último sábado em seu gabinete o colega Edson Magalhães, prefeito de Guarapari, para uma reunião focada no desenvolvimento turístico. André Português apresentou a Edson Magalhães os projetos de sucesso de Miguel Pereira, como a icônica Maria Fumaça, a Terra dos Dinos — o maior parque de dinossauros do mundo — e a Rua Coberta, que têm atraído visitantes de diversas regiões e impulsionado a economia local. A visita de Edson Magalhães a Miguel Pereira não foi apenas uma cortesia entre líderes municipais, mas também uma oportunidade para conhecer de perto as iniciativas que têm colocado a cidade no mapa do turismo nacional.

MPRJ e SESP-RJ unem esforços para atuar em investigações sensíveis

Alinhar ações para aprimorar a atuação das polícias, principalmente da Polícia Judiciária, que é a polícia que trabalha com investigações. Esse foi um dos temas da reunião entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) e a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), realizada nesta quarta-feira (10), na sede do MPRJ. Os coordenadores do Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado (GAECO/MPRJ), promotor de Justiça Fabio Corrêa, de Segurança Pública (COGESP/MPRJ), promotor de Justiça Alexandre Themístocles, e de Segurança e Inteligência (CSI/MPRJ), promotor de Justiça Eduardo Campos, receberam o secretário de Estado de Segurança, Victor Santos, e sua equipe, para a apresentação da nova equipe da SESP. O encontro foi solicitado pelo secretário, que se colocou à disposição do MPRJ para



Reunião entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Segurança Pública, foi realizada nesta quarta-feira (10)

contribuir nas investigações mais sensíveis do estado do Rio de Janeiro. “É fundamental o diálogo entre as instituições e setores que atuam na Segurança Pública, sobretudo para tentar otimizar a resolução de investigações sensíveis e buscar evoluir no campo das investigações financeiras. Há ainda o objetivo comum, de incrementar os fluxos de

informações e as ferramentas e sistemas disponíveis”, destacou o coordenador do GAECO/MPRJ, promotor de Justiça Fabio Corrêa. O secretário de Segurança, Victor Santos, também destacou a relevância da parceria. “O MPRJ é um parceiro importante e estratégico para a Secretaria de Segurança Pública e para as políticas públicas de segurança”, declarou.

Em Tóquio, Wise Group discute relações econômicas e oportunidades de negócios entre Brasil e Japão

Foi realizada nesta quarta-feira (10) a XII reunião do Wise Group, o grupo de notáveis para uma parceria econômica estratégica entre o Brasil e o Japão. O encontro aconteceu em Tóquio e teve a presença dos membros do lado brasileiro e japonês, além do embaixador Octávio Côrtes e do Diretor-Geral Adjunto do Departamento de Assuntos Econômicos para América Latina e Caribe, Yoshiyuki Yamada que integra o Ministério de Negócios Estrangeiros do Japão. O presidente da Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, chairman do lado brasileiro do Wise, lembrou do encontro realizado no ano passado, nesta mesma data, no Rio e destacou a importância do grupo, bem como das demandas recentemente atendidas. “Conseguimos o fim da exigência de visto de negócios e turismo para entrada nos dois países, uma demanda pertinente para incentivar a circulação de visitantes e a promoção de projetos bilaterais”, disse ele, lembrando também que, após solicitação do Wise, o governo japonês destinou, este ano, investimentos ao Fundo da Amazônia, que tem o objetivo de reduzir as emissões provenientes de desmatamento e a degradação florestal. Quatro temas principais foram discutidos



Eduardo Eugênio com os integrantes do Wise Group, durante a XII reunião em Tóquio



Vale, representada pelo seu presidente, Eduardo Bartolomeo (e), com Eugênio (d)

durante o evento: cooperação para descarbonização, segurança econômica, oportunidades a serem criadas pela digitalização e Inteligência Artificial e temas prioritários de 2024. O documento, com as pautas, pleitos

e definições do Wise, será entregue pelos membros nesta quinta-feira (11) a um representante do primeiro-ministro japonês Fumio Kishida e depois encaminhado ao governo brasileiro.

XXI Fórum do Meio Ambiente da Zona Oeste debateu mosaico das Vargens

O XXI Fórum de Meio Ambiente da Zona Oeste, realizado por HotéisRIO (Sindicato dos Meios de Hospedagem do Município) e ACIR (Associação Comercial e Industrial da Região do Recreio e Vargens), debateu nesta quarta (10), no eSuites Hotel Recreio Shopping, alternativas para a Área de Proteção Ambiental (APA) do Sertão Carioca e o Refúgio de Vida Silvestre (Revis) dos Campos de Sernambetiba que, juntas, formam o Mosaico das Vargens. Entre os temas abordados estiveram unidades de conservação da natureza, planos de manejo e gestão ambiental da Baixada de Jacarepaguá. Estiveram presentes o subprefeito da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Vargens, Raphael Lima; e o presidente da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, Carlo Caiado, entre outros. Para Alfredo Lopes, presidente de Ho-



Presidente do HotéisRio, Alfredo Lopes; o subprefeito Raphael Lima; e o presidente da Câmara do Rio, Carlo Caiado

téisRIO e Acir, o fórum é um espaço essencial de debate do desenvolvimento sustentável da região. “A Zona Oeste é um local privilegiado pela natureza, com paisagem marcada por belas lagoas. É, também, um dos principais locais de

desenvolvimento da cidade, o que faz com que tenhamos que estar muito atentos para cuidar desse frágil habitat. Desta forma, torna-se nossa obrigação garantir que o crescimento aconteça de forma planejada e sustentável”.

Fernando Molica

Verdade não pode ser ocultada

Ao protestar contra a cassação, pela Universidade Federal do Rio Grande (Furg), do título de doutor honoris causa concedido ao almirante Maximiano da Fonseca, ex-ministro da Marinha, o comando da Força reforçou, por linhas tortas, a necessidade de uma ampla abertura de arquivos militares sobre a ditadura. A retirada do título honorífico aprovado em 1984 foi baseada em documento da Comissão Nacional da Verdade. Segundo o relatório, em abril de 1964, o então capitão-de-fragata Maximiano comandava um navio, Canopus, que serviu de prisão para um militar e 21 civis apontados como adversários do Golpe de 31 de Março. Um deles, Farydo Salomão, prefeito de Rio Grande, chegou a ser torturado.

Independentemente de méritos na carreira do almirante — ressaltados pela Marinha e reconhecidos pela Furg —, não é admissível homenagear quem tenha praticado ou permitido a tortura. Ao se negarem a reconhecer a barbárie promovida no pós-1964, as Forças Armadas forjam uma parceria com um passado que deveria ser desprezado. Os atuais chefes militares não têm qualquer responsabilidade pelo que houve nos porões da ditadura, mas insistem em não rever o papel de suas instituições em todo aquele processo. Ao fazerem isso, respaldam crimes e projetam para o presente e para o futuro uma tolerância com tais práticas. Acabam assim mantendo manchas históricas que já deveriam ser removidas das fardas. Ao navegar pelo obscuro caminho da

negação do passado, a Marinha mantém viva a suspeita que motivou a cassação do título do almirante Maximiano. No documento em que expressa seu inconformismo, o comandante da Força, Marcos Sampaio Olsen, cita o trabalho do ex-ministro no estímulo à pesquisa oceânica, ao Programa Antártico Brasileiro, classifica o oficial de honrado e de progressista. Mas passa ao largo da acusação de que ele, de alguma forma, teve responsabilidade na tortura de um preso. O almirante Olsen sabia da razão que levou a Furg a retirar a homenagem, mas a ignorou em seu protesto, não a questionou, não defendeu a inocência de seu colega de farda e de patente. É como se gravíssima acusação de ocorrência de tortura não fosse relevante. Segundo a CNV, o relato do uso do

navio como prisão tem como base um documento da Força, o Livro do Navio, arquivado no Centro de Documentação Histórica da Marinha do Brasil. A tortura ao prefeito foi relatada no livro “Centenário do Colégio Lemos Júnior”, do jornalista Willy Cesar. Em seu ofício dirigido à reitoria da Furg, Olsen classifica de “enviesada” a revogação da honraria. Mas ele mesmo agiu de forma não direta ao contornar o ponto que motivou a decisão da universidade. Ele tem como provar que é injusta a acusação feita ao almirante Maximiano? É possível mostrar que ele não teve qualquer responsabilidade, por ação ou omissão, na tortura aplicada no navio que estava sob sua responsabilidade? Então, que isso seja feito. Ao se recusarem a encarar de forma

adulta e compromissada com a verdade histórica o que ocorreu durante a ditadura, comandantes de hoje colaboram para lançar a pecha de torturadores sobre todos os militares que serviram naquele período, o que é muito injusto. Em resposta à Marinha, o reitor da Furg, Danilo Giroldo foi ao ponto: enfatiza a disposição da universidade de “para receber elementos adicionais ainda não analisados ou não presentes em documentos oficiais públicos que afastem a responsabilidade do Almirante Maximiano dos fatos”. O melhor que as FFAA podem fazer pela própria imagem e pela reputação de seus antigos integrantes é liberar todos os documentos relacionados à ditadura, reconhecer responsabilidades e, assim, ressaltar as inocências.

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/ Agência Brasil



Fernanda na CCJ: espanto com tudo o que aconteceu

Sobrevivente do assassinato acompanhou de perto a CCJ

A jornalista Fernanda Chaves não aguentou ficar na sala onde trabalha em Brasília no PsoL. Sobrevivente do atentado que há seis anos matou no Rio de Janeiro a vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, Fernanda subiu para o plenário da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O Correio Político acompanhou a sessão ao lado de Fernanda, as-

sistindo a um mistro de ansiedade, preocupação, alívio com o resultado final na CCJ e preocupação novamente quanto à possibilidade de haver uma mudança no plenário quanto à decisão na comissão. No final, porém, a Câmara referendou a decisão. Ex-assessora de Marielle, Fernanda estava dentro do carro que ficou cravado de balas numa rua do centro do Rio.

Espanto

Fernanda comentava seu espanto quanto à verdadeira gangorra que virou a questão da manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) desde que ele foi preso no dia 24 de março, como suspeito de ser um dos mandantes do assassinato de Marielle.

Discussão

“Não por estar diretamente envolvida, mas eu achava que esse caro não teria maior discussão”, comentou ela. E essa parecia ser a impressão inicial, depois que houve a prisão e no mesmo dia Brazão foi expulso do União Brasil. Mas o tempo parece ter alterado as impressões.

Lula Marques/ Agência Brasil



Mesmo depois da CCJ, destino de Brazão era incerto

Para deputados, temor é a abertura de um precedente

Quando houve o pedido de vistas na CCJ e o caso estendeu-se por duas semanas, o ambiente foi mudando. A prisão foi mantida na CCJ com uma boa margem. Mas a chance de virada no plenário se dava pela disseminação de que o caso de Brazão pudesse abrir um precedente que depois viesse a atingir outros deputados.

O curioso é que os argumentos passavam longe da dúvida se Brazão está ou não envolvido com o assassinato de Marielle (ele ainda é somente acusado, e irá se defender). Ficavam em questões processuais e no que diz a Constituição sobre as prerrogativas para a prisão de um deputado federal. Não prevaleceram.

Crime

Pela Constituição, deputados só podem ser presos em flagrante de crime inafiançável. Deputados argumentavam que não seria o caso. O assassinato é crime inafiançável. Mas ele ocorreu quando Brazão era vereador. Antes, portanto, do exercício do atual mandato.

Troca

Quando o processo de cassação foi aberto na manhã de quinta-feira (10) no Conselho de Ética, cresceu uma impressão de que a Câmara poderia trocar uma coisa pela outra: livraria Brazão da prisão. Mas, em contrapartida, se apressaria a perda do mandato.

Obstrução

O crime que ele teria cometido como deputado teria sido o de obstrução de Justiça. Esse, porém, não é inafiançável. E nem também teria havido flagrante. Esse é o argumento dos que defendiam a soltura de Brazão. No fundo, uma defesa um tanto quanto constrangida.

Constrangida

Mas, como se disse, tudo feito de forma constrangida. Na CCJ, por exemplo, foi comum ouvir orientações nos quais o líder liberava a bancada, mas, depois, dizia que pessoalmente votava pela manutenção da prisão. Essa foi, por exemplo, a orientação do Republicanos.

Câmara matém prisão de Chiquinho Brazão

Movimento que tentava libertação do deputado falhou

Por Gabriela Gallo

A Câmara dos Deputados decidiu manter, por 277 votos a favor, 129 contrários e 28 abstenções, a prisão do deputado federal Chiquinho Brazão (Sem Partido-RJ), acusado de ser o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco (PsoL-RJ) e de seu motorista, Anderson Gomes. Antes, após mais de cinco horas de sessão, a prisão tinha sido discutida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que também tinha determinado a manutenção da prisão, com 39 votos favoráveis contra 25 contrários.

Durante todo o dia, o resultado quanto à manutenção da prisão parecia incerto. Havia uma movimentação no sentido de determinar primeiro a cassação do mandato de Brazão para depois avaliar a prisão. Nesse sentido, na manhã de quinta-feira (10), foi aberto processo no Conselho de Ética para a perda do mandato. A ideia era de certa forma trocar a prisão pela cassação, alegando problemas processuais no processo que aconteceu no dia 24 de março por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que levou à prisão. O movimento, porém, acabou perdendo força ao longo do dia.

Desde a primeira sessão na CCJ, o advogado de defesa de Chiquinho Brazão Cleber Lopes se apoiou em argumentos jurídicos de que a prisão do deputado é inconstitucional e que o caso tem “uma dimensão muito maior do que o deputado”. Porém ele trouxe poucos argumentos que mostrassem que seu cliente não é culpado, focando na forma da prisão e que a pauta discutida se refere a “se o Supremo Tribunal Federal pode, ou não, prender um parlamentar”.

Chiquinho Brazão foi preso por determinação do ministro do



Deputados dividiram-se na sessão da CCJ

Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, aprovada pela primeira turma da Suprema Corte. Ele não teve condições técnicas de participar do plenário por videoconferência para tentar se defender. Chiquinho Brazão foi preso juntamente com seu irmão Domingos Brazão, que é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, e o ex-chefe da Polícia Civil do Rio, Rivaldo Barbosa.

Contrários

Os parlamentares contrários à prisão do deputado adotaram parte dos mesmos argumentos usados na defesa do acusado de que a Suprema Corte não tem competência para determinar a prisão de Chiquinho Brazão. Isso porque, em 2018 Brazão era vereador do Rio de Janeiro. Dessa forma, na época ele não era contemplado pelo Foro Especial por Prerrogativa de Função, conhecido popularmente como foro privilegiado. Assim, a defesa alegava que o parlamentar não deveria ser julgado por um tribunal de instância superior, mas pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Além disso, o foro determina que um parlamentar somente pode ser preso em flagrante e por crime

inafiançável.

Todavia, os ministros da Suprema Corte argumentam que Chiquinho Brazão usou de sua posição como deputado federal para desviar o rumo das investigações no Rio de Janeiro, o que daria à Corte condições de julgar o caso que busca uma resposta há seis anos. Seu crime como deputado, por esse argumento, seria a obstrução da Justiça.

Os parlamentares contrários à prisão de Brazão temem que manter a prisão de Brazão como determinação do STF pode abrir brechas para outras investigações contra os parlamentares. No entanto, a deputada Erika Hilton (PSOL-SP) criticou as argumentações, afirmando que somente parlamentares que teriam cometido algum tipo de crime deveriam se preocupar.

“[SE Brazão for solto] isso é uma resposta de que o crime compensa, de que um parlamentar pode sair pela tangente fantasiado por completo pelas prerrogativas parlamentares. Valem mais as prerrogativas parlamentares do que a vida? Os deputados estão dizendo: ‘amanhã poderá ser um de nós [parlamentares]’. Só poderá ser um de nós se estiverem envolvidos com crime, se estiverem

envolvidos com a milícia”, destacou Erika Hilton.

Cassação

Além do que classificaram como uma prisão que “não cumpre com a Constituição”, os parlamentares que defendem a soltura de Brazão adotaram uma postura de que, primeiro é necessário casar o mandato do parlamentar para depois mandar prendê-lo.

Durante a sessão na CCJ, o deputado Maurício Marcon (Podemos-RS) usou como exemplo a ex-deputada federal Flordelis (PSD-RJ), que foi presa em 2021 acusada de ser a mandante do assassinato de seu marido, pastor Anderson do Carmo, crime cometido em 2019. Marcon lembrou que, primeiro a Câmara aprovou a cassação do mandato da então parlamentar e, assim que ela perdeu o cargo como deputada federal, foi presa preventivamente pela polícia do Rio e condenada pouco mais de um ano depois.

Dessa forma, o deputado da oposição afirmou que este deveria ser o mesmo princípio adotado para a prisão de Brazão para, nas palavras deles, “cumprir a Constituição”. Tal posição, porém, ao final, não prevaleceu no plenário.

Até mesmo o relator do PL das Fake News foi surpreendido

Lula Marques/ Agência Brasil



Orlando Silva não sabia da criação do Grupo de Trabalho

Por Ana Paula Marques

Com os embates acalorados entre o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e o bilionário Elon Musk, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) decidiu enterrar o projeto de lei (PL) que busca regulamentar as redes sociais no Brasil e combater as fake news, e criou em seu lugar um Grupo de Trabalho para discutir o tema.

A decisão pegou de surpresa até mesmo o relator do PL, o deputado federal Orlando Silva (PdoB-SP), que expressou sua opinião em nota publicada na noite de terça-feira (9). “Agradeço a tantos que contribuíram com quase quatro anos de trabalho. Saibam que sigo na mesma trincheira e que cada ataque dos bolsonaristas recebo como uma condecoração pela minha luta por liberdade e democracia [...] Superar esse desafio é fundamental para o Brasil, e exige convicção e ação de forças políticas e sociais comprometidas com os valores democráticos. A omissão pode nos cobrar um preço elevado.”, descreveu.

Na prática, a decisão de Lira adia a votação de um projeto para a regulamentação das redes, já que um novo texto será construído do zero no Grupo de Trabalho, o que ainda abre espaço para que a última pala-

vra seja a do STF.

No encalço dos últimos acontecimentos, o ministro do STF Dias Toffoli informou que vai liberar, até junho, para julgamento uma ação que discute a responsabilidade das redes sociais sobre conteúdos publicados nas plataformas. A discussão envolve um artigo do Marco Civil da Internet, que entrou em vigor em 2014 e que estava suspenso desde o ano passado, quando o PL das Fake News passou ser discutido no Congresso Nacional.

STF vs Congresso

O STF pode querer regulamentar e como isso é função do Legislativo, pode gerar uma crise entre os poderes. É o que explica a advogada e especialista em Poder Legislativo, Gabriela Santana. A tensão entre os dois poderes se acentua desde o ano

passado, quando pautas como o Marco Temporal das terras indígenas, a liberação do porte da maconha e até mesmo a análise de propostas que criam um mandato para ministros da Suprema Corte ganharam holofotes, dividindo os dois poderes.

Mas, para a especialista, a criação do Grupo de Trabalho não deve enterrar inteiramente a pauta da regulamentação das redes. “É preciso verificar ainda como será a relação do Lira com o governo nesse tema. Agora, vemos um Executivo mais preocupado com outras questões. Porém, é ano de eleição municipal, e o próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve falar sobre o tema, o que torna o assunto difícil de ser enterrado, principalmente por estar muito vivo na sociedade neste momento”, explica.

Musk vs Moraes

Somente após ser alvo de diversos ataques do bilionário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter) que o ministro Alexandre de Moraes deu seu recado. Ele abriu a sessão da Corte, nesta quarta-feira (10), diferenciando “liberdade de expressão” de “liberdade de agressão”.

“Sabem que liberdade de expressão não é liberdade para a proliferação do ódio, do racismo, da misoginia, da homofobia. Sabem que liberdade de expressão não é liberdade de defesa da tirania. Talvez alguns alienígenas não saibam, mas passaram a aprender e tiveram conhecimento da coragem e da seriedade do Poder Judiciário brasileiro”, disse.

O magistrado recebeu apoio de seus colegas no STF. Além do próprio Moraes, falaram sobre o tema o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, e o mais antigo ministro da Suprema Corte, Gilmar Mendes.

O embate entre Musk e Moraes começou na madrugada de sábado (6), e vem se estendendo desde então. O dono do X chegou a afirmar que o ministro da Suprema Corte brasileira está promovendo a “censura” no Brasil e ameaçou não mais cumprir medidas judiciais que restrinjam o acesso a perfis da rede social. Logo depois, Moraes incluiu o empresário no inquérito relatado por ele das milícias digitais.

Governo adia até 2025 exigência de visto

A decisão veio após o Executivo fechar acordo com a Câmara

Por Ana Paula Marques

O governo do presidente Lula Inácio Lula da Silva (PT) adiou a exigência de visto para a entrada de turistas dos Estados Unidos, da Austrália e do Canadá no Brasil. A decisão foi publicada na edição extra do Diário Oficial da União (DOU) na noite desta terça-feira (9) e só veio após acordo firmado entre o Planalto e parlamentares da Câmara dos Deputados.

Deputados ameaçavam derrubar uma norma anterior do governo, já que sem o adiamento, a obrigatoriedade do visto entraria em vigor nesta quarta-feira (10). Os parlamentares articularam para votar um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para suspender o ato do presidente e retomar a dispensa da documentação, o que colocaria o Executivo em uma posição de derrota na Câmara.

O decreto que adia a exigência foi assinado por Lula, pelo ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, e pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.

A isenção de visto para os turistas desses países foi implementada em 2019, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Na época, nenhum dos países foi recíproco à decisão e os brasileiros continuaram tendo que apresentar o visto ao entrarem em qualquer um dos quatro países. Somente no ano passado, o Japão firmou um acordo com o Brasil de isenção recíproca, que entrou em vigor em setembro e vale para viagens de até 90 dias.

Alcolumbre e Pacheco tentam penduricalhos para juízes

Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), tentam avançar com a proposta que turbinha os salários de juízes e membros do Ministério Público. Apelidada de PEC do Quinquênio, a Proposta de Emenda Constitucional foi incluída por Alcolumbre na pauta da CCJ e conta com parecer favorável do relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO).

A pedido do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), Alcolumbre adiou a votação para a semana que vem, mas saiu em defesa da PEC e encerrou a discussão. O anúncio de que o texto será votado foi aplaudido por servidores públicos que lotavam a comissão.

Pacheco tentou aprovar o penduricalho no fim do governo Jair Bolsonaro, mas adiou a votação a pedido da equipe de Luiz Inácio Lula da Silva, então recém-eleito.

A PEC acabou arquivada ao final da legislatura, mas foi reapresentada pelo senador em março do ano passado.

A PEC garante adicional de 5% do salário para juízes e promotores a cada cinco anos, até o limite de 35%. O relator incluiu ainda defensores públicos e membros da Advocacia da União, dos estados e do Distrito Federal.

A atuação jurídica anterior dos servidores públicos – como advogados, por exemplo – poderá ser usada na conta-



Lula e Vieira recuaram diante de risco de derrota na Câmara

A decisão inicial do governo atual previa a obrigatoriedade do documento para turistas desses quatro países desde janeiro deste ano, baseada por essa ausência de reciprocidade. Porém, ela foi adiada pela primeira vez pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE) sob a justificativa de que a decisão poderia afetar o turismo em alta temporada, no início do ano. Agora, a negociação com os parlamentares foi feita pela Secretaria de Relações Institucionais, de Alexandre Padilha, e a base de apoio do presidente Lula na Câmara.

Justificativa

Segundo o Ministério do Turismo, o novo adiamento planeja garantir a implementação completa do visto eletrônico, chamado e-Visa. “O governo está empenhado em

garantir o pleno funcionamento do e-Visa, de modo a facilitar que o turista consiga emitir seu visto de maneira rápida e 100% digital. Então, essa prorrogação contribuirá para a organização e proteção do setor”, explicou o ministro da Pasta Celso Sabino.

O governo também justificou que o adiamento visava não afetar a atividade turística brasileira no período de alta temporada. Entretanto, os consulados nos EUA, no Canadá e na Austrália não davam conta de suprir a demanda, já que diversos turistas dos países não conseguiram obter o visto a tempo de viajar para o Brasil no começo do ano. Em janeiro, por exemplo, havia problemas com o sistema on-line que coleta os documentos para vistos brasileiros, conforme o Itamaraty, eles já estão resolvidos.

Números

Segundo dados da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), o mês de fevereiro de 2024 teve o terceiro maior registro de entradas de turistas internacionais no Brasil. Foram 833.306 visitantes do exterior, um crescimento de 10,2% em comparação a 2023, quando entraram no país 755.842 turistas.

No acumulado do ano, o registro de entradas de visitantes do exterior ficou em 1,79 milhão. A soma dos dois primeiros meses é 3,64% maior que o 1,7 milhão registrado no mesmo período de 2023. Na série histórica, o número de visitantes internacionais em fevereiro de 2024 foi o terceiro maior já registrado, inferior apenas ao do mesmo mês de 2018, quando o país recebeu 868 mil turistas, e de 2017 que marcou 863 mil entradas de estrangeiros no país.



Wagner pediu a Alcolumbre adiamento da votação

gem de tempo. Se for aprovada, a medida valerá para funcionários ativos e aposentados das carreiras contempladas.

Governo

A volta da PEC à agenda do Senado desagradou ao líder do governo. Segundo relatos, o petista disse inclusive ser contra o texto ao ser abordado por integrante do Ministério Público nos corredores da Casa.

A ministra da Gestão, Esther Dweck, foi avisada na terça-feira por Jaques Wagner da possibilidade de aprovação. No ano passado, Dweck já havia tratado do tema diretamente com Pacheco, mas a posição do presidente do Senado permaneceu na defesa da proposta.

O governo é contra porque, mesmo que a aprovação da PEC seja acompanhada pelo avanço do projeto que combate os supersalários, o gasto adicional com o penduricalho mais que anulará qualquer economia obtida com a regulamentação do teto remuneratório.

Um estudo do Centro de Liderança Pública (CLP) afirma que a regulamentação do teto do funcionalismo pode gerar uma economia de R\$ 3,9 bilhões ao ano. A cifra considera os servidores da União, de estados e municípios que recebem verbas acima do limite.

Já a PEC do Quinquênio pode gerar um custo adicional de R\$ 4,5 bilhões para União,

estados e municípios, segundo cálculos preliminares feitos no passado pelo governo.

Apresentada em 2013, a PEC do Quinquênio estava praticamente esquecida na gaveta do Senado, mas voltou a ser alvo de articulação em 2022 durante a presidência de Luiz Fux no Supremo Tribunal Federal (STF) e recebeu apoio de Pacheco, que é advogado.

Questionado, Pacheco disse que o quinquênio “está associado” ao projeto de lei que tenta barrar os supersalários ao disciplinar o pagamento de auxílios que driblam o teto constitucional de R\$ 44 mil. “A PEC constitui valorização, por tempo de magistratura, em razão das especificidades da carreira, mas isso está associado a um projeto de lei que acaba com os supersalários no Judiciário e no Ministério Público”, afirmou Pacheco.

“A economia com o fim dos supersalários será maior do que o incremento da receita com a valorização das carreiras. De qualquer forma, tudo isso fica no âmbito do orçamento próprio do Judiciário. Não haverá aumento do gasto público por parte da União”.

(Thaís Oliveira/Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Relatório do CNJ usa números das polícias do Rio

Estado do Rio tem mais bandidos que policiais

Relatório do Conselho Nacional de Justiça aponta que o Estado do Rio de Janeiro tem mais bandidos armados do que policiais civis e militares. Com base em levantamento da Agência de Inteligência da Secretaria de Polícia Civil do Rio (Sepol), o documento afirma que, na área urbana do Estado circula, pelo menos, 56.520 bandidos com fuzis e pistolas. O número total de

policiais é de 51.681: 43.063 PMs e 8.618 policiais civis. O percentual de agentes corresponde a 91,43% do de bandidos. Entregue ao Supremo Tribunal Federal e anexado à ação que determinou restrições a operações policiais em favelas, o relatório diz que, no estado, cerca de 1.700 comunidades são influenciadas por traficantes de drogas ou por grupos milicianos.

Novos agentes

Com dados fornecidos pela Sepol, o levantamento aponta que, em 2024, a Polícia Civil passou a ter mais 522 agentes em relação a 2023 (o total é inferior aos 9.219 que havia em 2019). O relatório diz que 2003 dos policiais civis (23,24%) já podem se aposentar.

Restrição

Em 2024, 149 policiais foram incorporados à PM. Mas, em janeiro deste ano, o total de agentes era menor do que o registrado no mesmo mês de 2023, quando havia 43.808 policiais. O documento frisa que o Regime de Recuperação Fiscal do Estado dificulta contratações.

Nelson Jr./STF



Edson Fachin restringiu operações policiais

Divergências sobre aumento do poder de bandidos

Segundo o relatório, as polícias fluminenses e o Ministério Público estadual não chegaram a um consenso sobre o aumento de poder de organizações criminosas depois da restrição de operações policiais em favelas.

A Polícia Civil disse que houve “um aumento significativo nos confrontos territoriais” e que o Co-

mando Vermelho expandiu suas operações. Afirmou também que houve aumento na migração de bandidos de outros estados para o Rio.

A PM também detectou um agravamento do domínio territorial por parte dessas organizações. O MP, porém, falou apenas que foi constatada “alguma expansão”.

Limitações

A limitação foi determinada, em 2020, durante a pandemia, pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal. O STF também cobrou a criação de protocolos para diminuição de vítimas em operações e determinou a instalação de câmeras corporais em policiais.

Conceito

Os responsáveis pelo relatório frisaram que não há uma definição precisa para o conceito da “excepcionalidade” que, de acordo com o STF, autoriza a realização de ações policiais em favelas. Destacam que as polícias e o MP têm dúvidas em relação à aplicação do critério.

Crescimento

Apesar da decisão do STF de determinar operações apenas em casos excepcionais, as ações em favelas comunicadas ao Ministério Público crescem desde então. Em 2021 foram 747; em 2022, 1.036; em 2023, 1.503 — ou seja, no ano passado houve 4,11 operações por dia.

Peritos

O documento também ressalta a necessidade de concessão de autonomia para a atividade pericial — subordinada à Polícia Civil — e de contratação de mais profissionais. O déficit chega a 50%: na cidade do Rio, informa o relatório, há apenas oito peritos criminais.

CORREIO ECONÔMICO



Mercado de ‘apostas da bola’ passa a ser regulado

Fazenda baixa portaria que regula o mercado de ‘bets’

Uma Política Regulatória da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) para estruturar, de modo sistemático, a regulação das apostas de cota fixa no país. Esta é uma das mudanças da agenda regulatória do mercado de bets (apostas esportivas eletrônicas). Segundo portaria publicada, nessa quarta-feira (10) no Diário Oficial da União pelo Ministério da

Fazenda, que fixa o cronograma de medidas, em quatro etapas, até julho próximo. Segundo a Fazenda, “a portaria oferece segurança jurídica, previsibilidade e eficiência ao processo de regulamentação”. Até o fim deste mês, novas portarias tratarão de meios de pagamento, requisitos técnicos e de segurança dos sistemas de apostas.

Etapas seguintes

A segunda etapa, que dura até o fim de maio, abrange novas portarias, referentes à lavagem de dinheiro, além de regras a serem observadas pelos operadores quanto aos direitos dos apostadores e requisitos para habilitação de estudos de jogo ao vivo e jogos online.



Indicador da construção civil perde ‘ímpeto’ em março

Índice da construção civil recua 0,08 p.p. e atinge 0,07%

Em trajetória declinante, o Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi) variou 0,07% em março, o que representa redução de 0,08 ponto percentual (p.p.) ante o mês anterior, quando atingiu 0,15%, segundo o IBGE, ao calcular que o indicador agora acumula alta de 2,36% nos últimos 12 meses, inferior aos 2,50% registrados nos

Alta geral

Por regiões, as maiores altas do indicador foram nas regiões Norte e Sudeste, ambas de 0,13%, seguida pelo Nordeste, que subiu 0,11% – destaque para o Rio Grande do Norte (1,03%) – mas recuos no Sul e Centro-Oeste, de -0,01% e -0,27%, respectivamente.

Séries mensais

Além de produzir séries mensais de custos para o setor habitacional, o Sinapi fornece dados sobre salários médios (mão de obra e preços de materiais, máquinas e equipamentos e serviços da construção) do saneamento básico, infraestrutura e habitação.

Seguro volta

O retorno de despesas médicas a vítimas de acidentes com veículos, e a destinação do valor (de 35% a 40%), do valor arrecadado com o prêmio do seguro. Essas são alterações do projeto da Câmara que reforma o seguro obrigatório de veículos terrestres.

Caixa gestora

Além de manter a Caixa como gestora do fundo Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (Spvat), o projeto prevê que novos prêmios poderão ser temporariamente cobrados em valor maior para quitar sinistros anteriores à vigência do Spvat.

Após subir 0,83% em fevereiro, IPCA baixa a 0,16% em março

Segundo o IBGE, índice de inflação acumula alta de 1,42% no ano

Por Marcello Sigwalt

Um tombo expressivo foi descrito pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ao despencar 0,67 ponto percentual, de uma alta de 0,83%, em fevereiro último, para 0,16%, em março, divulgou, nessa quarta-feira (10) o IBGE (Índice Brasileiro de Geografia e Estatística). Com esse resultado, o indicador oficial de inflação acumula variação de 1,42% no ano e de 3,93% nos últimos 12 meses. Em igual mês do ano passado, o índice havia subido 0,71%.

Em que pese a desaceleração do IPCA, dos nove grupos pesquisados pelo instituto, seis avançaram entre fevereiro e março. Segundo o gerente da pesquisa, André Almeida, “essa desaceleração na inflação também é explicada pelo fato de que, em fevereiro, os preços da Educação tiveram alta significativa por conta dos reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo, o que não aconteceu em março”, ao ressaltar que o grupo saiu de alta de 4,98% para 0,14%.

A exemplo de pesquisas anteriores, o grupo Alimentação e bebidas respondeu pelo maior impacto (0,11 p.p.) e a maior variação (0,53%) no índice inflacionário do mês passado, também aqui, uma queda ante à variação de 0,95% de fevereiro. “Problemas relacio-



Recuo de itens de Educação pesou na queda do indicador de inflação

nados às questões climáticas fizeram os preços dos alimentos, em geral, aumentarem nos últimos meses. Em março, os preços seguem subindo, mas com menos intensidade”, comenta Almeida.

Em desaceleração semelhante, a Alimentação no domicílio recuou de 1,12% em fevereiro para 0,59% em março,

mas não evitou as altas da cebola (14,34%); tomate (9,85%) e do ovo de galinha (4,59%). Na avaliação de Almeida, “o caso do ovo de galinha tem uma explicação própria: relativo a um período em que uma parcela da população optou por não comer carne por questões religiosas, aquecendo a demanda dessa proteína”.

Confiança industrial recua a 51,5 pontos

Ante à piora na percepção sobre as condições econômicas atuais, bem como em relação aos últimos meses, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) recuou 1,3 ponto, de março a abril deste ano, para o patamar de 51,5 pontos, mas acima da linha dos 50 pontos, que separa confiança de desconfiança.

“Quando perguntados sobre as próprias empresas, os industriais demonstram confiança,

mas há uma maior preocupação quando o questionamento é sobre a economia atual e o cenário econômico futuro”, explica o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, ao comentar que o recuo foi ‘mais intenso’ nos indicadores da economia brasileira.

No quesito ‘Condições Atuais’ – que mede as condições correntes da economia brasileira e da empresa – a pesquisa revelou declínio de 1,8 ponto,

de 47,5 pontos em março para 45,7 pontos em abril, o que denota que a percepção negativa se disseminou entre os industriais este mês, ante março.

De igual forma, o Índice de Expectativas (IE) exibiu retração, passando de 55,4 pontos em março para 54,4 pontos em abril, o qual, porém, se mantém acima da linha de 50 pontos, o que significa que o otimismo dos industriais para os próximos meses ficou moderado. Foram

consultadas 1.238 empresas de todos os portes, entre os dias 1º e 5 de abril.

Consulta a empresários industriais, o ICEI é uma ferramenta sinaliza mudanças de tendência da produção da indústria, com vistas à montagem de uma pesquisa de periodicidade mensal que coleta informações empregadas para a Sondagem Industrial e da Sondagem Indústria da Construção. (M.S.)

TCU vai investigar retenção de proventos

Thaís Oliveira (Folhapress)

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle do Senado aprovou nesta quarta-feira (10) um pedido para que o TCU (Tribunal de Contas da União) audite a política de pagamento de dividendos extraordinários aos acionistas da Petrobras.

O pedido de auditoria foi apresentado pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI), líder da minoria no Senado e ex-ministro da Casa Civil de Jair Bolsonaro (PL). A aprovação se deu em menos de um minuto, sem resistências.

“A medida adotada pela empresa, majoritariamente controlada pelo governo federal, suscitou questionamentos sobre a interferência do Poder Executivo na gestão da empresa”, afirma Ciro no pedido de auditoria.



Corte de contas investigará retenção de proventos por estatal

O requerimento pede ao TCU a análise dos critérios e fundamentos utilizados pela Petrobras; da conformidade da decisão com políticas internas e normas regulatórias; dos impactos; e da transparência na divulgação das informações.

“Eu também quero saber

como aconteceu tudo. Deu uma celeuma em cima, fizeram uma tempestade num copo d’água, nunca vi um negócio desse. E cai fulano, cai sicrano, não caiu ninguém”, disse o presidente da comissão, Omar Aziz (PSD-AM), que integra a base do governo.

O presidente da estatal, Jean Paul Prates, enfrentou um processo de fritura nos últimos dias e protagonizou novos embates com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Silveira decidiu fazer um afago público a Prates nesta terça (9) após conversa com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A avaliação no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é a de que Prates pode ter ganhado sobrevida no cargo, mas continua com sua permanência em risco.

Integrantes do Executivo lembram que o presidente da estatal se desgastou com Lula em diferentes ocasiões e afirmam que uma troca na empresa seria só questão de tempo.

Os dividendos extraordinários da Petrobras relativos a 2023 foram retidos pelo governo federal, com o intuito inicial de destiná-los a investimentos da companhia.

Troca no BC: nome deve sair até outubro

Nathalia Garcia (Folhapress)

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, defendeu nesta quarta-feira (10) que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tenha o nome de seu sucessor entre agosto e outubro para que a transição do comando da instituição seja feita de maneira suave.

“O que eu converso sempre com o ministro [Fernando

Haddad] é que [seja] em algum momento em agosto, setembro, talvez setembro ou outubro, entre setembro e outubro talvez seja melhor, mas é uma decisão do governo”, afirmou Campos Neto.

A ideia de iniciar o processo sucessório antes do fim do seu mandato, a 31 de dezembro, é que haja tempo hábil para que o indicado por Lula seja sabatinado no Senado Federal antes do recesso de fim de ano.

Nos bastidores, o nome de Gabriel Galípolo, atual diretor de Política Monetária, é apontado como favorito na corrida à sucessão de Campos Neto. Ele se aproximou de Lula na campanha eleitoral e foi número dois do ministro Fernando Haddad (Fazenda).

Campos Neto disse considerar o período de cerca de um mês como adequado para o processo de transição e relembrou a convivência com

Ilan Goldfajn, seu antecessor na presidência do BC, pouco antes de assumir o posto mais alto da autarquia.

“Você já vai para o primeiro Copom [Comitê de Política Monetária] muito mais preparado, porque já conversou. Você sabe os problemas que são fora do Copom, problemas administrativos, problemas de liquidação bancária, de estabilidade do sistema financeiro”.

ENTREVISTA / JÚLIO LOPES / PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR NUCLEAR

Retomada de obras de Angra 3 é crucial para o país, diz deputado

Conclusão da usina gira em torno de R\$ 20 bi e valor para desativá-la atinge a casa dos R\$ 15 bi

Por Sônia Paes

O deputado federal Julio Lopes (PP-RJ), presidente da Frente Parlamentar Nuclear, defende que a retomada das obras da usina nuclear Angra 3 é inevitável para o desenvolvimento do país. Na opinião dele, seria um contrassenso econômico não concluir a obra. Motivo: a conclusão da usina gira em torno de R\$ 20 bilhões, enquanto o investimento para desativá-la atinge a casa dos R\$ 15 bilhões. O deputado afirma ainda que a parceria entre Brasil e França seria crucial para a obra, mas, no entanto, não há impeditivo para que o Brasil toque a obra. A saída para isso seria colocar em prática o programa Renuclear, no âmbito federal e estadual. Nesse caso, a União abriria mão de impostos, assim como o Estado do Rio de Janeiro. “A União federal abre mão de receber 5 bilhões que ela mesmo teria que pagar. Então é algo fácil de entender nesse contexto da obra de Angra 3. São quase 5 bilhões são de impostos federais que União iria cobrar dela mesmo. Porque quem financia a obra é ela e quem recolheria o imposto é a própria União”, explica o deputado, que fala ainda sobre a expectativa em torno da visita do presidente da França, Emmanuel Macron ao Brasil, em março, quando foram celebrados acordos entre os países. Ele afirma que, na verdade, houve um avanço e o Brasil mostrou que está disposto a manter a parceria com a França.

CORREIO DA MANHÃ - Uma das expectativas com relação a visita do presidente da França, Emmanuel Macron, no Brasil era justamente discutir os termos do empréstimo de 3 bilhões de euros da França para desenvolver as usinas de Angra 1 e Angra 3. O crédito iria remunerar as empresas francesas que trabalham com a Eletronuclear. A assinatura do acordo não aconteceu. Qual a posição do senhor, presidente da Frente Parlamentar Mista de Tecnologia e Energia Nuclear, sobre o assunto?

JÚLIO LOPES - Na realidade, não necessariamente, esse crédito precisa de um acordo entre os presidentes da República para acontecer. Isso é uma coisa usual do mundo inteiro. No caso, o banco que executa as ações de fomento na França é o ABI fran-



Divulgação

Julio Lopes diz que obras da usina nuclear são viáveis e devem ser agilizadas pelo país



Arquivo

Complexo nuclear de usinas em Angra dos Reis, que fica na região da Costa Verde no Rio de Janeiro

cês. Esse banco a qualquer momento está disposto a fazer o crédito para as empresas francesas que operaram na Eletronuclear, mais especificamente na obra de Angra 3. Então, não é que tenha sido uma perda efetiva. Era apenas um momento em que iria celebrar algo que pode ser feito a qualquer momento, posteriormente. Na realidade hoje isso só não pode ser feito porque a obra está momentaneamente interrompida por uma série de questões de

gestão interna do no novo presidente Raul Lycurgo na Eletronuclear. Mais superado esse momento, o ABI tem todo o interesse de retomar as condições de financiamento para as suas empresas.

CORREIO DA MANHÃ- O acordo entre os países no que diz respeito a energia nuclear está avançando? Em que fase estaria as negociações?

JULIO LOPES - Na realidade nós fizemos um avanço. Não é que sem constar no acordo entre os dois presidentes, isso não pudesse ser feito posteriormente. Mas seria muito ruim que o presidente Macron, uma das maiores lideranças do mundo, empenhadas na retomada da área nuclear, e o Brasil, um país que tem uma tecnologia nuclear muito importante, que tem duas usinas em funcionamento, com 2% de sua matriz, que,

“Então é algo fácil de entender nesse contexto da obra de Angra 3. São quase 5 bilhões são de impostos federais que União iria cobrar dela mesmo”

Julio Lopes

apesar de ser pouca coisa, não é tão pequena em função do tamanho do Brasil na área nuclear, não fizesse menção a área nuclear nesse acordo. Então foi um sucesso a inclusão. Mostra a intenção de avançar junto com a França nessa área.

CORREIO DA MANHÃ - Existe a possibilidade de a França declinar do acordo? Se positivo, qual seria o outro plano para Angra 3?

JULIO LOPES - O Brasil pode, inclusive, acabar Angra 3 sem a França. Na realidade, a França é detentora de uma parte da tecnologia e algumas empresas francesas são contratantes importantes e o melhor para a obra, e para todos, é que as empresas francesas que já estão contratadas continuem o desenvolvimento do contrato e que nós continuemos a usar as empresas para melhor desempenho da obra. Mas não tem impedimento nenhum, mas gostamos da tecnologia e metodologia francesa. Faz todo sentido continuar nessa trajetória. Não se desfez acordo, pelo contrário: reafirmou o interesse de o Brasil continuar e isso envolve tecnologia de Angra 3, universidades, Marina e o Ministério da Defesa.

CORREIO DA MANHÃ - O deputado acredita na viabilidade de retomada das obras de Angra 3 mesmo com as dificuldades de investimentos tão altos?

JULIO LOPES - Não e tão difícil. Pelo Renuclear do Estado do Rio que abriria mão de uma parte do ICMS das obras e também o Renuclear federal que nós tratamos disso com o próprio ministro da Fazenda Fernando Haddad. A União federal abre mão de receber 5 bilhões que ela mesmo teria que pagar. Então é algo fácil de entender nesse contexto da obra de Angra 3. São quase 5 bilhões são de impostos federais que União iria cobrar dela mesmo. Porque quem financia a obra é ela e quem recolheria o imposto é a própria União. Então não faz sentido a cobrança desse pagamento. O que nós queremos é tirar esse valor da obra. E quando nós tiramos o custo o valor da tarifa da energia volta ao patamar dos 400 dólares, que é o internacional, e que dá viabilidade perfeita a Angra 3.

Presidente da Eletronuclear defende marco regulatório

Com patrocínio da Eletronuclear, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan) realizou o Nuclear Summit 2024, nos dias 8 e 9 de abril, na sede do Sebrae, no Centro do Rio. O evento contou com diversos painéis e palestras de executivos e especialistas, que debateram o atual momento do setor e novas formas para expandir a atividade nuclear no país.

O diretor geral da International Atomic Energy Agency (IAEA), Rafael Mariano Grossi, fez um discurso de abertura, onde destacou o papel fundamental da energia nuclear para uma economia de baixo carbono.

O presidente da Eletronuclear, Raul Lycurgo, palestrou no primeiro dia do evento e defendeu que, como nosso país é referência na produção de energia sustentável, a energia nuclear não pode ser colocada de lado, pois é limpa e essencial para a transição energética. “A nossa matriz elétrica é sem dúvidas a mais limpa do mundo e foi feita com esforço de cada um dos brasileiros. O mundo quer chegar em 2050 como o Brasil está hoje. Não dá para pensar em transição energética sem a energia nuclear”, disse Lycurgo. Outro destaque da fala do presiden-



Divulgação/Eletronuclear

Nuclear Summit reuniu políticos e especialistas do setor nuclear no Rio de Janeiro

te foi sobre o fato de inexistir a figura de um monopólio estatal constitucional sobre a atividade de geração elétrica a partir de fonte nuclear. “O Congresso Nacional pode, através de lei ordinária, regulamentar a participação da iniciativa privada neste setor, preservando o orçamento da União para os grandes

desafios sociais que temos no país”, complementou.

O presidente da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar), Luis Fernando Paroli, fez um discurso em prol da união do setor e valorizou a importância do encontro para ace-

lerar os projetos. “Nós temos aqui todos os órgãos e agentes importantes para destravar essa indústria. Nós somos os responsáveis, então vamos construir e fazer. Temos que desmistificar o setor”, disse Paroli, pedindo uma comunicação mais clara com a sociedade para demonstrar os benefícios da energia nuclear.

Entre os principais pontos abordados no evento, ganhou destaque o potencial do Brasil em se tornar um dos grandes exportadores de urânio do mundo, em um mercado que demonstra alto potencial de crescimento nos próximos anos.

Eletronuclear, Abdan e Sebrae

No primeiro dia de evento foi realizada a cerimônia de encerramento do projeto Encadeamento Produtivo, realizado em conjunto pela Eletronuclear, Sebrae e Abdan, que busca o desenvolvimento e aproximação entre as pequenas, médias e grandes empresas do setor nuclear.

Como resultado, após 268 horas de consultoria e 146 horas de instrutoria, o projeto gerou impactos positivos nas empresas participantes, que tiveram um aumento médio de 14% na produtividade, 10% no faturamento e 30% no quadro de funcionários, além de gerar novos negócios e interação entre os empresários locais do setor nuclear.

Mais sobre o Nuclear Summit

Em dois dias, o Nuclear Summit debateu as tendências, o futuro e a importância do setor nuclear na economia brasileira, bem como o papel de protagonismo na busca por uma geração de energia mais sustentável e na descarbonização.

Estiveram presentes autoridades ligadas ao setor, como o secretário do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Inácio Arruda, além dos deputados federais Julio Lopes (PP-RJ) e Reimont (PT-RJ), presidente e coordenador, respectivamente, da Frente Parlamentar Mista da Tecnologia e Atividades Nucleares (FPN), bem como representantes das principais empresas internacionais que atuam no país como Rosatom, Holtec, Framatome Westinghouse, entre outras.

CORREIO FLUMINENSE

Reprodução



PL Mulher realiza encontro regional em Campos

Primeira dama de Campos vai se filiar ao PL

Acontece hoje (11), o Encontro Regional do Partido Liberal (PL) Mulher da região Norte Fluminense, a partir das 19h, no Hotel Promenade Soho, em Campos. Na ocasião, a primeira dama do município, Tassiana Oliveira, irá oficializar sua filiação ao partido. Mulheres de toda a região e que são destaques na prestação de serviços, no desenvolvimento de trabalhos sociais e humanitários, participarão do

ato político. Para Tassiana, a filiação vai ser um reforço na promoção dos direitos das mulheres. “O PL Mulher oferece uma plataforma para participar mais ativamente na promoção dos direitos das mulheres, onde poderei contribuir para a formulação de políticas voltadas para a igualdade de gênero e participar de atividades que visam empoderar as mulheres na política e na sociedade”, declarou.

Ação solidária

Ontem (10), Tassiana Oliveira visitou a Associação Irmãos da Solidariedade, no Jardim Carioca, que assiste mais de 100 portadores do vírus HIV. Após percorrer as instalações da casa e cumprimentar pacientes e funcionários, Tassiana entregou bombons a cada um deles.

Pacientes

Na casa, que vai completar 36 anos de fundação em julho deste ano, residem 40 pacientes que recebem acompanhamento de uma equipe multidisciplinar, formada por médico, fisioterapeuta, psicanalista, assistente social, entre outros profissionais.

Divulgação



Mais de 300 propostas foram selecionadas em seis editais

Cultura inicia pagamento de projetos na Paulo Gustavo

A Secretaria de Turismo e Cultura da Prefeitura de São Gonçalo iniciou o pagamento dos projetos contemplados da Lei Paulo Gustavo. Dentre os beneficiados que já receberam os recursos, estão o Festival Literário de São Gonçalo e a Festa do Trabalhador de São Gonçalo, que será realizada no dia 1º

de maio. A Lei Paulo Gustavo em São Gonçalo operacionalizou cerca de R\$ 7,5 milhões e, após o processo de seleção e recursos avaliados, selecionou mais de 300 projetos em seis editais: Na Tela Gonçalense, Cine SG, SG Audiovisual, Arte e Cultura, Prêmios Ativos Culturais e Todas as Artes Gonçalenses.

Oitivas

Em um processo de escuta, a secretaria realizou oitivas com mais de 1.200 agentes, artistas, produtores e fazedores de cultura gonçalenses. Atendeu por meio de mentorias e oficinas mais de 300 agentes, prestando atendimento ininterrupto presencial na secretaria durante as inscrições.

Autismo

Neste sábado (13/04), será realizada a caminhada em conscientização ao Dia Mundial do Autismo, celebrado no último dia 2 de abril, em Itaboraí. A ação, que terá início às 9h, será promovida por iniciativa da Clínica Escola do Autista, com apoio das secretarias municipais

Expo

Completando 20 anos em 2024, a Expo Maricá, feira voltada para o mercado de negócios, inovação e tecnologia, acontece entre os dias 11 e 14 de abril, no Esporte Clube Maricá. O objetivo do evento é impulsionar a economia e fortalecer a comunidade empresarial.

Homenagem

No aniversário da cidade, a Fundação Rio das Ostras de Cultura promoverá o show “Ao Maestro com Carinho 2”, na Concha Acústica do município. O show é uma homenagem ao pianista, arranjador e maestro Maurício Libardi Jr, falecido em março de 2024.



Divulgação

Estado segue com o Plano Estratégico do Programa de Vigilância para a Febre Aftosa

Agricultura começa em bovinos estudo soroepidemiológico

Objetivo é garantir que não existe presença do vírus da febre aftosa em território fluminense

Em cumprimento das metas e atividades estabelecidas pelo Plano Estratégico do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PE-PNEFA), a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, por meio do Serviço Veterinário Oficial do estado do RJ, deu início ao estudo soroepidemiológico em bovinos, com objetivo de garantir que não há a presença do vírus da febre aftosa no território fluminense.

A Superintendência de Defesa Agropecuária vem avançando o trabalho rumo ao re-

conhecimento internacional de livre de Febre Aftosa sem vacinação, com a certificação da Organização Mundial de Saúde Animal. Para o secretário de Agricultura, Dr.Flávio Ferreira, todo esse levantamento é necessário para deixar o estado do RJ cada vez mais perto da certificação.

“Os médicos veterinários e técnicos da Defesa Agropecuária da pasta, estão atuando na coleta de soro sanguíneo de bovinos em 9 municípios: Carapebus, Silva Jardim, Itaiva, Itaperuna, São José de Ubá, Itaboraí, São Francisco de Ita-

bapoana, Queimados e Carmo”, destaca o secretário.

As atividades consistem em uma primeira visita realizada pelos técnicos à propriedade sorteada ou selecionada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária para orientações e agendamento do início do inquérito que ocorre com a coleta do soro sanguíneo de bovinos com idade de 6-24 meses.

As propriedades receberão acompanhamento técnico até a conclusão do estudo. Ainda no mês de abril, o material será enviado ao Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Rio

Produção industrial cresce 10,2%

A produção industrial do Estado do Rio cresceu 10,2% em fevereiro, na comparação com o mesmo mês do ano passado, exercendo uma das principais influências positivas no resultado nacional, que foi de 5% na comparação com fevereiro de 2023. O dado foi divulgado nesta terça-feira (9/4) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

- A cada mês, recebemos esses dados que refletem as ações que a nossa gestão vem realizando para que o Rio de Janeiro continue avançando, seja na geração de emprego e renda, seja na captação de turistas ou seja no desenvolvimento da nossa economia, com o fortalecimento da nossa indústria. Vamos seguir trabalhando pelo crescimento do nosso estado - diz o governador Cláudio Castro.

De acordo com o IBGE, na passagem do mês de janeiro para fevereiro, o crescimento da

produção industrial fluminense foi de 2%. Nos dois primeiros meses do ano, a indústria do Rio de Janeiro acumula crescimento de 8,7% e, nos últimos 12 meses, de 5,3%.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Vinicius Farah, observa que o Estado do Rio iniciou o ano com indicadores positivos e acima da média nacional.

- Este é o segundo resultado positivo no ano. Em janeiro, a produção industrial fluminense cresceu 7,1%. Esse cenário positivo deve melhorar consideravelmente neste ano, quando serão investidos R\$ 400 milhões pelo Governo do Estado para a criação de 24 novos distritos industriais em território fluminense, e revitalização de 10 unidades já existentes. A iniciativa faz parte da estratégia de reindustrialização do Rio de Janeiro – disse o secretário.

Eleição para Conselho de Turismo em Iguaba

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) abriu o edital de chamamento público para inscrição de conselheiros e eleitores para a eleição de conselheiros representantes da iniciativa privada e sociedade civil para o biênio 2024-2026. O edital está disponível no site oficial da Prefeitura de Iguaba Grande.

As inscrições para participar são de forma on-line, do dia 5 até o dia 14 de abril para os conselheiros. A eleição será realizada no dia 18 de abril, das 14h às 15h, na Secretaria Municipal de Turismo, situada na Rodovia Amaral Peixoto km 106. Nº 4137, Cidade Nova.

O Conselho tem como objetivo desenvolver e incentivar o turismo, implementando políticas em parceria do setor privado e público. De acordo com a lei, o conselho será composto por membros que integram a cadeia produtiva do turismo e no seu fomento, onde estejam ligados diretamente ao turismo, onde 1/3 dos membros são representantes do Poder Público, 1/3 dos membros representantes da sociedade civil e 1/3 dos membros representantes da iniciativa privada, devendo ser composto por no mínimo 09 e no máximo 15 membros titulares com seus respectivos suplentes.



Léo Ripamonti

MPRJ vai acompanhar e colaborar com as investigações

Justiça ajudará força-tarefa do tolueno

A força-tarefa montada pelo Governo do RJ para solucionar os danos causados pela contaminação de tolueno que paralisou o sistema Imunana-Laranjal de abastecimento de água ganhou reforço do Ministério Público do Estado. O órgão de controle passa a acompanhar as ações e as investigações por meio do Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE). A força-tarefa foi criada por determinação do governador Cláudio Castro e conta com representantes das secretarias de Estado do Ambiente, de Polícia Civil e de Polícia Militar, além do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e da Cedae.

- O trabalho integrado com o MPRJ é um passo importante que soma à força-tarefa um qualificador. Essa parceria agiliza as respostas à população fluminense. Nossas equipes estão empenhadas na identificação dos responsáveis, que serão punidos exemplarmente. A conversa com os promotores foi muito positiva e essa integração dos trabalhos é um auxílio muito bem-vindo – destaca o secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, Bernardo Rossi.

A reunião de integração do MP com a força-tarefa contou com a presença de Rossi, do presi-

Grande do Sul - LFDA/RS.

Estratégia

A ação é parte de uma estratégia do governo, que já começou o processo de vacinação do gado no estado. A campanha de vacinação, que estava prevista para maio, foi adiantada para o início do mês de abril e teve início no último dia 2.

“Com a antecipação da campanha de vacinação contra a Aftosa, do mês de maio para abril, todos os pecuaristas precisam estar atentos e ativos durante todo o processo, desde a vacinação até a declaração. Esse é um momento de muita atenção e parceria para conseguirmos alcançar o nosso objetivo”, explicou o secretário Flávio Ferreira.

O que é Febre Aftosa?

A Febre Aftosa é uma doença animal altamente contagiosa, causada por vírus, que acomete as espécies de animais biungulados, entre outros, os animais de produção: bovinos, bubalinos, suínos, caprinos e ovinos.

É considerada a principal doença animal de impacto econômico, devido às perdas produtivas que acarreta nos rebanhos acometidos, assim como às restrições sanitárias que afeta à comercialização intramunicipal, intermunicipal, interestadual e internacional de animais, seus produtos e subprodutos.

Vacinação obrigatória

A vacinação é obrigatória. O produtor que não imunizar e declarar a vacinação do seu rebanho pode ser multado e ter a propriedade interditada. O registro deverá ser entregue em até 5 dias após a imunização para um dos Núcleos ou Postos de Defesa Agropecuária.

CORREIO CARIOCA



Agentes removem estrutura irregular em área ambiental

Guarda Municipal fiscaliza praia da Barra da Tijuca

Equipes do Subgrupoamento de Operações de Praia da Guarda Municipal do Rio e da Subprefeitura da Barra da Tijuca atuaram em conjunto, na remoção de uma estrutura irregular que estava sendo construída na Av. Lúcio Costa, na altura do Posto 3 da Barra.

“Não podemos aceitar esse tipo de intervenção em áreas públicas. A Subprefeitura e a Guarda Municipal atuaram prontamente assim que foram informadas sobre a cons-

trução dessa rampa de concreto na área da restinga”, destacou o subprefeito da Barra, Raphael Lima.

Quando as equipes chegaram ao local, constataram a construção de uma rampa de alvenaria, próximo a um quiosque, junto à vegetação, o que é proibido pela legislação, por se tratar de uma área de proteção ambiental. A obra estava sendo realizada por um barraqueiro que atua na região, já notificado pela Secretaria de Ordem Pública.

Prefeitura no Prêmio Social Media Gov

A Prefeitura do Rio está entre as instituições finalistas na segunda edição do Prêmio Social Media Gov, que contempla ações de marketing digital promovidas por diferentes órgãos das três esferas do poder público. Pelo segundo ano consecutivo, o Município, por meio de sua Comunica-

ção Institucional, está concorrendo ao troféu na categoria Atitude. Foram selecionadas instituições que subiram o tom e foram enfáticas na defesa e promoção de causas de interesse público. O vencedor será anunciado em 25 de abril, na 13ª edição do Redes Wegov, em Santa Catarina.



Dia 28 terá sessão com audiodescrição

Rio recebe em abril peça sobre o Alzheimer

Um dos textos vencedores do I Concurso de Dramaturgia Flávio Migliaccio em 2020, a peça ‘Aos sábados’, de Adyr de Paula, no Teatro Fashion Mall. O autor se inspirou na história de sua mãe, uma mulher batalhadora que criou quatro filhos com seu trabalho de costureira e aos 60 anos foi diagnosticada com Alzheimer. Segundo ele, “a criação da peça, uma obra de ficção baseada em alguns fatos reais, foi um processo terapêutico, uma forma de celebrar o amor e fazer uma justa homenagem”. A nova temporada fica em cartaz até 28 de abril, sempre aos sábados e domingos, às 19h.

A peça ‘Aos sábados’ conta a história de Jandira e suas duas filhas, Regina e Malu, ao longo de três décadas. A peça é dividida em três atos e mostra o amor entre as persona-

gens que vivem alegrias e dores, e os altos e baixos da relação familiar. Os encontros divertidos que elas têm todos os sábados passam a ter novos tons quando o Alzheimer acomete Jandira. Mas com ternura, esperança e improvável otimismo, essas mulheres juntas enfrentam a doença de maneira surpreendente.

O Alzheimer e sua marca na história familiar são tratados com leveza e sensibilidade, mostrando que com amor e coragem, as adversidades podem ser enfrentadas e que acolher é a melhor forma de suportar a ausência de consciência do parente que está doente.

Com direção de Danilo Salomão, a peça tem no elenco as atrizes Nedira Campos, Nina da Costa Reis e Mariana Consoli, e participação de Sophia Fried e Pedro Baião.

RIO DE JANEIRO

Governo divulga resultado da licitação do Maracanã

Consórcios Fla-Flu e Vasco/ WTorre se classificam para a 3ª fase

Governo do Rio



Consórcio da Arena 360, que gerencia o Mané Garrincha, foi desclassificada

O Governo do Rio divulgou o resultado da segunda fase da licitação do Maracanã. O consórcio formado por Flamengo e Fluminense obteve 117 pontos, enquanto o formado por Vasco e WTorre ficou com 81 pontos e o da Arena 360, que tem a equipe do estádio Mané Garrincha, ficou com 54 pontos, não se classificando para a terceira fase do processo, já definida pela Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Estado da Casa Civil, 30 de abril, quando será feita a abertura dos envelopes de proposta financeira, fase que vai definir o vencedor da licitação.

“O processo de licitação segue dentro da mais absoluta legalidade e dentro do cronograma traçado. O edital prevê que o Maracanã tenha a melhor gestão e se mantenha como um importante ícone do esporte e do turismo do país”, disse o secretário da Casa Civil, Nicola Miccione.

A concorrência foi preparada com base no critério técnica e preço. O contrato, gerido pela Secretaria de Estado da Casa Civil, inclui a gestão do Estádio Maracanã e o Maracanãzinho. A secretaria será responsável pela fiscalização da execução dos serviços previstos.

De acordo com o edital, estão previstas para o Maracanã obras de recuperação dos sistemas de água, escadas rolantes, elevadores, ar-condicionado e exaustão, modernização e adequação dos sistemas eletrônicos e revitalização do Museu do Futebol, entre outras intervenções. Já para o Maracanãzinho serão realizados reparos

da cobertura do ginásio, novo sistema audiovisual e acústico, requalificação das áreas de hospitalidade, iluminação e acessibilidade.

Critérios e pontuação

Para tentar conseguir uma maior pontuação, o Vasco havia firmado um acordo com a WTorre para mandar alguns jogos do Santos, que também tem a empresa como a responsável pela nova Vila Belmiro, no Maracanã. Porém, a equipe de licitação não aceitou os jogos.

“O Licitante apresenta documentos comprobatórios de que é detentor, em consórcio, de 34 datas do C.R. Vasco da Gama, pertencentes a Competições listadas no Item 12.4 (I) do Edital.

No que se refere as datas pertencentes aos Clubes Santos FC e Brusque FC, forçoso reconhecer que as mesmas não se prestam a cumprir a exigência editalícia, uma vez que se tratam de Entidades de prática de futebol sediadas em outros Estados da Federação e tal condição impõe aplicação das restrições prescritas em regulamentos próprios da Confederação Brasileira de Futebol, notadamente o RGC (art. 14 e 23), que textualmente reconhece como excepcional a transferência de uma partida de futebol, tanto de campo de jogo como da União Federativa à que o Clube está federativamente vinculado.

No caso presente, mesmo em condições excepcionais, tais datas ofertadas necessita-

vam para tanto, ter o Maracanã como sede, de autorização expressa da CBF e das respectivas Federações mentoras dos Clubes respectivos, a saber Federação Paulista e Federação Catarinense.

Posto isto, as datas, embora ofertadas, não podem ser livremente dispostas pelos Clubes e eventual contabilização estaria ferindo flagrantemente o preceito do Edital, no qual relembre-se, as datas servem para garantir a prioridade do Estádio como palco de futebol”.

Olhando para o calendário 2024, a proposta de Flamengo e Fluminense calculou 77 mandos possíveis — 38 do Fla e 39 do Flu, considerando a Recopa 2024. A dupla, neste caso, bateria a pontuação máxima.

Sesc faz encontros literários

Projeto Arte da Palavra terá debates, oficinas e apresentações

Caio Silva



Nove unidades do estado receberão o evento

Unidades do Sesc RJ vão receber, de 10 de abril a 16 de maio, o projeto Arte da Palavra, o maior circuito literário do país, organizado pela Rede Sesc de Literatura, com autores de todas as regiões brasileiras. A iniciativa promove a literatura contemporânea e a cadeia do livro através de debates, oficinas e apresentações literárias, aproximando leitores fluminenses de escritores que vêm despondo na arte da escrita. A entrada é gratuita.

As atividades vão acontecer em unidades do Sesc no Rio de Janeiro (Tijuca, Madureira, Ramos e no Centro Cultural Arte Sesc, no Flamengo) e em Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nova Iguaçu.

O circuito com autores promoverá, em abril, encontros da escritora Ezter Liu (PE), primeira mulher a vencer o título máximo do Prêmio Pernam-

buco de Literatura, com poeta indígena Sony Fersek (RR). Autor do livro “Terra nos cabelos”, que levou o Prêmio Sesc de Literatura 2020 na categoria conto, Tônio Caetano (RS) vai discutir a escrita como lugar

com Roberta Tavares, poetisa e historiadora quilombola residente em Belém. Cida Pedrosa (PE), vencedora dos prêmios Jabuti e APCA, tem encontros com a escritora transgênero Atena Beauvoir (RS).

Já na sexta (12), às 17h, é a vez da escritora e palestrante Fernanda Fialho (autista nível 2 de suporte), que falará sobre “A história que meus pais não contariam - Minha Vida e Luta pela sobrevivência até o diagnóstico tardio de Autismo”.

O objetivo dos encontros é possibilitar, por meio da troca com os convidados, a ampliação do conhecimento acerca da diversidade presente no espectro autista

Em maio, o quadrinista maranhense Iramir Alves Araújo vai participar de debates com poetisa e cordelista Negra Áurea (AP). A escritora e roteiristas Simone Campos (RJ) com a escritora e tradutora Julia Raiz (PR) vão encerrar o circuito autores. As conversas serão mediadas por nomes como Simone Ricco, Vagner Amaro, Tom Grito, Valu e Natasha Félix.

Além dos encontros com autores, a programação do projeto Arte na Palavra terá, em abril, apresentações literárias com a artista piauiense, radicada em Minas, Jaísa Caldas, que com poesia e hip-hop canta e conta a cultura nordestina. O público poderá ainda participar, em maio, de oficinas de criação literária com contadora de histórias cuiabana Alice Oliveira.

e, dessa forma, favorecer o entendimento e o apoio na atenção de especificidades cotidianas.

A data, criada pela Organização das Nações Unidas em 2007, tem o objetivo de fomentar conhecimento sobre a condição do espectro e os direitos dos autistas. A comemoração busca promover a inclusão e se trata de um importante instrumento político educacional na difusão da luta antipacitista.

CCBB Educativo promove evento sobre o autismo

O Programa CCBB Educativo – Lugares de Culturas realiza nos dias a Semana de Conscientização do Autismo no Centro Cultural Banco do Brasil Rio de Janeiro. A programação contará com três palestras no Espaço Conceito Banco do Brasil RJ, no térreo do CCBB Rio. O evento marca a celebração do Dia Mundial da Conscientização do Autismo, comemorado em 2 de abril.

Cris Munhõz, autista ní-

vel 1 de suporte, especialista em acessibilidade cultural para neurodivergentes, atriz, palhaça, mãe atípica, fará a palestra na quarta (10), às 17h. O tema que abordará é “O que é acessibilidade para pessoas autistas: em que se baseia e como propor ações concretas”.

Na quinta (11), às 17h, o palestrante será o professor, especialista em TEA, diretor do Instituto Neurodiversidade João Lucas Lima.

CORREIO DA BAIXADA

POR CARLOS MARTINS



Festival terá oito atrações gratuitas nesta semana

Festival de Artes terá atrações gratuitas nesta semana

A segunda semana do Festival de Artes do município de Nova Iguaçu vai ser dedicada ao teatro. De hoje (11) a sábado (13), o Teatro Sylvio Monteiro será palco de cinco espetáculos gratuitos. Já no domingo, uma Feira Multicultural levará mais três atrações à Praça Tinguá. Os eventos são promovidos pela Prefeitura, por meio da Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu (FENIG), e contam com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura (SEMCULT).

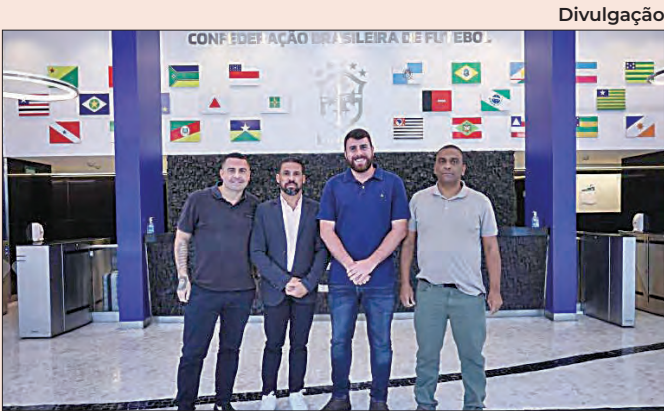
Até maio, 65 atrações artísticas irão se apresentar gratuitamente em diversos pontos do município. A primeira peça da semana acontece nesta quinta-feira (11), às 10h, e se chama “A Corte dos Livros”. No mesmo dia, às 15h, mais uma peça infantil. “Lendas do Norte” Ambas as peças terão, além do público geral, a presença de alunos da rede municipal de Nova Iguaçu.

Feira

Se as peças são o grande destaque entre hoje e sábado, no domingo (14) o público terá atrações na Feira Multicultural, na Praça Tinguá, a partir das 11h, com o sarau “Fada Laranja e a Mala da Imaginação”. Na sequência, o forró de Beto Sousa, às 14h, e a MPB de Ingrid Oliveira, às 16h.

Polo de cultura

O Teatro Sylvio Monteiro, palco das principais apresentações fica no Complexo Cultural Mário Marques, na Rua Getúlio Vargas, nº 51, no Centro de Nova Iguaçu. Já na Expo Tinguá, os presentes vão conhecer as maravilhas da Feira da Roça e desfrutar da gastronomia local.



Time treinará no poliesportivo Nelson Ferreira Lima

Magé é a casa da seleção brasileira de futsal

A partir do dia 10 de agosto, Magé será a casa da seleção brasileira de futsal na preparação para a Copa do Mundo de Futsal 2024, que ocorrerá no Uzbequistão. O time treinará no poliesportivo Nelson Ferreira Lima, em Pau Grande, durante 15 dias, e, nesse período, o ginásio estará aberto ao público que desejar assistir aos craques da seleção brasileira.

ra em quadra. “Fico muito feliz com o crescimento do esporte em Magé. A cidade está abraçando cada vez mais o futsal, e a vinda da seleção é uma grata surpresa. Tenho certeza de que ver os ídolos de perto e ter essa convivência mudará a vida de muitas crianças da cidade”, conta Geilton Câmara, secretário de Esporte e Turismo.

Santo Antônio I

O prefeito de Caxias, Wilson Reis recebeu, na manhã desta última quarta (10/04), no seu gabinete, representantes da igreja de Santo Antônio e da romaria do Pilar, a fim de discutir os primeiros passos para os tradicionais eventos alusivos ao dia do padroeiro de Duque de Caxias.

Pets

A Prefeitura de Nova Iguaçu promoveu mais uma edição da famosa feira de adoção de cães e gatos nesta última quarta-feira (10). O evento foi realizado na praça de eventos do Top Shopping. Os 21 gatos e 13 cães ficaram disponíveis para adoção das 10h às 15h.

Santo Antônio II

A festa acontecerá entre os dias 12 e 16 de junho, e serão cinco dias de muita comemoração, comidas típicas, danças e apresentações. Já a Romaria do Pilar acontece no dia 12 de outubro e é uma tradição da igreja católica, organizada pela Diocese de Duque de Caxias.

Inauguração

Nesta quinta-feira (11), a Prefeitura de Guapimirim inaugura mais uma área de lazer. A Praça das árvores será entregue hoje à população, e tem tudo para se tornar a mais nova queridinha do município da Baixada. Diversas autoridades estarão presentes.

Espetáculo ‘Iyamesan’ realiza temporada na Baixada

Peça teatral inspirada na cultura lorubá terá apresentações na região

Após curtíssima temporada no Centro Coreográfico do Rio de Janeiro, o espetáculo “Iyamesan” realiza apresentações em Caxias e Mesquita entre os dias 13 de abril e 4 de maio, com entrada gratuita. Idealizado e dirigido por Luna Leal, a peça é inspirada na cultura Iorubá, “Iyamesan”, conta sobre o itan daquela que foi cortada em nove partes, a mãe dos nove filhos, a mãe dos nove céus. O Projeto foi selecionado em primeiro lugar no edital de apoio a dança – Giros, pela Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa, pela Lei Paulo Gustavo e tem produção da eLabore.Kom.

A peça conta com 9 bailarinas em cena e com uma equipe majoritariamente formada por mulheres negras, passando por todas as etapas de realização do projeto como idealização, direção, trilha sonora, bailarinas entre outros setores de produção. Luna Leal reforça a importância do espetáculo para a literatura brasileira.

“Os textos que deram origem para cada uma dessas nove mulheres, e que inspiraram depois algumas falas que aparecem no espetáculo, vão virar um livro que será lançado agora no mês de maio deste ano. É muito interessante ver isso, o projeto, o sucesso dele, que ele consegue se desdobrar numa outra linguagem, ter pernas próprias”, revela.

Historicamente as mulheres negras possuem papel fundamental na preservação da cul-



Duque de Caxias e Mesquita recebem apresentações do espetáculo “Iyamesan”

tura, das tradições e religiões de matrizes africanas e as que mais sofrem intolerância religiosa. Situações estas, que mostram o lugar da mulher negra na resistência para manutenção da vida e sobrevivência do seu povo.

“Vamos seguir, mais um vez por mãos negras, pela Suzana Barbosa, que é uma educadora, mas também uma escritora que chega junto nesse projeto e que traz aí esse esse desdobramento, que é o livro para para somar”, celebra.

No elenco estão ainda as artistas criadoras Aline Valentim, Bellas da Silveira, Camila Dias, Dandara Abreu, Dandara Patroclo, Gheise Ângeles, Ibis Lima, Natasha Pasquini e Tatyane Amparo. A produção é da eLabore.kom.

Sinopse

O movimento que venta a palavra, a palavra que gera o movimento. Iyámesan são 9, que dançam e narram as suas histórias. É um espetáculo que fala sobre intimidade, sobre partilha. Um espetáculo que está mergulhado no lugar das memórias. Nele, contemplamos não só momentos coletivos, mas também os individuais. É dança mas é texto. É um espetáculo que fala sobre intimidade, sobre partilha.

“É muito bonito ver não só as nove partes, as nove mulheres em cena, mas as várias partes que esse projeto pode assumir, essas várias facetas que ele pode ter. Seja em músicas, seja em texto, seja em

corpo, seja em presença e resistência, na nossa resistência de estar aí fazendo esse projeto ainda acontecer”, finaliza Luna Leal.

SERVIÇO

Espectáculo Iyamesan
13 de abril – Duque de Caxias
Endereço: Rua Almirante Barroso, números 5 e 6, Centro. – Quadra da Acadêmicos do Grande Rio
4 de maio – Mesquita
Endereço: Rua Adolfo Albuquerque, número 108, Chatuba de Mesquita – Instituto Mundo Novo

Japeri inicia ensino de reciclagem nas escolas

Visando promover a educação ambiental, o projeto Reciclagem Itinerante nas Escolas, iniciou as atividades na Escola Municipal Amaralina, em Japeri, na última terça-feira (09). Criado pela Secretaria Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a iniciativa beneficiou neste primeiro dia cerca de 50 alunos do 2º e 3º ano da unidade escolar no bairro Beira Rio.

Na aula de educação ambiental foram apresentados os temas como coleta seletiva, resíduos, compostagem, entre outros assuntos. Segundo a Coordenadora do Programa de Coleta Seletiva, Ana Paula Reis, a ideia do projeto é conscientizar os alunos por meio de atividades lúdicas com uma linguagem simples, para que todos possam entender. “O projeto é muito importante porque começa com os pequenos, com uma linguagem de fácil compreensão, envolvendo a separação dos resíduos. Desta forma, eles crescem preocupados com sua responsabilidade com o meio ambiente, e assim



Projeto de educação ambiental começou pela E.M. Amaralina

se transformam em divulgadores dessa cultura, fazendo com que essa prática se estenda para além do ambiente escolar”, declarou.

A professora Helena Pereira, de 34 anos, gostou da atividade voltada para a coleta seletiva. “Acho fundamental ter essas atividades nas escolas, porque é o dia a dia delas. Eles precisam cuidar do entorno

onde vivem. Acho que deveria acontecer de forma contínua, inclusive”, disse.

Já a aluna Gabriela Igreja Batista, de 7 anos, participou atentamente da atividade. “Já passei perto do caminhão de lixo. Ele passa perto da minha casa e recolhe toda a sujeira. Sei que não podemos jogar lixo no chão, porque o cachorro e o gatinho de rua podem morrer”, falou.

Caxias entregará nova creche

A creche que a Prefeitura de Duque de Caxias está construindo no bairro Jardim Primavera, no segundo distrito, vai atender 160 crianças de zero a cinco anos. Localizada na Rua Professor Hélio Rangel, a nova unidade conta com lactário, espaço para amamentação, playground, área com jardim e horta, refeitório, fraldários e banheiros infantis com

acessibilidade para pessoas com deficiência, entre outras instalações.

A prefeitura, através da Secretaria Municipal de Obras e Defesa Civil, vem investindo recursos na construção de escolas e creches nos quatro distritos, visando o desenvolvimento das crianças, além de proporcionar ambientes seguros para os alunos em várias regiões. Os proje-

tos são desenvolvidos em parceria com o governo do estado.

A creche de Jardim Primavera vai ajudar moradores da região que precisam trabalhar para o sustento da família. Eles poderão trabalhar tranquilos, sabendo que seus filhos estarão seguros, bem alimentados, desenvolvendo aspectos importantes nessa fase inicial, e prioritários, para a vida

Queimados terá “Dia D” de vacinação no sábado

A campanha de vacinação contra a gripe terá um reforço importante em Queimados com a realização do “Dia D” neste sábado (13). Todas as unidades de saúde da cidade, incluindo o Cethid (Centro de Tratamento de Hipertensão e Diabetes), que também contará com drive-thru, estarão mobilizadas para aplicar o imunizante, das 9h às 16h.

A vacinação estará disponível para o grupo prioritário, que contempla crianças de seis meses a cinco anos, idosos a partir de 60 anos, gestantes, puérperas, trabalhadores da saúde, professores do ensino básico e superior, trabalhadores de transporte, pessoas com deficiência permanente e população privada de liberdade.

“É sempre bom destacar que a vacina não elimina a chance do contágio. Porém, ela vai atuar de forma que, caso o indivíduo seja infectado, ele terá os sintomas de forma mais branda”, destacou o prefeito de Queimados, Glauco Kaizer.

Para se vacinar, é necessário comparecer a uma das unidades de saúde com documento de identificação, como RG, CPF ou Cartão Nacional de Saúde. “O sábado é escolhido para atingirmos o público que por algum motivo não consegue se vacinar durante a semana. A campanha já está ativa desde o dia 25 de março em nossa cidade”, explicou a secretária municipal de Saúde, Betânia Pessoa.

PETROPOLITANAS

POR LUANA MOTTA



Leo França vai em comitiva do Prefeito à Brasília

O time dos “EXs”

Na Prefeitura de Petrópolis cinco secretários deixaram os cargos na última semana para concorrer a uma vaga no legislativo nas eleições de outubro. Thiago Damasceno, agora é ex-diretor-presidente da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTans); Leo França, ex-presidente da Companhia Municipal de Desenvolvimento (Comdep); Ramon Melo, ex-secretário de Serviços, Segurança e Ordem Pública; Adriana de Paula, ex-secretária de Educação; e Fernando Araújo, ex-secretário da Assistência Social. Os únicos nomes oficialmente substituídos foram na

Educação, com a chegada da professora Cecília Pinheiro e na Assistência Social, Valesca Gonçalves. Os demais comunicaram a saída dos cargos por meio da Bio em perfis pessoais no Instagram. Até o fechamento desta edição, a Prefeitura ainda não havia publicado em Diário Oficial a exoneração dos secretários. O último DO publicado no Portal da Transparência da Prefeitura é do dia 05 de abril de 2024, último dia da janela partidária. Também não respondeu o questionamento do jornal feito à Coordenadoria de Comunicação Social do Município.



BR-040 trecho Belo Horizonte - Juiz de Fora

BR-040/MG será leiloada nesta quinta-feira (11)

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) realiza hoje (11) o leilão de concessão de 232,1 km da BR-040/MG - trecho que liga Belo Horizonte e Juiz de Fora. Na última segunda-feira (8), o ministro dos Transportes Renan Filho listou quatro concessionárias que estão interessadas em participar do certame. “São quatro envelopes entregues pela CCR, EPR, Azevedo e Travassos e o consórcio Vetor Norte. Dois consórcios entrantes, novas concessionárias entrando no

mercado de concessão no Brasil, o que é muito importante. Teremos concorrência para o lote. O que é bastante e vai garantir investimento para Minas Gerais”, disse o ministro ao jornal O Estado de Minas, durante passagem ao Vale do Aço, em Minas Gerais. O projeto prevê diversas melhorias na rodovia, com investimentos que ultrapassam R\$ 8 bilhões ao longo dos 30 anos de concessão. O critério de julgamento do leilão será o maior desconto sobre a tarifa básica de pedágio.

BR-040/495/MG/RJ sem previsão

O trecho está sendo relicitado pelo Governo Federal, antes estava sob administração da Via 040. A proposta anterior era licitar a BR-040 trecho Belo Horizonte e Rio de Janeiro. No entanto, o projeto foi dividido pelo Ministério dos Transportes, devido às particularidades e para ampliar a concorrência para a ad-

ministração das rodovias. O segundo trecho a ser licitado é BR-040/MG/RJ que passa por Petrópolis. Esta ainda depende da revisão dos estudos pela área técnica da ANTT, para então ser encaminhada para análise do Tribunal de Contas do Estado (TCU). O projeto inclui nesta nova concessão a BR-495.

Demora

A demora para conclusão do processo e abertura do edital de leilão da BR-040/495/MG/RJ é criticada por entidades ligadas aos setores de

comércio, serviços e turismo, além da sociedade civil, que apelou para um abaixo-assinado para cobrar celeridade no processo.

PETROPOLITANO

Médica esclarece diferenças entre vírus respiratórios

Infectologista da Unifase orienta sobre vacinação e prevenção

Divulgação

Por Yasmim Grijó

Com sintomas parecidos, os casos de vírus sincicial respiratório (VSR) e de influenza têm crescido no Brasil nas últimas semanas. Apesar dos dois vírus se comportarem de forma semelhante no corpo humano, existem particularidades que ajudam a fazer a distinção entre eles.

De acordo com a infectologista Rafaela Bongiovani, que é professora da Faculdade de Medicina de Petrópolis, a diferença dos dois vírus é que são de famílias diferentes, basicamente, eles são causadores de síndromes respiratórias.

“O vírus sincicial respiratório (VSR) atinge mais as crianças pequenas, apesar de que ele pode causar infecções em todas as idades, mas o quadro gripal é praticamente o mesmo. Só é possível diferenciar os dois vírus após a coleta do material. Quando o quadro gripal é parecido, só conseguimos diferenciar após a coleta do material, isolando o vírus. Entre os idosos, tanto o vírus da influenza como o sincicial podem ser problemáticos. Ambos provocam quadros parecidos”, explica.

Prevenção

Nesta época do ano, a médica ressalta que devemos abordar mais a forma de prevenção do que o tratamento



Ministério da Saúde antecipa campanha de vacinação contra a influenza para este primeiro semestre

em si. No outono, os vírus respiratórios começam a circular com mais frequência. “É necessário reforçar os cuidados como uma forma de prevenir os sintomas. Precisamos lavar as mãos sempre que encostarmos em lugares diferentes para evitar contato com mucosa, seja na boca, nariz e olho. Quando espirrar, cobrir a boca e o nariz com o antebraço, medidas que estamos acostumados e devem fazer parte do nosso dia a dia”, diz. Nos dois casos, o risco se torna maior quando evolui para um quadro respiratório grave, necessitando de internação e, em alguns casos, a intubação.

Riscos

Segundo o presidente do Departamento Científico de Infectologia da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Marco Aurélio Sáfy, os riscos desses dois vírus são claros. Por exemplo, o VSR é responsável por 80% das bronquiolites e por um percentual importante das pneumonias em bebês pequenos. “Ele é o vírus que mais hospitaliza bebês. É a causa número um de hospitalização por quadros respiratórios, ou síndrome respiratória aguda grave, como relatam dados do Ministério da Saúde. No primeiro ano de vida, o campeão é o VSR. Já nas crianças maiores, adolescentes e adultos, a predominância passa

a ser do vírus Influenza e do Sars-Cov-2, vírus que causa a covid-19”, relata.

Vacinação contra influenza

No próximo sábado, (13), a Prefeitura de Petrópolis, por meio da Secretaria de Saúde, promoverá o Dia D contra a Influenza (gripe). As vacinas estarão disponíveis em 56 pontos de imunização, sendo 15 salas de vacinação, 27 unidades de saúde, 11 postos volantes e 3 pontos itinerantes. A campanha contra a influenza é direcionada aos grupos prioritários, entre eles, idosos, crianças entre com idades entre 6 meses e 5 anos, professores, pessoas com deficiência, entre outros.

Atleta petropolitana é campeã do Rio Open de Jiu-jitsu

Foto: Divulgação

Por Gabriel Rattes

No último fim de semana, a atleta da Icon Petrópolis, Gabriela Camara, foi campeã da edição 2024 do Rio International Open de Jiu-jitsu. A competição, organizada pela Confederação Brasileira de Jiu-jitsu (CBJJ), principal liga da modalidade no mundo, foi realizada na Arena Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro. Gabriela é faixa azul e competiu na categoria meio pesado, até 74kg. Ao todo, disputou duas lutas, uma semifinal e uma final. Venceu a primeira por finalização e garantiu o título por pontuação (8x0) na segunda. Atualmente a atleta é líder do ranking nacional na categoria absoluto e está na terceira colocação na classificação geral da faixa azul no país. No dia 20 de abril, irá disputar o campeonato brasileiro em São Paulo.

“Vencer para nós atletas é sempre uma ótima motivação, mas cada competição é única, como o Mauro [Mauro Ferreira, treinador e mestre da atleta] costuma dizer para



Competição é organizada pela principal liga da modalidade no mundo

nós aqui, não dá tempo de se lamentar nem comemorar, já temos que nos preparar para o próximo desafio”, enfatizou Gabriela.

Gabriela é natural da Bahia, mas chegou em Petrópolis

com dois anos de idade. Atualmente lidera o ranking nacional na categoria absoluto, é segunda colocada na categoria meio pesado da faixa azul e terceira colocada na faixa azul geral. No ‘currículo’ do Jiu-

-jitsu, Gabi conta com títulos como: campeã brasileira com e sem kimono, da Confederação Brasileira de Jiu-jitsu (CBJJ); campeã sul-americana, da International Brazilian Jiu-Jitsu Federation (IBJJF); campeã do europeu de 2022 e duas vezes terceiro lugar em 2023 (categoria e absoluto); e nos Opens da CBJJ possui mais de 12 pódios como campeã.

Campeonato Brasileiro

A disputa do Rio Open em Deodoro, serviu de preparação e aquecimento para a disputa do maior campeonato nacional, o Campeonato Brasileiro da CBJJ. Será realizado entre os dias 20 a 28 de abril, no Ginásio de Esportes José Corrêa, em Baueri, São Paulo. A equipe Icon Petrópolis contará com mais de 9 atletas na competição, mas ainda depende de ajuda financeira ou algum patrocínio. Caso queira colaborar com os atletas, basta entrar em contato pelas contas do Instagram: da atleta (@camaragabi) ou da equipe (@icon_petropolis).

Capoeira é patrimônio cultural de Petrópolis

Em Petrópolis, a capoeira obteve o reconhecimento oficial pela Prefeitura como elemento central do patrimônio cultural e pedagógico da cidade. A “Carta Compromisso da Salvaguarda da Capoeira de Petrópolis” foi assinada pelo prefeito Rubens Bomtempo e pelo presidente da Liga Petropolitana de Capoeira, Adilson

de Santana (o “Bicudo”), no último sábado (6), durante a V Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

“A capoeira faz parte da identidade cultural afro-brasileira e afro-petropolitana. Além disso, ela historicamente foi criminalizada e marginalizada, vista com preconceito, com um racismo religioso.

Mesmo frente a toda essa visão preconceituosa, ela é um símbolo de combate e resistência. Então reafirmar a capoeira é reafirmar toda essa cultura afro-brasileira”, disse o coordenador da Igualdade Racial da Prefeitura, Filipe Graciano.

Políticas antirracistas

O ato faz parte de um

conjunto de medidas que a prefeitura vem tomando nos últimos 2 anos no combate ao racismo. São exemplos disso: a reativação do Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial, a criação do Disque Antirracista, o fortalecimento da festa Ubuntu e a promoção da educação antirracista nas escolas.

CORREIO DO VALE

POR SÔNIA PAES



Paulo Dimas

Zé Abel morreu aos 76 anos

Morre o ex-vereador de Barra Mansa, Zé Abel

O ex-vereador de Barra Mansa, José Abel Mariano, mais conhecido como Zé Abel, morreu ontem, dia 10, aos 76 anos. Ele estava internado na Santa Casa de Misericórdia. José Abel foi uma grande liderança política da Região Leste e deixa a esposa Neuza e os filhos André, Andréia

e Wesley, e netos. O prefeito Rodrigo Drable publicou uma nota de pesar em suas redes sociais. “Um homem trabalhador, que escreveu a história da Região Leste de Barra Mansa. Uma vida dedicada à comunidade. Meus sentimentos a família, sua esposa, filhos e netos. Barra Mansa está de luto”.

Contas da Prefeitura de Pinheiral

As contas da Prefeitura de Pinheiral, referentes ao exercício financeiro do ano de 2020 foram aprovadas pela Câmara Municipal. A prestação de contas, que chegou ao plenário da Câmara com parecer favorá-

vel do Tribunal de Contas do Estado (TCE) emitido em 2021, foram aprovadas por sete votos contra um. O prefeito Ednardo Barbosa disse que a aprovação das contas atesta a dedicação de sua equipe.

2º Fórum Regional de Turismo

Aconteceu ontem (10), em Miguel Pereira, o 2º Fórum Regional de Turismo. O Encontro serviu para discutir ações voltadas para o setor no Vale do Café e debater o potencial turístico dos municípios

de uma das maiores regiões turísticas do estado. A gerente de Turismo de Barra Mansa e presidente da IGR-CitVale, Bhella Santos, destacou a importância do evento na promoção da região.



PMBM

Vagas em B.Mansa são para cadastro de reserva

Secretaria de Assistência Social realiza processo seletivo

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Barra Mansa divulgou edital para um processo seletivo com 50 vagas para formação de cadastro de reserva, com contratação temporária. Os cargos disponíveis são: agente educador para acolhimento institucional em abrigo (cuidador social), pedreiro, eletricista predial

ou residencial, cozinheiro, coveiro, roçador e ajudante de funerária. As inscrições devem ser feitas nos dias 18 e 19 de abril, das 9h às 16h, de forma presencial nas unidades dos Cras municípios nos bairros Ano Bom, Boa Vista 2, Morada Verde, São Pedro, Vila Coringa, Vista Alegre, Vila Natal (Paráíso de Baixo) ou na sede da SMASDH, no Centro.

Quem pode se inscrever

Poderão se inscrever aqueles que já atuaram em qualquer função pela Prefeitura de Barra Mansa e tiveram a validade expirada de seus contratos de trabalho,

por prazo determinado. No entanto, no ato da contratação deverá ter pelo menos 06 (seis) meses de desligamento do último contrato com a Prefeitura.

Divulgação do resultado preliminar

O resultado preliminar será divulgado no dia 26 de abril. Nos dias 29 e 30, os candidatos que discordarem do resultado poderão entrar com recurso administrativo, no horário das 9 às 16 horas, justificando a sua discordância, no mesmo local da inscrição. O resultado final estará

à disposição do público para consulta a partir das 10 horas do dia 03 de maio, sendo publicado no mural da Secretaria, bem como no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Barra Mansa, que pode ser acessado pelo link: <http://www.barramansa.rj.gov.br/transparencia>.

Prefeitura de Angra publica mudanças no secretariado

Instituto de Previdência Social está com nova presidência

A dança das cadeiras continua nas prefeituras da região. A Prefeitura de Angra dos Reis não ficou de fora e também divulgou as mudanças ocorridas na direção de algumas secretarias da administração pública direta e também na presidência do Instituto de Previdência Social de Angra dos Reis (Angraprev).

As portarias com as nomeações foram publicadas nos Boletins Oficiais 1.868, 1.869 e 1.870, respectivamente de 5, 8 e 9 de abril.

Na Secretaria de Governo, quem assume é o auditor fiscal, contabilista e economista Roberto Peixoto, no lugar do engenheiro e servidor municipal Cláudio Ferreti.

Na Secretaria de Cultura e Patrimônio, o novo secretário é Bruno Marques, substituindo Andrei Lara; na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, sai Aurélio Marques e entra Tânia Gomes da Silva. Na Secretaria de Segurança Pública, Ricardo Ferreira substitui Douglas Barbosa; Marcel Araújo assume a Secretaria de Ordem

Suspensa multa de R\$ 16 milhões a Neymar por lago em Mangaratiba

Alexandre Araújo (Folhapress)

A Justiça do Rio de Janeiro suspendeu a cobrança de multa de R\$ 16 milhões aplicada a Neymar por conta das obras do lago artificial construído em uma mansão em Mangaratiba, na Costa Verde.

A desembargadora Adriana Ramos de Mello citou recente relatório do INEA na decisão. O órgão descartou irregularidades ambientais na construção. Apontou que o lago artificial “foi implantado em 2007”, pelo antigo proprietário do imóvel, e que Neymar “realizou reforma paisagística”.

“(…) sobreveio aos autos relatório de vistoria emitido pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, órgão responsável pelo licenciamento das referidas atividades, atestando ser inexistível o licenciamento e, ainda, que não estavam presentes as situações relatadas nos autos de infração”, diz trecho do documento.

A magistrada concluiu que, sem a comprovação dos danos ambientais, não caberia a mul-



Divulgação

Andrei Lara é pré-candidato a vereador pelo Solidariedade

Pública e Mobilidade Urbana.

A nova secretária executiva de Pesca é Márcia dos Reis Campos Pereira, substituindo Leandro Silva; Flávia Telles é a nova chefe de Gabinete, no lugar de Moisés Nunes de Alencar; e Marco Antônio de

Araújo Barra é o novo controlador-geral do município, substituindo Roberto Peixoto, que agora é secretário de Governo.

ANGRAPREV

Quem assume a presidência do Instituto de Previdência



Redes sociais

Obras em mansão chegaram a ser embargadas

ta antecipada. “Nesse cenário, diante da documentação emitida pelo órgão licenciador, não há por que, se acolher o pedido”. A informação foi publicada, inicialmente, pelo g1 e confirmada pelo UOL.

Neymar havia sido multado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba, em julho do ano passado. As obras na mansão tinham

sido embargadas no dia 22 de junho.

A ação aconteceu depois de uma denúncia de crime ambiental. À época, a Secretaria de Meio Ambiente avisou em nota que aplicaria uma multa. A operação foi comandada pela secretária e teve apoio da Polícia Militar Ambiental e agentes do Grupamento de Proteção Ambiental do município.

Em vigor atualização da lei para a isenção de ICMS de carro para PCD

O deputado estadual Jari Oliveira (PSB) comemora a publicação da Lei Nº 10.312 que altera o convênio para isenção de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) na compra de veículos para Pessoas com Deficiência (PCD) no Estado do Rio de Janeiro. Após solicitação do parlamentar, o governo do estado acatou a proposta do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, de setembro de 2023, e publicada em Diário Oficial da União (DOU) em outubro, que aumenta o valor limite para aquisição do veículo com desconto no imposto.

“É motivo de comemoração a publicação dessa lei, que ocorreu na última segunda-fei-

ra, dia 08. Até então, as Pessoas com Deficiência no Estado do Rio só podiam comprar carros até R\$ 70 mil com isenção de ICMS e sabemos da dificuldade de encontrar veículos novos, que atendam suas necessidades com esse valor. Com a adequação da lei, que já está valendo, o abatimento total do ICMS segue incidindo em carros de até R\$ 70 mil, mas oportuniza a compra de carros com valores até R\$ 120 mil”, avisou Jari, explicando que a isenção de ICMS será até o valor de R\$ 70 mil e a incidência do imposto se dará apenas na parcela superior a esse valor.

O parlamentar fez uma Indicação Legislativa na Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), em dezembro passado, fazendo o pedido ao Estado e, em fevereiro deste ano, esteve com o secretário de Estado de Fazenda, Leonardo Lobo, para solicitar que o Rio adotasse a alteração da legislação de isenção de ICMS na compra de veículos para PCD.

“O secretário se comprometeu e o governo enviou um Projeto de Lei, através de Mensagem do Poder Executivo, à Alerj, que logo foi aprovada, por unanimidade, pelos deputados. E, agora, o benefício está garantido para os PCD”, reforçou.

Extensão para o IPVA

Com o aumento do teto para R\$ 120 mil, permitindo que as Pessoas com Deficiência (PCDs) possam adquirir seus

veículos com isenção de ICMS, o deputado protocolou Indicação direcionada à Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), solicitando a extensão da isenção, no mesmo teto, para o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotivos (IPVA). O pedido foi feito assim que a Alerj aprovou a proposta enviada pelo Estado.

“Com essas mudanças na legislação, conseguimos estimular a autonomia e a inclusão tanto para Pessoas com Deficiência, para pessoas com Síndrome de Down e para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Por isso, pedimos que a lei que determina a isenção do IPVA ocorra nos mesmos termos do ICMS”, disse Jari.

Social de Angra dos Reis (Angraprev) é Renaldo de Sousa, servidor com mais de 30 anos de serviço público, sendo 11 deles no próprio Angraprev. Ele estava na função de assessor de investimentos e gestor de recursos no próprio instituto, além de ser presidente do Conselho Deliberativo e coordenador do Comitê de Investimentos. Renaldo assume a pasta no lugar de Luciane Rabha.

– Pretendo dar continuidade ao trabalho impecável feito desde 2017 por Luciane Rabha. Ela realizou diversas mudanças das quais eu pude participar, deixando um legado que precisa de continuidade. Nossos aposentados e pensionistas podem ficar tranquilos, pois pretendo manter as ações que já existem no Angraprev – adiantou o novo diretor-presidente.

Renaldo de Sousa é graduado em logística, com MBA em Gestão Pública e em Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Também possui certificação profissional Anbima CPA-20 e CP RPPS CGINV nível avançado.

CORREIO VALE PARAÍBA



Construção beneficiará cruzamento entre avenidas

VR: Construção de viaduto no bairro Niterói está parada

Quem trafega sentido Niterói vindo dos bairros Voldac, Aero Clube e Aterado pode sentir os efeitos do trânsito caótico no novo trevo que está sendo construído o viaduto da Avenida Nossa Senhora do Amparo e isso porque a obra está completamente parada. A constru-

ção faz parte de um pacote de investimentos feito pelo Governo do Estado, de R\$ 136,1 milhões, para contemplar o Plano de Mobilidade Urbana da cidade. O novo acesso, que seria para beneficiar o tráfego da região, está com pilares de sustentação inacabados.

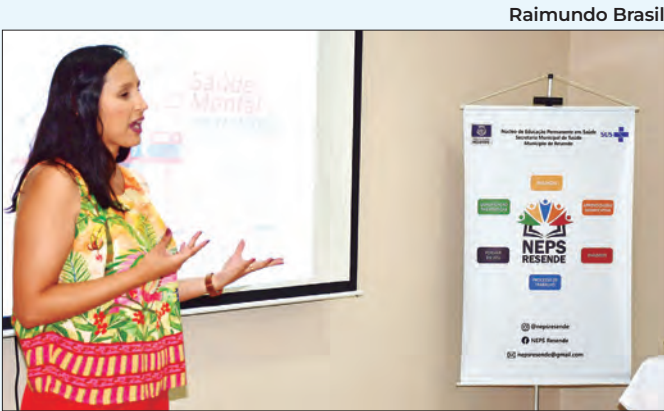
Local virou estacionamento

A informação publicada pela prefeitura de Volta Redonda, é que no final de fevereiro a empreiteira iria finalizar a construção desses apoios e daria início as rampas de subida e descida do viaduto.

VR realiza concerto de Páscoa

A Orquestra de Cordas e o Coro Infantojuvenil de Volta Redonda realizam o Concerto de Páscoa na Paróquia Santa Cecília nesta sexta-feira (12), a partir das 19h30, no bairro

Vila Santa Cecília. A apresentação contará com um programa musical, incluindo a participação de 200 jovens do programa “Volta Redonda Cidade da Música”.



Evento acontecerá nessa quinta-feira, às 14h

Resende recebe ‘Seminário do trabalhador’

O Cerest Médio Paraíba II e o Núcleo de Educação Permanente de Resende promovem o II Seminário em Saúde do Trabalhador nesta quinta-feira (11), às 14h, no auditório da antiga Câmara Municipal. O evento tem o tema ‘Abril Verde 2024 - Para trabalhar não precisa adoecer’, e tem o objetivo de conscientizar empregadores

e trabalhadores sobre a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. O encontro terá palestras de Hugo Sampaio Líbero, mestre em Engenharia de Estruturas, e Thaís de Jesus da Silva, Técnica de Segurança do Trabalho. O evento tem como público-alvo as equipes multiprofissionais.

Assembleia

O Bispo da Diocese de Barra do Piraí - Volta Redonda, Dom Luiz Henrique, foi convidado a participar da 61ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que começou nesta quarta-feira (10) e dura até o dia 19 de abril. O evento acontece em Aparecida.

Hemonúcleo

O Hemonúcleo de Volta Redonda registrou em março e abril a participação de mais de 100 estudantes durante a recente edição das campanhas “Estudante Sangue Bom” e “Universitário Sangue Bom”, realizadas pela Coordenadoria da Juventude em parceria com a unidade.

Assembleia II

A assembleia reúne cardeais, arcebispos, bispos diocesanos, auxiliares e coadjuutores, bispos eméritos, administradores diocesanos e representantes de organismos e pastorais da Igreja. A programação inclui também um retiro espiritual, que teve início ainda na quarta-feira.

Hemonúcleo II

As iniciativas visam garantir o estoque da unidade, incentivando que jovens e estudantes se tornem doadores periódicos. As campanhas acontecem três vezes ao ano, durante o retorno às aulas. A última etapa acontece em novembro, no mês nacional do doador de sangue.

Estado do Rio agora conta com Estatuto da Pessoa Rara

Estimativa é que RJ tenha 1 mi de pessoas com doenças raras

Na publicação do Diário Oficial desta quarta-feira (10), agora o Estado do Rio passa a contar com o Estatuto da Pessoa com Doença Crônica Complexa e Rara, um conjunto de leis que consolidam direitos dessa parcela da população e também deveres do Estado e da iniciativa privada. A medida é prevista na nova Lei 10.315/24, de autoria do deputado estadual Munir Neto (PSD), coordenador da Frente Parlamentar das Doenças Raras da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), que foi sancionada pelo governador Cláudio Castro.

Entre as inovações, estão a garantia de apoio psicossocial - além do atendimento médico prioritário; gratuidade no transporte intermunicipal; prioridade na matrícula escolar e incentivo para a inserção no mercado de trabalho.

Além da Lei 10.315/24 que criou o Estatuto, mais três leis de autoria do parlamentar, beneficiando pessoas com doenças raras, foram sancionadas integralmente pelo governador Cláudio Castro e publicadas também nesta quarta. As novas leis asseguram prioridade aos raros em todas as fases de tramitação dos processos administrativos nas quais são partes em âmbito estadual (Lei 10.316/24); em todos os atendimentos realizados por órgãos públicos fluminenses (Lei 10.317/24) e nas unidades de saúde públicas ou privadas do Estado do Rio (Lei 10.323/24).

Estimativa chega a 1 milhão

Só no Estado do Rio de Janeiro, a estimativa é de que 1 milhão de pessoas convivam com alguma das mais de 7 mil enfermidades classificadas como raras - ou seja, que afetam até 65 pessoas em cada



Autor do projeto de lei, deputado Munir Neto comemora sanção pelo governador

100 mil indivíduos, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). Por falta de diagnóstico, três em cada 10 pessoas que nascem com essas enfermidades morrem antes de completar cinco anos de idade.

“Capacitar os profissionais de saúde é fundamental para que haja um diagnóstico precoce, salvando vidas. Este é um dos objetivos da Frente: atuar na construção de pontes que possibilitem essa capacitação. Já fechamos parcerias nesse sentido e são essas ações paralelas que vão se somar ao Estatuto e garantir a efetividade das leis”, explicou Munir Neto.

O deputado disse que é fundamental trabalhar para aumentar a prevenção, a conscientização e o acesso das pessoas raras a seus direitos, inclusive com campanhas de informação junto aos pacientes, aos profissionais de saúde e à população. Ele ainda enfatizou a forte participação da sociedade civil organizada na construção do Es-

tatuto. “Ouvimos associações de pacientes, familiares e especialistas que lidam diretamente com os desafios impostos por essas enfermidades”, completou.

Estatuto é comemorado

A criação oficial do Estatuto é comemorada por pessoas com doenças raras que militam pela causa no Estado do Rio. “Ser o primeiro estado no Brasil a ter um estatuto voltado para as pessoas com doenças crônicas complexas e raras é mostrar que estamos começando a enxergar essas pessoas, que eram invisíveis ao poder público”, disse Adriana Santiago, vice-presidente da ABA - Associação Brasileira Addisoniana. Ela é mãe da geneticista Letícia Santiago, que tem a doença de Addison, também conhecida como insuficiência adrenal primária.

Selva Chaves, presidente da Aliança Cavernoma Brasil,

uma doença rara, invisível e sem cura, que consiste em um conjunto de pequenas lesões no cérebro que podem ocasionar hemorragias, também celebrou a conquista. “A aprovação deste conjunto de leis é importantíssima porque, além de fortalecer e legitimar os direitos dos raros, os torna visíveis para a sociedade. E a inclusão efetiva começa com a sociedade enxergando as individualidades e potencialidades de cada um”.

Segundo Selva, a nova legislação marca um novo momento na luta das pessoas raras não só no estado, como no país. “Os raros do Brasil estão vivenciando um momento há muito desejado e esperado. Nunca na história de luta das pessoas com doenças raras tivemos tanta visibilidade. Sabemos que ainda há muito a ser feito! Mas o dia de hoje será um marco, nosso divisor de águas. Os raros do Rio de Janeiro poderão travar suas lutas amparados pelo nosso Estatuto”, completou ela.

Professores de Resende denunciam atrasos no reajuste salarial

Lanna Silveira

Os professores da rede municipal de ensino de Resende se uniram a representantes do Sepe (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação) em uma manifestação realizada no último domingo (7). O objetivo principal do ato foi reivindicar o pagamento da terceira parcela do reajuste salarial, referente a 2024, prometida pelo prefeito Diogo Balieiro em 2023.

A mobilização também levantou questões como o fechamento de turmas e escolas da EJA (Educação de Jovens e Adultos); processos para pagamento de auxílio educação; e a falta de pagamento do adicional de qualificação e vantagem pecuniária previstos no Plano de Cargos e Carreiras do município.

Motivações do sindicato

Segundo a equipe do Sepe, a categoria entrou em contato com o poder público em mais de uma ocasião, não recebendo nenhuma resposta sobre quando a parcela será paga. O diretor Carlos Roberto detalha que o sindicato pediu uma audiência para tratar sobre o assunto e não houve retorno da Prefeitura. Outra diretora do sindic-



Sindicato não consegue entrar em contato com a Prefeitura

to, Daysiane Alves, reforça que e-mails enviados diretamente ao prefeito de Resende nunca foram respondidos. Ela aponta que o contato com a Secretaria de Educação também é difícil.

Após várias tentativas de contato mal sucedidas, os profissionais da educação decidiram realizar o ato do último domingo, com o objetivo de chamar atenção para o problema e conseguir um posicionamento do governo municipal. A diretoria do Sepe garantiu ainda que

se o reajuste não for inserido no próximo pagamento, será feita uma assembleia para decidir quais serão os próximos passos da categoria. “A gente vai insistir em obter uma resposta satisfatória como uma forma de evitar a paralisação”, apontou Carlos.

O sindicalista resalta que a falta de previsão do pagamento, junto ao silêncio da Prefeitura, causa inquietação nos professores. “Vivemos em uma realidade em que o custo de vida está muito alto. Ficar sem reajuste nesse

cenário é inaceitável”, conclui.

Esclarecimentos

O Correio Sul Fluminense entrou em contato com a Prefeitura de Resende, que demonstrou não saber sobre a manifestação realizada no último domingo. A equipe informou que a data base do pagamento é o mês de maio, podendo ser feito com antecedência.

A Prefeitura não se pronunciou sobre as tentativas de contato e pedido de audiência alegados pelo Sepe.

Rio recebe 9º Congresso Internacional de Oncologia

Serão dois dias de debate sobre os avanços em diagnóstico e tratamento de câncer

Por ano, segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA), mais 700 mil novos casos de câncer são diagnosticados no Brasil. Ainda que a estimativa do INCA impressione - representa, por exemplo, mais do que a população de Aracajú, capital de Sergipe - a medicina tem registrado contínuos avanços em diagnóstico e tratamento de câncer, assegurando novos horizontes e excelentes perspectivas para os pacientes. Nos dias 12 e 13 de abril, as últimas novidades e os temas mais atuais na oncologia serão debatidos na IX edição do Congresso Internacional Oncologia D'Or, que acontece no Centro de Convenções do Windsor Oceânico, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.

Presidente da Oncologia D'Or, Paulo Hoff destaca que o evento é pensado para proporcionar aos congressistas uma imersão do que há de mais moderno na oncologia, bem como a oportunidade de atualizar o conhecimento. Para isso, serão mais de 50h de programação distribuídas em quase 40 mesas ou módulos temáticos. Ao todo, serão mais de 250 palestrantes, incluindo convidados internacionais, como George Netto, professor de Patologia e Medicina Laboratorial na Escola de Medicina de Perelman, na Pensilvânia e Kevin Kalinsky, diretor do departamento de Hematologia e Oncologia da Escola de Medicina da Universidade de Emory, em Atlanta.

As contribuições da tecnologia e inovação para diagnósticos mais precisos e tratamentos mais eficazes estão entre os principais



Divulgação

Última edição do Congresso Internacional Oncologia D'Or, em abril de 2023



Paulo Hoff é presidente da Oncologia D'Or, organizadora do congresso

Os cuidados com o Parkinson, a segunda doença neurodegenerativa que mais afeta pessoas no mundo

O Parkinson é uma doença crônica, neurológica e progressiva. O Dia da Conscientização do Parkinson é 11 de abril, tornando-se, assim, uma data super importante para reforçar formas de se cuidar e descobrir precocemente.

O sintoma muito característico e comum é o tremor, mas nem sempre a doença começa a se apresentar dessa forma, às vezes pode começar com uma depressão. A demora para realizar algumas atividades, a rigidez muscular e uma aparência mais abatida na face, também são alguns sinais do princípio de Parkinson.

A geriatra Márcia Umbelino explica que o processo de adoecimento é causado pela queda da dopamina, um importante neurotransmissor que atua em diversas regiões do cérebro, sendo responsável por funções ligadas às emoções, aprendizado, humor, atenção e pelo nosso sistema motor, logo, é responsável pelos nossos movimentos.”É a redução da produção de dopamina que leva aos sintomas característicos da doença, que vai piorando ao longo do tempo”, acrescenta a médica.

Infelizmente, não existe uma cura para a doença, mas existem formas de prevenir é viver de forma mais tranquila com ela. A médica



Divulgação

Diferentes formas de prevenção e tratamento ajudam as pessoas

esclarece que o uso de substâncias que ajudam no processo da produção de dopamina, atividade físicas, uma boa alimentação, são formas de prevenir e tratar o parkinson. “É muito importante o paciente começar o tratamento o mais rápido possível e não parar sua vida. Ter hábitos de vida saudáveis, com certeza ajudam muito para que a doença não progrida tão rápido”, completa Márcia.

O neurocirurgião Orlando Maia, também acrescenta sobre a importância da cirurgia. O procedimento não é a primeira solução a ser indicada, mas pode ser sugere-

rida quando os remédios perdem ou não têm a mesma eficácia, isso pode ser comum, ainda mais se o paciente toma a muito tempo. Porém ela só é indicada para pessoas que ainda estão lúcidas, ativas e que ainda possuem uma independência.

“A cirurgia funciona com o implante de um eletrodo, é como um marcapasso que é colocado no peito que emite uma frequência elétrica capaz de estimular a região cerebral e estimular conexões que vão ajudar na redução e até sumição dos sintomas do Parkinson”, completa o médico.

Projeto de lei prevê facilitar a redução de mamas pelo plano de saúde

A gigantomastia é o volume exagerado dos seios e pode trazer diversos problemas físicos e psicológicos a quem sofre com a condição.

Existe uma associação de condições que levam ao diagnóstico da condição, já que não existe uma padronização que defina que a pessoa sofra de gigantomastia. A condição traz problemas posturais, dores nos ombros, por causa do peso, proliferação de fungos na região, pois é uma região que fica abafada e molhada, além de levantar questões psicológicas, pois quem sofre com o problema pode desenvolver baixa autoestima, se sentir mal esteticamente e pelos próprios obstáculos causados pela condição. Também existe a dificuldade de realizar exercícios, encontrar roupas, ou mesmo usar roupas que desejam por causa do tamanho dos seios.

O problema só pode ser resolvido com cirurgia plástica, porém muitas mulheres não têm condições e não conseguem realizar suas cirurgias através do plano de saúde. Recentemente, entrou em análise o Projeto de Lei 604/24 que determina que os planos privados de saúde incluam

cobertura da cirurgia de redução da mama em paciente com diagnóstico de gigantomastia.

“O procedimento de redução de mamas é um sonho de muitas mulheres que chegam ao meu consultório”, acrescenta o cirurgião plástico Mattheus Herdy. O cirurgião que é membro titular da sociedade brasileira e americana de cirurgias plásticas explica que é possível realizar a cirurgia de redução e ao mesmo tempo deixar os seios mais levantados, na forma que a paciente deseja, valorizando mais ainda seu colo e aumentando sua autoestima.

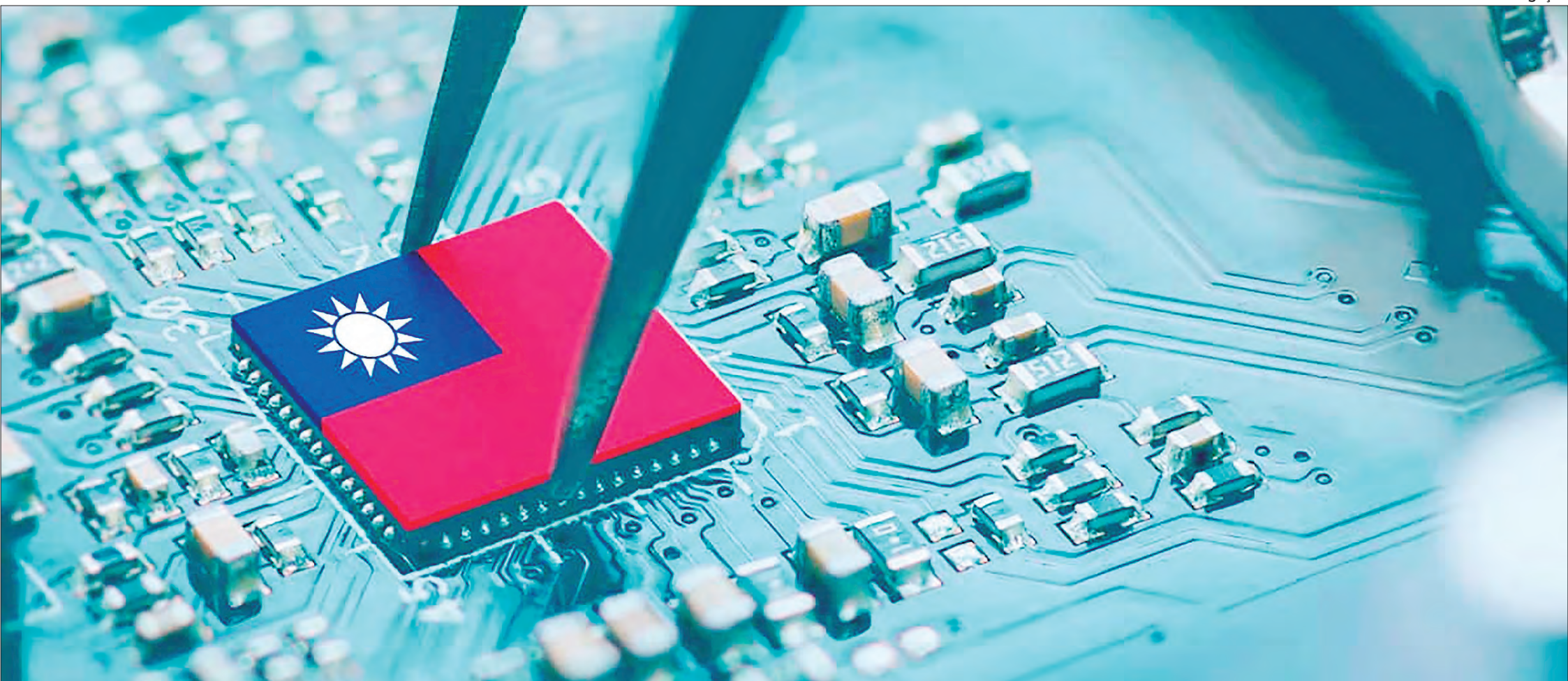
É possível fazer a cirurgia pelo plano de saúde, ou pelo Sistema de Saúde Único (SUS), porém ainda é um processo demorado e burocrático. Como não existe uma padronização que identifique a gigantomastia, é preciso ter uma associação de sintomas de dores nas costas e nos ombros e postura prejudicada, e também é necessário um laudo ortopédico para poder realizar a cirurgia, porém em muitos casos, mesmo como laudo a cirurgia é negada pelo plano e a paciente precisam acessar a justiça para fazer o procedimento.

Divulgação



Mulheres precisam recorrer à justiça para realizar a cirurgia

Divulgação



Terremoto em Taiwan pode trazer a Crise da Tecnologia

Por Guilherme Cosenza

O terremoto de escala 7.4 que atingiu a ilha de Taiwan, país localizado ao leste da China pode ser um passo perigoso rumo a uma crise global. Isso porque a ilha produz cerca de 80% dos chips de alta performance que é enviado para o mundo inteiro. Esses chips são usados em celulares, carros, computadores e em diversos sistemas eletrônicos no mundo inteiro, incluindo a Inteligência Artificial, ponto onde diariamente empresas vem investindo muito dinheiro.

Por conta da violência do terremoto, algumas das principais indústrias de produção de chips, paralisaram o trabalho, o que gerou um verdadeiro transtorno no mercado atual. Entre as empresas que paralisaram os seus serviços está a Taiwan Semiconductor Manufacturing Company (TSMC) que é responsável pela criação e envio de chips para a Apple e a Nvidia. A empresa interrompeu as atividades na última semana e precisou

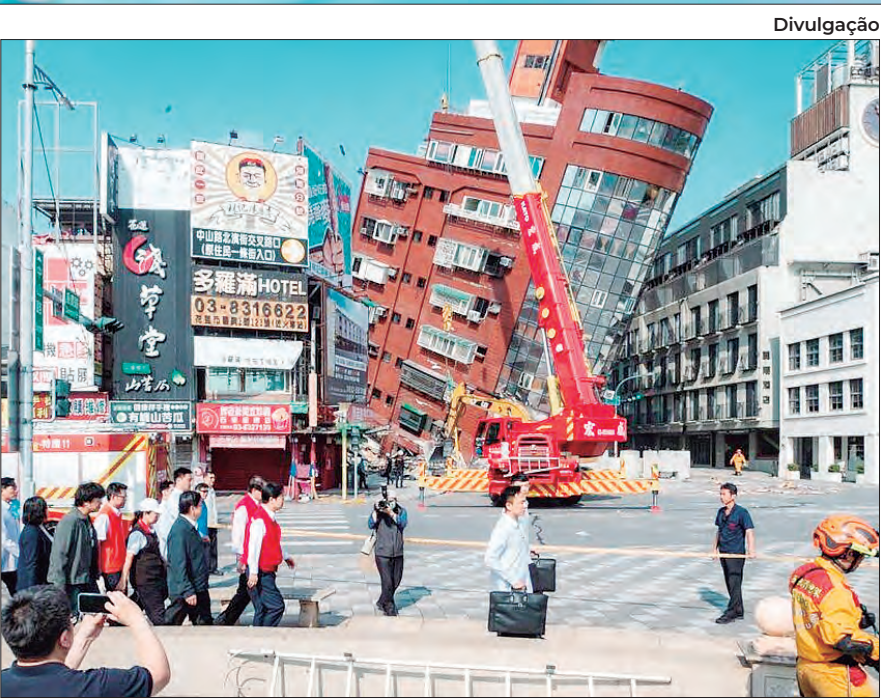
parar por completo a produção em diversas de suas fábricas por estarem perto de pontos perigosos, deixando os funcionários correndo risco de vida.

Outra empresa que também precisou interromper os trabalhos foi a gigante United Microelectronics Corporation (UMC). As duas são as maiores fabricantes dos chips na atualidade. Porém outras empresas como a Media Tek também sofreram paralisação em algumas de suas fábricas. Com isso, o mercado de tecnologias vive no momento um período de receio enorme em relação a essa dependência de Taiwan.

Porém, o que está acontecendo nada mais é que um rememorar do período pandêmico onde a China, maior afetada pela covid-19, já havia passado por uma questão de recesso de seus produtos. Por outro lado, dificilmente outras fabricantes localizadas em outros pontos do mundo, conseguiriam suprir essa necessidade, uma vez que os chips em questão são extre-

mamente específicos de serem produzidos e levam um tempo muito grande para produção. Alinhado a isso, há também o fator de mão de obra para esse tipo de serviço, Taiwan tem profissionais altamente qualificados, especialmente em engenharia e tecnologia, o que é essencial para a fabricação de chips.

Alinha-se a isso um fator importante de que o governo taiwanês oferece apoio e incentivos para impulsionar a indústria de semicondutores, incluindo políticas fiscais favoráveis, investimento em educação e treinamento de mão de obra, e programas de pesquisa colaborativa. O que dificilmente acontece em outros países, para fechar a questão há também o fato de que as fabricantes atuais de chips aproveitam as facilidades dadas pelo governo, unindo a alta capacidade de mão de obra, para poder investir cada vez mais no desenvolvimento dos chips, o que dificilmente aconteceria em um curto tempo de espaço mantendo a qualidade.



Divulgação

Paralisação na fabricação pode ser o início de uma Crise Mundial na Tecnologia; abalo de escala 7,4 atingiu a ilha

Terremoto fez com que fabricação fosse interrompida

País é o maior produtor de chips de última geração e precisou para a fabricação após o abalo císmico

Atraso nas entregas de AI e iPhones

Quando analisado que Taiwan produz os chips do principal telefone do mundo que é o iPhone e da maior tecnologia da atualidade que é a Inteligência Artificial, é fácil perceber o quanto impactante é para o setor a eventual paralisação das fábricas.

Em números, Taiwan é responsável por cerca de 60% da produção dos chips de celulares em todo o mundo. Já em relação a Inteligência Artificial, as fábricas chinesas são responsáveis por um total de 90% da produção. Ou seja, se Taiwan parar 100% sua fabricação, as produções de Inteligência Artificial param juntos, isso tem causado um alarde no mercado da tecnologia que vem sofrendo não só com a possibilidade de um atraso, mas com uma confirmação, após três dias paradas as fabricações. Porém, as estimativas são ainda maiores para essa semana que se inicia com mais dias parados. Com previsões de entregas que não irão se concretizar, muitos pro-

blemas estão para acontecer no mundo da tecnologia.

Aliás, poderá ser mais um golpe para a própria Apple que já vem sofrendo com a baixa no número de vendas de seus aparelhos, sem os chips, essa queda poderá ser ainda maior, como consequência, um balanço trimestral na contramão do sucesso. Outra empresa que sofrerá fortes quedas é a Samsung que entra para esse efeito dominó vindo do fechamento das fábricas por um período indeterminado. Porém, esses são apenas alguns exemplos do que vem se desenhando para uma “crise na tecnologia”.

Falta de chips afeta o dia a dia do mundo

Contudo, a grande realidade é que a crise da falta de produção de chips afetam todos os setores. Basta uma rápida análise do dia a dia de qualquer pessoa para ver a influência da tecnologia que fica desde o trabalho, com aparelhos eletrônicos como celulares e computadores

até os momentos de lazer, como uma viagem de carro e o uso de GPS de localização. Com isso, a falta da produção dos chips é um duro golpe na tecnologia mundial, que trará por consequência uma queda nas questões econômicas dos países.

Em uma análise rápida, já passou ser incontável a possível queda nos lucros das principais empresas que recebem o fornecimento de chips taiwaneses. Porém essa queda está prestes a afetar a vida não só das empresas, mas também dos seres humanos em uma visível queda no estilo “efeito dominó”. Afinal, mesmo que as fabricações voltem a acontecer, o espaço de tempo que as indústrias ficaram fechadas, já criaram um vácuo de produção, que dificilmente será estabelecido de pronto.

Provavelmente, o setor terá que fazer o famosos cerrões para conseguir equilibrar novamente os índices de entrega, que já se mantinham no limite, para poder tentar regularizar ou chegar perto do que era antes do terremoto.

Atividade cerebral mede polarização política

Por Ana Luiza Albuquerque (Folhapress)

Renata entra no cômodo e senta-se na cadeira. Uma moça se aproxima e usa uma fita métrica para calcular a circunferência de sua cabeça. Em seguida, entrega a Renata uma touca com vários buraquinhos em cada um, ela encaixa um eletrodo. Com uma seringa, espalha no couro cabeludo um gel abrasivo que facilita a condutividade dos sinais elétricos cerebrais.

Renata faz um eletroencefalograma, mas não pelo motivo usual. A cena se desenrola em uma pequena sala da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), em Belo Horizonte. Pesquisadores do departamento de

psicologia decidiram coletar a atividade cerebral de eleitores do presidente Lula (PT) e do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para medir a polarização política.

A ideia partiu do doutorando Diego Cortezzi Pedras, interessado em encontrar um método mais objetivo para acompanhar o fenômeno as ferramentas mais comumente utilizadas, como questionários, são subjetivas e sensíveis a vieses. “Esses instrumentos de autorrelato não estavam conseguindo acompanhar os principais fenômenos. Por exemplo, não apresentaram o crescimento da extrema-direita, não só no Brasil, como no mundo”, diz.

Os voluntários da pesquisa, como a contadora Renata Perei-

ra, são chamados para participar de um teste com três fases. Petista, ela conta que já votou em Lula três vezes e chora ao lembrar da vitória nas eleições de 2022 contra Bolsonaro. “Foi um dos dias que eu nunca vou esquecer. Foi um alívio.”

Renata diz que aceitou o convite da universidade porque quis apoiar a ciência. “Eu nem pestanejei. Acho que a gente tem que fazer nosso papel”, afirma.

A primeira fase da pesquisa envolve o preenchimento de um questionário. A segunda é realizada enquanto eletrodos captam a atividade cerebral. Sozinhos em uma espécie de cabine, os participantes sentam-se em frente a uma tela, onde aparecem imagens alternadas de um homem

desconhecido (que corresponde a um estímulo neutro e frequente), de Lula e de Bolsonaro.

Essa atividade é separada por blocos em cada um, os voluntários são requisitados a contar quantas vezes a foto de Lula ou de Bolsonaro aparece na tela. Enquanto isso, do outro lado da parede, os pesquisadores acompanham em uma tela a transmissão dos sinais elétricos captados.

Nesse teste, eles analisam principalmente os resultados dos lobos frontal e parietal. Olhando para os gráficos dessas regiões, os pesquisadores conseguem avaliar o grau de atenção dos participantes quando confrontados com imagens do político que apoiam e do político do espectro oposto.

As ondas retratadas no exa-

me atingem um pico quando o voluntário é apresentado às imagens de Lula e Bolsonaro, o que revela um aumento da atenção nesses momentos. Os pesquisadores observaram que esses marcadores se manifestam de forma mais aguda quando o eleitor vê a imagem do político de sua preferência.

O uso da ferramenta para medir a polarização política é inédito no país, afirmam os pesquisadores. Foram realizados testes com 40 voluntários, e o objetivo é alcançar mais 30. Os resultados ainda não foram publicados e revisados por pares o que deve acontecer neste ano, mas apontam para um cenário preocupante.

“O eleitor de Bolsonaro não

dá tamanha atenção a Lula. E o eleitor de Lula não dá tamanha atenção a Bolsonaro”, diz a pesquisadora Margarete Schmidt, doutora em Neurociências pela UFMG.

Segundo ela, há indícios que essa falta de atenção é um pouco maior entre os bolsonaristas. “É como se eles estivessem mais resistentes [ao outro lado]”, diz.

Mesmo quando o voluntário é orientado a contar quantas vezes o político que o desagrada aparece na tela atividade que em tese demandaria mais atenção para essa imagem o exame indica que ele continua mais atento quando confrontado com a imagem do político que apoia. Isso vale tanto para apoiadores de Lula quanto de Bolsonaro.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

É com imenso prazer que apresentamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) referentes a 2023, um ano de consolidação de projetos e de muitos avanços, sobretudo no que se refere às práticas ESG (sigla em inglês para Social, Ambiental e de Governança). A Companhia fortaleceu seu foco na segurança hídrica da população fluminense, com um trabalho ininterrupto de captação e tratamento de água, ao mesmo tempo que investia na expansão e melhoria da capacidade de produção, buscando sempre as melhores práticas de governança e seguindo as diretrizes traçadas pelo Governo do Estado.

O ano de 2023 também marca uma virada nos resultados da Companhia, que começam a refletir em números as mudanças decorrentes dos leilões realizados em abril e dezembro de 2021. A CEDAE teve lucro líquido de R\$ 421,6 milhões, um salto gigantesco em relação ao R\$ 1,08 milhão registrado em 2022. A receita líquida da Companhia subiu 4,25% no ano, enquanto os custos totais, mesmo com os reajustes anuais, tiveram queda de 9,87%, consequência de cortes nos gastos com pessoal (-5,40%), serviços de terceiros (-12,26%), despesas gerais (-57,97%), provisão para créditos duvidosos (147,78%) entre outros ajustes. Todos possíveis e necessários à migração da nova realidade operacional da Companhia e mediante um cuidadoso trabalho de gestão.

A queda das despesas de pessoal, por exemplo, decorre do Programa de Demissão Voluntária (PDV) de 2022. No ano de 2023, a Companhia realizou um novo PDV, que ofereceu os melhores pacotes de incentivos já propostos aos colaboradores, não gerou alta no endividamento e vai impactar os resultados de 2024. Já os custos com terceiros caíram por causa da redução dos serviços de operação de sistemas e dos gastos com energia elétrica. No item despesas gerais, o destaque foi a equalização do passivo na CEDAE Saúde, enquanto o recuo na provisão para créditos duvidosos é consequência das mudanças no modelo de negócios trazidas pela concessão.

No âmbito geral, foram os ganhos financeiros, de R\$ 497,8 milhões, os principais responsáveis pelo lucro líquido da Companhia. Porém, no emaranhado de números, é importante ressaltar o resultado operacional, que embora tenha permanecido negativo em R\$ 36,7 milhões, mostra uma clara virada de tendência ante as perdas de R\$ 521,6 milhões registradas no ano anterior e indica que no exercício de 2024 a CEDAE registrará lucro operacional. Reforçam as perspectivas positivas os impactos esperados da redução com custo de energia, com a migração para o Mercado Livre de Energia, a redução com gastos de serviços de terceiros e a diminuição nos gastos com produtos químicos. E, ainda, a decisão do Supremo Tribunal Federal, que permitiu que a Companhia pague seu passivo judicial por meio de precatórios. Essa medida propicia um planejamento financeiro mais eficaz, com distribuição de recursos de acordo com as necessidades operacionais, sem riscos aos investimentos e à continuidade dos serviços.

OBRAS E EXPANSÃO

As obras do Novo Guandu, que vão beneficiar 3 milhões de pessoas na Baixada Fluminense e na Zona Oeste do Rio, avançaram seguindo o curso previsto. A nova unidade vai adicionar 6 mil litros de água por segundo à capacidade de produção da CEDAE, aumentando a oferta de água para a população da Região Metropolitana do Rio e da Baixada dos atuais 45 mil litros por segundo para 51 mil litros por segundo. O sistema Novo Guandu ainda contará com o maior reservatório da CEDAE: o Novo Marapicu, capaz de armazenar 53 milhões de litros de água, e com uma adutora de 3,9 km de extensão e 2,5 metros de diâmetro. Iniciadas em 2022, estas obras devem ser concluídas em 2026.

A Baixada Fluminense contará ainda com três novas estações de tratamento. A ETA Tinguá, em Nova Iguaçu começará a operar este ano, beneficiando 160 mil pessoas. A ETA Xerém, em Duque de Caxias, será a maior ETA com sistema de ultrafiltração do Brasil, com vazão de 1.300 litros de água por segundo. Deve entrar em atividade em 2025 e atender cerca de 450 mil moradores. A terceira é a ETA Rio D'Ouro, que está em fase de projeto.

Já a ETA Guandu passou por um processo de modernização voltado ao aumento de eficiência, com reforma de estruturas e equipamentos. Os sistemas de drenos, as principais válvulas os leitos filtrantes de 21 filtros foram substituídos e instaladas calhas secundárias, o que reduziu de 10 para 5 minutos o tempo necessário para a lavagem destes equipamentos. Isso gera uma economia de até 360 mil litros de água em cada operação, realizada cerca de 60 vezes por dia. Parte da água que era usada nesse processo de limpeza pôde ser direcionada ao abastecimento da população.

Na Nova e na Velha Estação de Tratamento (Veta e Neta) foram instaladas turbinas nos floculadores, e o decantador 7 da Veta também recebeu raspadores. A recuperação civil, elétrica e mecânica avançou, com a conclusão de etapas significativas do obras projetadas para Barragem Principal (46%), Barragem Auxiliar (52%), Canal de Purga (92%), Tomada Nova (90%), Tomava Velha (82%) e Retentor de Sólidos (0,83%). Também foram realizadas 90% das obras de recuperação estrutural da Galeria e da Neta, da reforma das salas na elevatória de lavagem dos filtros da Veta, da adequação e reforço do gradil e da reforma do muro da Elevatória da Zona Rural.

A ETA Guandu ainda recebeu dois novos transformadores para a subestação de energia elétrica, capazes de garantir a operação da unidade, mesmo diante das oscilações na rede geral de energia elétrica.

O Sistema Imunana-Laranjal, que abastece cerca de dois milhões de pessoas em Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Paqueta e Maricá, também está sendo modernizado. O primeiro passo foi a substituição dos módulos colmeias dos decantadores das estações 1 e 3, o que melhorou a eficiência do tratamento. Até 2025 estão previstas a modernização dos filtros e floculadores, a substituição de bombas de água bruta, a aquisição de novos equipamentos, a reforma das instalações, além da reformulação do sistema de monitoramento e controle.

Outro investimento foi num drone aquático com tecnologia de batimetria, para combater o assoreamento natural do Canal de Imunana. O aparelho usa ondas sonoras para medir a profundidade e o perfil do leito do corpo d'água, permitindo mapeamento detalhado do fundo do canal e fornecendo informações precisas sobre áreas que necessitem de intervenções.

O compromisso com a qualidade da água foi outro pilar da companhia em 2023. A entrada em operação do Laboratório de Investigação Biológica e Rastreamento da Água (Libra) permitiu ampliar os parâmetros de qualidade avaliados, que passaram de 31, em 2022, para 78 em 2023, um salto de 151,6%. O número total de amostras analisadas também subiu, de 251 mil em 2022 para 294,3 mil em 2023, garantindo mais segurança para o consumidor. É no Libra que acontece um dos trabalhos essenciais de controle de qualidade, o dos "sommeliers de água". São mais de 20 profissionais que se alternam todos os dias para degustar a água tratada e identificar diferentes padrões de gosto e odor.

Em agosto, começou a funcionar o Centro de Controle Operacional (CCO) Victor Piragibe de Carvalho Faria, em Vila Isabel. A unidade é responsável pelo monitoramento de oito sistemas produtores de água, que atendem mais de 2,5 milhões de pessoas na Região Metropolitana: Ribeirão das Lajes, Japeri, Campos Eliseos e as represas Xerém, Mantiqueira, Tinguá, Rio D'Ouro e São Pedro, que compõem o Sistema Acari. No CCO, os técnicos acessam, em tempo real, dados como status operacional, qualidade da água, consumo de insumos, vazão e volume em cada uma das unidades atendidas. O monitoramento contínuo, 24 horas por dia, permite respostas rápidas em eventuais ocorrências, evitando interrupção do tratamento.

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

O Replantando Vida, principal programa socioambiental da CEDAE, encerrou o ano reconhecido nacionalmente ao vencer a edição de 2023 do Prêmio ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), na categoria "Empresas de Médio e de Grande Porte". A premiação - a 28ª recebida pelo programa - levou em conta os impactos socioambientais do programa; seu potencial de difusão; aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU); sustentabilidade e inovação. O Replantando Vida une recuperação ambiental com a ressocialização de pessoas em situação de privação de liberdade.

O Prêmio Ana foi entregue em dezembro, mas as ações do Replantando Vida marcaram todo o ano de 2023. Em fevereiro, foi lançada a campanha "Plantando Gols", uma parceria com a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FeRJ) e a Band, para promover o plantio de 10 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica para cada gol marcado no Campeonato Carioca 2023. No fim da campanha, 1.980 mudas haviam sido plantadas às margens do Rio Guandu, em Queimados, numa área maior que o gramado do Maracanã.

Em agosto, a CEDAE inaugurou um novo viveiro florestal, dentro da Penitenciária Luis Fernandes Bandeira Duarte, em Resende. O viveiro é o segundo instalado dentro de um presídio e vai cultivar, por ano, 120 mil mudas de plantas nativas da Mata Atlântica. Os sete viveiros mantidos pela CEDAE têm capacidade de produzir quase 2,2 milhões de mudas por ano, muitas para doação. Em 2023, beneficiaram 49 municípios do Estado do Rio de Janeiro, dois de Minas Gerais e um de São Paulo, com mais de 200 mil mudas.

Em parceria com a ONG The Nature Conservancy e a Seas, foi criado o Programa de Restauração Florestal do Corredor Tinguá-Bocaina para proteger e restaurar 30 mil hectares de Mata Atlântica em nove municípios fluminenses. O corredor abriga mananciais fundamentais para o abastecimento do estado, como o Rio Guandu e a represa de Ribeirão das Lajes. Os plantios começaram em setembro no Monumento Natural Municipal Gruta dos Escravos, em Miguel Pereira, e no Parque Municipal Natural do Curió, em Paracambi.

O trabalho de recuperação de matas ciliares ganhou o selo ecológico da ONU, e a CEDAE passou a integrar a Década da Restauração de Ecossistemas da ONU, iniciativa global por ações de proteção e revitalização dos ecossistemas que busca reconstruir 350 milhões de hectares no planeta até 2030.

Na busca por energia limpa, a Cedae instalou sistemas de energia fotovoltaica nas represas do Sistema Acari. A energia solar reduz a poluição sonora e a emissão de dióxido e monóxido de carbono no interior da reserva, protegendo a fauna e a flora local. Evita a emissão de 10 toneladas de gases por mês e ainda aumenta a segurança operacional da unidade. A Companhia também realizou as primeiras licitações para a compra de energia elétrica no mercado livre para o Sistema Imunana-Laranjal e para ETA Guandu. Os contratos são para fornecimento entre 2024-2028 e devem gerar uma economia de R\$ 1,2 bilhão para a CEDAE no período.

Novidade criada em 2023, o projeto Aprender da CEDAE potencializou o Programa Jovem Aprender, para fortalecer seu compromisso com as diretrizes ESG, especialmente no que diz respeito à responsabilidade social e ao desenvolvimento profissional para a inclusão no mundo do trabalho. O programa de capacitação passou a contar com módulos temáticos e cada jovem passou a ter um mentor para ajudar no seu desenvolvimento individual.

O ano terminou com temperaturas em alta. Em novembro, uma forte onda de calor assustou os moradores do Rio de Janeiro, e os aguadeiros da CEDAE levaram água gelada de graça a pontos de grande circulação de pessoas, como Central do Brasil, Largo da Carioca e Madureira. Eles também estiveram nos arredores do estádio Nilton Santos durante as passagens dos artistas Taylor Swift e Paul McCartney, para hidratar quem esperava nas filas para assistir aos shows. Ao longo de 2023, os aguadeiros estiveram em 497 eventos no estado do Rio e distribuíram cerca de 167 mil litros de água para cerca de 500 mil pessoas.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A CEDAE colocou a Inteligência Artificial (IA) a serviço da identificação e prevenção de eventos que possam representar algum risco para o tratamento da água. O projeto, chamado IAguas, é o primeiro da modalidade a receber recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), órgão de fomento ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A ferramenta será desenvolvida pelas startups VM9 e NOAH Smart City, que venceram o tema "Cidades Inteligentes e Turismo 4.0" do Programa Finep Startups com a proposta de criar um modelo de Inteligência Artificial voltado para o monitoramento da qualidade da água e serviços de tratamento.

Em 2023, a Companhia também aderiu ao Programa Blue Rio, programa voltado ao desenvolvimento sustentável e inovação no Estado do Rio de Janeiro mediante parceria entre a Seas, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a consultoria Beta-Brasil. O objetivo é atrair startups com soluções inovadoras para o setor da Economia Azul. Quatro startups foram classificadas nas etapas iniciais do edital e avançam na elaboração de respostas aos desafios da CEDAE: a Confim 8, com a prosta de um aplicativo e uma plataforma web voltados para o aumento da eficiência operacional, a Subic, que planeja criar uma plataforma inteligente de controle e otimização de redes de distribuição de água; a Aliger, com o projeto de fornecer uma tecnologia de sensoriamento opto fluidoico para monitoramento e otimização de processos de coleta, distribuição e tratamento de água e a Orbity, que idealizou uma solução de acompanhamento das condições da água, baseada em monitoramento de reservatório e oceanos, combinando imagens de satélite, algoritmos de visão computacional e inteligência artificial.

Ainda no quesito inovação, destaque para a plataforma de cobrança CEDAE Concilia, vencedora do primeiro lugar na categoria "Inovação para Atendimento ao Cliente/Consumidor" no "Prêmio Best Performance 2023". A ferramenta facilita o processo de negociação e cobrança, por meio de um canal de autoatendimento que melhora a experiência do cliente e garante privacidade e agilidade no processo de renegociação dos débitos. Em menos de 12 meses de operação da nova plataforma, foram fechados mais de 15 mil acordos para o pagamento de R\$22 milhões.

Ao longo do ano, a CEDAE a inserção do conceito Building Information Modeling (BIM) nas obras e projetos de engenharia. A modelagem da informação com modelos 3D inteligentes, conhecido como BIM, é a representação digital das características físicas e funcionais de todos os ativos dos sistemas de água e esgotos para promover uma transformação digital na engenharia de construção e operação das infraestruturas.

A CEDAE encerra 2023 com a satisfação pelos desafios superados e a convicção de que não devem ser menores aqueles que a esperam em 2024. As altas das temperaturas, chuvas fora de padrões e outras intempéries climáticas, que parecem um caminho sem volta diante do processo de aquecimento global, vão exigir da Companhia uma atuação cada vez mais forte e eficiente, seja por meio de ações sociais que amenizem o sofrimento das pessoas atingidas, seja blindando a operação para evitar falta de água, seja recuperando e preservando o meio ambiente que lhe fornece água.

Há ainda uma lista de atividades operacionais necessárias para que a Companhia mantenha seu propósito e sua capacidade de fornecer água com qualidade e quantidade suficiente para a população fluminense. E, por fim, precisa estar preparada para responder a desafios inesperados que fazem parte do caminho.

Para dar conta de todas essas tarefas, a CEDAE conta com o apoio do governo do estado e a ajuda e a dedicação dos seus conselheiros, gestores e colaboradores.

Cordialmente,
Aguinaldo Ballon
Diretor-Presidente

2. MENSAGEM DO DIRETOR ADMINISTRATIVO- FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Trabalho, experiência, foco, equipe e nunca deixar de acreditar que a união de esforços nos levaria a um sucesso projetado para o período pós-concessão dos serviços de saneamento. E os números que surgem no balanço financeiro de 2023 da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, a nossa CEDAE, comprovam que o leilão foi uma decisão acertada do governador Cláudio Castro e do secretário da Casa Civil, Nicola Miccione. O pioneirismo do certame comandado pelo Governo do Estado começou a render frutos para a CEDAE, para o governo e, principalmente, para toda a população fluminense.

O demonstrativo financeiro anual revela que, enfim, chegou a hora da virada de chave na CEDAE. É a prova de que, daqui pra frente, a Companhia vai se tornar uma empresa lucrativa e saudável, tendo em vista que a receita anual caiu pela metade após o leilão de concessão dos serviços. Diante do desafio imposto pelo novo escopo da CEDAE, a Companhia adotou um modelo de gestão utilizando as melhores práticas mundiais, cortando custos desnecessários, reorganizando processos de produção, buscando parcerias comerciais sólidas e atuando com inovação e tecnologia. Sempre norteado pelos princípios ESG (sigla em inglês para ambiental, social e de governança). Tudo isso, claro, sem deixar um milímetro de lado as suas premissas de produzir água de qualidade e em quantidade para a população do estado do Rio de Janeiro.

O resultado positivo da gestão fica nítido ao esmiuçar os números do período. Para se ter uma ideia do trabalho desenvolvido internamente, o lucro líquido da Companhia deu um salto de 38.864%. Enquanto em 2022, um lucro de R\$ 1,08 milhão, em 2023, o balanço fechou com lucro líquido de pouco mais de R\$ 421 milhões.

Outro número impressionante foi a evolução do Ebitda. Se em 2022 apresentou um valor negativo de R\$ 395 milhões, com

margem de -12,9%, em 2023 pulou para pouco mais de R\$ 100 milhões positivos, com margem de 3,1%. Seguindo na mesma linha, o Ebitda Ajustado (incluindo receitas financeiras) consolida o trabalho focado da gestão: em 2022, fechou com R\$ 469 milhões, saltando para R\$ 1,09 bilhão, em 2023.

Como falado mais acima, os números não deixam margem para discussão. A contabilidade é uma ciência exata, e a virada de chave da CEDAE não vem da noite para o dia. É fruto do foco e do empenho de gestão e do trabalho em conjunto do seu qualificado corpo de colaboradores. Com menos receita, o segredo para alinhar números robustos é baseado em alguns pilares, como a redução de despesas, a retirada de ressavalas do balanço anterior e a reversão das provisões. Aliado a isso, houve ainda um importante ajuste de rota, que trouxe melhoria de governança nas aplicações financeiras.

Outro fator primordial, que levou a empresa a uma de suas mais relevantes transformações, foi a efetivação do maior investimento em tecnologia nesses quase 50 anos de história. Aliado à premissa de que tecnologia é o caminho, houve uma mudança de velhas práticas e conceitos, com valorização dos profissionais do setor, tornando a gerência de TI parte integrante no planejamento e na tomada de decisões.

Vale destacar, também, outros três pontos de gestão que foram fundamentais para a CEDAE fechar 2023 com números tão expressivos. São eles: acordos com o Governo do Estado, que solucionaram dívidas com seu controlador; reinserção da CEDAE no radar das principais instituições financeiras, com disponibilização de informações sobre o atual modelo de negócios da Companhia; e melhoria da governança da Prece e da CEDAE Saúde, com reforma do Estatuto de ambas.

Uma mudança deste porte, é claro, não se atinge sozinho. É um esforço coletivo desse corpo técnico qualificado. Conquistado passo a passo. Por isso, agradeço aos comprometidos, experientes e incansáveis profissionais da CEDAE pela entrega diária. Também não poderia deixar de citar a importância da parceria com a Secretaria de Gabinete do Governo do Estado. Rodrigo Abel não mediu esforços na dura e gratificante tarefa de reconstruir essa empresa.

Além de todos já citados, é fundamental expressar minha gratidão ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Doutor Sérgio Sá, que foi professor e grande apoiador da gestão desta Diretoria Financeira durante o ano de 2023. Em nenhum momento, nos deixou esmorecer diante dos enormes desafios e obstáculos. E, como trabalho em equipe nos leva a grandes conquistas, estendo meus agradecimentos aos colegas Diretores Humberto de Mello Filho, Aguinaldo Ballon, Daniel Barbosa Okumura, Marco Aurélio Damato Porto e Diogo Mentor de Mattos Rocha.

Como é possível perceber nos números e nas medidas que levaram a este cenário, aquela CEDAE que não se sustentava nem tinha um modelo de gestão sustentável já são águas passadas. E a virada está só no começo.

Antônio Carlos dos Santos
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

3. PAINEL DE INDICADORES

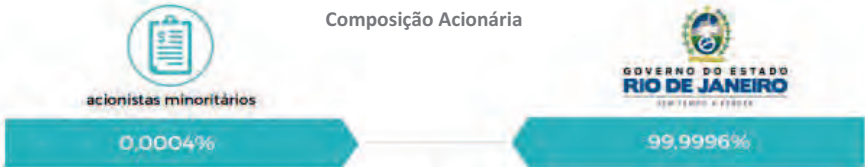
Descrição	Unidade	2023	2022	Var. %
Informações Financeiras				
Ativo	R\$/Milhares	15.452.961	15.013.386	2,93%
Patrimônio Líquido	R\$/Milhares	7.013.833	7.561.474	-7,24%
Receita Operacional Líquida	R\$/Milhares	3.199.564	3.068.990	4,25%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	R\$/Milhares	(36.773)	(521.597)	-92,95%
Resultado Financeiro Líquido	R\$/Milhares	497.798	559.125	-10,97%
EBITDA	R\$/Milhares	100.550	(395.144)	-125,45%
Lucro/(Prejuízo) Líquido	R\$/Milhares	421.595	1.082	38864,42%

Descrição	Unidade	2023	2022	Var. %
Informações Financeiras				
Estrutura de Endividamento				
Empréstimo e Financiamento	R\$/Milhares	408.818	416.827	-1,92%
Passivo Atuarial ⁽¹⁾	R\$/Milhares	386.386	412.633	-6,36%
Total Dívida Bruta	R\$/Milhares	795.204	829.460	-4,13%
Disponibilidade	R\$/Milhares	(2.246.479)	(2.340.034)	-4,00%
Total Dívida Líquida	R\$/Milhares	(1.451.275)	(1.510.574)	-3,93%
Dívida Líquida/EBITDA	R\$/Milhares	(14,43)	3,82	-477,75%
Dívida Líquida/PL	R\$/Milhares	(0,26)	(0,20)	30,00%

Indicadores Operacionais				
Volume de Água Tratada	1000m³	1.899.770	1.790.487	6,1%
Índice de consumo de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água IN058	Kwh/1000m³	430	430	0,0%

4. PERFIL DA COMPANHIA

A CEDAE é uma empresa de economia mista, sediada no município do Rio de Janeiro e tem como acionista majoritário o Estado do Rio de Janeiro. Hoje, no novo cenário pós-concessão, a Companhia é responsável, principalmente, pelo serviço upstream, que compreende a reservação, a captação, a adução e o tratamento de água bruta, vendida às concessionárias. Atualmente, possui 695 acionistas minoritários com 0,0004% da totalidade das ações e o Estado do Rio de Janeiro como acionista majoritário possui 99,9996%.



5. IMPACTOS DA CONCESSÃO

Após os leilões de concessão ocorridos em 2021, as concessionárias Águas do Rio (Bloco 1 e 4), Iguaú (Bloco 2) e Rio + Saneamento (Bloco 3), assumiram a prestação do serviço de saneamento. A CEDAE deixou, então, de prestar serviços de macroadução de água, transporte e tratamento de esgotos na Região Metropolitana e passou a ter, por foco, a prestação dos serviços de captação, adução e tratamento de água bruta e adução de água tratada até os pontos de entrega às concessionárias (serviços upstream). Esta se tornou a atividade principal da Companhia, em atendimento aos contratos de fornecimento de água firmados com as concessionárias.

No ano de 2023, a CEDAE produziu um total de 1.899.770.465 m3 de água tratada, mantendo operação em 16 municípios (até dezembro de 2023), com responsabilidade pela captação de água bruta, tratamento e distribuição de água. Investimentos em treinamentos e capacitação de colaboradores nas áreas de meio ambiente, produção de água e segurança do trabalho fizeram parte das ações, que envolveram toda empresa no ano de 2023, com aproveitamento de 100% do corpo técnico.

A Companhia está atenta à importância da Estação de Tratamento de Água (ETA) Guandu, buscando sempre o aprimoramento e o uso de tecnologias avançadas em suas operações, por meio de estudos constantes e implementação de melhorias, visando à garantia da segurança hídrica de seus usuários.

O monitoramento da qualidade da água, por meio de equipamentos de alta tecnologia nos laboratórios e da aquisição de embarcação com motorização e acessórios para o monitoramento do Rio Guandu e Lagoas, impactou de forma positiva os serviços prestados pela Companhia. A manutenção da Acreditação na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 (Requisitos Gerais para a Competência de Laboratórios de Ensaio e Calibração) resultou em maior confiabilidade, credibilidade e segurança para os resultados do monitoramento da qualidade da água publicados.

Em março de 2023, a CEDAE inaugurou o Laboratório de Investigação Biológica e Rastreamento da Água (LIBRA) - Laboratório de Pesquisa da Água com certificado de acreditação pelo Immetro, conferindo confiabilidade aos resultados dentro da norma ISO 17025:2017 e passando a ter avaliação periódica do sistema de gestão, das instalações e maior confiabilidade das análises. É o único laboratório de uma estação de tratamento de água no Estado do Rio com essa certificação pelo Immetro.

Comprovação de Capacidade Econômico-Financeira da CEDAE

Em resposta ao Novo Marco Legal do Saneamento e ao Decreto nº 11.598/2023, a CEDAE protocolou na AGENERSA, em 31 de dezembro de 2023, um requerimento para demonstrar sua capacidade de financiar a universalização dos serviços de saneamento até 2033 nos municípios onde mantém operação. Este passo é fundamental para a celebração de aditivos contratuais que permitam a adequação dos contratos existentes às metas do Novo Marco, sua extensão até 2048 e a inclusão de cláusula de transferência da concessão, visando ao reequilíbrio financeiro e à modernização da gestão dos serviços.

6. CENÁRIO ECONÔMICO

A economia mundial em 2023 se apresentou de forma desafiadora, com a complexidade de obstáculos geopolíticos, recuperação dos efeitos da pandemia e o controle do nível de preços das economias avançadas e emergentes. Segundo o World Economic Outlook Update do Fundo Monetário Internacional (FMI), a expectativa é que a economia global tenha crescido 3,1% em 2023, taxa de crescimento inferior ao verificado em 2021, de 3,5%.

A redução da taxa global de expansão se deve à adoção de uma política monetária restritiva, que favoreceu o controle e o processo de redução das taxas de inflação, abrindo uma janela de oportunidade para o crescimento das economias nos próximos anos, com políticas monetárias e fiscais menos restritivas. Entretanto, devem ser considerados no balanço de riscos para uma recuperação de curto prazo, a possível escalada nos preços das matérias-primas devido a conflitos geopolíticos, sobretudo no Oriente Médio, causando uma inflação mais persistente, e o aprofundamento dos problemas do setor imobiliário na China.

No ambiente doméstico, conforme reportado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 2,9% em 2023, em comparação ao ano anterior, influenciado, sobretudo, pelo setor



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF nº 33.352.394/0001-04 NIRE nº 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

agropecuário no lado da oferta e pelo consumo das famílias e setor externo pelo lado da demanda. Para 2024, a expectativa do FMI para o Brasil é de um crescimento menor do que o verificado em 2023, considerando a previsão de crescimento do PIB de apenas 1,7%. Segundo o Boletim Focus do Banco Central de 23 de fevereiro de 2024, a expectativa do mercado é que o PIB brasileiro cresça 1,75% em 2024, próximo ao estimado pelo FMI. Em 2023, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou um aumento acumulado de 4,62%, abaixo dos 5,79% de 2022, e dentro da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. O ciclo de contração monetária foi flexibilizado a partir da 256ª reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em agosto de 2023, com quedas de 0,50 pontos percentuais na taxa Selic. Ao final de 2023, a SELIC foi fixada no percentual de 11.75%, indicando que a política monetária a ser adotada pelo Copom em 2024, como ferramenta gestão macroeconômica, tende a continuar com reduções graduais na taxa de juros básico, como meio de apoiar na busca pelo centro da meta da inflação. No mercado de trabalho, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), houve uma queda na taxa de desocupação de 7,9% no quarto trimestre de 2022 para 7,4% no quarto trimestre de 2023. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) é estimado que, em 2023, a economia do Estado tenha crescido 3,4%, tendo em perspectiva que os investimentos dos setores de construção civil e a forte produção de petróleo e gás devam ter sido forças motrizes para o crescimento do PIB fluminense. Sobre o índice de preços, a região metropolitana do Rio de Janeiro apresentou IPCA de 4,29% em 2023, inferior aos 6,65% verificados em 2022. No contexto internacional, a agenda para 2024 se apresenta desafiadora, em razão da manutenção de algumas incertezas geopolíticas e do desempenho das principais economias mundiais para o próximo ciclo, o que pode influenciar diretamente na economia do país. No cenário interno, com o arrefecimento do nível de preços nos últimos meses, pode-se considerar a possibilidade de acomodação da atividade econômica interna, sinalizada pelos últimos indicadores divulgados pelo IBGE.

7. SITUAÇÃO HÍDRICA

A CEDAE, como responsável pelos sistemas de abastecimento de água na região metropolitana do Rio de Janeiro e parte dos municípios do interior do Estado, mantém uma vigilância constante sobre os mananciais utilizados para fornecer água tratada à população. Esse monitoramento contínuo é essencial na tomada de decisões estratégicas, principalmente diante das crescentes oscilações na qualidade e na quantidade de água, que são cada vez mais frequentes e agravadas por eventos climáticos extremos associados às mudanças climáticas. Tendo em vista a relevância estratégica Um dos principais focos de atenção é a bacia do Rio Paraíba do Sul, o principal curso d'água do Estado, que abastece várias localidades, incluindo a região metropolitana, através da transposição de suas águas para a bacia do Rio Guandu, realizada na Usina de Santa Cecília, localizada no município de Barra do Pirai.

Na bacia do Paraíba do Sul, considerando o volume do Reservatório Equivalente - que consiste na soma dos volumes úteis dos reservatórios de Parabuna (SP), Santa Branca (SP) e Funil (RJ), no rio Paraíba do Sul; e pelo reservatório de Jaguari (SP), no rio Jaguari, que é afluente ao Paraíba do Sul - o ano de 2023 iniciou com vazões naturais muito superiores à curva de 2014, o pior ano da série histórica, com aporte de água suficiente para uma recuperação significativa dos volumes equivalentes armazenados nos reservatórios da bacia. Esse aumento substancial no volume de água armazenado nos reservatórios da bacia foi resultado da melhoria das condições hidrometeorológicas na região, impulsionada pelas chuvas e pelas práticas de operação dos reservatórios estabelecidas pela Resolução Conjunta ANA/DAEE/IGAM/INEA nº 1.382/2015. Esse cenário permitiu atingir um armazenamento de quase 80% do volume útil do sistema ao final do período úmido. Seguiu-se a este um período seco bastante favorável, com algumas chuvas volumosas no início e no fim do ano, que permitiram pouca utilização do volume acumulado nos reservatórios da bacia durante este ciclo, mantendo, assim, o volume acumulado sempre próximo aos 80%, o que não acarretou riscos aos sistemas de captação dependentes desse manancial. A transposição de águas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu, que existe há mais de meio século, e implica em uma transferência de até 180 m³/s de água. Como reflexo da favorável situação hídrica da bacia do rio Paraíba do Sul em 2023, não houve necessidade de redução na deflúência da transposição para o Rio Guandu devido à escassez hídrica e, consequentemente, abastecimento de água do Guandu não foi afetado quantitativamente por esse manancial. Contudo, apesar dos resultados positivos em 2023, não podemos garantir que os volumes de chuva observados se repetirão nos próximos anos. Portanto, a CEDAE continuará a manter uma abordagem proativa e adaptativa para lidar com possíveis desafios futuros.

Em 2023 a CEDAE também manteve diversas ações que visaram a melhoria contínua da qualidade das águas captadas no rio Guandu. Isso incluí a operação da Unidade de Tratamento (UTR) Queimados, a Remoção de Macrófitas Aquáticas e Resíduos Sólidos no espelho d'água a montante da captação, Bombeamento de até 3m³/s da rio Guandu para a Lagoa Grande do Guandu e a operação de boias flutuantes que controlam a proliferação das algas além de realizar mais de 500.000 análises de qualidade de água visando o monitoramento de qualidade dos mananciais utilizados pela CEDAE.

Em contraste com o Sistema do Paraíba do Sul interligado à bacia do Guandu, o Sistema Imunana-Laranjal, segundo maior sistema do Estado, cujas águas provém das bacias dos Rios Macacú e Guapiagu, não dispõe de reservatórios de regularização. Isso o torna mais suscetível a períodos de estiagem, sendo recorrentes as restrições de disponibilidade hídrica no manancial, nos períodos de seca. No ano de 2023, foi preciso acionar o plano de contingência para estiagem, especificado no procedimento operacional padrão-POP de estiagem do Sistema, com acionamento de bombas complementares de recalque de fundo, de forma intermitente, visando compensar a redução temporária da oferta hídrica no manancial. Em 2023, foram registrados quatro eventos de acionamento do procedimento no mês de agosto e quatro eventos no mês de setembro. Contudo, apesar das recorrentes estiagens sazonais, a menor disponibilidade hídrica no manancial não afetou a capacidade produtiva do sistema, mantendo estável a vazão produzida na Estação de Tratamento de Água (ETA) Laranjal, que é alimentada pelo manancial em questão.

Outro sistema de relevância para a Região Metropolitana é o Sistema Acari, que é composto por 5 subsistemas (São Pedro, Rio d'Ouro e Tingüá, no município de Nova Iguaçu, e Xerém e Mantiqueira, no município de Duque de Caxias). As captações desse sistema estão integralmente inseridas no interior da Reserva Biológica do Tingüá, uma unidade dedicada à preservação dos mananciais ali existentes, que começaram a ser explorados ainda na época do império. Mesmo estando localizados em áreas extremamente conservadas, o sistema registrou reduções de disponibilidade hídrica da ordem de 20% a 25%. Já no interior do Estado do Rio de Janeiro, não foi verificado impacto significativo nas captações das unidades em que a CEDAE possui atividade, com exceções nos municípios de Teresópolis, que enfrentou eventos pontuais durante o período seco, e em São João da Barra, localizado próximo à foz do Rio Paraíba do Sul, área influenciada pela estiagem dos afluentes mineiros Rios Pomba e Muriáe. A menor velocidade das águas e o avanço da intrusão da língua salina (região de estuário) nos momentos de maré cheia acarretaram interrupções esporádicas na produção do sistema de São João da Barra. A CEDAE vem trabalhando no aperfeiçoamento dos seus modelos operacionais com o objetivo de mitigar esses riscos e melhorar os sistemas de produção. Quanto à participação institucional em colegiados, a CEDAE continua a participar ativamente dos Comitês de Bacias Hidrográficas em todo o Estado, inclusive participando do Grupo Técnico de Acompanhamento da Operação Hidráulica da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - GTAOH, no âmbito do Comitê de Bacia CEIVAP. Outrossim, vem atuando para reduzir perdas e fazendo campanhas de educação ambiental e conscientização para o uso racional da água, com o objetivo de garantir a segurança operacional e se preparar para eventuais déficits hídricos no futuro. Além disso, a Companhia contribui ao participar de reuniões e discussões com a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, para o fortalecimento das políticas públicas no que tange à segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro. Com base no exposto, a da CEDAE demonstra transparência e responsabilidade em relação à gestão da água e ao enfrentamento de eventuais crises hídricas.

COMITÊ GUANDU

A CEDAE participa ativamente dos Comitês de Bacias Hidrográficas em todo o Estado, atuando em consonância com os objetivos da Companhia e levando contribuições técnicas para esses espaços de tomada de decisão. Em 2023, destacou-se a atuação na presidência do Comitê Guandu RJ, responsável pela gestão de recursos hídricos da região hidrográfica mais estratégica do Estado do Rio de Janeiro, onde está localizada a captação da ETA Guandu. Destacaram-se também a atuação na presidência do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI) e no Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica (GTAOH) do Paraíba do Sul, garantindo a análise e internalização das informações dos reservatórios. Além disso, a Companhia atua fortemente em diversos outros órgãos de decisão, conselhos e associações relacionados ao sistema de recursos hídricos, saneamento ambiental e segurança hídrica.

Como resultado da participação ativa no Comitê Guandu, destacam-se as realizações estratégicas para a CEDAE:

- Atualização do Plano de Contingência para abastecimento de água
- O Plano de Contingência para Abastecimento de Água (Guandu) está sendo revisado e atualizado pelo Comitê Guandu em decorrência da parceria com a CEDAE. O documento técnico consiste em diretrizes integradas para lidar com emergências ambientais que ameacem o fornecimento de água para consumo público. O Plano é fundamental para segurança da operação, já que especifica procedimentos operacionais a serem adotados pela CEDAE em casos de emergência. Abrange a prevenção, preparação, resposta, recuperação e mitigação de acidentes que possam poluir mananciais superficiais, especialmente na área de contribuição hidrográfica para o Sistema Guandu, crucial para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, considerando também a dependência da transposição de água de outras bacias.
- PMMA's
- O Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim entregou os Planos Municipais de Mata Atlântica a 12 municípios em 2023. Os planos visam proteger, recuperar e usar de forma sustentável a Mata Atlântica, trazendo benefícios ambientais e sociais.
- Os documentos identificam áreas de vegetação nativa remanescente, causas de desmatamento e formas sustentáveis de uso da vegetação, inclusive em termos de benefícios ecossistêmicos relacionados à promoção da segurança hídrica. Assim, também são instrumentos técnicos importantes para a operação do sistema, sob um olhar de fortalecimento da infraestrutura verde para melhoria da qualidade e quantidade da água fornecida para a população.
- Sanear Guandu
- O Sanear é o maior programa de saneamento rural do país e tem o objetivo de evitar o lançamento de 10 milhões de litros de esgoto por dia na bacia do Rio Guandu, melhorando a qualidade da água captada pelo Sistema Guandu-Lameirão. As ações do Sanear são executadas pelo Comitê Guandu e operacionalizadas pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP). O programa foi desenvolvido em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade e do Instituto Estadual do Ambiente (Inea).
- Desde o lançamento do Sanear Guandu até o fim de 2023, mais de R\$ 31,2 milhões foram investidos no programa, beneficiando 21.280 pessoas nos municípios de Japeri, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Pirai, Queimados, Itaguaí, Mangaratiba, Rio Claro, Rio de Janeiro e Seropédica, territórios estratégicos para o processo de universalização do saneamento na Região.

- Observatório da Bacia
- O projeto de monitoramento foi modelado pelo Comitê Guandu e teve sua execução aprovada em 2023, integrando mais de 106 estações de monitoramento, estrategicamente distribuídas nas bacias, para gerar dados que forneçam panorama de informações sobre toda a região.

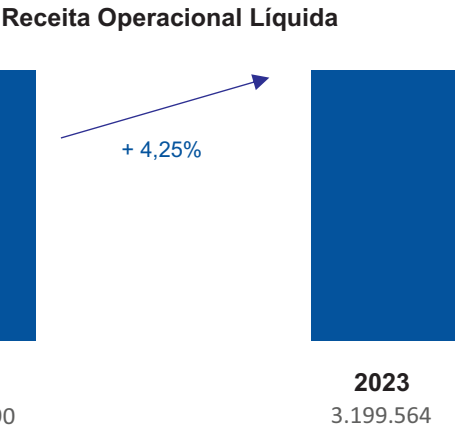
As estações garantirão dados precisos sobre diversos parâmetros hidrometeorológicos, desde pluviometria até a qualidade da água. Este monitoramento abrangente permitirá uma avaliação detalhada das condições das bacias dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim.

A rede modelada integra as estações de monitoramento que já existiam, somando a elas 88 novas estações e ampliando significativamente a cobertura de monitoramento na região, possibilitando uma resposta rápida a qualquer alteração nas condições dos recursos hídricos.

8. RESULTADO FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida de 2023 totalizou R\$ 3.199.564, 4,25% superior ao ano de 2022, conforme gráfico apresentado abaixo:



O principal fator que influenciou o aumento da receita líquida nos períodos comparativos foi uma redução nos cancelamentos e estornos de faturas em 2023. Atualmente, a Companhia tem seu foco na prestação dos serviços de captação, adução e tratamento de água bruta e adução de água tratada até os pontos de entrega às concessionárias (serviços upstream).

CUSTOS E DESPESAS

Em 2023, os custos e despesas, que correspondem ao somatório dos custos dos serviços vendidos, despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas decorrentes da exploração dos serviços de água e esgoto, totalizaram R\$ 3.236.337 mil contra R\$ 3.590.587 mil no ano de 2022, decréscimo de 9,87%. A tabela a seguir demonstra os custos e despesas nos períodos comparativos:

Descrição (R\$ Milhares)	2023	2022	Var. %
1. Pessoal	900.845	952.285	-5,40%
2. Material	277.190	255.985	8,28%
3. Serviços de Terceiros	923.196	1.052.232	-12,26%
4. Despesas Gerais	66.193	157.499	-57,97%
5. Depreciações e Amortizações	137.323	126.453	8,60%
6. Provisão para Devedores Duvidosos	(63.434)	132.776	-147,78%
7. Provisão Contingências	859.765	686.585	25,22%
8. Provisão Atuarial	228.138	233.758	-2,40%
9. Outras Despesas/Receitas Operacionais	(92.879)	(6.986)	1229,50%
Despesas e Custos Operacionais	3.236.337	3.590.587	-9,87%

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os itens que compõem os custos das vendas e dos serviços prestados, despesas com vendas e administrativas que apresentaram variações mais significativas:

- Pessoal: Os gastos com Pessoal em 2023 apresentaram redução de 5,40% em relação a 2022, a redução foi motivada principalmente em virtude do Plano de Demissão Voluntária - PDV - lançado pela Companhia no exercício de 2022.
- Material: Os gastos com material em 2023 apresentaram aumento de 8,28% em relação a 2022, motivados, basicamente, pelos produtos químicos utilizados no processo de tratamento de água.
- Serviços de Terceiros: Os gastos com serviços de terceiros em 2023 apresentaram redução de 12,26% em relação a 2022, principalmente em função da redução de serviços de operação de sistemas e consumo de energia elétrica.
- Despesas Gerais: Os gastos com despesas gerais em 2023 apresentaram redução de 57,97% em relação ao ano de 2022, em função da não realização de aporte à Cedae Saúde.
- Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): Em 2023 ocorreu uma redução de 147,78% da PCLD em relação a 2022, em função da mudança no modelo de negócios da Companhia, trazida pelos leilões de concessão dos Blocos 1, 2, 3 e 4.
- Provisões Contingências: O aumento de 25,22% ocorreu, principalmente, em função das execuções cíveis dos processos judiciais nº 0117367.33.2006.8.19.0001 - Construtora Queiroz Galvão S/A, nº 000415.34.2007.8.19.0001 - Vulcan Materiais Plásticos Ltda, nº 0162408.37.2017.8.19.0001, 0200263-17.1998.8.19.0001 Produtos Roche Químicos e Farmaceuticos S/A e 0276377-35.2014.8.19.0001 Delta Construções S.A.
- Outras Despesas/Receitas Operacionais: Esta aumento de 1229,50% foi principalmente em função da recuperação de despesas ocorrida em 2023.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido reduziu 10,97% ou R\$ 61.327 comparado com o exercício anterior de R\$ 559.125 em 2022 para R\$ 497.798 em 2023, conforme tabela a seguir:

Composição do Resultado	Exercícios		
Financeiro Líquido (R\$ Milhares)	2023	2022	Var. %
Receitas Financeiras	651.229	709.417	-8,20%
Atualização monetária	291.096	287.673	1,19%
Rendimentos de aplicações financeiras	303.803	315.455	-3,69%
Atualização monetária do Ativo Financeiro	14.106	40.131	-64,85%
Juros auferidos	35.935	52.428	-31,46%
Multas por imputualidade	2.465	11.249	-78,09%
Descontos obtidos e bonificações	3.824	2.481	54,13%
Despesas Financeiras	153.431	150.292	2,09%
Juros passivos s/ parcelamentos tributários	67.696	87.857	-22,95%
Juros e variações monetárias s/ empréstimos e financiamentos	43.154	45.308	-4,75%
Multas, juros e acréscimos moratórios	38.457	220	17380,45%
s/ pagamentos em atraso das obrigações tribut.			
Descontos concedidos	3.037	15.858	-80,85%
Outras	1.087	1.049	3,62%
Resultado Financeiro Líquido	497.798	559.125	-10,97%

i. Receitas Financeiras: A redução de 8,20% nas receitas financeiras, comparando-se ao ano anterior, é decorrente, principalmente, da atualização monetária do termo de compromisso do ativo financeiro, dos menores juros auferidos e multas por imputualidade, pelo reflexo da concessão dos blocos 1, 2, 3 e 4.

ii. Despesas Financeiras: O aumento de 2,09%, comparando-se ao ano anterior, é resultado, principalmente, dos juros sobre obrigações tributárias.

RESULTADO LÍQUIDO
A CEDAE registrou lucro líquido de R\$ 421.595 em 2023, representando um acréscimo de 38864,42% em relação ao lucro de R\$ 1.082 registrado em 2022. Esse acréscimo decorre principalmente pelo redução do prejuízo operacional em comparação com o exercício anterior, conforme tabela a seguir:

Exercícios			
(R\$ Milhares)	2023	2022	Var. %
(+) Resultado antes do resultado financeiro	(36.773)	(521.597)	107,05%
(+/-) Resultado Financeiro	497.798	559.125	-10,97%
(-) Contribuição Social e Imposto de Renda	(39.430)	(36.446)	-8,19%
(=) Lucro/(Prejuízo) Líquido	421.595	1.082	38864,42%

GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)

Em 2023, a CEDAE apresentou aumento operacional consolidada de caixa de R\$100.550 contra a geração operacional consolidada (R\$395.144) em 2022, ou seja, um aumento de 125,45% (ou R\$ 495.694) ocorrida em função do aumento do resultado operacional. O EBITDA é uma medição não contábil adotada pela Companhia, calculada de acordo com a Instrução CVM 527/2012, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

Descrição (R\$ Milhares)	Exercícios		
	2023	2022	Var. %
(=) EBIT	(36.773)	(521.597)	-92,95%
Margem EBIT (%)	-1,1%	-17,0%	93,53%
(+) Depreciação e Amortização	137.323	126.453	8,60%
(=) EBITDA	100.550	(395.144)	125,45%
Margem EBTIDA (%)	3,1%	-12,9%	124,03%

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No exercício social de 2023, a Companhia obteve Lucro Líquido de R\$ 421.595. Baseada no Estatuto Social da Companhia, na Lei Federal 6.404/76 e com base nos resultados do ano de 2023, a Companhia calculou a Reserva Legal, o Lucro Líquido Ajustado e o Dividendo Obrigatório, conforme descrito na tabela abaixo:

Lucro Líquido do Exercício – 2023	
(-) Reserva Legal (5%) (R\$ Milhares)	21.080
(=) Lucro Líquido Ajustado (R\$ Milhares)	400.515
Dividendos Obrigatórios (25%) (R\$ Milhares)	100.129
Quantidade de Ações Ordinárias	629.072
Valor dos Dividendos por Ação Ordinária (R\$)	0,15917

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos vigentes são as Cédulas de Crédito Bancário nº 433.257-52 (CCB FGTS 1ª tranche), nº 441.050-71 (CCB FGTS 2ª tranche) e nº 441.054-75 (CCB FGTS 3ª tranche). As CDBs referem-se às três tranches da operação de crédito de R\$ 3 bilhões, captadas junto à Caixa Econômica Federal, sendo utilizadas na ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2. Cabe salientar que todas as tranches estão em fase de desembolso.

No dia 27 de julho de 2022, a Companhia realizou a amortização antecipada do financiamento junto aos credores (BNDES e BNDESPar), no valor de R\$ 38.789.

Empréstimos e Financiamentos	Credor	Objeto	Taxa Remuneratória	Saldo Devedor 31/12/2023 (R\$ Milhares)	Vencimento
CCB FGTS 1ª Tranche		Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ	TR + 8,5% a.a.	378.239	2038
CCB FGTS 2ª Tranche	Caixa Econômica Federal	Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ, com a construção de nova Estação de Tratamento de Água (ETA Novo Guandu)	TR + 8,5% a.a.	27.597	2039
CCB FGTS 3ª Tranche		Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ	TR + 8,7% a.a.	2.982	2041



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

9. INOVAÇÃO

Centro de Inovação Socioambiental - MANANCIAL

Inaugurado em 2022, o Manancial - Centro de Inovação Socioambiental é um espaço que tem como missão envolver todos os colaboradores da CEDAE na jornada de fomento à cultura da inovação, a partir de um ambiente colaborativo de mais de mil metros quadrados. Contando com equipamentos inovadores espalhados por ambientes modernos e disruptivos. O conceito idealizador do Manancial como espaço dedicado ao desenvolvimento de soluções inovadoras e novos negócios sustentáveis se conecta com a aceleração e incubação de projetos de ciência, tecnologia e inovação, além do fomento a eventos alinhados à Agenda 2030 da ONU para discutir a preservação ambiental, segurança hídrica e soluções baseadas na natureza.

Em síntese, o Manancial tem como objetivos:

- Ser um espaço de inovação socioambiental voltado para ciência, pesquisa, tecnologia e inovação direcionado à segurança hídrica do estado do Rio de Janeiro e à tecnologia socioambiental.
- Apoiar projetos de soluções inovadoras.
- Estimular a criatividade e valorizar a transversalidade entre as operações da CEDAE e o conhecimento científico-tecnológico, com startups, ICT's, universidades e comunidades do entorno das operações da Companhia.
- Acompanhar e promover os resultados dos projetos de inovação apoiados com recursos da CEDAE e desenvolvidos no âmbito do Manancial, buscando melhorias e entrega de resultados sólidos à sociedade.
- Promover a educação ambiental através de ações de mobilização social e incentivo aos projetos de P&D, para criar soluções socioambientais inovadoras.

- Ser um espaço de experimentação, aprendizagem, aproximação com startups e universidades, a partir da transformação de pesquisas científicas em soluções de mercado".

Projeto Iaguas

A CEDAE firmou parceria com duas startups, VM9 e NOAH, e participou de um Edital de Seleção Pública de Subvenção Econômica à Inovação MCTI/FINEP/FNDCT nº 04/2022, promovido pela FINEP, na qualidade de Interviente Cofinanciadora do Projeto Iaguas, aprovado em 1º lugar na categoria Cidades Inteligentes.

O Projeto Iaguas se propõe a produzir uma moderna aplicação de Inteligência Artificial para digitalização do saneamento e amparo à gestão integrada de recursos hídricos com potencial de replicabilidade nacional e internacional. Com aplicação da Inteligência Artificial, o projeto desenvolverá um sistema de monitoramento inteligente da qualidade da água, baseado em um modelo computacional preditivo multivariável, com foco na identificação de anomalias em mananciais e ETAs, para tomada de decisões antecipadas que garantam segurança hídrica com sustentabilidade econômica, alinhada aos princípios ESG (Ambiental, Social e de Governança).

O sistema será demonstrado no ambiente operacional da ETA Guandu, frente aos desafios de monitoramento desse sistema. Há acordo de Propriedade Intelectual firmada pelas startups no percentual de 24,9% a favor da CEDAE. Em dezembro de 2023, a Companhia realizou o aporte da contrapartida financeira de R\$ 314 mil, iniciando-se a fase de execução das atividades do Projeto Iaguas, baseado no Termo de Outorga de Subvenção Econômica à Inovação assinado pelas partes interessadas.

Programa BlueRio

Em 2023, a CEDAE aderiu ao Programa BlueRio em busca de soluções inovadoras aos seus desafios operacionais. O Programa visa promover o desenvolvimento sustentável e a inovação no Estado do Rio de Janeiro, mediante parceria entre a SEAS/RJ, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a consultoria Beta-i-Brasil para atrair startups com soluções inovadoras para o setor da Economia Azul. Além da CEDAE, participam também outras empresas, como: Galp, Oceanpact, Porto Sudeste, Vibra Energia, Águas do Rio, Porto do Agu e Wilson Sons.

As startups foram escolhidas após as fases de "Pitch" previstas no Edital do "Blue Rio", e a realização do "Bootcamp", período de imersão dos grupos pré-selecionados para treinamentos dinâmicos e interações com a equipe técnica da Companhia, visando ao aperfeiçoamento dos projetos e do modelo de negócio para responder os desafios nas áreas de energia e saneamento propostos pela CEDAE. A Comissão de Seleção da Companhia, formada por empregados públicos dos variados setores técnicos da empresa, classificaram as seguintes startups para prosseguir à fase de Prova de Conceito (Poc):

- A CONFIRM 8 idealiza o fornecimento de um aplicativo e uma plataforma web, que, juntos, poderão absorver todas as regras do negócio do cliente conforme as normativas, adicionando automações e melhorias dos processos. Isso garantirá a melhor rastreabilidade e conformidade das informações coletadas, além do aumento da eficiência operacional. Sua aplicação está programada para ETA Laranjal, em São Gonçalo.

- A SCUBIC se propõe a solucionar o desafio proposto pela CEDAE por meio da criação de uma plataforma inteligente de controle e otimização de redes de distribuição de água, que utilize algoritmos inteligentes e dados disponíveis para prever as demandas de água e energia, gerando insights acionáveis (comandos) capazes de controlar bombas, válvulas e variadores de velocidade. O objetivo é minimizar os custos de energia e água, maximizar a eficiência das redes de abastecimento de água e diminuir as emissões de carbono.

- A ALIGER se propõe a fornecer uma tecnologia de sensoriamento óptico fluidoico para monitoramento e otimização de processos de coleta, distribuição e tratamento de água. O software servirá para a integração de um ecossistema único que colete os dados, permitindo ações mais assertivas e eficientes. Assim, promoverá o uso inteligente de recursos, indo ao encontro dos objetivos da Economia Azul, cuja aplicação está planejada para ser desenvolvida no ambiente operacional da ETA Laranjal.

- A ORBITY idealizou uma solução baseada em monitoramento de reservatório e oceanos, combinando imagens de satélite, algoritmos de visão computacional e inteligência artificial. Essa abordagem avançada permitirá o acompanhamento detalhado das condições das áreas monitoradas (incluindo dados históricos), com benefícios significativos para o manejo de água. Esta tecnologia poderá ser usada por empresas que gerenciam reservatórios, de saneamento básico, pesca, portos e pela indústria petrolífera.

10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) fundamentam-se em estratégias corporativas concentradas em três pilares: meio ambiente, social e governança. A governança socioambiental tem se consolidado como um fator crítico para empresas que desejam alcançar a sustentabilidade a longo prazo e ganhar a confiança de investidores e stakeholders.

A CEDAE tornou-se signatária do Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade empresarial do planeta, formado por empresas e organizações que escolheram avançar no mercado por meio de um modelo sustentável e de impacto ESG em suas operações.

A partir da adesão ao Pacto, a Companhia se comprometeu a seguir os dez princípios universais baseados em direitos humanos e empresas, meio ambiente e anticorrupção, bem como contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são transversais às práticas da empresa e representam os compromissos a serem alcançados na Agenda 2030. Dentre os 17 ODS do Pacto Global, a Companhia decidiu priorizar oito, considerando questões pertinentes ao seu negócio e aos seus aspectos sociais, ambientais e econômicos que possam gerar valor a curto, médio ou longo prazo.

Diante da evolução e crescente importância do conceito ESG no cenário corporativo, é inevitável a necessidade de incorporar essa abordagem de forma transversal e imbricada em todas as áreas de negócios. Ao longo da linha do tempo, observamos marcos significativos que evidenciam a relevância crescente do ESG no contexto empresarial, desde o Pacto Global até as Resoluções da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e os guias da ANBIMA e B3 mais recentes. A entrada em vigor da Resolução da CVM número 59 de 2021, em janeiro de 2023, representou um novo impulso para a integração das práticas ESG às estratégias da CEDAE. Tal reflexão baseia-se na crença de que a sobrevivência a longo prazo de uma organização e a capacidade de gerar lucros exigem a contabilização do impacto de suas decisões e ações no meio ambiente, na sociedade e em sua própria força de trabalho.

Na vanguarda da transformação socioambiental, foram incluídos no plano de negócios da CEDAE investimentos em infraestruturas, como as obras das novas Estações de Tratamento de Água (ETA) Tinguá, Xerém e Novo Guandu, e aquisições de equipamentos capazes de detectar pequenas alterações na água, como as cianobactérias, a fim de expandir a captação e venda de água potável com boa qualidade, que abordam os ODS nº 3, 6 e 9.

Considerando a necessidade de promover uma forte cultura de inovação e transformação sustentável, alinhada com as modernas práticas ESG, e o interesse da CEDAE em fortalecer sua posição como uma empresa que respeita e se preocupa com o meio ambiente e com as questões sociais, e ser referência em sustentabilidade, em 2023, a Companhia estruturou a área de Governança Socioambiental, com previsão estatutária, permeando por toda a cadeia estratégica da organização, com poder de tomada de decisão e orientação.

A implementação de uma Superintendência Executiva de Governança Socioambiental representa ir além da teoria, proporcionando que a agenda ESG seja aplicada de forma integrada, transversal, dinâmica, colaborativa e coletiva na CEDAE. Por fim, em dezembro de 2023, ano em que se comemorou os 48 anos de história da CEDAE, o Conselho de Administração aprovou a Política ESG, instrumento que irá basilar a jornada da Companhia em sua trilha de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental".

Ações desenvolvidas em 2023:

Instituição da Comissão Permanente de Diversidade de Gênero da CEDAE

Em maio de 2023, a Companhia instituiu a Comissão Permanente de Diversidade e Gênero (CPDG), órgão colegiado de natureza plural, consultiva e deliberativa. A finalidade é a formulação e a proposição de ações, de diretrizes e medidas de governança corporativa referentes à promoção e defesa da diversidade e da igualdade de gênero. A iniciativa aborda os principais desafios globais nas áreas dos Direitos Humanos, do Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, visando à erradicação da violência e da desigualdade, além da responsabilidade corporativa da Companhia de garantir que seus recursos humanos possam desfrutar de um ambiente corporativo de paz, com harmonia social e inclusão, na busca pelo reconhecimento no mercado interno e global de sua governança socioambiental.

Programa Cedae Por Elas

A CEDAE, engajada em cumprir os compromissos dos ODS 3, 5, 10 e 17, implementou o programa CEDAE Por Elas, em agosto de 2023, mediante mapeamento e diagnóstico elaborado por um grupo de trabalho formado por funcionárias da Companhia. A ação faz parte das estratégias da CEDAE para fomentar a igualdade de gênero, com foco no atendimento à mulher e suas interseções de raça, etnia, idade, religião, orientação sexual, classe social e cultura.

O CEDAE Por Elas é um programa voltado para o atendimento à mulher, proporcionando uma convivência coletiva, com promoção de ações de saúde e bem-estar, apoio e fortalecimento às mulheres, suporte à maternidade, estímulo ao aleitamento, realização de atividades individuais e em grupos, como rodas de conversa, encontros, práticas integrativas dentre outras, sendo um lugar de elo importante na conexão entre as mulheres.

Lançamento do Programa de Restauração do Corredor Tinguá-Bocaina

O Programa de conservação e restauração florestal no corredor Tinguá-Bocaina, lançado em 2023 com a parceria da The Nature Conservancy Brasil (TNC), Governo do Estado e municípios da região, representa uma resposta inovadora e necessária para lidar com os desafios ambientais e hídricos, pois contribui para a segurança hídrica na Região Hidrográfica do Guandu, essencial para o abastecimento da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Por meio da utilização do conceito de protagonismo das soluções baseadas na natureza para enfrentamento aos desafios climáticos, a CEDAE fortalece o engajamento na restauração florestal na bacia. São projetos de proteção e recuperação de mananciais concentrados estrategicamente na Região Hidrográfica responsável pelo abastecimento de 13 milhões de pessoas no Estado do Rio de Janeiro.

A área abrange nove municípios: Miguel Pereira, Vassouras, Paty do Alferes, Barra do Pirai, Pirai, Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes e Rio Claro. O objetivo é promover o reflorestamento e a conservação do corredor ecológico que conecta a Reserva Biológica do Tinguá ao Parque Nacional da Serra da Bocaina. Essa região apresenta a maior ruptura do bioma da Mata Atlântica e abrange os Mosaicos da Serra dos Órgãos e do Norte de São Paulo e Sul do Rio de Janeiro, visando à proteção da biodiversidade, à manutenção dos recursos hídricos e à promoção do desenvolvimento sustentável.

O Programa prevê intervenções diretas e indiretas da CEDAE, visando a restauração e conservação de 10 mil hectares até 2030 e 30 mil hectares até 2050, através do plantio de mudas da Mata Atlântica pelas equipes do Replantando Vida, contribuindo para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Adesão ao Portal da Mantiqueira

Buscando trazer transparência e visibilidade aos plantios realizados pela CEDAE, a Companhia passou a utilizar em 2023 ferramenta que integra dados ambientais, resultados dos projetos e banco de áreas para restauração: o "Portal da Mantiqueira - TNC" (<https://conservadordamantiqueira.org/portal>).

O Portal permite o registro e o acompanhamento dos resultados do Programa de Conservação e Restauração Florestal no Corredor Tinguá-Bocaina, bem como os esforços empreendidos na regularização de obrigações legais ambientais, garantindo o acompanhamento de todas as ações de restauração ambiental da Companhia. Além disso, o Acordo de Cooperação Técnica com a ONG The Nature Conservancy (TNC) respalda e monitora essas ações, que incluem a execução do programa e uso do portal. A medida ainda evita a sobreposição com outros projetos ambientais no Estado.

A utilização do Portal da Mantiqueira representa avanço e modernização das ações ambientais da Companhia, por ser uma ferramenta de monitoramento, controle e avaliação da gestão territorial dos plantios e banco de áreas já restauradas e de áreas a restaurar no âmbito do Programa de Conservação e Restauração Florestal no Corredor Tinguá-Bocaina. A ferramenta ainda agrega as demais ações de recuperação ambiental da Companhia, garantindo o acompanhamento dos resultados dos programas e projetos executados pela CEDAE por órgãos de controle e por toda a sociedade

Inauguração do Viveiro de Resende

A inauguração ocorreu em agosto de 2023 dentro da Penitenciária Luis Fernandes Bandeira Duarte, no distrito de Bulhões, em Resende. Com 1,7 mil metros quadrados (m²), o viveiro florestal de Resende será responsável por produzir 200 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica por ano, necessárias para o Programa de Conservação e Restauração Florestal do Corredor Tinguá-Bocaina, tendo por foco a segurança hídrica aliada às ações socioambientais da CEDAE.

Diagnóstico dos Jovens Aprendizes da CEDAE

A CEDAE possui um programa de Jovem Aprendiz consolidado e atuante há mais de 20 anos. Pensando na proposta de um projeto piloto inovador capaz de transformar a vida destes jovens que passam pela Companhia, foi realizado um diagnóstico dos participantes. O diagnóstico é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento social e a promoção de oportunidades significativas.

O questionário foi elaborado com critérios técnicos e trabalhado de forma anonimizada, protegendo os dados pessoais e sensíveis, utilizando os resultados apenas para fins de pesquisa agregada. O diagnóstico foi realizado durante os meses de agosto a outubro de 2023, com 108 entrevistas, cujos resultados foram consolidados em um relatório final e apresentados à alta administração.

Aprendi na CEDAE

A CEDAE lançou, em dezembro de 2023, o projeto Aprendi na CEDAE, objetivando potencializar o Programa Jovem Aprendiz e reforçando seu compromisso com as diretrizes ESG, especialmente no que diz respeito à responsabilidade social e ao desenvolvimento profissional para a inclusão no mundo do trabalho.

O projeto disponibilizou 60 vagas para um processo formativo de 12 meses, sendo 50% das vagas disponíveis para jovens já atuantes na Cedae e 50% para jovens de extrema vulnerabilidade social e moradores dos bairros adjacentes da Cidade Nova".

A proposta do projeto é que haja um investimento integral no jovem, com incremento no processo de formação. Para tal, são realizadas capacitações teóricas e práticas para preparar o jovem para o mundo do trabalho e auxiliar na construção de um plano de desenvolvimento pessoal e profissional. A capacitação está estruturada em módulos temáticos, a saber: Tecnologia, Comunicação, Data Science, Saúde e Bem-estar, Ambiental, Direitos Humanos nas Empresas, Cidadania, Diversidade, Equidade e Inclusão.

Um aspecto fundamental do programa é a mentoria individual. Cada jovem tem auxílio na construção de seu plano de desenvolvimento individual, proporcionando orientação personalizada para o crescimento profissional e pessoal. Essa iniciativa reforça o compromisso da empresa com a responsabilidade social na sua política ESG e com a criação de oportunidades.

Centros de Visitação Ambiental (CVAs) Guandu e Laranjal

O programa de educação ambiental, por meio de Centros de Visitação Ambientais (CVAs) em unidades operacionais da Companhia, visa promover mudanças na relação da comunidade (acadêmica e civil) com a CEDAE. Ao fortalecer a relação com o meio ambiente, com o patrimônio da empresa e com a vida saudável, é possível alcançar a sustentabilidade ambiental por meio de palestras e visitas nas etapas das ETAs.

O programa de educação ambiental por meio dos CVAs está em consonância com os ideais da Companhia e as políticas ESG adotadas pela empresa. Os CVAs possibilitam a realização dos seguintes objetivos: conectar a comunidade e a Companhia, atingindo diversos setores da sociedade; disseminar conhecimento e educação ambiental e tornar as experiências da visitaçã acessíveis a todos, com o fornecimento de transporte e atividades de cunho social. Nesse sentido, é possível relacionar as atividades realizadas com os ODS 4, 6, 10, 11, 12 e 17.

No ano de 2023, os CVAs das ETAs Guandu e Laranjal receberam 11.483 visitantes de 273 instituições diferentes, abrangendo 29 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Projeto Educação no Canteiro

Preocupada com a redução das desigualdades através da educação, a CEDAE conta com equipes de trabalho social, que atua nos territórios onde a empresa possui frentes de obras, que dão suporte antes, durante e após as intervenções, com ações de desenvolvimento humano, educação ambiental e amparo social, como o Projeto Educação no Canteiro.

Tal projeto teve início em 2022 nos canteiros da obra do empreendimento de terraplanagem do Novo Guandu, com previsão de término para maio de 2023. O projeto ofereceu aulas às quintas-feiras no próprio canteiro, logo após a jornada laborativa, com a participação de 45 trabalhadores atendidos conforme as individualidades e necessidades.

As aulas foram ministradas por professora com formação em Pedagogia e com experiência na área de educação para jovens e adultos, além de uma professora assistente. No espaço, foram desenvolvidas atividades de escrita e leitura nas áreas de conhecimento pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino fundamental: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas.

Programa de Gestão de Gases de Efeito Estufa de unidades operacionais

Em 2023, foram elaborados, pela equipe técnica da Assessoria de Gestão Ambiental da Companhia, os Inventários de Emissões Gases Efeito Estufa (IGEEs) relativo às emissões de 2022 dos sistemas Guandu-Lameirão, Imunana-Laranjal e do edifício-sede da CEDAE.

Neste mesmo ano, foi realizada a contratação do serviço de verificação dos IGEEs por Organismo Verificador (OV) independente, acreditado pelo INMETRO, para os IGEEs dos sistemas Guandu-Lameirão e Imunana-Laranjal referentes às emissões dos anos de 2020, 2021 e 2022.

Além disso, ainda em 2023, a CEDAE aderiu ao Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP) - Ciclo 2023 e procedeu o Registro Público de Emissões (RPE) de todos os inventários já elaborados pela Companhia, contemplando o período de 2015 até 2022. O PBGHGP é a versão brasileira do protocolo de referência mundial para o relato de emissões de GEE e o RPE, uma plataforma on-line que permite que as empresas publiquem seus inventários de emissões de GEE e possui uma política de qualificação dos inventários, classificando-os com selo bronze (IGEEs parciais), prata (IGEEs completos) ou ouro (IGEEs completos e verificados). Foram publicados no RPE, os seis inventários dos sistemas de produção de água Guandu-Lameirão e Imunana-Laranjal referentes aos anos de 2020, 2021 e 2022 e todos obtiveram selo ouro. Foram recalculados, conforme a metodologia atualmente praticada, e publicados 16 IGEEs das Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) Alegria, Pavuna, Barra da Tijuca e Penha, referentes aos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, quando ainda estavam sob a gestão da CEDAE, e todos obtiveram selo bronze.

Busca por Certificação do Sistema de Gestão Ambiental

O Projeto de Implantação do Sistema de Gestão Ambiental visando à certificação da CEDAE na Norma ABNT NBR ISO 14.001:2015 foi continuado.

A certificação na norma ABNT NBR ISO 14001:2015 é um reconhecimento internacional que permitirá à Companhia melhorar seu desempenho ambiental, estabelecendo um equilíbrio entre as necessidades socioeconômicas e a preservação ambiental. A certificação dará continuidade a implementação de ações de sustentabilidade alinhadas à agenda ESG, permitindo alcançar os resultados pretendidos, agregando valor ao meio ambiente, à empresa e às partes interessadas.

Dentre as vantagens da certificação, destacam-se: o reflexo positivo da imagem e o reconhecimento da empresa frente aos clientes, fornecedores e investidores; maior competitividade da empresa no mercado; a redução dos custos, com a melhoria dos procedimentos de controle e aumento da eficiência; e a realização de operações com o cumprimento das legislações ambientais, o que evita multas e exigências de ações de compensação ambiental pelos órgãos ambientais.

Gestão de Resíduos Sólidos

Alguma ações diretamente relacionadas ao ODS 12 implantadas nesse exercício:

- Realização de palestras e treinamentos no Programa de Combate ao Aedes aegypti na Gerência Noroeste Fluminense e a expansão da abrangência do programa com inclusão de novas unidades administrativas, comerciais e operacionais da Companhia no programa, totalizando o monitoramento semanal de inspeção de focos potenciais de proliferação do mosquito e a eliminação dos mesmos, caso identificado alguma não conformidade em 58 unidades;
- Contratação de serviço externo para coleta, tratamento e descontaminação de 6.463 lâmpadas inservíveis armazenadas;
- Coleta e destinação de, aproximadamente, 6,5 toneladas de resíduos recicláveis à cooperativa que faz parte do projeto de Coleta Seletiva Solidária;
- Implantação de projeto de compostagem dos resíduos sólidos orgânicos geradas no prédio-sede, resultando na coleta e destinação de 2,7 toneladas de resíduos orgânicos transformados em adubo orgânico;
- Realização do 16º e 17º Leilão da Companhia, com obtenção de aproximadamente R\$ 1.300.000,00 de receita, por meio da organização dos 74 lotes de sucatas e inservíveis, e controle e emissão dos manifestos de resíduos (MTRs);
- Implantação e lançamento de programa de coleta seletiva na ETA Laranjal e realização de treinamentos de conscientização e de participação no programa aos colaboradores e terceirizados lotados nesta unidade operacional.
- Utilização da Água: A Companhia mantém instalada no seu prédio sede uma Estação de Tratamento de Águas Cinzas (ETAC), que possibilita o reaproveitamento de água de pias, lavatórios, ar-condicionado e águas pluviais captadas das chuvas, que são reaproveitadas e usadas nos sistemas de descargas sanitárias e no tratamento dos jardins existentes ao redor do prédio.

Eficiência Energética

Com objetivo de redução significativa dos custos com energia elétrica, a CEDAE vem buscando iniciativas e aproveitando as oportunidades do mercado e vislumbrou no Mercado Livre de Energia um caminho. Por meio de negociações bilaterais, diretamente com geradores e comercializadores de energia, a CEDAE tem o objetivo de alcançar condições de maior economicidade em comparação ao cenário atual em que se encontra.

A Companhia concluiu o processo de contratação da empresa LIGHTCOM COMERCIALIZADORA ENERGIA S.A, por meio de licitação ocorrida em setembro de 2023, para fornecimento de energia elétrica, iniciando em 2024, para as unidades que compõem o Sistema Imunana-Laranjal. Para as unidades que compõem o Sistema Guandu-Lameirão foi realizada a licitação em dezembro de 2023, com expectativa de conclusão do processo e assinatura do contrato no primeiro bimestre de 2024.

Com o intuito de buscar uma matriz energética mais limpa e verde, a CEDAE em sua primeira licitação no Ambiente de Contratação Livre optou por adquirir energia incentivada para fins de suprimento às unidades que compõem o sistema de Imunana / Laranjal, onde a partir do contrato assinado com a empresa LIGHTCOM Comercializadora de Energia, por meio de um termo de compromisso assinado pela empresa contratada, as fontes de geração de energia que irão atender ao contrato possuem baixo impacto ambiental, sendo as mesmas dos seguintes tipos: PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas a Biomassa e Usinas Eólicas.

Programa Replantando Vida

A CEDAE possui um grande protagonismo no emprego da mão de obra prisional, contribuindo sensivelmente para o papel do Estado em buscar o retorno produtivo destas pessoas para a sociedade.

O Programa Socioambiental Replantando Vida tem por objetivo contribuir para a restauração dos mananciais do Estado e a ressocialização de apenados do sistema prisional estadual por meio da oportunidade de trabalho, capacitação profissional, geração de renda e inclusão social. Atualmente, é a iniciativa que mais oferece oportunidade de trabalho para pessoas em cumprimento de pena no Brasil, disponibilizando 1.000 vagas para pessoas nos regimes fechado, semiaberto, aberto, prisão albergue domiciliar e liberdade condicional. Ainda se consolida como a maior estrutura de produção e fomento de mudas florestais nativas da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro.

A CEDAE é a empresa que há mais tempo trabalha com a mão de obra prisional no Estado do Rio de Janeiro, desde 2001, e já recebeu 28 premiações nacionais e internacionais pelas atividades desenvolvidas pelo Replantando Vida, mostras do reconhecimento e credibilidade do trabalho socioambiental desenvolvido pela empresa.

Na vertente ambiental, o Replantando Vida atua tanto executando ações próprias de reflorestamento, como também fomentando outras iniciativas por meio do apoio gratuito com mudas florestais nativas da Mata Atlântica. Em 2023, as equipes do Replantando Vida executaram plantios em áreas de diversos municípios do Estado, como as cidades do Rio de Janeiro, Quimadas, Paracambi, Miguel Pereira e Nova Iguaçu (Bacia do Rio Guandu); e Guapimirim e Cachoeiras de Macacu (Bacia da Baía de Guanabara).

O programa mantém sete viveiros de mudas nativas da Mata Atlântica localizados na ETA Guandu, na Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) São Gonçalo, no Reservatório Victor Konder, na Caixa Velha da Tijuca, no Complexo do Alemão, na Colônia Penal Agrícola de Magé e no Presídio de Resende. As unidades, juntas, têm capacidade de produzir mais de 2,3 milhões de mudas por ano de mais de 260 espécies, das quais 40 ameaçadas de extinção.

Dentre as espécies cultivadas estão: cajá mirim, jatobá, jenipapo, jabuticaba, pitanga, aldrago, araribá, ipê, goiaba, embaúba, pau formiga, aroeira e pau-brasil.

Além de suprir as demandas dos projetos internos, os viveiros da CEDAE participam de outras iniciativas ambientais, oferecendo apoio a projetos e eventos de educação ambiental de prefeituras e organizações da sociedade civil de todo o Estado. Além disso, os viveiros cumprem a função de núcleo de educação ambiental, recebendo, nos centros de visitação da CEDAE, instituições de ensino dos mais variados níveis.

Em 2023, para estes projetos, foram disponibilizadas cerca de 215 mil mudas florestais nativas da Mata Atlântica, produzidas pelos viveiros da CEDAE, em prol das bacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, principalmente nas bacias do Rio Paraíba do Sul, do Rio Guandu e do Rio Macacu. Estas mudas contribuíram para apoiar projetos em 49 municípios do Estado do Rio de Janeiro, além de dois de Minas Gerais e um de São Paulo.

Diagnóstico do Replantando Vida

A realização de um diagnóstico do Programa Replantando Vida torna-se uma ferramenta fundamental para avaliar o impacto deste programa na vida dos apenados envolvidos. A análise detalhada gerada por este diagnóstico é essencial para entender não apenas a eficácia do programa em termos de ressocialização e desenvolvimento de habilidades, mas também seu impacto ambiental e social mais amplo.

Por meio dos resultados, é possível medir o sucesso do programa na transformação das vidas dos apenados, fornecendo um caminho para a reintegração na sociedade. A partir de um questionário com mais de 100 perguntas, dividido em 16 blocos, foi possível trazer um perfil socioeconômico e suas características pessoais. O foco é entender as necessidades, os desafios e as aspirações dos trabalhadores do programa para contribuir com a criação de oportunidades e melhorias significativas em suas vidas.

A análise pode servir como uma ferramenta para ajuste dos rumos do programa ao identificar questões sobre a vida dos apenados que precisam de atenção especial. Dessa forma, o programa pode ser realinhado para atender melhor às necessidades dos apenados e alcançar os objetivos socioambientais de forma mais eficaz. Uma abordagem baseada em evidências por meio de dados é fundamental para a evolução e sustentabilidade do programa a longo prazo.

No total, a primeira etapa resultou na realização de 404 entrevistas, enquanto a segunda etapa adicionou mais 57 entrevistas, totalizando 461 participantes entrevistados. Este número de entrevistas forneceu uma base de dados sólida para a análise e avaliação do impacto do Programa Replantando Vida.

Parcerias e Participações

- Fórum de Mudanças Climáticas do Estado do Rio de Janeiro

Participação do titular e do suplente da área de ESG da CEDAE como representantes da Companhia. Este ano, as principais ações do Fórum foram: Minuta da revisão do Decreto que institui o FRJMC e Minuta do Regimento Interno do FRJMC.

- Rede Comunidade Acolhedora

Desde junho de 2023, a CEDAE compõe a Rede Comunidade Acolhedora, pacto pelo desenvolvimento territorial da Cidade Nova e adjacências. A Rede é composta por instituições de natureza pública e privada, com o objetivo de criar um consórcio comunitário para a realização de ações focadas no desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, impactando na melhoria da qualidade de vida no território da Cidade Nova e adjacências.

A atuação na região deve-se ao fato de o desenvolvimento socioterritorial ser um dos principais objetivos das intervenções do setor de ESG da CEDAE. A sede da Companhia está localizada no bairro Cidade Nova, na região central do Rio de Janeiro, uma área que concentra grandes empresas, responsáveis por movimentar parte da economia da cidade. Ao mesmo tempo, porém, o território apresenta o menor índice de Progresso Social - IPS entre os mais de 160 bairros do município, de acordo com levantamento da Prefeitura do Rio realizado em 2022.

A partir dessas articulações, em 2023 foram realizadas ações focadas no desenvolvimento do território, sendo elas: ações socioambientais com público infantojuvenil, atividades de fomento à geração de renda das mulheres empreendedoras do referido território, estruturação de um grupo de trabalho voltado para a temática da mulher.

- Adesão ao 1Mio - Unicef

A iniciativa "Um Milhão de Oportunidades" (1Mio), liderada pelo Fundo das Nações Unidas para Crianças - UNICEF, é uma aliança multisetorial que mobiliza empresas, sociedade civil, governos e especialmente jovens, para promover oportunidades de formação profissional, participação cidadã e trabalho decente para adolescentes e jovens entre 14 e 29 anos em situação de vulnerabilidade. A adesão da CEDAE a esta iniciativa está vinculada aos princípios ESG da empresa e busca oferecer oportunidades para jovens em seus programas de Jovem Aprendiz e estágio, principalmente para moradores dos territórios no entorno das áreas de atuação da Companhia. Em menos de dois anos, o 1Mio já reúne mais de 100 empresas, 1.800 municípios e gerou mais de 200 mil oportunidades para a juventude brasileira. O UNICEF tornou-se, por meio desta adesão, parceiro no projeto Aprendi na CEDAE, lançado em dezembro de 2023 pela Companhia.

11. GESTÃO DE PESSOAS

A CEDAE conta com corpo técnico qualificado, dividido entre as carreiras administrativa, operacional e universitária, além de 285 jovens inseridos nos Programas Jovem Aprendiz e Estagiário e dos terceirizados administrativos, todos alocados em municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Remuneração e Benefícios

Na CEDAE, a Política de Salário e Remuneração, assim como Gratificação de Chefia, são baseadas no Plano de Cargos e Salários e Tabela Salarial afetas aos cargos e funções da Organização. Assim, não há distinção de salário-base entre gêneros na Companhia. O aumento salarial dos colaboradores é linear e em percentuais iguais para todos, conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho.

UniverCedae - Treinamentos Presenciais

A UniverCEDAE (Universidade Corporativa da CEDAE) possui uma Programação Anual de Treinamentos Presenciais, voltada para a capacitação da Área Operacional da empresa e tendo como principais focos a área de Saúde e Segurança do Trabalhador e o desenvolvimento técnico-operacional de seus colaboradores.

O ano de 2023 foi marcado pela construção de um laboratório didático na Unidade Operacional do Jumento, para a execução de treinamentos práticos dos trabalhadores que exercem suas funções em Espaço Confinado (NR-33) e em Altura (NR-35). O objetivo é proporcionar segurança e atender à legislação vigente, permitindo à CEDAE desenvolver seus próprios treinamentos, ministrados pelos colaboradores da Companhia que fazem parte do Programa de Instrutores Internos da empresa. Para isto, estes colaboradores recebem capacitação, gerando customização e economia para a empresa.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Para minimizar custos e reduzir deslocamentos, a UniverCEDAE ampliou seu escopo, levando as salas de aula às unidades operacionais. Só no ano de 2023 foram inaugurados três postos avançados de ensino em unidades operacionais da empresa: no Juramento, no Lameirão e na ETA Guandu.

Além do Programa de Instrutoria Interna, a UniverCEDAE desenvolveu, ao longo do ano, parcerias com 15 instituições de ensino para a realização de parte de seus treinamentos.

No ano de 2023, a Companhia realizou um total de 84 treinamentos presenciais, capacitando um total de 1.657 colaboradores, perfazendo uma carga horária total de 30.422 horas.

Eventos/ Palestras/ Cursos Oferecidos:

Foram ofertados 28 eventos em 2023. Entre eles, podemos destacar os treinamentos de Brigada de Atendimento a Emergências; Básico de Instalações de Serviço com Eletricidade - NR-10; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio; Programa de Capacitação para Operadores de Elevatória; e Segurança para Trabalho em Altura - NR-35.

InovaUniverCEDAE e Eventos Internos para colaboradores

No ano de 2023, foi implementada a primeira plataforma de ensino à distância da CEDAE, a InovaUniverCEDAE. Foram concluídos 2.939 cursos on-line, com temas voltados para o desenvolvimento de soft skills (competências comportamentais) e ferramentas de apoio à performance, além de temas essenciais para o negócio da Companhia, como ESG, Governança etc.

Os cursos são disponibilizados por meio de trilhas de aprendizagem de acordo com a carreira, cargo e especialidade do colaborador concursado (carreiras: administrativa, operacional e universitária), para colaboradores extraquadros (cargos em comissão), estagiários e jovens aprendizes. Foram 20 trilhas de aprendizagem disponibilizadas para mais de 2.600 colaboradores, das quais destacamos: Administração e Liderança, voltada para os gestores que possuem equipes; e aprendizagem para colaboradores da carreira operacional, especificamente nas especialidades ligadas ao tratamento de água, core business da Companhia.

Desta forma, a CEDAE deu mais um passo na construção da cultura de desenvolvimento contínuo, valorizando e incentivando seus colaboradores a ampliarem seus conhecimentos também por meio da autoinstrução. Os cursos são disponibilizados por meio das ferramentas mais modernas de educação corporativa, podendo ser acessados pelo computador ou smartphone, tornando o conhecimento cada vez mais acessível e alinhando a Companhia às práticas mais atuais do mercado.

Ao longo do ano também foram realizados eventos internos presenciais com temas relevantes para os colaboradores, como saúde preventiva e outros. Destacamos: Burnout, Saúde Emocional na Maternidade, Paternidades, Inclusão e Diversidade, Carreira, Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul.

Programa de Estágio

O programa de estágio da CEDAE é lastreado na Lei nº 11.788/2008 e tem por meta possibilitar aos estudantes um contato direto com o mercado de trabalho, proporcionando-lhes uma visão geral e específica do contexto organizacional. O programa disponibiliza até 285 vagas, sendo 50 para nível médio e 235 para nível universitário. Os estagiários cumprem jornadas diárias de seis ou quatro horas, com duração máxima de contrato de até dois anos.

Durante 2023, passaram pelo programa 432 estagiários, dos quais 199 ingressaram no programa durante o ano.

Programa Jovem Aprendiz

O Programa Jovem Aprendiz, implantado em novembro de 2009, oferece formação técnico-profissional compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico dos aprendizes. Em 2023, 231 jovens provenientes do Programa RioSolidário/DEGASE exerceram as funções de auxiliar de escritório na CEDAE, dos quais 141 ingressaram no programa durante o ano.

12. OBRAS E INVESTIMENTO

No ano de 2022, devido aos desdobramentos do processo de concessão dos serviços públicos de saneamento ocorrido em abril de 2021, a CEDAE precisou se reinventar e investir em melhorias do seu processo produtivo. Desde 2022, a Diretoria Técnica e de Projetos (DTP) investe massivamente em projetos e obras para aumento e otimização da captação e produção de água potável. Além dos sistemas de produção, houve investimentos em sistemas de distribuição de água, coleta de esgoto e em melhorias técnicas e desenvolvimento tecnológico.

A CEDAE instituiu ao longo de 2023 a inserção do conceito Building Information Modeling (BIM) nas obras e projetos de engenharia. A modelagem da informação com modelos 3D inteligentes, conhecido como BIM, é a representação digital das características físicas e funcionais de todos os ativos dos sistemas de água e esgotos, com objetivo de promover uma transformação digital na engenharia de construção e operação das infraestruturas.

Em 2023, a área técnica da DTP concluiu um marco importante para o Sistema de Produção de Água de Ribeirão das Lajes: o projeto básico para implantação da Estação de Tratamento de Água do Sistema de Ribeirão das Lajes (ETA Lajes), com capacidade nominal de 5,5 m³/s, utilizando o processo de Flotação por Ar Dissolvido (FAD). Isso possibilitará o atendimento da legislação em vigor.

Ademais, visando à segurança hídrica e à melhoria operacional, à funcionalidade e à interligação dos sistemas, a CEDAE estrategicamente elaborou investimentos no médio/longo prazo para continuar realizando satisfatoriamente a produção de água no Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, segue o detalhamento das obras realizadas:

PROGRAMADE MELHORIAS NA ETA GUANDU- SISTEMAGUANDU

A Estação de Tratamento de Água do Guandu foi incluída no Guinness Book, o Livro dos Recordes, como a maior estação de tratamento de água do mundo em produção contínua. Por este motivo, é de fundamental importância que todos os componentes que fazem a estação funcionar adequadamente estejam em perfeito estado de funcionamento. Para isto, foram realizadas as seguintes ações em 2023:

" Contratação de empresa especializada para a recuperação e adequação de 60 filtros da NETA - Nova Estação de Tratamento de Água;

- Reforma dos filtros na Velha Estação de Tratamento de Água - VETA;
- Contratação de Serviço de Remoção de Macrófitas Aquáticas e Resíduos Sólidos no Espelho D´Água a Montante da Captação da Estação de Tratamento de Água do Guandu;
- Reformas civis e Modernização dos floculadores da VETA;
- Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, Lote 08;
- Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, Lote 14;
- Contratação de empresa especializada para realizar a recuperação civil, elétrica e mecânica da Barragem Auxiliar, Barragem Principal, Canal de Purga, Tomadas D´Água e do Retentor de Sólidos Flutuantes da ETA Guandu;
- Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de instalação com fornecimento de sistemas de remoção de lodo para os decantadores 7, 8 e 9 da VETA;
- Contratação de empresa especializada para fornecimento com instalação de sistema mecânico do tipo turbina de fluxo axial para os floculadores da NETA e da VETA da Estação de Tratamento de Água do Guandu.

PROGRAMAMAIS ÁGUA PARA A BAIXADA

Maior pacote de obras de infraestrutura em andamento no Estado, com investimentos de R\$ 3,4 bilhões. O Programa prevê a construção de uma nova Estação de Tratamento de Água em Nova Iguaçu, com capacidade de produção de mais de 6 mil litros por segundo (l/s), o Novo Guandu. O projeto inclui também reservatório de 55 milhões de litros de água, atendendo não apenas a demanda atual, mas o crescimento estimado dos municípios da Baixada.

Na fase pré-concessão, o pacote de obras também incluiu a construção de duas Estações de Tratamento de Água, o assentamento de 58 km de adutora, implantação de sete elevatórias, a construção de oito reservatórios e o assentamento de 495 km de troncos e rede de distribuição, além da execução de cerca de 5 mil ligações domiciliares. As obras beneficiaram os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Rio de Janeiro, Japeri, Seropédica e Itaguaí.

Na fase pós-concessão, os novos investimentos estão sendo direcionados para ampliação do sistema de produção de água, principalmente em Xerém e Tinguá, além da continuidade da execução do sistema de produção Novo Guandu.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO NOVO GUANDU

O Sistema de Abastecimento do Novo Guandu inclui a construção de uma Estação de Tratamento de Água que terá capacidade de produção de mais de 12 mil litros de água por segundo e um reservatório para 55 milhões de litros, a fim de atender cerca de 3 milhões de habitantes. O sistema do Novo Guandu inclui também a construção da adutora de água com 4 km de extensão. A obra do sistema de tratamento tem orçamento estimado entre R\$ 1,2 bilhões e R\$ 1,5 bilhões e será dividida assim:

- Contratação de terraplanagem para o reservatório Novo Marapicu - Etapa 1 - Fase 1;
- Construção do Reservatório Novo Marapicu, Tronco, Extravisor e Adutora do Sistema de Produção de Água Novo Guandu;
- Aquisição de tubos de aço para troncos, travessias e extravasos da ETA do Novo Guandu;
- Implantação básica, terraplanagem e macrodrenagem da Nova ETA Guandu - Etapa 2 - Fase 1;
- Gerenciamento da obra do Sistema Novo Guandu

SISTEMA ACARI SUBSISTEMA TINGUÁ

- Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação do sistema de microfiltração com operação assistida e adequações civis na Unidade de Tratamento Tinguá
- Aquisição de três Equipamentos de desinfecção por Ultravioleta com capacidade de 325 l/s para ETA Tinguá - Nova Iguaçu - RJ
- Aquisição e instalação de três conjuntos motobomba, cada um com ponto de operação em 325 l/s e 28 mca, para ETA Tinguá - Nova Iguaçu - RJ

SUBSISTEMA XERÉM

O subsistema é composto pelas captações Hamilton, Fazenda, Cachoeira, Ribeiro, Mantiqueira, Guerra, Ancieto, João Pinto, Cova, Paraíso, Alfa, Perpétua e Registro, com produção média de 1.300 l/s e máxima de 1.600 l/s através das UTs Xerém I e II e UT Mantiqueira. Os projetos em andamento em 2023 são:

- Aquisição de tubos de aço carbono para a rede alimentadora de água bruta e adutora do sistema de tratamento de água de Xerém - Duque de Caxias
- Novo Sistema de produção de água para os 3º e 4º Distritos de Duque de Caxias - ETA Xerém

SISTEMA RIBEIRÃO DAS LAJES

O Sistema é composto pela captação a jusante do reservatório de Lajes, após o turbinamento da Usina Hidrelétrica (UHE) de Fontes Novas. A água é transportada por adutoras até a UT Ribeirão das Lajes (Túnel IV), com produção média de 5.500 l/s, que abastece os municípios de Itaguaí, Japeri, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados e parte do Rio de Janeiro. Os projetos em andamento em 2023 são:

- Complementação das Obras de Contenção do Talude (UT) Túnel IV - Paracambi;
- Elaboração de Projeto Executivo e Obra de Contenção para Estabilização da Encosta na UT Túnel IV - Paracambi;
- Projeto Básico funcional de uma interseção abrangendo a rodovia Presidente Dutra - BR 116 (km 217 + 900m) e a via de acesso à unidade de tratamento Túnel IV, situada no município de Paracambi.

DEMAIS LOCALIDADES

- Obras para ampliação do Sistema de abastecimento de águas da Zona Oeste - Guaratiba I;
- Aquisição de dois reservatórios em aço vitrificado com capacidade de 5.000 m³ cada para atender o sistema Guaratiba I;
- Obras para ampliação do Sistema de abastecimento de águas da Zona Oeste - Guaratiba II;
- Obras de Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Jardim Guanabara - Ilha do Governador;
- Contratação de Serviços de Gerenciamento e Supervisão de obras e serviços na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

SISTEMA IMUNANA LARANJAL

O Sistema Imunana-Laranjal é composto pelo Canal de Imunana, que capta e leva a água dos rios Guapiacu e Macacu até a elevatória de água bruta através de um canal no município de Guapimirim. A água é bombeada até a ETA do Laranjal, localizada em São Gonçalo. A estação é responsável por produzir cerca de 7.000 l/s de água potável. Após tratada, a água é conduzida pela adutora de água tratada até o reservatório Amendoeira, que atende aos municípios de Niterói, São Gonçalo, parte de Itaboraí, Ilha de Paqueta e aos distritos de Inoá e Itaipuaçu, em Maricá. Os projetos em andamento em 2023 são:

- Contratação de empresa especializada para a substituição dos módulos das colmeias dos decantadores 1, 2, 3 e 4 da ETA 1, e dos decantadores 8, 9, 10 e 11 da ETA 3, com fornecimento dos materiais;
- Contratação de empresa especializada para reforma dos Floculadores da ETA 3 do Laranjal;
- Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva predial, com adequações e modernizações, quando necessário, Lote 09;
- Reforma e reforço estrutural da curva do Tanque de Contato da ETALaranjal.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Complementação das redes de esgotos do sistema Sarapuí, em Nova Iguaçu (CN 16/2018)

VÁRIOS SISTEMAS E LOCALIDADES

- Contratação de serviços técnicos de levantamento topográfico planialtimétrico sob demanda;
- Contratação sob demanda para prestação de serviços de sondagem;
- Serviço Especializado para realização da Inspeção de Segurança Regular (ISR) da barragem Açude do Camorim, no Rio de Janeiro;
- Obtenção da Certificação PROCERT (Selo Verde) para o Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS) na Categoria Ação Socioambiental Responsável, no âmbito da DTP, da CEDAE;
- Contratação de serviços especializados para digitalização, vetorização, georreferenciamento, padronização e verificação dos dados cadastrais para aprimoramento do Cadastro Técnico GIS;
- Elaboração dos projetos básicos de esgotamento sanitário dos municípios de Mangaratiba, Rio Claro, Japeri, Vassouras, Engenheiro Paulo de Frontin e Mendes, para reuso dos sistemas de tratamento da região hidrográfica do Guandu.

PROGRAMAS DE OBRAS

INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO		Saldo 2024 R\$ milhares
SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA	Sistema Guandu Existente	847.861
	Sistema Novo Guandu	2.617.471
	Sistema Macaé e Interior	822.557
	Sistema de Lajes	800.000
	Sistema Laranjal	120.000
	Sistema Acari	497.276
DIVERSOS	Vários Sistemas – Região Metropolitana	72.934
TOTAL		5.778.100

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA - GUANDU EXISTENTE			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Contratação de Serviço de Remoção de Macrófitas Aquáticas e Resíduos Sólidos no Espelho D´Água a Montante da Captação da Estação de Tratamento de Água do Guandu		Em andamento	4.662
Contratação de empresa especializada para realizar a recuperação civil, elétrica e mecânica da Barragem Auxiliar. Barragem Principal, Canal de Purga, Tomadas D´Água e do Retentor de Sólidos Flutuantes da ETA Guandu		Em andamento	19.508
Contratação de empresa especializada para a recuperação e adequação de 60 filtros da NETA – Nova Estação de Tratamento de Água		Em andamento	5.982
Reforma dos 72 filtros na Estação de Tratamento de Água do Guandu - VETA		Em andamento	280.408
Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, Lote 08		Em andamento	20.372
Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, Lote 14		Em andamento	27.072
Reforma dos Floculadores da Estação de Tratamento de Água - VETA GUANDU		Em andamento	9.918
Ampliação do Sistema de Bombeamento de água para Lagoa Maior		Em licitação	13.672
Modernização dos decantadores 1,2,3,4,5 e 6 da VETA		Aguardando licitação	136.300
Fornecimento "on-line" de dados analíticos e operacionais para Sistema Guandu		Em fase de projeto	210.082
Implantação de Macromedição de vazão nas adutoras		Em licitação	119.885
Contratação de empresa especializada para fornecimento com instalação de sistema mecânico do tipo turbina de fluxo axial para os floculadores da NETA e da VETA da Estação de Tratamento de Água do Guandu		Concluída	-
Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de instalação com fornecimento de sistemas de remoção de lodo para os decantadores 7, 8 e 9 da VETA – Velha Estação de Tratamento de Água do Guandu		Concluída	-

TOTAL Guandu Existente	847.861
------------------------	---------

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA - NOVO GUANDU			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Contratação de terraplanagem para o Reservatório Novo Marapicu e construção das estruturas de drenagem para águas pluviais e vias de acesso ao Reservatório Novo Marapicu - Parte integrante do sistema Novo Guandu - Etapa 01 - Fase 01		Concluída	-
Implantação Básica, Terraplanagem e Macro drenagem da Estação de Tratamento de Água do Novo Guandu - Etapa 02 Fase 01 - do Sistema de Produção ETA Novo Guandu		Em andamento	19.459
1ª Implantação de Sistema de Produção de Água do Novo Guandu		Em licitação	365.172
2ª Implantação de Sistema de Produção de Água do Novo Guandu		Em licitação	891.258
3ª Implantação de Sistema de Produção de Água do Novo Guandu		Em licitação	499.860
4ª Implantação de Sistema de Produção de Água do Novo Guandu		Em licitação	475.628
5ª Implantação de Sistema de Produção de Água do Novo Guandu		Em licitação	92.571

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA - NOVO GUANDU			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Construção do Reservatório novo Marapicu, tronco, extravisor e adutora do Sistema de Produção de Água Novo Guandu		Em andamento	260.573
Gerenciamento da obra do Sistema de Produção ETA Novo Guandu - Parte 01 - 12 m³/s e do Novo Reservatório do Marapicu - 57.000 m³ - Parte 01		Em andamento	9.864
Aquisição de tubos de aço para troncos, travessias e extravasos - Sistema de Produção ETA Novo Guandu			3.086
Novo Guandu - Total			2.617.471

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA - MACAÉ / INTERIOR			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Sistema de abastecimento de água do município de Itaperuna	82.500	Saldo da obra será relicitado	148.236
Implantação de sistema de esgotamento sanitário do município de Itaperuna	82.500	Saldo da obra será relicitado	396.253
Ampliação do sistema de produção de água tratada para o município de Macaé	243.967	Aguardando recurso financeiro	278.069
Interior do Estado - Total			822.557

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA - LAJES			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Implantação do Sistema de Produção de Água de Ribeirão das Lajes - 5,5 m³/s		Em fase de projeto	800.000
Elaboração do Projeto executivo e obra para estabilização da encosta UT Túnel IV Paracambi		Concluída	-
Complementação das Obras de Contenção do Talude (UT) Túnel IV – Paracambi		Concluída	-
Projeto Básico funcional de uma interseção abrangendo a rodovia Presidente Dutra – BR 116 (km 217 + 900m) e a via de acesso à unidade de tratamento Túnel IV, situada no município de Paracambi		Concluída	-
Lajes - Total			800.000



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA - LARANJAL			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Contratação de empresa especializada para Reforma dos Floculadores da ETA 3 do Laranjal		Em andamento	9.085
Remanejamento da 4ª Linha		Em fase de estudo	84.753
Serviço de reforma com reforço estrutural da curva do tanque de contato da Estação de Tratamento de Água do Laranjal		Concluída	-
Contratação de empresa especializada para a substituição dos módulos das colméias dos decantadores 1,2,3 e 4 da ETA 1 e dos decantadores 8,9,10 e 11 da ETA 3 da Estação de Tratamento de Água do Laranjal com fornecimento dos materiais		Concluída	-
Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, Lote 09		Em andamento	26.162
Laranjal - Total			120.000

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA - ACARI			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Aquisição e instalação de 3 (três) conjuntos moto bomba, cada conjunto com ponto de operação em 325 l/s e 28 mca, para a ETA Tinguá – Nova Iguaçu – RJ		Em andamento	1.285
Aquisição de 3 (três) Equipamentos de Desinfecção por Ultravioleta com Capacidade de 325 L/S para ETA Tinguá - Nova Iguaçu - RJ		Em andamento	4.236
Sistema de microfiltração na unidade de tratamento de Tinguá		Em andamento	3.961
Construção do novo sistema de produção de água de Nova Iguaçu – ETA Rio D'Ouro	380.000	Em fase de projeto	263.826
Aquisição de tubos para as adutoras de água bruta e tratada do Sistema de Tratamento de Água de Rio D'Ouro – Japeri - RJ	380.000	Em fase de projeto	27.935
Aquisição de Sistema de Microfiltração Móvel para atendimento aos sistemas de abastecimento de água da Cedae, com vazão nominal de 650 l/s		Em andamento	17.633
Novo sistema de produção de água para os 3º e 4º Distritos de Duque de Caxias - ETA XERÉM	240.000	Em andamento	178.400
Tubos de Aço de Xerém		Concluída	-
Acari - Total			497.276

VÁRIOS SISTEMAS - LOCALIDADE RIO DE JANEIRO			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Contratação de serviço especializado para a realização da Inspeção de Segurança Regular (ISR 2023) da Barragem Açude do Camorim - Município do Rio de Janeiro – RJ.	Não aplicável		-
Contratação de serviço especializado para a realização da Inspeção de Segurança Regular (ISR 2024) da Barragem Açude do Camorim - Município do Rio de Janeiro – RJ.	Não aplicável		31
Obras de Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Jardim Guanabara - Ilha do Governador	Não aplicável		2.153
Contratação sob demanda para prestação de serviços de topografia	Não aplicável		350
Contratação sob demanda para prestação de serviços de sondagem	Não aplicável		1.092
Contratação de Serviços de Gerenciamento e Supervisão das Obras e Serviços na Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Não aplicável		10.162
Contratação de Serviços Especializados para Digitalização, Vetorização, Georreferenciamento, Padronização e Verificação de Dados Cadastrais para Aprimoramento do Cadastro Técnico	Não aplicável		-

BELFORD ROXO / DUQUE DE CAXIAS			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Elaboração dos Projetos Básicos de Esgotamento Sanitário dos Municípios de Mangaratiba, Rio Claro, Japeri, Vassouras, Eng. Paulo de Frontin e Mendes, para Reuso dos Sistemas de Tratamento da Região Hidrográfica do Guandu	Não aplicável		-
Restauração do Chafariz da Glória	Não aplicável		1.200
Região Metropolitana - Total			14.988

BELFORD ROXO / DUQUE DE CAXIAS			
Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo R\$ milhares
Sistema de coleta e transporte de esgotos sanitários de Sarapuí	127.200	Concluída	-

13. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Transparência, equidade, responsabilização, sustentabilidade e integridade. Esses são os cinco princípios delineados pela 6ª edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, lançado em 2023. A atualização do Código reafirmou o compromisso da CEDAE, que, de maneira crescente, tem se mostrado atenta às questões relacionadas aos aspectos Ambientais, Sociais e de Governança e, em 2023, atuou para consolidar os princípios de governança corporativa nas suas práticas de negócio.

A Companhia está empenhada em uma trajetória de evolução contínua, concentrando esforços para fornecer subsídios qualificados que embasam as tomadas de decisões e para atender de forma eficiente e ágil às crescentes demandas dos usuários, do mercado e do governo. A concretização do engajamento da CEDAE com o fortalecimento da Governança e com a responsabilidade socioambiental perante a sociedade pode ser evidenciada por meio das ações destacadas:

CARTA ANUAL

Em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreveu a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2022.

A carta desempenha o papel fundamental de comunicar os princípios, objetivos e diretrizes que orientam a gestão da CEDAE, estabelecendo-se como um instrumento essencial na promoção de uma administração eficiente, transparente e responsável. Seu propósito vai além da simples divulgação, atuando como catalisador para o desenvolvimento sustentável e o progresso da Companhia.

Nesta publicação, foram relatadas a realização das obras, reformas e recuperação civil das instalações para melhoria operacional dos sistemas Guandu, Laranjal e Acari, a atuação da Companhia na promoção de políticas públicas, as principais práticas de Governança Corporativa e o desempenho operacional e financeiro, dentre outros temas abordados.

Confira a publicação na íntegra no link a seguir: https://storage.googleapis.com/site-cedae/Governan%C3%A7a/Carta%20Anual%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20e%20de%20Governan%C3%A7a_%2022_final.pdf

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

A medida que as questões ambientais e sociais robustecem a Governança, assumindo um papel de destaque nas práticas da Companhia, intensifica-se seu comprometimento em divulgar de maneira mais abrangente as iniciativas e resultados em sustentabilidade. Com o intuito de garantir a confiabilidade e transparência, a Companhia passou por um processo de asseguaração realizado por auditores independentes, com o objetivo de avaliar a precisão, confiabilidade e conformidade com as normas e padrões estabelecidos das informações apresentadas no Relatório de Sustentabilidade.

PESQUISA DE MATERIALIDADE

O processo consistiu na realização de uma pesquisa online composta por 26 questões, baseada na consulta aos temas materiais referentes à atividade de tratamento de água e saneamento do framework SASB (Sustainability Accounting Standards Board) - conjunto de padrões que promove a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores - e no benchmarking com os pares nacionais do setor de tratamento e produção de água.

As questões da pesquisa foram divididas em seis tópicos e abrangeram assuntos pertinentes à sustentabilidade e aos aspectos sociais, ambientais, de governança: ESG, Meio Ambiente, Capital Social, Capital Humano, Modelo de Negócio e Inovação e Liderança e Governança. O resultado da pesquisa revelou que a materialidade foi definida a partir da priorização de 10 temas materiais considerados relevantes para as operações da CEDAE, segundo a percepção dos stakeholders internos e externos e o alinhamento com os indicadores estratégicos da Companhia e os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável do Pacto Global da ONU.

COMUNICAÇÃO DE PROGRESSO - COP

A elaboração da Comunicação de Progresso (CoP) representa um requisito obrigatório para todas as empresas vinculadas ao Pacto Global da ONU. Essa prática anual envolve a divulgação de resultados que demonstram a evolução na jornada de sustentabilidade. Apesar dos desafios técnicos enfrentados pelo Pacto Global em 2023, que resultaram no adiamento da entrega dos resultados, a CEDAE compiliou os documentos e materiais, visando atender às exigências estabelecidas.

REVISÃO DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - RILC

Com o propósito de garantir a conformidade legal com a Lei 14.133/2021, promover eficiência operacional e aumentar a transparência nos processos de contratação, a CEDAE empreendeu, no ano de 2023, a publicação da atualização do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos. Tal iniciativa visa impulsionar uma gestão mais responsável e alinhada com as necessidades em constante transformação da Companhia.

Destques:

- Previsão expressa de contratação de soluções inovadoras e oportunidade de melhor entendimento do TCU, já dentro da conformidade com a Lei Estadual nº 9.089/2022 que instituiu o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro, à luz do Marco Legal da Inovação.
- Previsão do Planejamento de Contratações Anual.
- Previsão da realização de Due Diligence de fornecedores antes da adjudicação/homologação ou aprovação por parte da autoridade competente.
- Inclusão de uma nova seção para regulamentar as contratações de energia elétrica que é regida pela legislação do setor elétrico brasileiro e demais normas e resoluções da ANEEL.
- Inclusão de exigências de qualificação técnica e a possibilidade de ser exigido qualificação técnica-operacional, como boa prática, com fundamento nas novas previsões contidas na Lei 14.133/2021.

PORTAL DE GOVERNANÇA

Em 2023, a CEDAE adquiriu uma solução de software baseada em nuvem com o objetivo de aprimorar os serviços de secretariado nos órgãos da administração societária da Companhia. Essa contratação proporcionou uma gestão mais ágil e eficaz das reuniões dos comitês e colegiados

estatutários, bem como a administração de documentos e informações relacionados a assuntos tratados, garantindo confidencialidade e fácil acesso. O intuito foi facilitar uma tomada de decisão mais eficiente no ambiente organizacional.

Deste modo, os órgãos da administração societária da CEDAE (Diretoria, Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento e Conselho Fiscal) podem realizar a gestão das deliberações, os fornecimentos de documentos e informações referentes aos assuntos tratados nas reuniões, com controle de acesso e segurança da informação.

INDICADORES

Por meio de um trabalho sinérgico com a área de Planejamento Estratégico, no ano de 2023, a equipe de Governança Corporativa da CEDAE estruturou os seus principais indicadores. O objetivo primordial foi proporcionar dados mensuráveis que contribuíssem para a avaliação, monitoramento e aprimoramento do desempenho da Companhia.

MATRIZ DE RISCOS ESTRATÉGICOS

Alinhada à atualização da Política de Gestão de Riscos à nova realidade da Companhia, após o Leilão de Concessão para a Prestação dos Serviços de Esgotamento Sanitário e Abastecimento de Água em 2022, e ao lançamento da NBR 17080 em 2023, que versa sobre o "Plano de Segurança da Água - PSA", a Gerência de Gestão de Riscos em conjunto com as Diretorias iniciou a atualização das Premissas de Impacto e Probabilidade, Appetite, Tolerância e Classificação/Grau de Riscos.

MATRIZ DE RISCOS DE ADOÇÃO DO SISTEMA IMUNANA-LARANJAL

Tomando como base a Matriz de Riscos Estratégicos aprovada pelo Conselho de Administração, a Gestão de Riscos em conjunto com Controles Internos, com a proposta de auxiliar a Auditoria Interna da Companhia, concluiu o mapeamento e a análise do processo relacionado à planta do sistema Imunana-Laranjal, em seus procedimentos de adução de água, resultando na Matriz de Riscos de Elevatórias, onde estão relacionados os riscos desta atividade, sua classificação, controles e contingências.

COMPLIANCE

PACTO PELA INTEGRIDADE DO INSTITUTO ETHOS

ACEDAE mantém sua adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos em consonância com os princípios universais do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2022. Mais de mil empresas em todo o território nacional brasileiro fazem parte dessa iniciativa.

A empresa tem mobilizado seus recursos de maneira proativa, comprometida com o referido engajamento, visando estimular a integridade, a ética e as boas práticas. Com base nisso, foram elaboradas ações voltadas para a divulgação dos fundamentos de conformidade entre os stakeholders, incluindo a implementação de normas e políticas, estratégias de comunicação e treinamento, gestão de riscos, estabelecimento de controles internos, condução de auditorias internas e investigações. Essas ações serão continuamente desenvolvidas ao longo do ano de 2024.

PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO (PNPC)

A CEDAE permaneceu como Participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), destacando-se pela contribuição e aplicação de padrões exemplares de integridade na Administração Pública. A empresa foi reconhecida como incentivadora dos princípios de integridade e ética, no âmbito do programa patrocinado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

TREINAMENTO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

ACEDAE promoveu, no ano de 2023, treinamento aos Administradores e Conselheiros, ministrado na plataforma virtual da REVVO.

Foram oferecidos cursos sobre os temas: Anticorrupção; ESG - Estratégias para sustentabilidade empresarial; Gestão de Riscos Corporativos; Assédio Moral; Diversidade e Inclusão; Empresas Inclusivas e o Viés do Inconsciente; Compliance Inovador; Lavagem de Dinheiro; LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados; Liderança Engajadora; Prevenção de Fraudes Corporativas; Segurança da Informação.

POLÍTICAS, NORMAS E PROCEDIMENTOS INSTITUCIONAIS

Foram revisados e atualizados, sob a coordenação da Gerência de Compliance, o Código de Ética e Conduta, trazendo como novos princípios e regras a atuação com cidadania na promoção do bem publico, a busca pelo desenvolvimento sustentável, o respeito aos Direitos Humanos, o combate ao trabalho infantil e análogo ao escravo, além de um item inteiro dedicado à violência no trabalho e ao Programa de Integridade e Compliance.

O esforço contínuo de atualização e proposição de Políticas Institucionais das áreas de Governança da CEDAE foi mantido e dessa forma após aprovação do Conselho de Administração da CEDAE, foram publicadas, no ano de 2023, as atualizações de três políticas, a saber: Política de Indenidade, Política de Aplicações Financeiras e Política de Privacidade e Proteção de Dados.

Ademais, foram publicadas duas novas Políticas: a de Patrocínios, buscando impactar positivamente a sociedade e fomentar iniciativas relevantes nas áreas ambiental, cultural, social, educacional, econômica, de inovação e tecnologia, e a de ESG (Ambiental, Social e Governança), tendo como premissas o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social e as boas práticas de Governança Corporativa.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE

O Programa de Integridade e Compliance da CEDAE segue elevando gradualmente seu nível de maturidade. Dando continuidade, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 2023, o novo Programa de Integridade e Compliance, cuja estrutura incorpora aspectos dedicados especificamente às medidas anticorrupção. O foco da integridade se utiliza dos mesmos pilares e mecanismos, com o objetivo de prevenir, detectar e remediar quaisquer atos lesivos contra a administração pública.

Além disso, vale ressaltar que a colaboração entre a gestão de riscos, os controles internos e a auditoria interna, bem como a utilização da ferramenta de Background Check, propiciou a execução de testes de Compliance mais eficientes. Essa ação integrada contribuiu para a redução dos riscos relacionados a fraude e corrupção, especialmente no contexto das contratações e renovações contratuais conduzidas pela Companhia. Sobre as dimensões do Programa destacam-se as seguintes ações:

DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE INTEGRIDADE

Sendo a prevenção um dos pilares do Programa de Integridade e Compliance, a CEDAE seguiu com seu Plano de Comunicação e Treinamento, orientando os colaboradores sobre os princípios éticos e de integridade e promovendo uma cultura pautada nesses valores.

Seguindo essa linha, os treinamentos visaram à elaboração de conteúdo de capacitação do público operacional, estagiários e jovens aprendizes com trilhas de aprendizagem em compliance e comunicados direcionados à disseminação da cultura ética. Foram ministradas palestras ampliadas a todos os colaboradores, com foco em violência no trabalho, tendo como base as orientações de conduta previstas no novo Código de Ética e Conduta da Cedae, englobando assédio moral, sexual e atitudes discriminatórias.

Além disso, com o novo escopo trazido pela Lei 14.457/22, que inseriu a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (CIPAA) nos fluxos e nas atividades de combate ao assédio sexual e outras formas de violência, os treinamentos de compliance passaram a ser pré-requisito para que os colaboradores eleitos possam tomar posse de seus mandatos.

Foram realizados 44 eventos de capacitação (um aumento de 150% em relação ao ano anterior), totalizando 533 colaboradores treinados no ano (um aumento de 160% em relação ao ano anterior).

CANAL DE ÉTICA

Trata-se de sistema dedicado à gestão e investigação de denúncias, operado pela Cedae, com o propósito de garantir que todas as ações e comportamentos em dissonância (reais ou potenciais) com o Código de Ética e Conduta sejam devidamente examinados.

Nesse processo é assegurada a investigação imparcial, a ampla defesa e o contraditório, a possível responsabilização dos colaboradores ou terceiros envolvidos, a reparação dos danos à empresa e a implementação de medidas corretivas para mitigar riscos e prevenir futuras violações.

Visando garantir um tratamento adequado às denúncias recebidas, a Cedae se utiliza de uma ferramenta externa. A partir de 2023, tal função passou a ser exercida pela empresa especializada Aliant, assegurando o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, sem conflitos de interesses. A empresa foi contratada por meio de um procedimento licitatório e está disponível para todos, nos seguintes canais:

- Via telefone: 0800 718 0303 de segunda a domingo, 24h por dia.
- <https://canalaeitica.com.br/cedae/>

O uso do Canal de Ética deve ser feito de forma criteriosa, e a denúncia falsa ou infundada constitui infração grave prevista na Política de Consequências da Cedae. A ferramenta deve ser utilizada sempre que suspeitarem ou souberem de algo contrário aos princípios da ética e integridade.

O recebimento e a classificação das denúncias é realizado por esse canal externo, o qual assegura a possibilidade do anonimato dos denunciantes, denunciados e eventuais testemunhas, bem como o sigilo do conteúdo denunciado.

Toda a estruturação e supervisão do Canal de Ética é realizada pela Comissão de Ética da Companhia, órgão colegiado e multidisciplinar, composto por empregados do quadro permanente, que tem por missão analisar as situações investigadas e opinar sobre medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

Durante a investigação, é garantido absoluto sigilo, confidencialidade e proteção institucional aos colaboradores envolvidos em todas as fases da administração e análise das denúncias.

Objetivando que os compromissos assumidos pela Companhia em prol da integridade e combate à corrupção sejam cumpridos, e que as denúncias sejam regularmente apuradas, foi instituída a Comissão Permanente de Apuração (CPA), composta por empregados do quadro permanente da CEDAE, com dedicação exclusiva de seus integrantes às investigações corporativas reconhecidas. O Canal de Ética recebeu 125 denúncias ao longo de 2023 e desde a implementação, em novembro de 2018, foram registrados 984 casos.

Atuação do Comitê de Ética, apoiado pelo Comitê Permanente de Apuração e pelos Representantes Locais das Diretorias, concluiu a análise de um total de 115 denúncias em 2023, que resultaram na aplicação de medidas disciplinares e ações de remediação.

Desde a sua implantação, o Canal de Ética apresentou o seguinte desempenho, conforme demonstração do quadro abaixo:

Nov 2018 - Dez 2023	Quantidade de denúncias	Percentual
Inaplicáveis	217	22,05%
Improcedentes	412	41,87%
Procedentes	301	30,59%
Em apuração	54	5,49%
Total	984	

AVANÇOS NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Em 2023, a CEDAE avançou no seu projeto de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com o objetivo de assegurar a conformidade legal e, também, conscientizar os colaboradores internos a respeito da importância da privacidade de dados nos dias de hoje. Neste contexto, a empresa realizou um mapeamento, revisão e avaliação da matriz de riscos de privacidade e proteção de dados.

A conscientização contínua sobre as regras de privacidade e proteção de dados pessoais foi uma prioridade, com a realização de workshops direcionados aos colaboradores e jovens aprendizes, tais como "RH Itinerante" e "Compliance e LGPD". Por meio do canal DPO (Data Protection Officer/Encarregada de Dados), a CEDAE administrou uma variedade de consultas, desde oficiais até informações sobre contas de água, assegurando o direcionamento adequado para os canais competentes. Além disso, houve uma atualização significativa dos cerca de 120 Registros das Operações de Tratamento de Dados Pessoais (ROPA), uma tarefa contínua da assessoria dedicada à adequação à lei. A área também conduziu um monitoramento constante para manter a Política de Privacidade atualizada, com a última atualização em março de 2023.

A orientação sobre processos que envolvem a transferência de dados pessoais para as novas concessionárias, em virtude do contrato de concessão e do período de operação assistida, foi outro foco permanente, tendo sido elaborados relatórios de impacto à proteção de dados pessoais em relação às transferências.

A CEDAE também se dedicou ao desenvolvimento de uma ferramenta própria de gestão dos ROPAs para auxiliar na conformidade com a LGPD. A administração do sistema GRC Archer foi crucial para garantir disponibilidade, segurança e eficiência, permitindo que as operações de Governança, Riscos e Compliance fossem executadas de maneira eficaz. Por fim, o portal LGPD passou por revisões e atualizações para melhorar a usabilidade e eficácia. Estes esforços refletem o compromisso contínuo da CEDAE com a conformidade regulatória, a segurança de dados e a transparência em suas operações.

No fim de 2023, buscando a melhoria contínua do processo de adequação interna, a Companhia selecionou um profissional especializada para assumir a função de Encarregada de Dados/DPO.

GESTÃO DE RISCOS

O adequado gerenciamento de riscos é fundamental para que a CEDAE possa cumprir sua missão com excelência e atingir as metas estabelecidas no planejamento estratégico, bem como as expectativas dos acionistas.

A Gestão de Riscos da CEDAE tem o objetivo de gerenciar e controlar as potenciais ameaças à Companhia, seja qual for a forma de manifestação. Isso implica planejamento visando melhor tratamento dos riscos com a finalidade de minimizar os impactos, caso estes venham a se materializar. Trata-se de uma estratégia que envolve o trabalho de se antecipar a possíveis situações indesejáveis, buscando responder com rapidez aos eventos, incertezas e mudanças de cenários.

A Companhia realiza, de forma alinhada com a cadeia de valor e os objetivos estratégicos, a identificação dos principais riscos a que está exposta, levando em consideração a continuidade da execução das atividades fins, classificando-os quanto ao impacto e probabilidade. As informações levantadas são apresentadas por meio de Matriz de Riscos, almejando dar suporte à Alta Administração para tomada de decisão quanto à priorização ao tratamento.

Os fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimentos estão expressos no item 4.1 do Formulário de Referência (Formulário de Referência CEDAE). Este documento reúne todas as informações referentes ao emissor, como atividades, fatores de risco, administração, estrutura de capital, dados financeiros, comentários dos administradores sobre esses dados, valores mobiliários emitidos e operações com partes relacionadas.

O trabalho da Área de Riscos está em consonância com o plano de ações formulado pela Auditoria Externa. Neste plano, as prioridades são relacionadas aos pontos identificados no Relatório de Recomendação referentes ao exercício precedente e posterior monitoramento à implementação deles.

Os riscos considerados estratégicos são acompanhados pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer a forma de tratamento adequada por meio de ações preventivas e mitigatórias para evitar a materialização dos eventos identificados. Tais riscos são definidos pela Diretoria Executiva juntamente com o setor responsável, sendo a validação e aprovação final feita pelo Conselho de Administração. O objetivo é aprimorar a gestão com o maior nível de segurança possível, por meio de planos de contingência, atenuando os efeitos adversos que possam impactar a Companhia, no caso de materialização.

Todas as ações são embasadas na Política de Gestão de Riscos, que estabelece princípios, diretrizes, competências e conceitos a serem observados e seguidos pela Gestão de Riscos da CEDAE. Para a realização das atividades, são adotados como referência os padrões e princípios estabelecidos no modelo internacional COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management Framework 2004), as normas ABNT NBR ISO 31000:2018 e ABNT ISO GUIA 73:2009. Em 2023, a NBR 17080:2023, sendo esta última referente ao "Plano de Segurança da Água - PSA" que passou a fazer parte da nova versão da Política de Gestão de Riscos a ser aprovada.

Considerando o novo cenário, a área de Gestão de Riscos e as Diretorias da Companhia, de maneira integrada, iniciaram a revisão e reavaliação das Premissas de Impacto e Probabilidade, Appetite, Tolerância e Classificação/Grau de Riscos, levando em conta, inclusive, a nova NBR 17080/23, que trata do "Plano de Segurança da Água - PSA", para posteriormente atualizar/revisar a Matriz de Riscos Estratégicos e Operacionais.

CONTROLES INTERNOS

A Área de Controles Internos possui sinergia com o trabalho de gerenciamento de riscos. A partir das principais observações e documentos produzidos pela Área de Riscos, com o mapa de calor e o apetite a riscos da Companhia, a Área de Controle Interno oferece segurança e previsibilidade aos gestores, por meio da otimização das atividades com o estabelecimento de medidas preventivas e mitigatórias, operadas em conformidade com as normas e diretrizes, objetivando obter um processo mais eficaz e eficiente.

É fundamental destacar o Controle Interno como um importante aliado da Governança da CEDAE, uma vez que sua função não se limita a complementar o gerenciamento de riscos. O setor também desempenha um papel fundamental na identificação de pontos de melhorias de processos, colaborando para o alcance dos propósitos da Companhia e para a produção de informações que viabilizem o acompanhamento da gestão pela Alta Administração, dos cidadãos e da sociedade civil.

A Política de Controles Internos da CEDAE, fundamentada no framework COSO-ICIF, tem como finalidade aprimorar a Governança Corporativa. Essa política se baseia na articulação contínua entre gestores de processos, os responsáveis pela identificação dos riscos e execução dos controles, os auditores internos e a Alta Administração. Essa colaboração visa alcançar a efetividade e os objetivos estratégicos, garantir a confiabilidade e obter uma fonte relevante e essencial para fornecer informações e dar suporte aos atos decisórios.

AUDITORIA

A Auditoria Interna, órgão estatutário vinculado ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, desempenha um papel fundamental na avaliação independente dos riscos inerentes aos processos da Companhia. O objetivo principal é garantir que esses riscos sejam geridos de forma adequada por meio do diagnóstico dos dispositivos de controle, contribuindo assim para agregar valor e melhorar as operações da CEDAE.

As diretrizes e atribuições da Auditoria Interna são estabelecidas na Política Institucional de Auditoria Interna, que passa por análise da Diretoria Executiva e aprovação do Conselho de Administração. Sua atuação é coordenada com os gestores responsáveis pelos processos avaliados e com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance, Privacidade e Proteção de Dados, em conformidade com o modelo de governança proposto pelo IIA - The Institute of Internal Auditors e com a Lei 13.303/2016.

Os trabalhos de auditoria realizados em 2023 foram orientados a partir da Matriz de Riscos Estratégica da Companhia e por solicitações do Comitê de Auditoria Estatutário. Os processos analisados foram categorizados por tipo de risco, abrangendo atividades operacionais, financeiras, contábeis, administrativas e tecnológicas, com o tratamento de água e adução de água bruta e tratada, contas a receber, segurança patrimonial e estrutura de data center. Esses trabalhos resultaram na identificação de oportunidades de melhoria e na elaboração de planos de ação correspondentes, os quais são acompanhados até a efetiva implementação.

Os resultados desses trabalhos foram apresentados ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva com o objetivo de gerar valor para a gestão da Companhia.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico é um processo de análise, criação de alternativas e tomada de decisão sobre o que é a organização, o que ela faz, e porque ela faz. Além de alocar recursos, essas decisões servem para alinhar propósitos, programas e projetos, pessoas, estruturas e suporte



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

político, bem como gerar aprendizagem organizacional. O produto do planejamento estratégico é um plano, que documenta os desafios, a missão, a visão, os valores, os objetivos, os indicadores, as metas e as ações necessárias para alcançá-las.

No decorrer do ano de 2023, a área de Planejamento Estratégico empreendeu esforços significativos para desenvolver e implementar o Escritório de Gerenciamento de Projetos Prioritários da Companhia (EGPP). Esta iniciativa visa monitorar e gerenciar projetos alinhados aos objetivos estratégicos da CEDAE. Por meio de um sistema personalizado de acompanhamento, adaptado às necessidades específicas da organização e aderente às melhores práticas de gestão de projetos, o EGPP assume a responsabilidade de proporcionar uma visão integrada das iniciativas da Companhia.

A implantação do Escritório tem como principal objetivo centralizar as informações dos projetos prioritários da CEDAE com o intuito de fornecer subsídios para a alta administração tomar decisões embasadas em informações atualizadas e organizadas. Ademais, espera-se que este projeto colabore para o fortalecimento da cultura de gerenciamento de projetos na companhia e proporcione uma visão integrada dos projetos em andamento. O principal objetivo é aumentar a eficiência e eficácia no gerenciamento de projetos, garantindo que as iniciativas sejam concluídas dentro do prazo, orçamento e escopo planejados. Além disso, o EGPP CEDAE busca melhorar a qualidade dos projetos, promover a adoção de melhores práticas e metodologias de gerenciamento, e aumentar a capacidade de entrega da organização como um todo.

Este fluxo contínuo e estruturado de dados revelou-se essencial para subsidiar as decisões executivas em meio à dinamicidade do ambiente externo. Além disso, a área de Planejamento Estratégico concentrou esforços no desdobramento tático da estratégia da Companhia, acompanhando de perto as ações transversais conduzidas por todas as Diretorias. Periodicamente, são gerados relatórios que não apenas contribuem para o aprimoramento das ações, mas também permitem ajustes necessários no curso dessas iniciativas.

Essa abordagem estratégica e proativa do setor evidencia o compromisso da Companhia com o fortalecimento do processo de planejamento e acompanhamento e controle dos projetos em execução, em consonância com as boas práticas de mercado, mantendo o seu alinhamento com os objetivos de médio e longo prazo.

Como decorrência das atividades de planejamento executadas ao longo de 2023, observou-se a necessidade de a Companhia iniciar um novo ciclo de planejamento estratégico, contemplando novos eixos estruturais e de extrema importância para um processo de adaptação e

modernização, tendo em vista as significativas mudanças ocorridas no modelo de negócio da CEDAE.

14. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE
Esclarecemos que nossa Política de Relacionamento com os auditores independentes relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor.
A BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. foi contratada para os serviços de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Destacamos que, em 2023, a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. não prestou outros serviços à CEDAE além da auditoria das demonstrações financeiras.
15. AGRADECIMENTOS
A Diretoria Executiva da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) expressa seu sinceros agradecimentos. Ao acionista majoritário da Companhia, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do governador Cláudio Castro, e à Secretaria de Estado da Casa Civil, representada pelo secretário Nicola Miccione, pelo apoio constante, direcionamento estratégico e investimentos fundamentais ao alcance dos objetivos.
Ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e aos acionistas minoritários, pela confiança, parceria e contribuições em momentos decisivos.
Aos colaboradores, por emprestarem diariamente à Companhia seu talento e competência, com paixão e comprometimento.
As concessionárias, fornecedores e demais parceiros de negócios pelo empenho em torno da busca comum por um trabalho de excelência.
A população fluminense, razão de ser da Companhia, pela compreensão e confiança na qualidade da água que Companhia produz.
E a todos que de alguma forma participam desta jornada, a CEDAE reafirma seu compromisso com a segurança hídrica, a proteção do meio ambiente e a construção de um futuro sustentável para todos.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.246.479	2.340.034
Contas a receber de clientes (Nota 8)	1.013.921	891.065
Estoques	23.627	18.566
Tributos a recuperar (Nota 14)	76.184	99.389
Outros	14.983	14.343
Total do ativo circulante	3.375.194	3.363.397
Não circulante		
Ativos financeiros concessões – ERJ (Nota 10)	3.057.303	2.786.821
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 16)	2.119.963	2.161.191
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	111.128	99.598
Contas a receber de clientes (Nota 8)	221.129	97.668
Contribuição social correntes e diferidos (Nota 17)	414.924	314.377
Transações com partes relacionadas (Nota 9)	-	286.318
Outros	18.886	24.572
	5.943.333	5.770.545
Intangível e ativo de contrato (Nota 11)	6.063.640	5.810.243
Imobilizado (Nota 12)	70.794	69.201
	6.134.434	5.879.444
Total do ativo não circulante	12.077.767	11.649.989
Total do ativo	15.452.961	15.013.386

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
Receita operacional líquida (Nota 22)	3.199.564	3.068.990
Custo dos serviços prestados (Nota 23.a)	(1.745.497)	(1.924.740)
Lucro bruto	1.454.067	1.144.250
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas comerciais (Nota 23.b)	20.833	(184.634)
Despesas gerais e administrativas (Nota 23.c)	(516.649)	(489.965)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 25)	(995.024)	(991.248)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(36.773)	(521.597)
Receitas financeiras (Nota 24.b)	651.229	709.417
Despesas financeiras (Nota 24.a)	(153.431)	(150.292)
Lucro/Prejuízo antes da contribuição social	461.025	37.528
Contribuição social (Nota 17.a)	(39.430)	(36.446)
Lucro líquido do exercício	421.595	1.082
Quantidade de lotes de mil ações preferenciais e ordinárias	629.071.608	629.071.608
Lucro líquido (básico e diluído) por ação (em reais) (Nota 21.b)	0,670	0,002

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3.015.828	13.964	185.258	3.215.237	943.242	-	7.373.529
Ajustes de avaliação patrimonial							
Ganhos/(Perdas) atuariais	-	-	-	-	187.120	-	187.120
Mutações internas do patrimônio líquido							
Aumento de capital (Nota 21.a)	19.334	-	-	(19.334)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 21.f)	-	-	-	346.267	(346.267)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.082	1.082
Reserva legal (Nota 21.e)	-	-	54	-	-	(54)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 21.c)	-	-	-	-	-	(257)	(257)
Reserva de lucros (Nota 21.e)	-	-	-	771	-	(771)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.035.162	13.964	185.312	3.542.941	784.095	-	7.561.474
Ajustes de avaliação patrimonial							
Ganhos/(Perdas) atuariais	-	-	-	-	(869.107)	-	(869.107)
Mutações internas do patrimônio líquido							
Aumento de capital (Nota 21.a)	692.012	(13.964)	-	(678.048)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 21.f)	-	-	-	100.400	(100.400)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	421.595	421.595
Reserva legal (Nota 21.e)	-	-	21.080	-	-	(21.080)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 21.c)	-	-	-	-	-	(100.129)	(100.129)
Reserva de lucros (Nota 21.e)	-	-	-	300.386	-	(300.386)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.727.174	-	206.392	3.265.679	(185.412)	-	7.013.833

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social	461.025	37.528
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	137.323	126.395
Juros e variação monetária de empréstimos e financiamentos	43.154	45.308
Juros sobre parcelamentos	48.518	-
Juros e atualizações monetárias sobre outras obrigações	57.635	41.263
Baixa de bens do imobilizado	-	5
Provisão para contingências	859.765	686.585
Passivo atuarial	228.138	233.758
Atualização monetária das contas a receber	(14.106)	(40.132)
Atualização Monetária - Ativo Financeiro Concessões ERJ	(128.778)	(143.228)
Impairment - Ativo Financeiro Concessões ERJ	-	18.070
Prov.p/perdas – Ativo Financeiro Concessões Teresópolis	14.347	-
Atualização Passivo atuarial Prece	-	46.594
Provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 22.b)	(63.434)	132.776
Rendimentos de títulos e valores mobiliários não realizados	(12.223)	(8.456)
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(154.807)	(144.266)
	1.476.557	1.032.200
Diminuição (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(168.777)	(99.475)
Estoques	(5.061)	(6.034)
Tributos a recuperar	23.205	(1.229)
Depósitos e bloqueios judiciais	196.035	68.486
Contas a receber de partes relacionadas	(5.386)	-
Ativo Financeiro Concessões ERJ	150.000	-
Outros	5.047	3.288
Aumento (diminuição) nos passivos		
Empreiteiros e fornecedores	(24.890)	13.693
Salários a pagar	(5.395)	2.840
Impostos e contribuições a recolher	(245.483)	5.413
Parcelamentos tributários	170.865	(47.193)
Outros parcelamentos	-	(57)
Provisões de encargos trabalhistas	(9.144)	(625)
Provisão para contingências	(750.487)	(496.569)
Contribuições a benefícios pós-emprego	(64.030)	(297.810)
Agência Reguladora – AGENERSA	(64)	(564)
Adiantamento de Clientes – Teresópolis	76.715	-
Outras contas a pagar	(78.542)	44.464
Variações nos ativos e passivos	(1.017.392)	(811.372)
Contribuição social paga	(88.886)	(69.987)
Juros pagos	(35.215)	(38.717)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	335.064	112.124
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de intangível, ativo de contrato e imobilizado	(406.661)	(379.777)
Títulos e valores mobiliários	693	8.996
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(405.968)	(370.781)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de financiamentos	(15.948)	(61.162)
Pagamento de Dividendos	(6.703)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(22.651)	(61.162)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(93.555)	(319.819)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.340.034	2.659.853
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.246.479	2.340.034

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
Receitas		
Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto	3.324.617	3.189.462
Outras receitas	10.772	26.937
Provisão para perdas de créditos esperadas	63.434	(132.776)
	3.398.823	3.083.623
Insumos adquiridos de terceiros		
Material aplicado	(258.681)	(237.109)
Materiais, força e luz, serviços de terceiros e outros	(991.626)	(1.078.926)
Perda e recuperação de valores ativos	(864.979)	(888.698)
	(2.115.286)	(2.204.733)
Valor adicionado bruto	1.283.537	878.890
Depreciações e amortizações		
Depreciações e amortizações	(137.345)	(141.866)
Valor adicionado líquido produzido	1.146.192	737.024
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	651.229	709.417
Valor adicionado total a distribuir	1.797.421	1.446.441
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	850.571	932.605
Benefícios	691.371	754.970
FGTS	117.315	134.952
	41.885	42.683
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	326.510	322.761
Estaduais	324.603	321.104
Municipais	892	639
	1.015	1.018
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	198.745	189.993
Aluguéis	149.772	134.390
	48.973	55.603
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	100.129	257
Lucros retidos	321.466	825
Distribuição do valor adicionado	1.797.421	1.446.441



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE ("CEDAE" ou "Companhia") foi constituída em 1º de agosto de 1975 como sociedade anônima de economia mista domiciliada no Brasil, através da incorporação das entidades controladas pelo Estado do Rio de Janeiro: Empresa de Águas do Estado da Guanabara ("Cedag"), Empresa de Saneamento da Guanabara ("Esag") e Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro ("Sanerj"). Atualmente, sediada na Cidade do Rio de Janeiro na Avenida Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, a Companhia é vinculada atualmente à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança (SECCG) e tem como acionista controlador o Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia atua no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, mediante delegação do Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Estado do Rio de Janeiro") e nos municípios através de convênios, sendo suas principais atividades:

- (i) Captação, tratamento, adução e distribuição da água;
- (ii) Coleta, tratamento e destinação de esgotos sanitários;
- (iii) Realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes;
- (iv) Execução do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara ("PDBG") que é um programa do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo diversos órgãos estaduais, cabendo à CEDAE o papel de executora das obras de esgotamento sanitário com recursos financeiros do Estado do Rio de Janeiro, de fontes externas ou internas; e
- (v) Execução do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes ("PSBJ") com recursos provenientes de diversos programas financeiros do Estado do Rio de Janeiro, como Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano ("Fecam") e Fundo Estadual de Saúde ("FES"), ou com recursos da CEDAE.

Após a transferência dos serviços nos municípios integrantes dos blocos 1, 2, 3 e 4, referente à Concorrência Internacional 001/2020 mencionada no subtópico 1.1 a seguir, dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia passou a operar os serviços de abastecimento de água em apenas 17 municípios, dentre esses com contrato para prestação de serviços de esgotamento sanitário em 7 municípios.

Em 31 de dezembro de 2023, apresentam-se vencidas as concessões relacionadas a seguir e que estão em fase de negociação com os municípios, sendo que os serviços não sofreram interrupção (Nota 2.7.2).

Município	Serviços
Angra dos Reis	Água
Porciúncula	Água e esgoto
Quissamã	Água e esgoto
São João da Barra	Água e esgoto
Teresópolis (*)	Água e esgoto

(*) Em 30 de novembro de 2023 foi celebrado o Termo de Reversão dos Bens Afetos aos serviços de água e esgotamento sanitário ao município de Teresópolis pela Cedae, sendo apurado um valor indenizatório pelos bens não amortizados, conforme critérios definidos pela Agenersa, no âmbito do SEI-220007/005878/2023, da Deliberação nº3255 de 26/2017 e nas metodologias constantes da NR nº03, aprovada pela ANA, por meio da Resolução nº161 de 03/08/2023.

O valor da indenização em R\$127.858, ocorrerá em duas parcelas, sendo R\$76.715 (já paga no exercício de 2023, classificado como adiantamento de clientes, correspondente a 60% e R\$51.143 correspondente a 40%, conforme Cláusulas nº 3.2 e 3.3 do referido Termo de Reversão. A Companhia constituiu um Impairment de R\$ 14.347 (Nota 25) e operou essa concessão até o dia 06 de janeiro de 2024 como operação assistida, conforme previsto no Termo de Reversão.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil do intangível utilizado nos cinco municípios relativos aos contratos que estavam vencidos totalizavam R\$137.832 (R\$157.548 em 31 de dezembro de 2022), tendo gerado receita de R\$130.994 (R\$130.567 em 31 de dezembro de 2022).

Os contratos de concessão estipulam um direito de cobrar dos clientes os serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido nestes. A Companhia possui, na maior parte dos seus contratos, um direito de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ou de prorrogar o contrato até a efetiva quitação da indenização por parte dos municípios.

Nos contratos em que não está prevista tal indenização (cinco contratos na totalidade), existe a obrigatoriedade do Poder Concedente prorrogar o prazo de concessão pelo tempo necessário para que a Companhia recupere o investimento efetuado. As concessões em termos de número de economias (*) estão assim apresentadas em 31 de dezembro de 2023:

Município	Concessões de água e esgotamento sanitário		
	Número de economias (*)	Início	Término
1 Macaé	81.506	2011	2041
2 Itaperuna	36.168	2008	2038
3 Mangaratiba	13.884	2013	2043
4 Bom Jesus do Itabapoana	11.305	2011	2041
5 Sapucaia	6.812	2010	2035
6 Itaiva	4.696	2012	2042
7 Barra do Pirai	4.234	2006	2036
8 Cardoso Moreira	3.886	2002	2027
9 Eng. Paulo de Frontin	3.483	2008	2048
10 Laje do Muriaé	2.639	2013	2043
11 Santa Maria Madalena	2.091	2009	2039
12 Varre-Sai	1.313	2009	2039

(*) Economia é uma unidade predial, caracterizada segundo o artigo 96 do Decreto Estadual do Rio de Janeiro nº 553/1976, para efeito de cobrança (informação não auditada).

1.1. Leilão de concessão

Em 29 dezembro de 2020, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, acionista controlador da Companhia, divulgou no Diário Oficial do Estado o Edital para realização de leilão de concessão da Companhia, o qual previa que a distribuição de água e a coleta e tratamento de esgoto nos municípios do Estado, que eram de responsabilidade da Companhia, passaram para a iniciativa privada pelo período de 35 anos.

Os serviços que antes eram prestados, em regra, pela CEDAE foram divididos em duas etapas: a etapa upstream (serviços de reservação, captação, adução e tratamento de água bruta) e a etapa downstream (serviços de adução, reservação e distribuição de água tratada ao usuário final, bem como de coleta e tratamento de esgotos e disposição final de efluentes). A CEDAE permaneceu como prestadora da etapa upstream na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ), ao passo que a etapa downstream foi desestatizada, por meio de licitação. Já, no âmbito dos demais municípios do interior, todas as etapas (upstream e downstream) foram delegadas a concessionárias privadas.

As áreas geográficas de atuação da CEDAE foram divididas em quatro grandes blocos, que foram leiloados separadamente. Cada um abrange uma região da capital e um conjunto de municípios.

Em 30 de abril de 2021, foi realizado concorrência pública para a concessão dos serviços de saneamento básico, que teve o seguinte resultado: (i) Blocos 1 e 4 - vencidos pela Aguas do Rio; e (ii) Bloco 2 - vencido pela Igua Saneamento. Nota-se que naquela oportunidade, dos quatro blocos definidos para a contratação dos concessionários privados, apenas um deles, o Bloco 3, não registrou oferta qualquer de lance durante o leilão e, consequentemente, restou deserto o procedimento para a área estabelecida.

Posteriormente, em 11 de agosto de 2021, foram assinados os contratos de concessão entre o Estado do Rio de Janeiro e as sociedades de propósito específico criadas pelas licitantes vencedoras dos leilões (Consórcio Igua e Consórcio Aegea), coletivamente denominadas "Concessionárias" em cumprimento ao Edital. Segundo a cláusula oitava de tais contratos, o período de operação assistida do sistema teria a duração de até 180 (cento e oitenta) dias, ressalvando-se, nas subcláusulas 8.11 e 8.12, respectivamente, a possibilidade de antecipar ou postergar o prazo de tal operação.

Diante da ausência de licitantes interessados no Bloco 3, em 08 de novembro de 2021, o Estado do Rio de Janeiro, remodelando-o, publicou Edital de Concorrência Internacional nº 01/2021, passando o referido Bloco a conter os seguintes Municípios: (Rio de Janeiro (Bairros da AP-5), Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Carapebus, Carmo, Itaguaí, Itaitia, Macuco, Natividade, Paracambi, Pinheiral, Pirai, Rio Claro, Rio das Ostras, São Fidélis e São Jose de Ubaá). Em 29 de dezembro de 2021, foi realizado o leilão para a concessão dos serviços de saneamento básico do Bloco 3, arrematado pela sociedade empresária SAAB Participações II S/A ("Águas do Brasil").

Nesse cenário, quanto aos Blocos 1 e 4, foi assinado Termo de Encerramento Antecipado da Operação Assistida e Transferência do Sistema, no qual ficou acordada a data de 1º de novembro de 2021 para a eficácia do Termo de Transferência do Sistema. Quanto ao Bloco 2, o Termo de Transferência foi celebrado em 07 de fevereiro de 2022. Por fim, com relação ao Bloco 3, foi assinado em 29 de julho de 2022 o Termo de Encerramento da Operação Assistida e a Transferência do Sistema ocorreu em 01 de agosto de 2022.

A Companhia já realizou todo o processo de registro contábil das baixas do ativo intangível, bem como o reconhecimento do ativo financeiro relativo à indenização/ressarcimento dos ativos de concessão reversíveis, conforme detalhado na Nota 10.

1.2. Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 1º de julho de 2020, ocorreu na sede da Companhia uma operação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada "Águas Claras", investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais nos anos de 2015 a 2020 e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos envolvendo a Companhia, a empresa contratada Chison Empreendimentos Imobiliários Ltda e determinados colaboradores (atuais e passados) da CEDAE. Adicionalmente em fevereiro de 2021 e em novembro de 2020 as polícias federal e civil do Rio de Janeiro nos solicitaram acesso aos contratos firmados entre a Companhia e as empresas contratadas RC Vieira Engenharia Ltda ("RC") e Emissão Engenharia e Construções Ltda ("Emissão"), respectivamente.

A Companhia está acompanhando a investigação em andamento na Operação Águas Claras e vem prestando todas as informações solicitadas pelas autoridades. Os documentos pertinentes a investigação (mandado de busca e apreensão e termos de solicitação de informação do TCE) não mencionam valores e até a presente data nenhum colaborador ou ex-colaborador da Companhia foi indiciado.

Em 22 de julho de 2020, a Administração da Companhia designou uma Comissão Permanente de Sindicância para realização de investigação interna e independente, com supervisão e monitoramento contínuo pela Comissão de Ética da CEDAE e acompanhamento pelo Comitê de Auditoria Estatutário, sendo executada por colaboradores da Companhia, com o objetivo de averiguar possíveis irregularidades no âmbito da operação "Águas Claras".

Em continuidade ao processo de investigação interna a Companhia determinou a contratação de consultoria especializada em procedimentos forenses que possa, com ferramentas e recursos adicionais, complementar o trabalho efetuado pela Comissão de Sindicância. Neste contexto, em 01 de junho de 2021, foi assinado o contrato com consultoria especializada em investigação forense, Mazars Cabrera Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda. Os serviços foram executados conforme prazo acordado e o Relatório Final foi emitido em 23 de fevereiro de 2022. As constatações reveladas pela consultoria não geram impacto contábil, ou seja, não repercutem nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e foram encaminhadas ao Comitê de Auditoria para encaminhamentos e providências cabíveis.

Durante todo o processo de investigação, a Administração da Companhia apresentou diversas iniciativas, como: (1) acompanhamento processual; (2) colaboração com as autoridades; (3) investigação independente pela Comissão Permanente de Sindicância; (4) contratação de consultores especializados em análises forenses; e (5) acompanhamento "shadow" do trabalho de análise forense pela Auditoria Independente. Tais medidas são apropriadas para o adequado esclarecimento dos fatos e proteção dos interesses da Companhia.

1.3. Programa de Demissão Voluntária - PDV

O PDV 2022 teve como objetivo promover desligamentos por adesão ao programa, de forma livre e espontânea, no período entre 09 de maio e 23 de maio de 2022, rescindindo os contratos de trabalho na modalidade por acordo dos empregados aposentados e não aposentados. O referido PDV teve uma adesão de 158 funcionários, sendo estes desligados ao longo do mês de junho de 2022 e o pagamento das verbas rescisórias ocorreu no próprio mês.

Em 16 de outubro de 2023, a Companhia expediu a Ordem de Serviço NR/ADM nº 16.099/00, que estabeleceu os critérios de adesão ao Plano de Demissão Voluntária 2023 - PDV 2023.

O PDV 2023 teve como objetivo promover desligamentos por adesão ao programa, de forma livre e espontânea, no período entre 17 de outubro a 16 de novembro de 2023 (prorrogado até 16 de dezembro de 2023), rescindindo os contratos de trabalho na modalidade por acordo dos empregados aposentados e não aposentados, na forma e proporção definidos na ordem de serviço acima mencionada, tendo 289 adesões deferidas, sendo estes desligados ao longo do mês de dezembro de 2023 e o pagamento das verbas rescisórias ocorreu no próprio mês.

1.4. Imunidade tributária

Conforme divulgado na RJ, 17, em 19 de junho de 2018, transitou em julgado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Cível Ordinária nº 2757/RJ, de autoria da Companhia. Nessa ação a CEDAE requereu imunidade tributária nos termos do artigo 150, VI "a" da Constituição Federal, por ser entendimento de seus Administradores e consultores jurídicos e legais que a Companhia, por ter como único acionista o Governo do Estado do Rio de Janeiro e prestar serviços de utilidade pública, estava imune a impostos por se equiparar a um ente público. O êxito obtido pela Companhia lhe assegurou a imunidade a impostos e, a partir da data do trânsito em julgado, a Administração deixou de apurar e recolher os impostos federais; baixando os valores a eles relacionados, sejam impostos a recuperar, recolher ou diferidos, uma vez que não existirá base de cálculo para apuração e realização desses impostos. Deve-se observar que a imunidade foi concedida à CEDAE no pressuposto desta ter como único acionista o Estado do Rio de Janeiro e que tal imunidade poderá ser revista, e perdida, caso terceiros passem a deter participação no capital da Companhia. Conforme nota técnica do escritório Sacha Calmon datada de 10 de fevereiro de 2023, a Companhia manteve posicionamento a ação provável, mas não praticamente certo, visto que a Fazenda Nacional continua recorrendo em todas as ações, com possibilidade de alteração nos entendimentos firmados, que ainda não transitaram em julgado.

2. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor (exceto pela reavaliação de ativos ocorrida em 2006), e no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 26 de março de 2024 aprovou a emissão destas demonstrações financeiras.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação, enquanto aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

2.3.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado (Nota 5.5).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

2.3.2. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida).
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumento de dívida).
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

a) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

" O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.

" Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de dívida)

A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

" O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.

" Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagame4to.

2.3.3. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativos a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.3.4. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor.
 - (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.
 - (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria.
 - (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
 - (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
 - (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
- " Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- " Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira; ou
- " O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em valor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

b) Passivos financeiros

2.3.5. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

2.3.6. Mensuração subsequente
Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- (i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- (ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

Amensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

2.3.7. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.
Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.
Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.
Aos passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado não designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

2.3.8. Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)
Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.
O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.
Essa categoria se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 13.

2.3.9. Desreconhecimento
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.10. Compensação de instrumentos financeiros
Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.4. Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A Companhia também classifica os créditos a receber do controlador como ativo não circulante, em decorrência de acordo firmado com o acionista controlador para liquidação desses créditos através de dação de bens intangíveis.
As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas.
A provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.
O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

2.5. Estoques
Os estoques de materiais destinados ao consumo, manutenção dos sistemas de águas e esgotos e materiais para obras (investimentos) são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização e estão classificados no ativo circulante. Os estoques consumidos são baixados ao resultado pelo custo médio das aquisições.

2.6. Depósitos judiciais
Os depósitos judiciais são contabilizados no ativo não circulante e atualizados monetariamente para fazer face às contingências da Companhia.

2.7. Intangível
A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado por reavaliação efetuada em 2006, que foi incorporada ao custo do intangível quando da adoção inicial dos novos CPCs em 2010 para os casos de ativos qualificáveis. Ativo qualificável é um ativo que demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para utilização ou venda. A CEDAE estabeleceu que esse período deve ser superior a 12 meses. Esse período foi definido considerando o prazo de término das obras, pois a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, o que equivale a um ano fiscal da Companhia.
O ativo intangível tem a sua amortização iniciada a partir do momento que este é disponibilizado para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.
A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.
Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são amortizadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado, conforme os critérios mencionados na Nota 11.
As doações recebidas de órgãos públicos para permitir à Companhia a prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto são registradas no intangível em contrapartida à receita. Em 2023, a Companhia não recebeu doações de intangíveis. Os projetos de obras em andamento são registrados pelo valor de custo e estão principalmente relacionados com projetos de construção contratados junto a terceiros.

2.7.1. Contratos de concessão
A infraestrutura utilizada pela CEDAE relacionada aos contratos de concessão é considerada controlada pelo Município quando:

- (i) O Município controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço;
- (ii) O Município controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão;
- (iii) Os direitos da CEDAE sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos são contabilizados como intangível como bens afetos a concessão, uma vez que a CEDAE tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os consumidores devem pagar pelos serviços da CEDAE; ou
- (iv) A Companhia ainda considera como intangível, bens não afetos (bens que são utilizados em conjunto por mais de um município, não sendo individualmente afetos a nenhum município) a concessão, a captação e as estações de tratamento, bem como suas respectivas adutoras de água.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que esse trabalho gere benefícios econômicos futuros.
A grande maioria dos contratos de concessão de serviços da Companhia firmados com os municípios é regulada por acordos de concessão de serviço, nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão (que historicamente se opera através de renovação das concessões), que nesse caso é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis definida pela Administração, quais sejam: infraestruturas de água e esgoto 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 20%; móveis e utensílios 10% e outros ativos 4%.
No entanto, o direito de receber caixa previsto nos contratos de concessão não é incondicional, pois, em todos os contratos, existe a opção de prorrogação do prazo ao final da concessão por parte dos municípios. Dessa forma, a Companhia não reconhece em seu balanço patrimonial qualquer ativo financeiro relacionado às indenizações futuras, relativo aos municípios que atualmente a Companhia está operando.
Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil, o que ocorrer primeiro.

2.7.2. Contratos em processo de renovação
A Companhia possui 5 (cinco) contratos em processo de renovação com os municípios, dos quais três deles (Porciúncula, São João da Barra e Teresópolis) apresentam previsão de recebimento de indenização ao final do contrato, conforme composição abaixo apresentada:

	2023	2022
Teresópolis	127.685	146.985
São João da Barra	1.691	1.681
Porciúncula	129	141
	129.505	148.807

A Companhia vem prestando serviços a outros 2 (dois) municípios (Angra dos Reis e Quissamã) ao longo dos anos, apesar desses serviços não estarem suportados por contratos. A Companhia não tem expectativa de interrupção dos serviços que estão sendo prestados para esses municípios. Os ativos intangíveis relacionados à prestação desses serviços estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil dos bens. O montante de tais ativos é apresentado da seguinte forma (Nota 11.i):

	2023	2022
Angra dos Reis	7.038	7.259
Quissamã	1.289	1.329
	8.327	8.588

2.7.3. Licenças de uso de software
As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas quando há existência de saldo são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil, e as despesas associadas são reconhecidas no resultado incorridas.

2.8. Imobilizado
Demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, reduzido das depreciações de bens do imobilizado calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 12.
Ganhos e perdas em alienações são determinados pela diferença entre a contraprestação recebida e a receber denominada na venda com o valor contábil e são incluídos no resultado.

2.9. Impairment de ativos não financeiros
Os ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.
Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, denominados de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.
A Companhia considera sua operação pela interligação das redes como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), dado que a Companhia realiza subsídio cruzado conforme previsto pela Lei Federal n. 11.445/2007, e em sua avaliação não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

2.10. Empreiteiros e fornecedores
As contas a pagar aos empreiteiros e aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

2.11. Salários e encargos sociais
Representado, substancialmente, pelos valores de salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes são derivados de apropriação por competência (accruals) e são divulgados como parte das contas a pagar.

2.12. Provisões
As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, que refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

2.13. Contribuição social corrente e diferida
As despesas de contribuição social compreendem as parcelas correntes e diferidas desse tributo.
Os tributos sobre renda que se encontram dentro do escopo do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro são: o Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") que estão reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesses casos, os tributos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.
Os encargos de contribuição social corrente e diferida são calculados com base nas Leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável oferece margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.
A contribuição social corrente é apresentada líquida, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.
A contribuição social diferida é reconhecida sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.
A contribuição social diferida ativa é reconhecida somente na proporção em que for provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.
A contribuição social diferida ativa e passiva é compensada quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável, e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.14. Benefícios a empregados

a) Obrigações de aposentadoria
Os custos com planos de pensão Prece I, Prece II, Prece III, Prece IV e Prece CV são administrados pela Previdência Complementar ("Prece"), o plano de assistência médica Caixa de Assistência dos Empregados da CEDAE ("Cedae Saúde") e prêmio de aposentadoria são registrados com base em modelos atuariais em consonância com os requerimentos estabelecidos nas práticas contábeis.
A Companhia reconhece de forma imediata em outros resultados abrangentes os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mutações das premissas atuariais.

a.1) Plano de Benefício Definido ("BD")
O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido (Prece I, II e Prece CV - optantes por renda vitalícia) utiliza modelos com atribuição que geralmente desdobra eventos individuais ao longo da vida estimada dos funcionários no plano. A política da Companhia é de financiar seus planos de aposentadoria com base em recomendações atuariais e em consonância com a legislação e os regulamentos aplicáveis.
As receitas ou despesas líquidas de aposentadoria são calculadas utilizando-se as premissas do início de cada exercício. Essas premissas são definidas ao final do exercício anterior e incluem as taxas de retorno de longo prazo esperadas nos ativos do plano, taxas de desconto e aumentos de taxas salariais. Um conjunto de taxas históricas reais, taxas esperadas e dados externos são utilizados pela Companhia para determinar as premissas usadas nos modelos atuariais. Quando os cálculos resultam em benefícios para a Companhia, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano.

a.2) Plano de Contribuição Definida ("CD")
Para o plano de contribuição definida (Prece III, IV e CV), a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos benefícios a empregados (Nota 19).

a.2.1) Plano de Contribuição Variável ("CV")
O Plano Prece CV surgiu da necessidade de se equacionar o Plano Prece I, de caráter de benefício definido que apresentava déficits contínuos. Nesse plano, a contribuição é definida previamente e o benefício é calculado de acordo com a reserva acumulada até a aposentadoria do participante. Esse plano foi desenvolvido com base nas últimas tendências do mercado de previdência com características mais seguras e exposição a menos riscos.
No Plano Prece CV, o benefício é desvinculado do plano do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), o que significa que a renda de aposentadoria e os critérios para elegibilidade aos benefícios independem das mudanças da previdência oficial.
A renda de aposentadoria será resultante do saldo acumulado das contribuições do participante e da patrocinadora, creditadas em contas individuais em nome de cada participante. O participante ativo poderá realizar contribuições adicionais e esporádicas com o objetivo de aumentar a sua reserva individual e, consequentemente, sua renda futura de aposentadoria.
O plano oferece, ainda, diferentes modalidades de percepção dos benefícios de aposentadoria que poderão ser resgatados nos modelos de renda vitalícia, por prazo determinado ou ainda por prazo indeterminado com ou sem pensão, à escolha do participante no momento de sua aposentadoria.

a.3) Plano de assistência médica
A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido quando o funcionário permanece trabalhando até a idade de aposentadoria e cumpre um período de trabalho mínimo de 35 anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia quantil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários qualificados.

a.4) Prêmio de aposentadoria
A Companhia, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, pagará aos empregados que venham preencher os pré-requisitos para aposentadoria, requerendo-a no prazo máximo de 90 dias da data de aquisição do direito por motivo de aposentadoria e respectivo desligamento, um prêmio aposentadoria no valor correspondente à proporção de tempo de serviço prestado à CEDAE, considerando a data de admissão existente no registro do empregado. De acordo com os critérios estabelecidos no referido acordo, o valor do prêmio para o empregado beneficiado será equiparado ao seu piso salarial nas seguintes proporções de tempo de serviço trabalhado, efetivamente, na Companhia e antecessoras:

- (i) 10 pisos salariais àquele que possua 30 ou mais anos de serviço.
- (ii) Àquele que possua 10 ou mais anos e menos de 30 anos de serviço será computado 0,33 pisos salariais, para cada ano completo de serviço.

2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio
O Valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica "dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.
Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

2.16. Gastos ambientais
Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício na medida em que ocorra. Os programas contínuos, tais como os promovidos pelo Instituto Estadual do Ambiente ("Inea"), são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

2.17. Reconhecimento da receita
a) Prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto
As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou pela coleta de esgoto.
As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre elas, devoluções, abatimentos e descontos.
As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi mensurado e faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.
As receitas pelo fornecimento de água tratada para os blocos 1, 2, 3 e 4 são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre elas, devoluções, abatimentos e descontos.
A Companhia reconhece a receita quando: (i) os serviços são fornecidos; (ii) a receita pode ser mensurada com segurança; (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.
Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas ou custos, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados, e estão refletidas no resultado do exercício em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

b) Tributos sobre receitas
As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("Pasep") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("Cofins") de forma cumulativa, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente.

c) Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes
Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.
Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

2.19. Apresentação de informações por segmento
Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos tomadas pela Administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Dessa forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto, uma vez que o controle gerencial da Companhia é o conjunto das atividades de água e de esgoto. Outro fator considerado é a venda a uma base de clientes geograficamente dispersa, o que não permite uma análise segmentada dessa natureza. A mensuração de desempenho e apuração das informações por um único segmento está consistente com as práticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, uma vez que a Administração utiliza essas informações para analisar o desempenho da Companhia.

2.20. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de seu conjunto de demonstrações financeiras.
A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre elas, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas de créditos esperadas), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos considerados no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.21. Demonstração dos fluxos de caixa
A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
A demonstração dos fluxos de caixa está sendo apresentada separando as seguintes atividades:
" Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
" Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalente de caixa; e
" Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

3. Novos pronunciamentos e interpretações

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2024 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações financeiras da adoção destas normas:

Alteração da norma IFRS 16 - Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento de retorno:
Esclarece aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 1 - Passivo Não Circulante com "Covenants":

Esclarece aspectos de classificações separadas no balanço patrimonial de ativos e passivos circulantes e não circulantes, estabelecendo a apresentação com base na liquidez quando fornece informações confiáveis e mais relevantes. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 7 e IFRS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Esclarece aspectos referentes aos requisitos de divulgação de informações qualitativas e quantitativas sobre acordos de financiamentos de fornecedores. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 21 - Ausência de Conversibilidade:

Esclarece aspectos para especificar quando uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não é, e especifica como uma entidade determina a taxa de conversão quando uma moeda não é conversível. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

4.1. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Provisão para perdas de créditos esperadas para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia registra a provisão para perdas de crédito esperadas(impairment) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise da rubrica "Contas a receber de clientes", e de acordo com a prática contábil estabelecida na Nota 8.

A Companhia registrou uma provisão para perdas do valor recuperável do ativo financeiro tendo em vista o não reconhecimento deste valor a ser indenizado pelo Governo do Estado, conforme descrito na Nota 10.

A Companhia objetivando estimar os valores de provisão para perdas esperadas em suas contas a receber que serão reconhecidas no período, realiza análises de seus créditos considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos, tendo como base a inadimplência média observada nos períodos anteriores.

b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão

A Companhia registra ativos intangíveis decorrentes de contrato de concessão de acordo com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e com a ICPC 01 (R1). A Companhia estima o valor de mercado das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil. Informações adicionais sobre a contabilização dos ativos intangíveis estão demonstradas na Nota 11. Adicionalmente, a Companhia não registra ativo financeiro de potencial indenização futura pelo retorno dos ativos de infraestrutura

ao Poder Concedente ao final dos contratos, uma vez que entende que tais contratos serão renegociados para períodos futuros e a Companhia não terá direito aos valores de indenização.

O reconhecimento do valor de mercado dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas. O uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil dos ativos intangíveis também requer um significativo nível de premissas e estimativas, e o uso de diferentes premissas, estimativas e mudanças futuras pode afetar a vida útil dos ativos intangíveis e pode ter um impacto relevante no resultado das operações.

c) Provisão para redução ao valor recuperável

A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os ativos imobilizados e os intangíveis resultantes de contratos de concessão relacionados aos sistemas de água e esgoto.

A avaliação do impairment dos ativos imobilizado e intangível exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, que não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste, taxas de crescimento futuro, para fins de extrapolação, vida útil remanescente dos ativos e/ou prazo de duração do contrato de concessão, entre outros fatores.

Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

A Companhia também utiliza como premissa uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de avaliação de impairment (Nota 2.10).

Caso a taxa de desconto utilizada pela Companhia (9,12%) tivesse um incremento ou um decréscimo de um ponto percentual, teríamos a seguinte situação, conforme demonstrado a seguir:

2023	Cenário WACC	
	8,12%	10,12%
Valor contábil dos ativos imobilizado e intangível	3.612.397	3.612.397
Fluxo de caixa descontado	7.384.468	4.561.121
Provisão de perda (impairment)	-	-

Não foram identificadas evidências de necessidade de reconhecimento de impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

d) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para os planos de pensão, estão a taxa de desconto, a taxa de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de desconto deve ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, além de ser utilizada para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade como por exemplo debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações dos planos de pensão.

Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobertura das obrigações atuariais a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

A Companhia utilizou para o cálculo atuarial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as tábuas de mortalidade, específica por sexo, descritas na Nota 19.

e) Provisões

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas, cíveis e previdenciárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos nossos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia constitui provisão para processos cuja probabilidade de perda é provável e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.

f) Contribuição social diferidos

O registro da contribuição social diferida ativa e passiva e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

g) Receitas não faturadas (17 Municípios ainda operados pela Cedae)

As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil, tendo por base o consumo médio dos três últimos meses, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas divisões. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos captados a taxas variáveis de juros, sendo esses valores projetados.

A tabela abaixo mostra os empréstimos, financiamentos e outros parcelamentos mantidos pela Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	2023	2022
Taxa Referencial ("TR")	408.657	416.827
Índice Nacional de Preço ao Consumidor ("INPC")	386.076	412.633

b) Risco de crédito

De acordo com a Legislação Estadual de Saneamento, o devedor é o imóvel ocupado e, portanto, todos os valores devidos são atrelados aos imóveis correspondentes e, caso essas dívidas não sejam liquidadas, ficam imputadas em suas matrículas. A Companhia só pode proceder à baixa da dívida após a constatação da inexistência do imóvel por meio de vistoria no local. O cadastro de clientes da Companhia é permanentemente atualizado através de vistorias realizadas pelas lojas comerciais e o setor de cadastro acompanha diariamente todas as alterações efetuadas em seu banco de dados.

O risco de crédito decorre de contas correntes, aplicações financeiras e depósitos judiciais mantidos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os riscos de crédito são monitorados pela Companhia da seguinte forma:

(b.1) A Companhia constitui provisão para perdas de crédito esperadas de acordo com a expectativa de perda esperada, utilizando como base a inadimplência média e a recuperação de créditos históricas.

(b.2) Exposição ao risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação dessas demonstrações financeiras é de R\$3.592.657 (R\$3.428.365 em 2022) composto pelo valor contábil dos títulos de dívida classificados como equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras e contas a receber de clientes na data do balanço representando 23% do total do ativo e 51% do patrimônio líquido (Notas 6 a 8).

c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, dos empréstimos de instituições financeiras do Governo Federal e dos financiamentos nos mercados locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender as suas despesas de capital e operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)	Total
Em 31 de dezembro de 2023 (i)					
Empréstimos e financiamentos	77.895	164.915	853.361	2.854.783	3.950.954
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	67.286	84.286	166.519	220.661	538.751
Empreiteiros e fornecedores	76.514	-	-	-	76.514
Outras contas a pagar e Agensersa	70.627	-	-	12.047	82.674

Em 31 de dezembro de 2022 (i)	68.552	163.066	1.031.305	3.990.638	5.253.561
Empréstimos e financiamentos					
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	67.105	67.733	151.411	355.346	641.595
Empreiteiros e fornecedores	100.990	-	-	-	100.990
Outras contas a pagar e Agensersa	143.751	-	-	11.771	155.522

(i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos financiamentos e parcelamentos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em convenção da Administração da Companhia, de modo a garantir uma análise adequada dos fluxos de pagamentos das principais obrigações ao longo do tempo.

Conforme demonstrado na tabela acima e detalhado na Nota 13, a Companhia vem buscando alinhar a sua geração de caixa às suas necessidades de desembolso e, ações concretas vêm sendo adotadas pela Administração, como a captação de recursos através de diversas operações financeiras, e que resultou em uma redução nas taxas de juros e consequente alongamento dos prazos de pagamento.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a CEDAE monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (considerando os de curto e os de longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2023, os índices de alavancagem financeira são calculados da seguinte forma:

	2023	2022
Total dos empréstimos (Nota 13)	408.818	416.827
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(2.246.479)	(2.340.034)
(Excesso de Caixa) / Dívida líquida	(1.837.661)	(1.923.207)
Total do patrimônio líquido	7.013.833	7.561.474
Capitalização total	5.176.172	5.638.267
Índice de alavancagem financeira (dívida líquida/patrimônio líquido)	N/A	N/A

5.3. Classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

" Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

" Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.

" Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

A Nota 5.5 apresenta a definição da classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo para os principais ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

5.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado estão apresentados a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e aplicações financeiras têm seus valores de mercado idênticos ou muito próximos aos saldos contábeis.

Empréstimos e recebíveis

Incluem recebíveis, depósitos judiciais, saldos com fornecedores, bem como empréstimos e financiamentos, ambos em moeda nacional.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A gestão desses instrumentos é efetuada pela Administração por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nível 1)	2.246.479	2.340.034
Títulos e valores mobiliários (Nível 2)	111.128	99.598

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Contas a receber de clientes (Nível 2)	1.235.050	988.733
Ativos Financeiros Concessões – ERJ (Nível 2)	3.057.303	2.786.821
Depósitos judiciais (Nível 2)	2.119.963	2.161.191
Outros créditos (Nível 2)	33.869	38.915
	8.803.792	8.415.292

	31/12/2023	31/12/2022
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos e debêntures (Nível 2)	408.818	416.827
Empreiteiros e fornecedores (Nível 2)	76.514	100.990
Outros parcelamentos (Nível 2)	173.733	173.733
Outras contas a pagar (Nível 2)	26.961	31.547
	686.026	723.097

5.6. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou sujeitos à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch Ratings e Standard & Poor's), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	2023	2022
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (Nota 6)	2.246.479	2.340.034
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	111.128	99.598
	2.357.607	2.439.632
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 16)	2.119.963	2.161.191

O risco de crédito das contas a receber da Companhia encontra-se detalhado na Nota 5.1.b.

A avaliação de rating das instituições financeiras custodiantes dos ativos de conta corrente, depósitos bancários e depósitos judiciais é assim apresentada:

	Fitch Ratings	Moody's	Standard & Poor's
Bradesco	AAA	Ba2	BB-
Banco do Brasil S.A.	AA	Ba2	BB-
Caixa Econômica Federal	AA	Ba2	BB-
Itaú Unibanco S.A.	AAA	Ba2	BB-
Banco Santander	-	Ba1	BB-

5.7. Análise de sensibilidade

A seguir é apresentado o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. São apresentados dois cenários, a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada para 31 de março de 2024 com apreciação de 25% e 50% no Cenário I e 25% e 50% de deterioração no Cenário II, conforme tabela abaixo.

		Projetada para 31 de março de 2024		
		Valor de risco provável	Taxa maior em 25%	Taxa maior em 50%
Instrumentos financeiros		Indexador		
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	2.269.661	2.282.073	2.294.485
Total		2.269.661	2.282.073	2.294.485
Passivo financeiro				
CBB - Subcréditos	TR	410.443	410.890	411.336
Prece	INPC	389.806	390.738	391.670
Total		800.249	801.628	803.006

		Taxa projetada para 31 de março de 2024		
		Valor de risco provável	Aumento da taxa em 25%	Aumento da taxa em 50%
Referências para passivos financeiros - Cenário I				
CDI - trimestral		2,24%	2,80%	3,35%
TR - trimestral		0,44%	0,55%	0,66%
INPC - trimestral		0,97%	1,21%	1,45%

		Projetada para 31 de março de 2024		
		Valor de risco provável	Taxa menor em 25%	Taxa menor em 50%
Instrumentos financeiros		Indexador		
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	2.269.661	2.257.249	2.244.838
Total		2.269.661	2.257.249	2.244.838



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Cenário II

Passivo financeiro				
CCB - Subcréditos	TR	410.443	409.996	409.550
Prece	INPC	389.806	388.873	387.941
Total		800.249	798.869	797.491

Referências para passivos financeiros - Cenário II	Taxa projetada para 31 de março de 2024	Redução da taxa em	
		25%	50%
CDI - trimestral	2,24%	1,68%	1,12%
TR - trimestral	0,44%	0,33%	0,22%
INPC - trimestral	0,97%	0,72%	0,48%

Os índices utilizados tiveram como fonte:

CDI - https://calculadorarendafixa.com.br/#
TR - https://www.portalbrasil.net/tr_mensal/
INPC - https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7063#n1/all/n7/all/n6/all/v/68/p/202312/c315/all/d/v68%20/II,+p+v,c315/resultado
Essas análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia. Tais valores quando de sua liquidação poderão apresentar valores diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e contas movimento	9.721	2.385
Aplicações financeiras	2.236.758	2.337.649
	2.246.479	2.340.034

Aplicações financeiras	Modalidades	2023	2022
BTG Pactual	Fundos Renda Fixa	820.310	-
Caixa Econômica	Fundos Renda Fixa	422.828	635.164
Itaú	Fundos Renda Fixa	401.285	-
XP	Fundos Renda Fixa	214.660	-
Santander	Fundos Renda Fixa	146.097	645.254
Master	CDB	206.212	-
Banco do Brasil	Fundos Renda Fixa	-	655.123
Bradesco	Fundos Renda Fixa	-	384.788
	Fundos Renda Fixa		
Outros	ou CDBs	25.366	17.320
Total		2.236.758	2.337.649

O excedente de caixa da Companhia é aplicado em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por fundos de investimentos não exclusivos, que possuem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações da Companhia buscam rentabilidade compatível com as variações da CDI.

As aplicações financeiras representam recursos a serem utilizados para fazer face ao pagamento das obrigações de curto prazo, com possibilidade de resgate imediato, pronta conversão em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O excedente de caixa da Companhia é aplicado em instrumentos financeiros, segundo as diretrizes estabelecidas na Política de Aplicações Financeiras da CEDAE. Dessa forma, as alocações financeiras são realizadas em ativos financeiros de alta liquidez, de baixo risco e em moeda nacional.

Todas as aplicações podem ser resgatadas em até um dia útil (D+1), sendo que a maioria é resgatável em D+0. A maior parte das alocações finais dos fundos alocados é realizada em títulos públicos indexados à taxa SELIC. As alocações em títulos privados realizadas tanto por meio dos fundos investidos como diretamente pela CEDAE são restritas àqueles nos quais o emissor seja classificado como grau de investimento, para aplicações no Brasil, segundo o menor rating que possua entre as agências classificadoras Fitch, Standard&Poor's e Moody's. Em 2023 as aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,98% do CDI, equivalente a 13,43%.

Esses ativos financeiros incluem somente valores em moeda nacional.

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras, classificadas nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, totalizaram R\$303.803 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$315.454 em 2022) (Nota 24.b).

7. Títulos e valores mobiliários

	Natureza	2023	Rentabilidade	2022	Rentabilidade
Não Circulante					
Fundo de Investimento imobiliário	Fundo Invest.	57.980	12,91%	51.351	12,48%
Caixa Cedae (Fiicc)	Renda Fixa				
Fundo de Investimento em cotas	Fundo Invest.	39.477	12,48%	35.096	11,82%
Fundações – Novo Guandu (Fic)	Renda Fixa				
Fundo de Investimento Imobiliário – Banco do Brasil ("Ficc")	Fundo Invest. Imobiliário	7.349	10,72%	7.289	1,45%
Outros	Fundo Invest. Renda Fixa	6.322	12,69%	5.862	12,24%
		111.128		99.598	

* Os fundos de investimentos possuem prazo de vencimento indeterminado.

8. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber faturadas (Antes do Leilão dos Blocos)	17.504.502	17.691.962
Contas a receber - Concessionárias	1.164.819	884.578
Parcelamentos	349.618	255.933
Consumo a faturar	2.905	6.488
	19.021.844	18.838.961
Provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 8.1)	(17.786.794)	(17.850.228)
Contas a receber de clientes	1.235.050	988.733
Circulante	1.013.921	891.065
Não circulante	221.129	97.668
	1.235.050	988.733

8.1. Composição de contas a receber por classificação de cliente e por idade
A segregação das contas a receber entre órgãos da Administração Pública e terceiros, em 31 de dezembro de 2023, encontra-se detalhada a seguir:

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	1.364.545	181	127.857	17.591	1.510.174
Vencidas em até 30 dias	12.173	1	2.578	3.413	18.165
Vencidas de 31 a 60 dias	16.802	-	7	1.027	17.836
Vencidas de 61 a 90 dias	8.841	-	24	973	9.838
Vencidas de 91 a 180 dias	24.477	-	35	5.235	29.747
Vencidas mais de 180 dias	15.809.226	236.373	64.481	803.783	16.913.863
Grandes clientes	906.260	-	-	-	906.260
Arrecadação a Disc.	(384.039)	-	-	-	(384.039)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.758.285	236.555	194.982	832.022	19.021.844

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	1.112.020	295	32.190	4.461	1.148.966
Vencidas em até 30 dias	15.242	45	4.101	1.242	20.630
Vencidas de 31 a 60 dias	12.871	1	4.091	1.186	18.149
Vencidas de 61 a 90 dias	22.495	161	4.248	1.603	28.507
Vencidas de 91 a 180 dias	72.075	12.006	12.438	6.145	102.664
Vencidas mais de 180 dias	15.914.552	224.791	133.345	813.609	17.086.297
Grandes clientes	876.209	-	-	-	876.209
Arrecadação a Disc.	(442.461)	-	-	-	(442.461)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.583.003	237.299	190.413	828.246	18.838.961

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito nas contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2023, utilizando-se de uma matriz de provisão:

Taxa de atraso em 31/12/2023	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal
A vencer	0,04%	100%	100%	100%
Vencidas em até 30 dias	0,08%	100%	100%	100%
Vencidas de 31 a 60 dias	0,11%	100%	100%	100%
Vencidas de 61 a 90 dias	0,06%	100%	100%	100%
Vencidas de 91 a 180 dias	0,15%	100%	100%	100%
Vencidas mais de 180 dias	99,12%	100%	100%	100%
Grandes clientes	94,06%	100%	100%	100%
Taxa de atraso em 31/12/2022	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal

A vencer	19,98%	41,38%	3,87%	81,69%
Vencidas em até 30 dias	77,32%	62,54%	66,11%	89,20%
Vencidas de 31 a 60 dias	87,37%	75,40%	50,07%	96,34%
Vencidas de 61 a 90 dias	88,12%	84,66%	56,69%	94,90%
Vencidas de 91 a 180 dias	92,37%	91,20%	74,62%	97,28%
Vencidas mais de 180 dias	97,22%	99,41%	99,53%	99,54%
Grandes clientes	95,65%	-	-	-

A composição por idade do contas a receber líquido da provisão para perdas de crédito esperadas está apresentada a seguir:

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	1.363.999	-	-	-	1.363.999
Vencidas em até 30 dias	12.164	-	-	-	12.164
Vencidas de 31 a 60 dias	16.784	-	-	-	16.784
Vencidas de 61 a 90 dias	8.836	-	-	-	8.836
Vencidas de 91 a 180 dias	24.440	-	-	-	24.440
Vencidas mais de 180 dias	138.990	-	-	-	138.990
Grandes Clientes	53.876	-	-	-	53.876
Arrecadação a Disc.	(384.039)	-	-	-	(384.039)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.235.050	-	-	-	1.235.050

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	889.840	173	30.944	817	921.774
Vencidas em até 30 dias	3.457	17	1.390	134	4.998
Vencidas de 31 a 60 dias	1.626	-	2.043	43	3.712
Vencidas de 61 a 90 dias	2.672	25	1.840	82	4.619
Vencidas de 91 a 180 dias	5.500	1.057	3.157	167	9.881
Vencidas mais de 180 dias	442.426	1.326	626	3.742	448.120
Grandes Clientes	38.090	-	-	-	38.090
Arrecadação a Disc.	(442.461)	-	-	-	(442.461)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	941.150	2.598	40.000	4.985	988.733

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	(17.818.178)
Constituição (Nota 23.b)	(742.837)
Reversão (Nota 23.b)	710.787

Saldo em 31 de dezembro de 2022	(17.850.228)
Constituição (Nota 23.b)	(289.932)
Reversão (Nota 23.b)	353.366

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(17.786.794)
---------------------------------	--------------

9. Transações com partes relacionadas

i) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes saldos com o acionista

Controlador, o Estado do Rio de Janeiro, e órgãos relacionados:

	2023	2022
Ativo		
Circulante		
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	69.893	50.466
Valores a receber por cessão de funcionários (b)	-	4.795
	69.893	55.261
Não circulante		
Ativos Financeiros Concessões – ERJ (Nota 10)	3.057.303	2.786.821
Créditos a receber de obras do Estado do Rio de Janeiro (Nota 8.1)	-	286.318
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	64.335	111.853
	3.121.638	3.184.992
	3.191.531	3.240.253
	2023	2022
Passivo		
Circulante		
Prece (d)	(35.943)	(198.960)
Cedae Saúde (d)	(28.934)	(5.322)
	(64.877)	(204.282)
Não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital (c)	(26.944)	(26.944)
Prece (d)	(324.559)	(252.679)
Cedae Saúde (d)	(2.742.946)	(1.971.386)
	(3.094.449)	(2.251.009)
Saldo líquido	32.205	784.962
	2023	2022
Resultado		
Passivo atuarial (Nota 19)	(228.138)	(233.758)
Serviços de abastecimento de água e esgoto (e)	30.969	49.470
Provisão para perdas de crédito esperada	(69.893)	(190.413)
Instituto Estadual do Ambiente ("Inea") (f)	(1.537)	(4.942)
	(268.599)	(379.643)

- (a) Contas a receber de órgãos estaduais são valores a receber pela prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, em termos e condições praticados com terceiros não relacionados.
- (b) Valores a receber por cessão de funcionários são relativos aos empregados cedidos a outros órgãos estaduais.
- (c) Os créditos para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos efetuados diretamente pelo Estado do Rio de Janeiro, de obras com saneamento básico, contratados pela CEDAE.
- (d) Os saldos do passivo atuarial com a Prece e Cedae Saúde estão devidamente demonstrados na Nota 19.
- (e) Refere-se à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, nos mesmos termos negociais efetuados com terceiros.
- (f) Refere-se a valores pagos ao Inea pela retirada de água dos rios e mananciais, para utilização no processo operacional da Companhia.

ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração e da governança

O pessoal-chave da Administração e da governança inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê de Auditoria e o chefe da auditoria interna. A remuneração paga e a pagar está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Salários e encargos sociais	8.159	7.780
Plano de assistência médica	81	68
Planos de aposentadoria e pensão	75	26
Outros	285	255
	8.600	8.129

Esses valores foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de agosto de 2023.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

iii) Créditos junto ao Estado do Rio de Janeiro
Em 31 de dezembro de 2023, as obras que estão sendo efetuadas pelo Estado do Rio de Janeiro para quitação de dívidas por meio do Encontro de Contas estão abaixo relacionadas e o saldo a receber está apresentado líquido dos valores faturados das obras, cuja baixa tem como contrapartida a rubrica "Obras em andamento" na rubrica intangível e ativo de contrato (Nota 11).

	Valor total da obra	Custo incorrido	Atualização monetária	Saldo (Nota10)	Previsão de conclusão
Ampliação do sistema de água do Parque Fluminense	13.930	(12.481)	637	2.086	Concluído
Implantação do sistema de abastecimento de água de Inoã e Itaipuaçu	62.385	(70.348)	(3.503)	(11.466)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água do Bairro de Campo Grande	19.018	(25.942)	(3.046)	(9.970)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	209.326	(171.269)	16.742	54.799	07/04/2023
Ampliação do sistema de abastecimento da Zona Oeste bairros de Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e outros	228.138	(50.589)	78.110	255.659	Em Fase de
Valores em reconhecimento de dívida	415	-	182	597	Licitação
	533.212	(330.629)	89.122	291.705	

Em 28 de dezembro de 2023 foi celebrado o Oitavo Termo Aditivo ao encontro de contas de 08 de agosto de 2007 entre o Estado do Rio de Janeiro e a CEDAE, em que o Estado reconhece ser devedor de R\$ 291.705 (Nota 10-b).

10. Ativos Financeiros Concessões - GERJ

	2023	2022
Indenização dos Ativos Leiloados (a)	2.765.599	2.786.821
Valores a receber – Obras Realizadas (b)	291.704	-
	3.057.303	2.786.821

a) A Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia o montante de R\$2.765.599 (R\$2.786.821 em 31 de dezembro de 2022) referentes à indenização dos ativos não amortizados em decorrência do encerramento antecipado dos contratos de programa dos serviços municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O saldo de R\$2.765.599 em dezembro de 2023 será realizado em 17 (dezesete) parcelas, anuais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 150.000, acrescida de atualização monetária anual, com base na inflação oficial acumulada nos meses de intervalo entre os pagamentos, considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo. As parcelas serão adimplidas até 31 de dezembro do ano de vencimento preferencialmente por intermédio de dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela CEDAE, apurados com base no balanço patrimonial do exercício anterior. Em caso de insuficiência dos dividendos e juros sobre capital próprio para o adimplimento da obrigação prevista no Termo de Compromisso, o Estado do Rio de Janeiro complementará o pagamento por meio de recursos orçamentários até alcançar o valor mínimo previsto.

O saldo foi registrado conforme Termo de Compromisso firmado pelo Estado do Rio de Janeiro, com a intervenção e anuência da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, aprovado pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da CEDAE, conforme ATA da Reunião do Conselho do dia 17 de abril de 2023. A movimentação do Ativo Financeiro pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.890.020
Adição (1)	771.644
Atualização monetária	143.227
Impairment (2)	(18.070)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.786.821
Adição	-
Atualização monetária	128.778
Baixa Compensação (Nota 21-c)	(257)
Recebimento do Governo do Rio de Janeiro	(149.743)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.765.599

- (1) As adições referem-se as aos ativos afetos as concessões dos Blocos 2 e 3.
- (2) Baixa referente ao valor recuperável do ativo financeiro tendo em vista o não reconhecimento deste valor a ser indenizado pelo Governo do Estado.

A metodologia de precificação dos ativos não amortizados da Companhia foi analisada pela Comissão Especial criada pela Secretaria de Estado da Casa Civil, através da RESOLUÇÃO N° 85, de 05 de outubro de 2022, conforme Relatório publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 06 de outubro de 2022(SEI/ERJ - 42198661 - Relatório).

b) Em 28 de dezembro de 2023 foi celebrado o Oitavo Termo Aditivo ao encontro de contas de 08 de agosto de 2007 entre o Estado do Rio de Janeiro e a CEDAE, em que o Estado reconhece ser devedor de R\$ 291.705, em valores de abril de 2023, resultante da inadimplência parcial do Estado na quitação da dívida prevista na Cláusula Segunda do Termo Aditivo de 19/09/2012, Processo Administrativo nº SEI-150001/010085/2023, no qual o ESTADO se comprometeu a realizar a dação em pagamento, para a CEDAE, dos bens patrimoniais, que seriam incorporados ao ativo da Companhia, após a conclusão das seguintes obras: (i) Ampliação do sistema de abastecimento de água do bairro Parque Fluminense; (ii) Implantação do sistema de abastecimento de água de Inoã e Itaipuaçu; (iii) Ampliação do sistema de abastecimento de água do bairro Campo Grande;

Para a quitação do débito reconhecido e confesso, o ESTADO se compromete a pagar o valor de R\$ 291.705, equivalente a 67.323.219 (sessenta e sete milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e dezenove) UFIR-RJ do exercício 2023, igual a 4,3329, segundo Resolução da SEFAZ nº 482 de 23 de dezembro de 2022, atualizado pelo INPC, em 48 parcelas mensais no valor de R\$6.077 (seis milhões e setenta e sete reais), com início em janeiro de 2024 e vencimento todo dia 25 de cada mês, ou primeiro dia útil subsequente. Os valores das parcelas serão corrigidos pela UFIR-RJ do ano do efetivo pagamento, acrescidos de 1% a.a. a título de juros compensatórios.

Amovimentação do Ativo Financeiro pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Adição	291.705
Baixa	-
Atualizaçãomonetária	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	291.705



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

11. Intangível e ativo de contrato

	Taxa de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil	
				2023	2022
Contratos em negociação para renovação	12	217.163	(79.331)	137.832	157.395
Contratos programas	3	16.732	(9.367)	7.365	7.935
Contratos concessão	7	42.953	(16.132)	26.821	27.697
Município do Rio de Janeiro	10	2.595.368	(825.474)	1.769.894	1.824.580
Intangíveis não afetos	12	03.522	(1.103.890)	599.638	653.972
Marcas e patentes	7	126	(68)	58	66
Ativo de contrato (obras em andamento)	-	2.522.037	-	2.522.037	2.138.598
		8.097.902	(2.034.262)	6.063.640	5.810.243

	2022	Adições (*)	Baixas	Amortização	Créditos Fiscais	Prov. Perda Teresópolis	Transferências Ativo Intangível	2023
Contratos em negociação para renovação (i)	157.395	-	-	(5.236)	-	(14.327)	-	137.832
Contratos programas (ii)	7.935	-	-	(570)	-	-	-	7.365
Contatos de concessão (iii)	27.697	45	-	(921)	-	-	-	26.821
Município do Rio de Janeiro (iv)	1.824.580	-	-	(54.687)	1	-	-	1.769.894
Intangíveis não afetos (v)	1.653.972	6.370	-	(73.296)	18	-	12.569	1.599.633
Marcas e patentes	66	-	-	(8)	-	-	-	58
Ativo de contrato (obras em andamento) (vi)	2.138.598	396.076	-	-	-	-	(12.637)	2.522.037
	5.810.243	402.491	-	(134.718)	19	(14.327)	(68)	6.063.640

	2021	Adições (*)	Amortização	Créditos Fiscais	Transferências	Transferência s ativo financeiro	2022
Contratos em negociação para renovação (i)	162.626	7	(5.238)	-	-	-	157.395
Contratos programas (ii)	9.767	-	(589)	-	-	(1.243)	7.935
Contatos de concessão (iii)	99.930	-	(2.165)	-	-	(70.068)	27.697
Município do Rio de Janeiro (iv)	2.507.527	110	(57.468)	15.445	-	(641.034)	1.824.580
Intangíveis não afetos (v)	1.773.396	9.68	(73.639)	18	-	(55.500)	653.972
Marcas e patentes	76	-	(10)	-	-	-	66
Ativo de contrato (obras em andamento) (vi)	1.772.941	65.652	-	-	-	-	2.138.598
	6.326.263	375.471	(139.109)	15.463	-	(767.845)	5.810.243

(*) As adições ocorridas no exercício de 2023 totalizaram R\$402.491 com recursos próprios, (R\$400.999 em 2022 com recursos próprios).

A Companhia opera contratos de concessão que preveem a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, e coleta, e tratamento de esgotamento sanitário. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público. Os contratos preveem que os bens relacionados à prestação de serviços serão revertidos aos municípios ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia operava em 17 municípios no Estado do Rio de Janeiro (17 em 31 de dezembro de 2022). Na maior parte desses municípios o período de concessão é de 30 anos (Nota 1).
A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa.
Os intangíveis estão assim classificados:

(i) Contratos em negociação para renovação
Até 31 de dezembro de 2023, permaneciam em fase de negociação cinco contratos de concessão com municípios, sem prejuízo da continuidade da prestação de serviço. O valor contábil do intangível utilizado nestes municípios totalizava R\$137.832 em 31 de dezembro de 2023 (R\$157.548 em 2022) e os encargos de amortização desses municípios durante o exercício findo nessa data foram de R\$79.331 (R\$74.093 em 2022). Os contratos de concessão preveem que os bens afetos à distribuição serão revertidos aos municípios no final do prazo, mediante indenização pelo valor residual ou valor de mercado de acordo com o estipulado em cada contrato ou a prorrogação da vigência do contrato (Nota 1).

A Companhia vem trabalhando recorrentemente para a obtenção de resultados positivos no processo de renovação dos contratos de programas junto aos municípios que ainda não renovaram seus contratos com a CEDAE (Nota 2.8.2).

(ii) Contratos de programa - investimentos realizados
Referem-se às renovações dos contratos celebrados nas décadas de 70 e 80, denominados de concessão, através de contratos de programa nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, que tem por objeto a prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em que a Companhia detém concessão dos bens existentes, adquiridos ou construídos durante a vigência destes contratos que estão sendo amortizados pela vida útil dos bens relacionados. Ao final dos contratos de programa, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o Poder Concedente opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iii) Contratos de concessão
Os contratos de concessão e de programa preveem que os bens de distribuição serão revertidos ao município ao final do período contratual, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Ao final dos contratos de concessão, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o município opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iv) Município do Rio de Janeiro
No Município do Rio de Janeiro foi celebrado o Termo de reconhecimento recíproco de direitos e obrigações que constitui um ato jurídico perfeito firmado pelo Estado, Município e CEDAE para a gestão associada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 50 anos, automaticamente renovável por mais 50 anos.

Como parte desse termo, a Companhia tem a obrigação, em conjunto com o Município do Rio de Janeiro, de instalar, em suas respectivas áreas de atuação, de forma gradual e progressiva, sistemas de esgotamento sanitário pelo método de separadores absolutos, substituindo a utilização das galerias de águas pluviais e canais de drenagem pluvial para transporte de efluentes provenientes de unidades de tratamento de esgotos, que permanecerá em caráter transitório e sem quaisquer ônus. A Administração da Companhia cumprirá essa obrigação até o término do referido termo, previsto para o ano de 2057. Os bens estão sendo amortizados durante o tempo de vida útil.

(v) Intangíveis não afetos às concessões (adutoras e outros)
Referem-se à infraestrutura necessária à execução dos serviços prestados em comum a todos os contratos de concessão, a qual, consequentemente, não pode ser individualmente vertida a nenhum município ao final do contrato de concessão. Essa infraestrutura em comum fica de forma vitalícia sob contrato de concessão, uma vez que os prazos dos contratos com os municípios não convergem.

(vi) Ativo de contrato (Obras em andamento)
As obras em andamento referem-se, principalmente, a novos projetos e são representados por redes e ligações de tratamento de água no valor de R\$2.522.037 em 31 de dezembro de 2023 (R\$2.138.598 em 2022). Desse montante R\$1.616.948 mil referem-se a obras em andamento vinculadas aos contratos de concessão que tiveram os seus encerramentos antecipados nos exercícios de 2021 e 2022 pelas Concorrências 001/2020 e 01/2021 e que já foram transferidas para as concessionárias que operam atualmente as concessões, não sendo abrangido pelo Termo de Compromisso com o Governo do Rio de Janeiro celebrado em 17 de abril de 2023, conforme nota explicativa 10 a).

(vii) Reavaliação
A Companhia optou pela isenção do custo atribuído, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, mantendo, assim, os seus bens do imobilizado, transferidos posteriormente para o intangível, pelos valores reavaliados na data-base de 2006. Em virtude do exposto, a Companhia reclassificou, em 1º de janeiro de 2009, o valor integral da reserva de reavaliação para outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Foram realizados, por amortização ou baixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os montantes de R\$100.400 (R\$346.267 em 2022) de outros resultados abrangentes, registrados em contrapartida da conta de "Lucros acumulados", deduzidos dos efeitos tributários (Nota 21.g).

Em 31 de dezembro de 2023, a contribuição social registrada no passivo não circulante decorrente desse acréscimo patrimonial de R\$9.930 (R\$238.278 em 2022) (Nota 17).

12 . Imobilizado

	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	
				2023	2022
Terrenos	-	50.438	-	50.438	50.438
Edificações	4	17.609	(10.198)	7.411	8.056
Máquinas, equipamentos e instalações	10	23.355	(12.241)	11.114	9.133
Móveis e utensílios	10	4.479	(3.523)	956	875
Computadores	20	8.094	(7.647)	447	178
Veículos	20	2.295	(2.280)	15	20
Benfeitorias	2	1.052	(639)	413	453
Máquinas, tratores e similares	20	1.249	(1.249)	-	48
		108.571	(37.777)	70.794	69.201

As movimentações do ativo imobilizado durante os exercícios de 2023 estão demonstradas a seguir:

	2022	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Prov. Perda Teresópolis	Transferência Ativo Imobilizado	2023
Terrenos	50.438	-	-	-	-	-	-	50.438
Edificações	8.056	-	-	(645)	-	-	-	7.411
Máquinas, equipamentos e instalações	9.133	3.597	-	(1.636)	-	(20)	40	11.114
Móveis e utensílios	875	203	-	(150)	-	-	28	956
Computadores	178	369	-	(100)	-	-	-	447
Veículos	20	-	-	(5)	-	-	-	15
Benfeitorias	453	-	-	(43)	3	-	-	413
Máquinas, tratores e similares	48	-	-	(48)	-	-	-	-
	69.201	4.169	-	(2.627)	3	(20)	68	70.794

	2021	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Transferências Ativo Financeiro	2022
Terrenos	53.830	-	-	-	-	(3.392)	50.438
Edificações	8.987	-	-	(648)	-	(283)	8.056
Máquinas, equipamentos e instalações	6.447	4.039	(5)	(1.243)	-	(105)	9.133
Móveis e utensílios	805	231	-	(161)	-	-	875
Computadores	822	13	-	(657)	-	-	178
Veículos	-	23	-	(3)	-	-	20
Benfeitorias	511	-	-	(44)	4	(18)	453
Máquinas, tratores e similares	99	-	-	(51)	-	-	48
	71.501	4.306	(5)	(2.807)	4	(3.798)	69.201

a) Ativos dados em garantia

13. Empréstimos e financiamentos

A Companhia não possui ativos imobilizados dados como garantia em operações realizadas com terceiros.

b) Imóveis pendentes de regularização

Conforme apresentado no laudo de avaliação dos peritos (exercício-base 2005), a Companhia possui a posse de 581 imóveis, no valor de R\$115.583 e de 85 terrenos no valor de R\$55.803, pendentes de legalização. Somente quando da regularização desses imóveis é que tais ativos serão reconhecidos contabilmente pela Companhia. Cabe mencionar, que os referidos bens não geraram até a data das demonstrações contábeis qualquer desembolso para a Companhia.

Financiamento - CCB FGTS 1ª Tranche (b)
Financiamento - CCB FGTS 2ª Tranche (b)
Financiamento - CCB FGTS 3ª Tranche (b)

	2023	2022	Vencimento	Taxa
	378.239	385.757	2038	8,5% + TR a.a.
	27.597	28.053	2039	8,5% + TR a.a.
	2.982	3.017	2041	8,7% + TR a.a.
	408.818	416.827		
	2023	2022		
	15.871	14.732		
	392.947	402.095		
	408.818	416.827		

c) A depreciação acima não está apresentada com os efeitos de redução ocorridos através do benefício de recuperação de créditos fiscais de Pasep e Cofins baseados nas Leis nos 10.637/2002 e 10.833/2003.

Circulante
Não circulante



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Os financiamentos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) foram captados para aplicação em ampliação de redes de águas e esgotos sanitários, como também para ampliação de estações de tratamento, incidindo sobre eles as taxas de juros demonstradas acima. Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas e garantias, exceto o que for expressamente ressalvado em nota explicativa.

A movimentação dos financiamentos é dada como segue:

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	416.827	471.398
Juros e variação monetária	43.154	45.308
Amortizações	(15.948)	(61.162)
Juros pagos	(35.215)	(38.717)
Saldo	408.818	416.827

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas, têm os seguintes vencimentos:

	2023	2022
2025	15.871	14.732
2026	15.871	14.732
2027 em diante	361.205	372.631
	392.947	402.095

Financiamento junto à Caixa Econômica Federal (Ampliação e Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense Construção Complexo Guandu 2).

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal a CCB nº 433.257-52 no valor de R\$1.076.596 (1ª tranche) em 23 de dezembro de 2015, a CCB nº 441.050-71 no valor de R\$1.390.817 (2ª tranche) em 30 de junho de 2017, a CCB nº 441.054-75 no valor de R\$570.087 (3ª tranche). Esses valores referem-se à totalidade da operação de crédito de R\$3.037.500, que foi captada junto à Caixa Econômica Federal para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense, tais obras foram transferida para a concessão referente ao bloco 4 e na construção do Complexo Guandu 2, que consiste na implantação de uma nova estação de tratamento com produção de 12 mil litros de água por segundo, com elevatória de água tratada, linha de recalque (tubulação que abastece o reservatório) e reservatório com capacidade para armazenar 57 milhões de litros de água potável. Esses recursos também estão sendo usados para a construção, nos diversos municípios da baixada fluminense, de 17 novos reservatórios e reforma de outros nove que hoje estão fora de operação. Na região ainda serão construídas 16 elevatórias de grande porte e assentados 95 quilômetros de adutora para abastecer os reservatórios e outros 760 quilômetros de tronco e redes distribuidoras. No momento, todas as tranches estão na fase de desembolso. O prazo para o desembolso dos recursos é de 48 meses da data da assinatura das referidas cédulas, sendo permitida a sua prorrogação. O Financiamento (CCB nº 433.257-52 - 1ª tranche) possui carência de 48 meses, encerrados em 20 de janeiro de 2019. A amortização está sendo feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de fevereiro de 2019. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo constituído deste financiamento era de R\$378.239 (R\$365.757 em 2022). Os juros remuneratórios desta CCB são de TR + 8,5% a.a. A 2ª tranche (CCB nº 441.050-71) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,5% a.a. A amortização está sendo feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo constituído deste financiamento era de R\$27.597 (R\$28.053 em 2022). A 3ª tranche (CCB nº 441.054-75) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,7% a.a. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo constituído deste financiamento era de R\$2.982 (R\$3.017 em 2022).

14.	Tributos a recuperar e a recolher		
Tributos a recuperar		2023	2022
Imposto de renda e contribuição social (i)		75.115	98.379
Pasep e Cofins		1.069	1.010
		76.184	99.389
Impostos, taxas e contribuições a recolher			
IRRF e CSLL (ii)		14.661	239.450
Pasep e Cofins a recolher (iii)		14.227	12.872
Pasep e Cofins (iv)		18.885	19.781
ISS a recolher		907	608
		48.680	272.711

- (i) Refere-se a valores recolhidos de antecipação de IRPJ que se recupera devido à Imunidade Tributária conforme ACO nº 2.757/RJ, e CSLL e IRPJ retidos na fonte conforme Lei nº 9.430/96, conforme divulgado na Nota 17.
- (ii) Refere-se a Contribuição Social s/o Lucro Líquido e IRRF s/ folha de pagamento, com vencimento em 25 de janeiro de 2024.
- (iii) Refere-se a valores provisionados da competência de dezembro de 2023, com vencimento em 25 de janeiro de 2024.
- (iv) Refere-se Pasep e Cofins diferidos sobre as contas faturadas de água e esgoto para órgãos públicos.

15.	Parcelamentos tributários		
		2023	2022
Refis IV (a)		33.533	68.617
Refis da Copa (b)		48.860	53.497
Parcelamento Simplificado – SRFB (c)		219.288	-
		301.681	122.114
Circulante		87.423	44.905
Não circulante		214.258	77.209
		301.681	122.114

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em cumprimento com todas as condições exigidas para sua manutenção nos parcelamentos tributários. As parcelas que vencerão a longo prazo possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano de vencimento	2023	2022
2025	54.121	39.773
2026	54.121	8.168
2027 em diante	106.016	29.268
	214.258	77.209

Em julho de 2003, a Administração da Companhia optou pela adesão ao Parcelamento Especial ("Paes") instituído pela Lei Federal nº 10.684/2003 e, em 28 de dezembro de 2006, aderiu ao Parcelamento Excepcional ("Paex") instituído pela Medida Provisória nº 303/2006. Parte dos saldos desses dois programas pertencentes à Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") e INSS foram incluídos em 30 de junho de 2011 no parcelamento Programa de Recuperação Fiscal IV ("Refis IV").

(a) Refis IV
Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento - Refis IV instituído pela Lei Federal nº 11.941/2009, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento mais vantajoso para seus débitos de obrigações fiscais e previdenciárias. Quando da opção pelo referido programa, a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil (RFB) a inclusão da totalidade dos débitos em aberto constantes da conta corrente junto à instituição, além da migração dos saldos a pagar remanescentes dos programas Paes e Paex, permanecendo os débitos junto ao Serviço Social da Indústria ("Sesi") e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial ("Senai") no parcelamento anterior. O parcelamento do Refis IV está subdividido em débitos junto à Receita Federal do Brasil (RFB), PGFN e INSS, bem como os saldos dos programas Paes e Paex. O parcelamento foi homologado em 180 parcelas mensais, atualizadas pela Selic, com término previsto para outubro de 2024. Os pagamentos estão regulares com a quitação da parcela de dezembro de 2023 no valor de R\$3.265, correspondente a 170ª parcela.

	2023	2022
Valor da adesão (principal)	281.340	281.340
Juros	185.194	182.070
Amortizações	(433.001)	(394.793)
	33.533	68.617

(b) Refis da Copa
Em agosto de 2014, com o advento da Lei Federal nº 12.996/2014 ("Refis da Copa"), que possibilitou a inclusão de novos débitos no Refis, a Companhia, por ser mais vantajoso em vista da anistia de juros e multas, desistiu do parcelamento ordinário e incluiu o saldo remanescente no Refis da Copa que apresenta o seguinte saldo devedor:

	2023	2022
Saldo remanescente do parcelamento ordinário	122.230	122.230
Juros	6.511	6.511
Amortizações	(27.368)	(27.368)
	101.373	101.373
	(14.617)	(14.617)
Redução por anistia de juros e multas	86.756	86.756
Principal do Refis da Copa	41.855	38.278
Juros	(79.751)	(71.537)
Amortização	48.860	53.497

(c) Parcelamento Simplificado - SRFB
A Companhia reconheceu em seus registros contábeis os impactos financeiros e contábeis em virtude dos leilões de concessão realizados pelo ERJ em 30/04/2021 e 29/12/2021, ocasionando o reconhecimento da CSLL no valor de R\$ 189.497. Em novembro de 2023, a companhia aderiu ao parcelamento Simplificado - SRFB, referente à CSLL de 2021, no prazo de 60 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC, com término previsto para outubro de 2028.

	2023	2022
Valor da adesão (principal)	224.818	-
Juros	2.001	-
Amortizações	(7.531)	-
	219.288	-

16. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências
a) Depósitos e bloqueios judiciais
A composição dos depósitos e bloqueios judiciais está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Trabalhistas	1.098.948	965.878
Cíveis (i)	945.624	1.125.499
Tributárias (ii)	75.391	69.814
	2.119.963	2.161.191

b) Provisão para contingências
A Administração da Companhia, embasada nas informações remetidas pelos seus assessores internos, externos e nas análises das demandas judiciais pendentes, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as ações em curso, como segue:

	2023	2022
Cíveis (i)	2.682.698	2.632.039
Trabalhistas (ii)	863.570	809.208
Tributárias (iii)	90.442	86.185
	3.636.710	3.527.432

As movimentações das provisões relativas ao exercício de 2023 estão apresentadas como segue:

Natureza da contingência	2022	Constituições (*)	Reversões (*)	Pagamentos	2023
Cíveis	2.632.039	1.147.309	(450.201)	(646.449)	2.682.698
Trabalhistas	809.208	207.380	(48.981)	(104.038)	863.569
Tributárias	86.185	14.893	(10.635)	-	90.443
	3.527.432	1.369.582	(509.817)	(750.487)	3.636.710

Natureza da contingência	2021	Constituições (*)	Reversões (*)	Pagamentos	2022
Cíveis	2.484.497	851.970	(347.645)	(356.783)	2.632.039
Trabalhistas	773.943	188.794	(13.743)	(139.786)	809.208
Tributárias	78.976	11.765	(4.556)	-	86.185
	3.337.416	1.052.529	(365.944)	(496.569)	3.527.432

(*) Contém atualização monetária.

As constituições e reversões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam o valor líquido de R\$859.765 (R\$686.585 em 2022) e tem como contrapartida a conta de "Constituição de provisão para contingências líquida" no grupo de "Outras despesas operacionais" (Nota 25). Os objetos das causas classificadas como perda provável, segregados por natureza, estão informados abaixo:

(i) Ações cíveis	2023	2022
Juizados Especiais Cíveis		
Questionamentos de cobrança	413	569
Demais ações	415	546
Desabastecimento	499	289
Área de Planejamento 5 - ("AP5")	-	418
Total dos Juizados Especiais Cíveis	1.327	1.822

Juizados de Fazenda Pública		
Desconstituição da tarifa diferenciada/progressiva/mínima (b)	1.287.752	1.083.886
Desconstituição da tarifa de esgoto (a)	342.692	547.141
Demais ações	293.704	276.259
Descumprimentos de contratos	421.268	441.821
Cobranças indevidas	164.735	232.950
Acidentes vazamentos/bueiro	25.003	30.753
Licitação	146.217	1.490
Cortes indevidos		15.917
Total de Varas Cíveis e de Fazenda Pública	2.681.371	2.630.217
	2.682.698	2.632.039

Total das ações cíveis

- (a) A Companhia realiza constantes revisões nos critérios de provisionamento, de forma que revelem valores mais apurados. Nesse contexto, em relação a diversos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvam questões fáticas similares, foram atualizados os valores médios de condenações para fins de provisionamento, de modo a adotar critério que demonstre, tanto quanto possível, o quantitativo de futuras condenações. Também foram atualizadas as provisões naqueles processos em fase de execução, de forma a demonstrar o efetivo valor da condenação. Desses procedimentos decorreu o aumento nos valores da contingência.
- (b) A Companhia utiliza o valor histórico das condenações para atribuição do valor da contingência, realizando revisões periodicamente, de forma que os valores apurados demonstrem provisionamentos bem próximos da realidade. Nesse contexto, em relação aos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvem questões fáticas similares, em que a utilização de uma única média para todos os tipos de demandantes (pessoas físicas, jurídicas ou condomínios) se mostrou inadequada, apuraram-se valores distintos por categoria de demandante.
- (c) As ações cíveis denominadas "Cobranças indevidas" contemplam reclamações envolvendo consumo/faturamento elevado, estimativa e outros, que tiveram processos envolvendo valores de execução expressiva, aumentando o provisionamento no objeto em questão.
- (d) A rubrica "Descumprimento de contratos" sofreu expressiva elevação em função dos processos judiciais movidos pela Construtora Queiroz Galvão 0117367-33.2006.8.19.0001 e Consórcio Operação Contínua 0162408-37.2017.8.19.0001 em status de execução, impactando fortemente o provisionamento das causas cíveis em 2021.

(ii) Ações trabalhistas	2023	2022
Desvio de função	132.386	111.478
Incremento salarial	177.124	190.766
Progressão horizontal	124.326	117.581
Horas extras	135.640	123.635
Demais ações	194.751	152.895
Reintegração/reintegração aposentado	49.247	48.884
Retenção salarial	23.210	23.490
Equiparação/diferenças salariais	8.000	22.762
Enquadramento e reenquadramento	18.885	17.717
	863.569	809.208

(iii) Ações tributárias
As contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia, tendo como o objeto mais relevante o auto de infração.

Em 4 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), questionando a tomada de créditos de PIS e COFINS na apuração dos tributos referentes ao período-base de 2008 a 2010, no total de R\$239.515 com aplicação de multa e juros, dando origem ao Processo Administrativo Fiscal nº 16682.721140/2012-75 (MPF 07185002011007820).

Cabe destacar que a matéria de fundo discutida nos autos (conceito de insumos para fins do creditamento das contribuições do PIS e da Cofins) hoje se encontra pacificada no âmbito da jurisprudência nacional em face do julgado do RESP 1.221.170/PR submetido à sistemática de Recursos Repetitivos e de observância obrigatória no âmbito do CARF, conforme artigo 62, § 2º do RI/CARF - "Art. 62. Fica vedado aos membros das turmas de julgamento do CARF afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade. (...)"

Consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos sobre a classificação das chances de perda relativamente ao Processo Administrativo nº 16682.721140/2012-75 (PIS/Cofins - MPF 07.1.85.00- 2011-00782-0), a Companhia decidiu por reverter a provisão no valor de R\$193.556. O referido processo no atual exercício, encontra-se classificado como probabilidade de perda "Possível".

c) Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2023, as causas classificadas como possíveis totalizam R\$1.835.547 (R\$1.775.554 em 2022), sendo R\$379.003 de ações trabalhistas, R\$507.306 de ações cíveis e R\$949.238 de ações tributárias (R\$363.435, R\$496.487 e R\$915.632, respectivamente, em 2022). As principais causas possíveis estão abaixo elencadas:

	2023	2022
Riscos trabalhistas		
Desvio de função	129.765	122.893
Progressão horizontal por antiguidade	21.618	22.003
Reintegração	38.236	39.098
Enquadramento	2.761	3.969
Isonomia salarial	2.131	2.352
Outros	184.492	173.120
	379.003	363.435
Riscos cíveis		
Esgoto	189.230	188.566
Cobrança indevida	603	19.985
Contratos	52.726	106.649
Posse de imóvel	62.580	120.352
Outros	202.167	119.977
	507.306	555.529
Riscos tributários		
Pasep e COFINS	616.683	621.103
IRPJ e CSLL	276	265.039
Outros	332.279	29.490
	949.238	915.632

Conforme as decisões do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em diferentes procedimentos administrativos, a Companhia poderá vir a ser titular de créditos (ativo contingente) que atingem o montante de R\$36.731 em 31 de dezembro de 2023 (R\$36.731 em 31 de dezembro de 2022), referente a decisões que determinaram a devolução de valores pagos em razão de contratos celebrados mediante declaração de dispensa ou inexistibilidade de licitação. Tais valores não estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, visto que não existem certezas em relação à realização desses montantes, uma vez que o processo não transitou em julgado a favor da Companhia.

c.1) Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA

- (I) A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e a correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC
- (II) Serão considerados válidos os pagamentos já realizados com a utilização da TR (ou IPCA-E ou qualquer outro índice), não ensejando qualquer rediscussão;
- (III) Serão mantidas e executadas todas as decisões transitadas e julgadas que adotaram em sua fundamentação a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1%, não cabendo discussão sobre o índice à luz do novo entendimento firmado pelo STF;
- (IV) Os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (ainda sem decisão ou em fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa SELIC (juros e correção monetária).

17. Contribuição social corrente e diferida	2023	2022
Impostos diferidos passivos		
Ativo intangível - CSLL (Nota 11.vii)	228.348	238.278
Depósitos judiciais – CSLL	86.650	72.948
	314.998	311.226
Impostos diferidos ativos		
Provisões para contingências – CSLL	(312.636)	(303.032)
Perda atuarial – CSLL	(374.501)	(291.276)
Perda PECLD – CSLL	(32.723)	(21.970)
Outras perdas – CSLL	(10.062)	(9.325)
	(729.922)	(625.603)
Não circulante	(414.924)	(314.377)

A contribuição social diferida é calculada sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo da contribuição sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota desse tributo é de 9%. Contribuição social ativa é reconhecida na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Como divulgado na Nota 17.b, a Companhia se tornou ente imune a impostos, consequentemente os créditos e débitos diferidos sobre IRPJ foram revertidos, uma vez que não existirá base de cálculo, que possibilita a realização dos valores diferidos de IRPJ. A partir dos recolhimentos da Contribuição Social sobre o lucro do exercício de 2020 a Companhia optou pelo regime de apuração anual. Com recolhimento apurado com base no balancete de suspensão e redução mensal.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 1º de janeiro de 2023	291.276	303.032	(238.278)	(72.948)	31.295	314.377
Perda atuarial	83.225	-	-	-	-	83.225
Provisão para contingências	-	9.604	-	-	-	9.604
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	(13.702)	-	(13.702)
Ativo intangível	-	-	9.930	-	-	9.930
Outras perdas	-	-	-	-	11.490	11.490
Em 31 de dezembro de 2023	374.501	312.636	(228.348)	(86.650)	42.785	414.924

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 1º de janeiro de 2022	304.081	285.908	(272.525)	(59.942)	63.676	321.198
Perda atuarial	(12.805)	-	-	-	-	(12.805)
Provisão para contingências	-	17.124	-	-	-	17.124
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	(13.006)	-	(13.006)
Ativo intangível	-	-	34.247	-	-	34.247
Outras perdas	-	-	-	-	(32.381)	(32.381)
Em 31 de dezembro de 2022	291.276	303.032	(238.278)	(72.948)	31.295	314.377

a) Reconciliação da despesa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)

A reconciliação entre a despesa da contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	461.025	29.528
Alíquota nominal da contribuição social - %	9%	9%
Contribuição social às alíquotas vigentes	(41.491)	(2.658)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Cancelamento de contas	(7.295)	(16.620)
Outros	9.356	(17.168)
Contribuição social no resultado do exercício	(39.430)	(36.446)
Contribuição social corrente	(54.021)	(48.131)
Contribuição social diferido	14.591	11.685
Contribuição social no resultado do exercício	(39.430)	(36.446)

b) Imunidade Tributária sobre impostos federais "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ"

Como reflexo da decisão, foram revertidos todos os ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ sendo também baixados os impostos a recuperar e a recolher em aberto até a data da obtenção da imunidade.

A CEDAE efetuou o pedido de restituição administrativa, junto à Receita Federal do Brasil, dos impostos federais recolhidos nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da ACO 2757, bem como durante o trâmite da ação, no valor de R\$2.805.826 (Dois Bilhões e Oitocentos e Cinco Milhões e Oitocentos e Vinte e Seis Mil) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente certa.

c) Mudança da forma de Tributação do PIS e da COFINS de Não Cumulativa para Cumulativa - Processo nº 0031167-36.2018.4.02.5101 em razão da "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ"

A CEDAE peticionou junto à Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro ação de mudança da forma de tributação do PIS e da COFINS para Cumulativa e também solicitou a repetição de Indébito Tributário solicitando devolução de valores, uma vez que foi reconhecida a imunidade tributária de R\$1.427.919 (Um Bilhão e Quatrocentos e Vinte e Sete Milhões e Novecentos e Dezenove Mil) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente correta.

18. Outras contas pagar

	2023	2022
Provisão para licença prêmio (a)	14.664	19.525
Outras contas a pagar	12.297	12.022
	26.961	31.547

(a) Conforme disposto no Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 1º de setembro de 2016, referente ao período de 2016 a 2018, a licença-prêmio de três meses para cada cinco anos de serviços prestados é um benefício adquirido pelos empregados que tenham sido admitidos até de 2001 pela Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2009, não serão computados novos períodos de licença-prêmio, e para aqueles empregados que não tenham cinco anos completos a licença será computada de forma proporcional. Esse valor é atualizado mensalmente considerando os períodos de direitos adquiridos completos, sendo R\$16.339 em dezembro de 2023 (R\$20.654 em 2022) registrados no passivo circulante (no grupo de contas de provisões de encargos trabalhistas) e R\$14.664 no passivo não circulante (R\$19.525 em 2022).

19. Passivo atuarial

A Prece - Previdência Complementar ("Prece") e a Cedae Saúde foram instituídas pela CEDAE como política de recursos humanos na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e com autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários e de assistência médica de seus funcionários, respectivamente. Na condição de patrocinadora, juntamente com seus empregados participantes, a CEDAE contribui mensalmente com o montante equivalente a 100% da contribuição base dos contribuintes ativos para a Prece.

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é a seguinte:

	2023	2022
Plano de previdência complementar - Prece (a)	143.268	39.006
Dívida Prece	386.386	412.633
	529.654	451.639
Plano de assistência médica - Cedae Saúde (b)	2.771.880	1.976.708
Prêmio aposentadoria (c)	39.198	35.399
	2.811.078	2.012.107
	3.340.732	2.463.746
	121.936	204.282
Circulante	3.218.796	2.259.464
Não circulante	3.340.732	2.463.746

(a) Prece

A Prece administra os planos de benefícios previdenciários PRECE I, PRECE II, PRECE IV, PRECE III e PRECE CV, sendo os planos PRECE I e PRECE II estruturados na modalidade de benefício definido, os planos PRECE III e IV estruturados na modalidade de contribuição definida e o plano PRECE CV estruturado na modalidade de contribuição variável (ativos classificados na modalidade de contribuição definida e os assistidos na modalidade de contribuição definida para os optantes pela renda financeira e na modalidade de benefício definido para os optantes pela renda vitalícia). A quantidade de participantes por plano em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023		
Participantes	Quantidade		
	Ativos	Pensão	Aposentadoria
Prece I	44	639	315
Prece II	-	174	47
Prece III	489	2	11
Prece CV	801	1.783	2.052

	2022		
Participantes	Quantidade		
	Ativos	Pensão	Aposentadoria
Prece I	57	593	393
Prece II	-	185	56
Prece III	467	2	11
Prece CV	832	1.772	2.156

Plano Prece I

O Plano Prece I está determinado na modalidade benefício definido para os funcionários e diretores das patrocinadoras (Cedae Saúde, Prece e CEDAE), garantindo um benefício na aposentadoria cujo valor é 70% da diferença entre a pensão do INSS e a média dos 36 últimos salários, respeitando o salário limite expresso no regulamento.

Para a aposentadoria por tempo de contribuição são necessários 15 anos de filiação à Prece, 55 anos de idade e estar aposentado pela previdência oficial do INSS.

O plano garante aos participantes o benefício mínimo de 20% do salário, possuindo benefícios de risco de morte e invalidez permanente, podendo incluir como dependentes os mesmos beneficiários do INSS, e filhos até 21 anos de idade. Este plano está fechado para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") aprovou o equacionamento do déficit do Plano Prece I (Análise Técnica nº 488/ CGTA/DITEC/PREVIC), da seguinte forma:

- Criação de contribuição extraordinária de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados), de modo a proporcionar o equilíbrio do plano.
- Alteração dos regulamentos dos planos Prece I e Prece II, ambos na modalidade de benefício definido, de modo a facultar o saldamento.
- Possibilidade de migração, com incentivo de participantes ativos (que optarem pelo saldamento), aposentados e pensionistas para um novo plano "Plano Prece Contribuição Variável - CV".

Como reflexo desse processo, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2010 um ganho de R\$559.081 no resultado de 2010 e que foi apurado através de cálculos atuariais efetuados pelos atuários independentes contratados pela Companhia, sendo oriundo exclusivamente da redução do passivo atuarial da Companhia compensado pelo aumento da contribuição dos participantes.

Em 29 de maio de 2011, foi encerrado o período de migração dos planos de benefício definido para o novo plano de contribuição variável, com o resultado de 7.312 migrantes, representando 62,9% de optantes sendo 3.136 ativos, 2.603 aposentados e 1.573 pensionistas.

Em junho de 2011, a Prece e a CEDAE foram notificadas da ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região - SINTSAMA ("SINTSAMA"), para suspender a cobrança da contribuição extraordinária e, dessa forma, encontra-se suspensa a cobrança daqueles empregados remanescentes no Plano Prece I.

Como resultado da ação mencionada, a Companhia estendeu o período migratório até outubro de 2011.

Adicionalmente, para os participantes que optaram pela migração, a Companhia pagará a título de incentivo o montante equivalente ao déficit acumulado do serviço passado. O valor dos incentivos totais oferecidos pela Companhia compreendeu R\$607.015, cujo contrato financeiro foi firmado em 15 de dezembro de 2011, prevendo o pagamento em 73 parcelas mensais,

tendo o ocorrido o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2012. A correção do saldo devedor é de 6% ao ano, acrescido de INPC até a data do efetivo pagamento.

A Companhia utiliza como uma das premissas para mensuração do passivo atuarial, as contribuições extraordinárias de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados). As contribuições extraordinárias foram aprovadas pela PREVIC como parte do processo de equacionamento do déficit do Plano Prece I e encontram-se suspensas desde julho de 2011 em função de determinação judicial. A Companhia entrou com recurso contestando a referida decisão, no entanto, até a presente data, não houve decisão do mérito.

Em 2014, a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da Prece, determinou que a entidade de previdência efetuasse a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A Companhia manteve no passivo não circulante o valor de R\$177.310, que corresponde à parcela sob sua responsabilidade com relação às contribuições extraordinárias em 31 de dezembro de 2017. No exercício de 2018 houve decisão do mérito favorável a Companhia, tendo a PRECE revertido a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora, sendo que o valor das contribuições sob sua responsabilidade já se encontra incorporado no passivo não circulante.

Para a massa remanescente no plano PRECE I, em 2022 foi aberta nova migração para o plano criado na modalidade de contribuição definida, denominado como PRECE IV. A migração estava contemplada no projeto da Estratégia Previdenciária, que tinha como principal objetivo a redução dos riscos atuariais dos planos de benefícios administrados pela PRECE. A nova migração foi aprovada através da Portaria nº 814, de 07/12/2021, publicada no DOU em 14/12/2021, e teve o período de opção vigente de março/2022 a maio/2022. Após o atingimento das metas estabelecidas pela PREVIC para a efetivação da migração, o novo plano foi operacionalizado a partir da competência de agosto/2022. Ao todo, cerca de 60% da massa e do patrimônio dos planos PRECE I e II foi migrado para o plano PRECE IV, representando a migração de mais de 1.500 pessoas para o novo plano.

No momento da migração, dois equacionamentos estavam vigentes no plano PRECE I, montando o valor de R\$ 295.139. Desse montante, foi realizada a transferência de dívida para o PRECE IV proporcionalmente a parcela migrante, o que correspondeu ao valor de R\$ 188.767, remanescendo no plano de origem o valor de R\$ 106.372.

Em 31 de dezembro de 2022 não foram constituídas provisões atuariais, pois o saldo demonstrado no laudo atuarial conforme disposto no CPC 33 R1 (R\$69.237) está menor que os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE (R\$97.842).

Plano Prece II

Esse plano de benefício definido possui todas as regras idênticas ao plano Prece I e foi criado para suplementar a renda do Prece I, ultrapassando o teto seu limite. Esse plano também foi equacionado nos moldes descritos no item anterior e está fechado para novas adesões.

Para a massa remanescente no plano PRECE II, em 2022 foi aberta nova migração para o plano criado na modalidade de contribuição definida, denominado como PRECE IV. A migração do plano PRECE II estava condicionada também a migração do plano PRECE I, ou seja, aqueles que fossem vinculados ao PRECE II só poderiam migrar para o PRECE IV se migrassem também com o PRECE I.

No momento da migração, quatro equacionamentos estavam vigentes no plano PRECE II, sendo que destes somente os dois primeiros ainda possuíam saldo remanescente de responsabilidade da patrocinadora, uma vez que nos dois últimos equacionamentos a Companhia realizou a quitação do montante devido à vista. O valor total da dívida de equacionamento existente no PRECE II antes da efetivação da migração para o PRECE IV montava o valor de R\$ 41.618, sendo que desse valor R\$ 28.011 foi transferido para o novo plano, e R\$ 13.607 remanesceu no plano de origem.

Em 31 de dezembro de 2023 não foram constituídas provisões atuariais, pois o saldo demonstrado no laudo atuarial conforme disposto no CPC 33 R1 (R\$8.755) está menor que os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE (R\$11.479).

Plano Prece CV

O plano Prece CV está estruturado na modalidade de contribuição variável e abrange os participantes que migraram dos planos de origem (Prece I e Prece II), e tem como patrocinadoras a CEDAE, Cedae Saúde e a Prece. Os participantes podem optar pelas modalidades de recebimento do benefício: renda vitalícia, renda por prazo determinado não inferior a 10 anos, e renda por prazo indeterminado com ou sem reversão em pensão.

Nesse plano o participante possui uma conta individual (exceto a modalidade Renda Vitalícia), cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante que migrou com opção pela Renda Vitalícia mantém o rol de dependentes do plano de origem. O participante optante pela Renda Indeterminada com Pensão pode inscrever-se como dependente a pessoa que guarde relação de dependência, observado os mesmos requisitos estabelecidos para o INSS.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal.

Este plano está fechado para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2023 foram constituídas provisões atuariais no montante de R\$143.268, pois o saldo demonstrado no laudo atuarial conforme disposto no CPC 33 R1 (R\$292.355) está maior que os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE (R\$149.087).

Plano Prece III

Criado para abranger os empregados admitidos a partir de 2006, que não possuem os outros dois planos de benefícios, sendo estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD) com benefício de risco para morte e invalidez. Esse plano é exclusivo para os funcionários da CEDAE.

Nesse tipo de plano o participante possui uma conta individual cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante poderá incluir como dependente os mesmos beneficiários reconhecidos pelo INSS, além de filhos com até 24 anos que estejam cursando o nível superior e para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário um mínimo de 10 anos de vinculação ao plano, 55 anos de idade e término do vínculo empregatício com a Companhia.

Inexiste joia, taxa de inscrição ou regresso, nem limitação máxima para o salário participação.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal, desde que o número de meses seja superior a 30.

Plano Prece IV

O plano PRECE IV está estruturado na modalidade de contribuição definida e foi criado em 2022 para contemplar os participantes e assistidos dos planos PRECE I e II que optaram por sua transferência na migração realizada no ano de 2022. Por ter sido criado exclusivamente para receber os migrantes, o plano PRECE IV encontra-se fechado para novas adesões.

O novo plano possui características muito parecidas com o plano PRECE III, tendo destaque entre elas a possibilidade de alteração anual de modalidade, a oferta de saque à vista de até 25% do saldo acumulado no momento da concessão da aposentadoria, possibilidade de inclusão de qualquer pessoa como beneficiária sem a necessidade de comprovação de relação de parentesco, faixa de contribuição para escolha do participante, dentre outras.

O plano PRECE IV foi efetivado no mês de agosto/2022, sendo realizada na referida competência a transferência das dívidas de equacionamento registradas no plano de destino proporcionalmente à massa migrante. Ao todo foi transferido um montante de R\$ 216.000, sendo R\$ 188.000 oriundos do plano PRECE I e R\$ 28.000 oriundos do plano PRECE II. No mês da implementação do novo plano, a Companhia realizou o adiantamento para o plano PRECE IV de parte da dívida transferida, pagando à vista o montante de R\$ 54.000, para dar liquidez aos saques assumidos com os optantes pela migração.

Em 31 de dezembro de 2023 os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE montam o valor de R\$127.978.

(b) Caixa de Assistência aos Servidores - Cedae Saúde

A Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE- Cedae Saúde administra o plano assistencial destinado aos empregados da CEDAE, Prece, Cedae Saúde e seus dependentes dos exercícios de 2023 e 2022.

	2023	
Participantes	Quantidade	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial Cedae Saúde	2.807	5.914
	2022	
Participantes	Quantidade	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial Cedae Saúde	3.392	6.076

O Estatuto da Prece e o Regulamento do Plano Cedae Saúde estão adaptados à legislação vigente.

Em Julho de 2022, foi aprovado pela Caixa de Assistência dos Empregados da Cedae - Cedae Saúde e pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, a contratação do Bradesco Saúde S.A., pela Cedae Saúde, para prestação de serviços médico hospitalares aos seus beneficiários. Os planos oferecidos pelo Bradesco Saúde aos beneficiários da Cedae Saúde iniciaram sua cobertura a partir do dia 01 de agosto de 2022.

Como impacto deste processo será a redução do risco da operação do serviço assistencial da Entidade por meio da contratação de uma operadora de mercado com maior capilaridade de prestação de serviços com redução de custos de sua operação, associado ao ganho de escala da operadora de mercado contratada pela Entidade. Além disso, o impacto sobre a Patrocinadora está relacionado com a mitigação de risco futuro de novos aportes à Entidade e o impacto sobre os beneficiários está relacionado com a ampliação da rede credenciada disponível para acesso.

(c) Prêmio de aposentadoria

Em 31 de dezembro de 2023, o prêmio de aposentadoria da CEDAE possui 2.255 participantes (2.353 em 2022) (Nota 2.14.a.4).

As contribuições da Companhia para o fundo totalizaram:

	2023	2022
Plano de benefícios (Prece)	229	60.472
Plano de assistência (Cedae Saúde)	256.860	255.873
Prêmio aposentadoria	31.595	2.241
	288.684	318.586

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2023	2022
Valor presente da obrigação de benefício definido	3.763.371	2.877.679
Valor justo dos ativos do plano	(582.780)	(616.204)
Passivo atuarial líquido	3.180.591	2.261.475



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

A reconciliação dos ativos e passivos (valores negativos) líquidos pode ser assim demonstrada:

	Cedae Saúde		Prêmio de Aposentadoria		Total	
	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV		
Em 1º de janeiro de 2022	(312.907)	(61.260)	-	(150.115)	(2.131.924)	(30.623) (2.686.829)
Custo do serviço corrente	93	-	75	(2)	(14.916)	(1.453) (16.203)
Custo com juros	(23.722)	(9.734)	(49)	(65.608)	(178.831)	(2.475) (280.419)
Rendimentos esperados dos ativos	3.676	6.052	196	52.940	-	- 62.864
Contribuições da patrocinadora	29.562	6.545	96	20.505	255.873	2.241 314.822
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	242.389	52.750	(318)	(40.533)	93.091	(3.089) 344.290

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de Aposentadoria	Total
Em 31 de dezembro de 2022	(60.909)	(5.647)	-	(182.813)	1.976.707	(35.399)	(2.261.475)
Custo do serviço corrente	24	-	-	(1)	(20.477)	(1.468)	(21.922)
Custo com juros	(10.391)	(3.590)	-	(60.911)	(180.071)	(3.051)	(258.014)
Rendimentos esperados dos ativos	4.736	3.066	-	43.996	-	-	51.798
Contribuições dos participantes	229	-	-	-	256.861	31.595	288.684
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	(2.926)	(2.605)	-	(92.628)	(851.486)	(30.017)	(979.662)

Em 31 de dezembro de 2023	(69.237)	(8.776)		(292.357)	(2.771.880)	(38.340)	(3.180.591)
---------------------------	----------	---------	--	-----------	-------------	----------	-------------

	Plano de benefício		Plano de assistência médica		Prêmio de aposentadoria		Total
Em 1º de janeiro de 2022			1.352.412	2.131.924	30.623	3.514.959	
Custo do serviço corrente			(166)	14.916	1.453	16.203	
Juros sobre obrigações atuariais			99.113	178.831	2.475	280.419	
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos			(452.116)	(93.090)	3.089	(542.117)	
Contribuições dos participantes			53.670	-	-	53.670	
Benefícios pagos			(187.341)	(255.873)	(2.241)	(445.455)	
Em 31 de dezembro de 2022			865.572	1.976.708	35.399	2.877.679	
Custo do serviço corrente			(23)	20.477	1.468	21.922	
Juros sobre obrigações atuariais			74.891	180.072	3.051	258.014	
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos			108.493	851.486	30.017	989.996	
Contribuições dos participantes			37.866	-	-	37.866	
Benefícios pagos			(133.650)	(256.861)	(31.595)	(422.106)	
Em 31 de dezembro de 2023			953.149	2.771.882	38.340	3.763.371	

A movimentação das obrigações de benefícios pós-emprego durante os exercícios de 2023 e 2022 é demonstrada a seguir:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2022	828.130	-	-	828.130
Rendimento esperado dos ativos	62.864	-	-	62.864
Ganho atuarial dos ativos do plano	(197.828)	-	-	(197.828)
Contribuições da patrocinadora	56.708	-	-	56.708
Contribuições dos participantes	53.670	-	-	53.670
Benefícios pagos	(187.341)	-	-	(187.341)

Em 31 de dezembro de 2022

Rendimento esperado dos ativos
Ganho atuarial dos ativos do plano
Contribuições da patrocinadora
Contribuições dos participantes
Benefícios pagos

Em 31 de dezembro de 2023

A composição dos ativos dos planos é como segue:

Renda variável
Renda fixa
Imóveis
Caixa e equivalentes de caixa
Derivativos
Outros

Renda variável
Renda fixa
Imóveis
Caixa e equivalentes de caixa
Derivativos
Outros

Todos os planos de benefícios definidos da CEDAE possuem fundamento, ou seja, existem ativos garantindo os passivos atuariais. Dessa forma, a Companhia só possui planos com cobertura parcial ou totalmente cobertos, por isso não segregou sua análise atuarial.
Os valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes são:

Custo do serviço corrente
Juros sobre obrigações atuariais
Rendimento esperado dos ativos
Reconhecido no resultado (Nota 25)

Saldo inicial dos ganhos (perdas) atuariais acumulados do resultado abrangente em 1º de janeiro
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - Prece
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - Cedae Saúde
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - prêmio de aposentadoria
Contribuição social diferida
Total dos ganhos (perdas) líquidos (as) atuariais no exercício do resultado abrangente
Total dos ganhos (perdas) atuariais acumulados do resultado abrangente em 31 de dezembro

Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
616.203	-	-	616.203

51.798	-	-	51.798
10.334	-	-	10.334
229	-	-	229
37.866	-	-	37.866
(133.650)	-	-	(133.650)

582.780	-	-	582.780
---------	---	---	---------

2022

Prece I	Prece II	Prece CV
0,00%	0,00%	0,00%
76,28%	82,00%	85,93%
20,23%	15,00%	8,52%
0,00%	0,00%	0,00%
0,00%	0,00%	0,00%
3,49%	3,00%	5,55%
100,00%	100,00%	100,00%

2023

Prece I	Prece II	Prece CV
0,00%	0,00%	0,00%
77,24%	82,00%	88,76%
13,87%	11,00%	5,82%
0,00%	0,00%	0,00%
0,00%	0,00%	0,00%
8,89%	7,00%	5,42%
100,00%	100,00%	100,00%

2023

(21.922)	(16.203)
(258.014)	(280.419)
51.798	62.864
(228.138)	(233.758)

2023

(1.374.736)	(1.561.856)
-------------	-------------

(94.519)	51.655
(860.543)	157.067
-	(3.095)
85.956	(18.507)

(869.106)	187.120
-----------	---------

(2.243.842)	(1.374.736)
-------------	-------------

Apresentamos abaixo as contribuições esperadas para o encerramento do ano fiscal de 31 de dezembro de 2024:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Total
1. Companhia	236	-	127	-	-	363
2. Participantes	1.131	420	-	-	-	1.551

O perfil de vencimento do pagamento de benefícios:

	Prece I	Prece II	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria	Total
2024	23.926	7.375	113.648	133.055	4.497	282.501
2025	23.038	6.995	108.656	133.350	2.071	274.110
2026	22.136	6.625	103.720	133.642	2.990	269.113
2027	21.257	6.266	98.860	134.804	3.082	264.269
2028 ou posterior	93.389	26.411	425.081	828.951	25.024	1.398.856
Duração (em anos)	8,89	8,52	6,35	5,47	8,59	-

Apresentamos abaixo a análise de sensibilidade da avaliação atuarial:

Prece I				Prece CV			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)	Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	(9.878)	(8,45)	Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	(48.882)	(6,18)
	Redução de 1,0%	11.471	9,81		Redução de 1,0%	61.456	7,77
Prece II				Cedae Saúde			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)	Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	(2.998)	(6,60)	Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	(345.192)	(12,45)
	Redução de 1,0%	3.421	7,53		Redução de 1,0%	452.419	16,32
Prece III				Prêmio de Aposentadoria			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)	Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	(29)	(3,16)	Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	(2.439)	(6,36)
	Redução de 1,0%	32	3,40		Redução de 1,0%	2.754	7,18

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões dos planos: Prece, Cedae Saúde e Prêmio de Aposentadoria em 31 de dezembro de 2023 são as seguintes:

Plano de benefício - Prece				Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria
I	II	III	CV	Cedae Saúde	
3,35	5,35	5,22	5,29	5,47	5,35
0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,07
3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00
-	-	-	-	2,50	-
-	-	-	-	2,50	-
Plano de benefício - Prece				Plano de assistência - Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria
I	II	III	CV		
AT-83 IAM masculina	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina
Winklevoss	MI-85 segregada por sexo	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Não Aplicável
Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Americana	Não Aplicável	Mercer Disability segregada por sexo e desagravada em 30%
Nula	Nula	Nula	Nula	Experiência Prece 2016/2020	Experiência Prece 2016/2020
(*) Família Real	(*) Família Real	(*) Família Real	Não Aplicável Família Real	(**) Família Real	Não Aplicável Não Aplicável

(*) 70% casados, cônjuge sexo masculino 5 anos mais velho.
(**) 70% casados, cônjuge sexo masculino 5 anos mais velho e um filho com 16 anos.

20.	Outros parcelamentos	2023	2022
Indústria Antártica do Sudeste (a)		122.043	122.043
General Electric do Brasil (b)		50.735	50.735
Outros		955	955
		173.733	173.733
Circulante		66.097	66.097
Não circulante		107.636	107.636
		173.733	173.733

(a) Indústria Antartctica do Sudeste
Refere-se ao parcelamento decorrente de acordo judicial por pagamento a maior de tarifa de tratamento de esgoto, efetuado em abril de 1999.
b) General Electric do Brasil
A Companhia assinou, no ano de 2001, com a General Eletric do Brasil o Termo de Transição Geral de Direitos para encerrar definitivamente as ações cautelares e declaratórias acumuladas perante o juízo da 7ª Vara de Fazenda Pública da Capital do Rio

21. Patrimônio líquido

a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$3.727.174 (R\$3.035.162 em 2022), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 629.071.608 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal (629.071.608 ações em 2022).
Em 14 de agosto de 2023, a Companhia aumentou seu capital social em R\$692.012 mediante capitalização do excedente do lucro líquido após as destinações legais e reserva de capital, sem alteração do número de ações.

A composição do capital social por quantidade de ações está assim distribuída:

2023		2022	
Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
629.069.118	99,9996	629.069.118	99,9996
2.490	0,0004	2.490	0,0004
629.071.608	100,0000	629.071.608	100,0000



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

b) Resultado por ação
Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2023.
O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.
O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, logo o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação, naquelas datas.

As tabelas abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízo) básico e diluído por ação:

	2023	2022
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	421.595	1.082
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	629.072	629.072
Lucro (Prejuízo) básico por ação (R\$)	0,67	0,002

c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio
O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em consonância com a legislação societária na ordem de 25% do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9 da Lei n° 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração propôs a destinação do lucro calculado como segue:

	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	421.595	1.082
Reserva legal - 5%	(21.080)	(54)
	400.515	1.028
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(100.129)	(257)
Distribuição proposta		
Dividendos a pagar	(100.129)	(257)
Quantidade de ações ordinárias	629.072	629.072
Dividendos por ação	0,15917	0,00041

d) Reserva de capital

É constituída de valores aportados na Companhia a fundo perdido, originários de programas sociais da União Federal que destinam recursos para o setor de saneamento. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2023 foi totalmente capitalizado em 14 de agosto de 2023, autorizado pela AGE e 31 de dezembro de 2022 (R\$13.964 composto de R\$2.037 de doações de redes de águas e esgoto, R\$3.869 do Programa Habitar Brasil e R\$8.058 do Programa Ação Social de Saneamento).

e) Reserva de lucros e reserva legal
Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.
A Companhia no exercício de 2023 apurou um excesso das reservas de lucros frente ao valor do capital social no montante de R\$300.386 e, conforme prescreve a mencionada lei à assembleia geral de acionistas irá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento de capital ou na distribuição de dividendos.
A reserva legal é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social sendo que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei Federal n° 6.404/1976. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal é de R\$206.392 (R\$185.312 em 31 de dezembro de 2022).

A seguir a composição da reserva de lucros:

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva legal	206.392	185.312
Retenção de lucros (*)	3.265.679	3.542.941
Reserva de lucros	3.472.071	3.728.253

(*) a reserva de lucros é composta: (i) reserva para expansão, que tem por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante. Em 30 de abril de 2020, foi aprovada em AGO, a destinação de R\$300.000, para esta reserva.; e (ii) reserva para retenção de lucros: que é formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações legais, conforme previsto na Lei Federal n° 6.404/1976.

e) Reserva estatutária
Reserva para expansão, que tem por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante. É formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações legais, conforme previsto na Lei Federal n° 6.404/1976, não podendo o total desta reserva ultrapassar o valor do Capital Social da Companhia.
Em 30 de abril de 2020, foi aprovada em AGO, a destinação de R\$300.000, para esta reserva.

f) Outros resultados abrangentes
A movimentação é composta pelo saldo da reserva de reavaliação, líquido das realizações do período que em 31 de dezembro de 2023, foram de R\$100.400 (R\$346.267 em 31 de dezembro de 2022), sendo ambos os saldos líquidos da contribuição social diferidos.

g) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei n° 6.404/76.

22. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2023	2022
Serviço de fornecimento de água dos blocos 1, 2, 3 e 4 (a) (b)	2.967.119	2.470.322
Serviços de distribuição de água	357.498	719.140
Receita bruta de serviços	3.324.617	3.189.462
Tributos sobre faturamento	(125.053)	(120.472)
	3.199.564	3.068.990

(a) Conforme firmado nos contratos de interdependência entre a Cedae e as novas concessionárias, será efetuado o pagamento pelo fornecimento de água entregue até o término do quarto ano da concessão, o qual será faturado mensalmente. Atualmente, as concessionárias pagam o valor de R\$1,70/m3 de água e partir do quinto ano da concessão será pago o valor de R\$1,63/m3, sendo esses valores reajustados pelos índices e prazos aplicáveis. A Cedae deverá disponibilizar os volumes mínimos de água estipulados pela agência reguladora (Agenera) para cada bloco durante os 3 primeiros anos de concessão. Em até 60 dias antes do término estipulado para encerramento do terceiro ano da concessão, a concessionária enviará a Agenera o planejamento estimado de demanda de volume mínimo de água potável a ser fornecido pela CEDAE.

(b) Em julho de 2023 a CEDAE assinou o Termo de Compromisso originado da solicitação da Águas do Rio, concessionária do Bloco 4, junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, pleiteando uma redução do valor das faturas a serem cobradas referentes ao faturamento da venda de água tratada. Essa solicitação, conforme justificativa da concessionária, deve-se por ter sido identificado um número substancial de usuários com tarifa social na área de concessão do Bloco 4, que segundo a concessionária, excedia o previsto no Edital de concessão, resultando em um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em acordo realizado entre governo do Estado e a Concessionária, com o aceite da CEDAE, formalizado através do Termo de Compromisso, houve a concordância no diferimento temporário do pagamento das faturas em 22% do valor total limitada pelo

tempo necessário para que a agência reguladora realize os ajustes necessários na tarifa de água, a fim de manter o benefício da tarifa social para as 1.263.600 pessoas residentes na área de concessão do bloco 4. O ressarcimento dos valores diferidos, conforme termo de compromisso, é garantido pelo Estado do Rio de Janeiro.

23. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais
a) Custo dos serviços prestados

	2023	2022
Energia Elétrica	(553.877)	(691.262)
Custos com serviços de terceiros	(190.354)	(203.922)
Custos com pessoal	(588.103)	(648.359)
Custos com depreciação e amortização (Notas 11 e 12)	(137.345)	(141.916)
Custos com material	(274.901)	(253.105)
Créditos de Pasep e COFINS sobre depreciação	22	15.463
Outras	(939)	(1.639)
	(1.745.497)	(1.924.740)

b) Despesas comerciais

	2023	2022
(Constituição)/Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas líquida (Nota 8.1)	63.434	(32.050)
Perdas de créditos sem expectativa de recuperabilidade	-	(100.726)
Despesas com serviços de terceiros	(21.753)	(27.397)
Despesas com pessoal	(20.661)	(23.965)
Despesas com material	(68)	(42)
	(119)	(454)
	20.833	(184.634)

c) Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Despesas com pessoal	(292.081)	(279.961)
Despesas com serviços de terceiros	(157.212)	(129.651)
Repasse Extraordinário Cedae Saúde (i)	-	(19.414)
Despesas com material	(2.221)	(2.838)
Outras	(65.135)	(58.101)
	(516.649)	(489.965)

(i) Trata-se de aporte financeiro para fins de regularização de necessidades de ativos garantidores e aporte de regularização devido a repetidos resultados deficitários deixando-o com insuficiência de capital mínimo nos exercícios de 2022. A Cedae Saúde no exercício de 2023 conseguiu equilibrar sua situação financeira, e com isso não foi necessário realizar aporte extraordinário.

24. Resultado financeiro
a) Despesas financeiras

	2023	2022
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(43.154)	(45.308)
Juros passivos e sobre parcelamentos tributários	(67.696)	(87.857)
Multas, juros e acréscimos moratórios sobre pagamento em atraso das obrigações tributárias (i)	(38.457)	(220)
Descontos concedidos	(3.037)	(15.858)
Outras	(1.087)	(1.049)
	(153.431)	(150.292)

(i) O aumento se deu em virtude dos juros e atualização monetária da CSLL que foi parcelada em 2023, conforme nota explicativa 15.

b) Receitas financeiras

	2023	2022
Atualização monetária	183.690	193.581
Atualização monetária Ativo Financeiro (Nota 10)	128.778	143.227
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota 7)	303.803	315.454
Multas por impuntualidade	2.465	11.249
Juros auferidos	28.670	43.425
Descontos obtidos e bonificações	3.823	2.481
	651.229	709.417

25. Outras despesas operacionais, líquida
Outras receitas operacionais
Demais receitas operacionais
Reversão de provisões
Recuperação de despesas judiciais

	2023	2022
Outras despesas operacionais		
Constituição de provisão para contingências, líquida (Nota 16(b))	(859.765)	(686.585)
Constituição de passivo atuarial, líquida (Nota 19)	(228.138)	(233.758)
Despesas fiscais	(3.711)	(3.914)
Constituição de provisão para perda de ativos, líquida	(19.097)	(107.618)
Impairment concessão Teresópolis	(14.347)	-
Outras	(3.151)	(3.736)
	(1.128.209)	(1.035.611)
	(995.024)	(991.248)

26. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros e importâncias seguradas:

Data vigência			
Riscos	De	Até	
Riscos operacionais (imóveis) danos materiais Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	11/09/2023	11/09/2024	288.715
	24/08/2023	24/08/2024	1.800

Aguinaldo Balon Diretor-Presidente			
Antonio Carlos dos Santos Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Daniel Barbosa Okumura Diretor da Região Metropolitana	Marco Aurélio Damato Porto Diretor da Região do Interior	Diogo Mentor de Mattos Rocha Diretor Jurídico
		Humberto de Mello Filho Diretor Técnico e de Projetos	Renato Ferreira Coelho Assessor de Controladoria Contador - CRC-RJ089799/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL CEDAE Nº 001/2024

Senhores Acionistas,

- O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.
- Os exames foram efetuados, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e ainda, no parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., datado em 26 de março de 2024. O referido Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam, adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia.
- Diante do exposto, este Conselho Fiscal aprova as contas da Companhia e opina no sentido de que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.

LEONARDO DA SILVA MORAIS Presidente do Conselho Fiscal CPF nº. 052.450.977-88	LILIANE FIGUEIREDO DA SILVA Membro do Conselho Fiscal CPF nº. 057.465.807-67	AROLD RODRIGUES GONÇALVES NETO Membro do Conselho Fiscal CPF nº. 131.004.697-20	THOMPSON LEMOS DA SILVA NETO Membro do Conselho Fiscal CPF nº. 727.289.497-00	SINVAL DE OLIVEIRA FILHO Membro do Conselho Fiscal CPF nº. 003.941.307-15
---	--	---	---	---

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA/2024

Em consonância com o disposto nas Legislações Federal e Estadual e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da CEDAE, o Comitê de Auditoria reuniu-se mensalmente, ordinária e extraordinariamente, totalizando 02 (duas) vezes por mês, no curso do ano de 2023, mantendo como foco principal a avaliação dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente e das áreas ligadas à Governança, notadamente Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos; o acompanhamento da elaboração das Demonstrações Financeiras; e, o assessoramento ao Conselho de Administração da CEDAE em outros assuntos considerados relevantes pelos Membros do Comitê ou por demanda específica do Conselho de Administração.

Em todas as atividades ligadas às áreas foco do Comitê de Auditoria observaram-se, no exercício de 2023, sensíveis melhorias, com efeitos positivos na qualidade das Demonstrações Financeiras e dos controles internos adotados na CEDAE.

Assim, fundamentado em suas avaliações e análises, considerando inclusive as reuniões realizadas até o mês de março de 2024, bem como, considerando que os trabalhos de auditoria tiveram abrangência considerada suficiente para avaliar com segurança a qualidade e a transparência das referidas demonstrações, o Comitê de Auditoria propõe ao Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE a aprovação das Demonstrações Financeiras levantadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.

Luiz Antônio da Silva Lima Presidente	Irineu dos Santos - Membro	Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond Membro	Daniel Antunes de Azevedo - Membro	Paulo César Candido Werneck Membro
--	-------------------------------	--	---------------------------------------	---------------------------------------



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

DELIBERAÇÃO Nº. 001/2024

Senhores Acionistas,
O Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, após apreciar o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como os Relatórios da Auditoria Externa BDO RCS, do Comitê de Auditoria, o Parecer do Conselho Fiscal da Companhia e, ainda, o Balanço Social de 2023, manifesta-se de acordo com os referidos documentos e considera que a matéria examinada traduz, com propriedade, a Posição Patrimonial da CEDAE no Exercício de 2023 e, por seus Membros abaixo assinados, delibera que as mesmas estão em condições de serem encaminhadas à Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.

Sérgio Cabral de Sá
Presidente

Homero das Neves Freitas Filho
Vice-Presidente

Aguinaldo Ballon
Membro

José Arley Lima Costa
Membro

Marcus Vinicius Fernandes Dias
Membro

Marcos Sampaio Fialho
Membro

Oswaldo Serrano de Oliveira
Membro

Felipe de Melo Fonte
Membro

Ricardo Lessa Carrazedo
Membro

Jorge Luiz Ferreira Briard
Membro Representante dos Empregados

Paulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira
Membro Rep. Acionistas Minoritários

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Águas e Esgotos - CEDAE
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações financeiras
Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Águas e Esgotos - CEDAE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Águas e Esgotos - CEDAE em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras
Ausência de baixa dos ativos de contratos de concessão abrangidos pelas Concorrências Internacionais 001/2020 e 01/2021
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantém registrado em seu balanço patrimonial na rubrica de ativo de contrato (obras em andamento) o montante de R\$2.522.038 mil, dos quais R\$1.616.948 mil são referentes a obras em andamento vinculadas aos contratos de concessão que tiveram os seus encerramentos antecipados nos exercícios de 2021 e 2022, como resultado das Concorrências Internacionais 01/2020 e 01/2021, promovidas pelo controlador da Companhia, o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("GERJ"). Adicionalmente, os respectivos ativos (obras em andamento) não foram abrangidos pelo Termo de Compromisso para Pagamento de indenização de ativos, firmado em 25 de abril de 2023, junto ao GERJ e Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA e não estão mais sendo operados pela Companhia. Consequentemente, o ativo de contrato e patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$1.616.948 mil em 31 de dezembro de 2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase
Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, em julho de 2020, foi iniciada investigação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada "Águas Claras", investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos. A operação Águas Claras ainda está em curso e neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos futuros que poderão decorrer desses processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Ativo intangível e ativo de contrato
Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2023 nas rubricas de ativo intangível e ativo de contrato, o montante de R\$6.063.640 mil. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requerem que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como, ativo de contrato e ativo intangível da concessão. Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados como ativo de contrato, que são os gastos com obras em andamento vinculados a concessão; (ii) custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; (iii) avaliação quanto ao direito incondicional de receber caixa no fim da concessão a título de indenização e referem-se à parcela que não é recuperada via tarifa e (iv) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício; e, ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos podem impactar significativamente as demonstrações financeiras, além da aderência ao "Novo Marco Legal do Saneamento Básico", consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto
Os nossos procedimentos de auditoria incluíram avaliação da estrutura, implementação e a avaliação e entendimento dos controles internos chave existentes relacionados à adição de infraestrutura, amortização de ativos intangíveis, administração e gerenciamento dos contratos de concessão. Aplicamos procedimentos de testes amostrais para verificação de documentação suporte de adições e de sua elegibilidade à capitalização. Avaliamos a transferência de ativos em construção para ativos em operação e avaliamos a aderência dos contratos de concessões à respectiva norma contábil. Efetuamos visitas às principais obras em andamento e questionamos seus responsáveis acerca da existência de indicadores de impairment. Com relação à aderência ao novo marco legal do Saneamento Básico, nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do entendimento da Administração para manter os investimentos como ativos intangíveis mediante reuniões e entrevistas com os responsáveis chave da Companhia a respeito do tema, em especial com os Assessores Jurídicos da Companhia, acerca da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios com os quais a Companhia mantinha contratos vencidos e passou a realizar a prestação de serviço direta. Com base no resultado dos procedimentos acima, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento, mensuração e apresentação do ativo intangível, bem como a avaliação de indícios de perda nos contratos e dos potenciais impactos do novo marco do saneamento básico são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Depósitos Judiciais e Provisão para contingências
Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 16, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujos saldos estão assim representados: Depósitos Judiciais - R\$2.119.963 e Provisão para Contingências - R\$3.636.710 em 31 de dezembro de 2023. Essas provisões foram constituídas considerando a probabilidade de perda atribuída a cada processo, ou seja, a probabilidade que recursos financeiros são exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, com base nas avaliações dos assessores legais/jurídicos e da Companhia, que levam em consideração, inclusive, o histórico de condenações em cada processo judicial. Devido a relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração dos passivos contingentes e provisões, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto
Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:
i) Entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle dos passivos contingentes e a mensuração dos montantes provisionados; ii) obtenção e avaliação de informações sobre processos judiciais por meio de confirmações recebidas dos assessores jurídicos externos e internos; iii) avaliação, com base em amostragem, das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados, incluindo a inspeção da documentação dos processos judiciais; iv) avaliação da suficiência de provisão através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão; e
avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras descritas nas notas explicativas, de acordo com normas aplicáveis.
Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas aos Depósitos Judiciais e e Passivos Contingentes, bem como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, a Companhia possui o montante de R\$3.340.732 mil, relativo benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 - Benefício pós-emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos decorrente a benefícios pós-emprego, além do alto grau de julgamento associado ao processo de mensuração da obrigação atuarial da Companhia, que inclui a utilização de premissas altamente subjetivas e complexas tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade, taxas de desconto e inflação. Variações nestas premissas podem ter um impacto relevante sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Resposta da auditoria ao assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego, comparando as mesmas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas nos auxiliaram na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto. Relativamente aos ativos dos Planos, nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de confirmação de existência e avaliação em conjunto com especialistas sobre a avaliação efetuada desses ativos. Assim como a revisão da adequada divulgação nas notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas aos Benefícios Pós-Emprego, consideramos apropriadas os julgamentos e divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", a Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente
As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado em 12 de junho de 2023, com ressalvas quanto ao mesmo assunto descrito na "Base para opinião com ressalva" e relacionado ao contas a receber com partes relacionadas que estavam em negociação com o GERJ - Governo do Estado do Rio de Janeiro, regularizado no exercício corrente, com a repactuação em 28 de dezembro de 2023 do 8º Termo Aditivo com o Estado, conforme nota explicativa 10 b).

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
" Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
" Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
" Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
" Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
" Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 RJ 001837/F-4

Fernando Eduardo Ramos dos Santos Contador
CRC 1 GO 014553/O-0 - RJ



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Balanco Social 2023

Criação da área de Governança Socioambiental e Política ESG da CEDAE
Os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança, da sigla em inglês) são essenciais para as empresas alcançarem sustentabilidade e confiança de investidores e stakeholders. As organizações que implementam as práticas ESG de forma efetiva tendem a obter vantagens competitivas, atrair investimentos responsáveis e ampliar sua base de clientes. E a CEDAE é uma delas. A Companhia tornou-se signatária do Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade empresarial do planeta. Com isso, se comprometeu a seguir os dez princípios universais baseados nos Direitos Humanos e do Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, além de contribuir para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030 da ONU. Deles, a Companhia elegeu oito como prioritários, considerando questões pertinentes ao seu negócio.
Para garantir que tais valores não se limitem à teoria e produzam resultados práticos em toda a estrutura de decisão e operação da Companhia, a CEDAE criou Em 2023 sua área ESG. Isso reforça o alinhamento da Companhia às melhores práticas de mercado e contribui para a retenção de talentos, aumento da inovação e aprimoramento da imagem institucional da empresa. Em dezembro, a CEDAE aprovou sua Política ESG, instrumento que passou a nortear as interações da Companhia com seu meio social - empregados, terceirizados, fornecedores, clientes, comunidades locais e cidadãos fluminenses -, visando garantir emprego, saúde, inclusão, diversidade, progresso econômico-social e assegurar a preservação do meio ambiente e a satisfação dos consumidores, empresas parceiras e acionistas. A seguir, as principais ações e programas socio ambientais desenvolvidos ao longo de 2023:

1. Comissão Permanente de Diversidade e Gênero

Para responder a demandas que apontavam necessidade de um debate sistemático e permanente sobre as questões de gênero, sexualidade, raça e outros marcadores da diferença no âmbito da CEDAE, a Companhia instituiu a Comissão Permanente de Diversidade e Gênero (CPDG), órgão colegiado de natureza plural, consultiva e deliberativa, que visa formular e propor ações, diretrizes e medidas de governança corporativa para promoção e defesa da diversidade e da igualdade de gênero.

2. Programa CEDAE Por Elas

Engajada em cumprir os ODS 3, 5, 10 e 17, e fomentar a igualdade de gênero, a Companhia criou o Programa CEDAE Por Elas, a partir de diagnóstico elaborado por um grupo de funcionárias. Trata-se de um programa voltado para o atendimento à mulher, proporcionando uma convivência coletiva, promoção de ações de saúde e bem-estar, suporte à maternidade, estímulo ao aleitamento, realização de atividades individuais e em grupos, criando um elo importante na conexão entre as mulheres. Atua em três linhas de intervenções principais: Convivência Coletiva, Escuta Especializada da Mulher e Salas de Aleitamento.

3. Programa de Restauração do Corredor Tinguá-Bocaina

Lançado em parceria com a The Nature Conservancy Brasil (TNC), com o Governo do Estado e municípios da região, o Programa de Conservação e Restauração Florestal no Corredor Tinguá-Bocaina é uma resposta inovadora e necessária aos desafios ambientais e hídricos. São projetos de proteção e recuperação de mananciais concentrados estrategicamente na Região Hidrográfica responsável pelo abastecimento de 13 milhões de pessoas no Estado do Rio de Janeiro.

O Programa prevê a restauração e conservação de 10 mil hectares até 2030 e 30 mil hectares até 2050, contribuindo para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. O reflorestamento e a conservação do corredor ecológico que conecta a Reserva Biológica do Tinguá ao Parque Nacional da Serra da Bocaina vão proteger a biodiversidade, garantir a manutenção dos recursos hídricos e promover o desenvolvimento sustentável na região que apresenta a maior ruptura do bioma da Mata Atlântica e abrange os Mosaicos da Serra dos Órgãos e do Norte de São Paulo e Sul do Rio de Janeiro. A área abrange nove municípios: Miguel Pereira, Vassouras, Paty do Alferes, Barra do Pirai, Pirai, Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes e Rio Claro.

3.1 Replanto de mudas

Ao longo de 2023, a Companhia disponibilizou um total de 214.870 mudas florestais para instituições parceiras e produtores rurais, bem como plantios próprios realizados pelos apenas atendidos no Programa Replantando Vida. Estas ações de fomento de plantios abrangeram 49 municípios do Estado do Rio de Janeiro e 2 de São Paulo. As parcerias ampliam o alcance das ações ambientais da Companhia, colocando-a como uma das principais instituições de fomento da restauração florestal no estado.

3.2 Viveiros Florestais

A CEDAE mantém sete viveiros florestais que produziram 231.676 mudas nativas da Mata Atlântica em 2023. O mais novo foi inaugurado em agosto na Penitenciária Luis Fernandes Bandeira Duarte, no distrito de Bulhões, em Resende. Com 1,7 mil m2, é o segundo viveiro da CEDAE instalado dentro de uma penitenciária e produzirá 200 mil mudas por ano. Os viveiros da CEDAE são devidamente registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Também foi importante a consolidação do uso de lodo do esgoto como substrato para a produção de mudas florestais nos viveiros, o que minimizou a dependência de insumos externos, diminuiu o custo de produção e aumentou a qualidade das mudas, além de ser uma forma sustentável de usar os resíduos do tratamento de esgotos.

4. Programa Jovem Aprendiz

O Programa Jovem Aprendiz oferece formação técnico-profissional compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico dos jovens. A aprendizagem se dá mediante a realização de atividades teóricas e práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva. Durante o ano de 2023, participaram do programa 231 jovens, provenientes do Programa RioSolidário/DEGASE, que atuam na Companhia como auxiliares de escritório. Os jovens cumprem jornada diária de seis horas e recebem remuneração mensal, vale-refeição, vale-transporte e seguro de vida.

4.1 Diagnóstico dos Jovens Aprendizes da CEDAE

Há mais de 20 anos, a CEDAE mantém seu programa de Jovem Aprendiz consolidado e atuante. Pensando em realizar um projeto piloto inovador e capaz de transformar a vida dos jovens que passam pela Companhia, foi realizado um diagnóstico dos Jovens Aprendizes da Companhia. Trata-se de uma ferramenta essencial para o desenvolvimento social e a promoção de oportunidades significativas, para compreensão das necessidades, aspirações e desafios específicos enfrentados pelos jovens e ainda contribui para estruturar o programa de maneira mais eficiente. O diagnóstico também ajuda a avaliar o impacto das ações implementadas, assegurando que produzam resultados positivos para os jovens e suas comunidades.

4.2 Aprendi na CEDAE

Para potencializar o programa Jovem Aprendiz, foi lançado o projeto Aprendi na CEDAE, reforçando o compromisso da Companhia com as diretrizes ESG, especialmente no que diz respeito à responsabilidade social e ao desenvolvimento profissional para a inclusão no mundo do trabalho. Foi organizada uma metodologia para ampliar o processo de aprendizagem para que os jovens possam aproveitar ao máximo os múltiplos saberes existentes na Companhia. Foram abertas 60 vagas para um período de 12 meses, metade para jovens que já atuavam na CEDAE e metade, vagas novas, para moradores dos bairros adjacentes da Cidade Nova. Um aspecto fundamental do programa é a mentoria individual, com orientação personalizada para elaboração do plano de desenvolvimento profissional e pessoal de cada jovem.

5. Replantando Vida

O programa promove a ressocialização e a inserção dos apenas em regime semiaberto, aberto, prisão domiciliar e liberdade condicional do sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro no mercado de trabalho. A mão de obra, fruto de parceria com a Fundação Santa Cabrini, é empregada na operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água, nos serviços gerais e administrativos, na produção de mudas, no trabalho de reflorestamento e nas oficinas de costura.

Durante o ano de 2023 foram contratados 479 colaboradores apenas, e a empresa fechou o ano com um total de 730. Entre as mulheres apenas, 11 trabalharam na oficina de costura e foram responsáveis pela confecção de 36.636 saquinhos de TNT para acondicionar as mudas distribuídas em eventos de educação ambiental e 11.801 bolsas promocionais. Em 2023, a oficina de costura também produziu 40.449 peças variadas para equipamentos de proteção (EPIs), além de fornecer camisas e bolsas para eventos internos.

5.1 Diagnóstico do Replantando Vida

A realização de um diagnóstico do Programa Replantando Vida é fundamental para avaliar o impacto do programa na vida dos apenas. A análise detalhada é essencial para entender não apenas a eficácia do programa em termos de ressocialização e desenvolvimento de habilidades, mas também seu impacto ambiental e social mais amplo. Também pode contribuir para eventuais correções dos rumos do programa, para que alcance seus objetivos de forma mais eficaz. Além disso, o diagnóstico pode ser uma referência da experiência que a CEDAE adquiriu no processo de utilização da mão de obra prisional. Ao compartilhar histórias de sucesso e os impactos positivos do Replantando Vida, a Companhia pode inspirar outras empresas e instituições a adotarem práticas semelhantes.

6. Projeto Educação no Canteiro de Obras

Foi desenvolvido nos canteiros da terraplanagem do Novo Guandu e, ao fim de 2023, duas turmas haviam concluído o curso, totalizando 45 alunos. Oferecia aulas no próprio canteiro, logo após a jornada, e os trabalhadores eram atendidos de acordo com suas necessidades individuais. As aulas foram ministradas por uma professora com formação em Pedagogia e experiência em educação para jovens e adultos e uma professora assistente. Livros do curso de Educação de Jovens e Adultos serviram de apoio para oferecer alfabetização e preparação para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCEJA.

7. Centros de Visitações Ambientais (CVAs)

O Programa de Educação Ambiental desenvolvido nos Centros de Visitações Ambientais (CVAs) do Guandu e de Imunana-Laranjal recebeu, em 2023, 11.483 visitantes, de 273 instituições de 29 municípios fluminenses. Os números demonstram o alcance e o impacto positivo do programa que promove educação ambiental de qualidade para milhares de crianças e jovens e está alinhado aos ODS da ONU.

8. Programa de monitoramento de qualidade dos mananciais - análises laboratoriais

A Companhia realizou 488.021 análises laboratoriais bacteriológicas, microbiológicas, biológicas e físico-químicas de amostras de água. Além disso, o laboratório central coletou 45.459 amostras de água, que geraram 533.480 análises para atendimento das demandas externas das concessionárias privadas que atuam na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Gestão de Pessoas

1. Programa de Readaptação Profissional

O objetivo do programa é receber colaboradores que se encontram em auxílio-doença, encaminhados pela Previdência Social, solicitando a indicação de uma nova atividade laboral. Os colaboradores são avaliados pela Comissão Permanente de Readaptação do Setor de Medicina do Trabalho e Serviço Social da Companhia, e, se aprovados pelo médico do trabalho para o programa, são inseridos em cargos de atribuições compatíveis com sua capacidade laborativa e treinados para o desenvolvimento de novas atividades que respeitem as limitações apontadas pela Previdência Social. Este programa é realizado em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e registrou um processo em 2023.

2. Programa de Prevenção à Dependência Química (PROPAD)

O programa viabiliza internações, acompanhamento ambulatorial, tratamento psicoterápico e atendimentos em clínicas especializadas para os colaboradores participantes e é direcionado ao tratamento de problemas relacionados à dependência química de álcool e outras drogas. O Serviço Social da CEDAE faz o acompanhamento de todas as etapas do tratamento, estabelece o diálogo com as chefias dos colaboradores, com Recursos Humanos e CEDAE Saúde, realizando, quando necessário, visitas domiciliares e hospitalares. Também assessora os colaboradores e seus familiares em relação ao afastamento pela Previdência. Em 2023, foram 11 colaboradores para acompanhamento e 24 para tratamentos.

3. Treinamentos

Durante o ano de 2023, foram realizados treinamentos presenciais e à distância, entre cursos, palestras e workshops, abrangendo as áreas administrativa, gerencial, comportamental, operacional, compliance e segurança do trabalho. Foram concluídos 2.939 cursos on-line e 4.341 colaboradores foram beneficiados, sendo 2.684 à distância e 1.657 presencial, num total de 30.422 horas/aulas. Esses treinamentos foram realizados em parcerias externas com instituições como, SEST/SENAT, IBGC, ABRH Brasil, COAD e APERJ, entre outras.

4. Estágios

Durante o ano de 2023, passaram pela CEDAE 432 estagiários, dos quais 199 ingressaram nesse período. Os benefícios concedidos pela Companhia aos estagiários são: bolsa-auxílio, auxílio-refeição, auxílio-transporte e seguro de vida. O estágio é de seis horas diárias e duração máxima de 2 anos. O programa oferece oportunidade de inserção no mundo do trabalho e vivência de situações práticas capazes de enriquecer a carreira profissional. O estágio também é um importante instrumento na gestão de pessoas, pois permite captar os estudantes com grande potencial empreendedor, contribuindo para o capital intelectual da Companhia.

5. Bolsas de Estudos

Foram disponibilizadas 400 bolsas de estudos na modalidade de reembolso para os colaboradores e seus dependentes. O objetivo é estimular colaboradores e dependentes a estudar, a fim de manter e atualizar os talentos existentes no quadro funcional e, por consequência, a melhora na qualidade dos trabalhos profissionais. As bolsas são para os cursos do ensino fundamental, médio, médio profissionalizante ou universitário. O valor do benefício foi de até R\$ 770,37.

6. Instrutoria Interna

O programa de Instrutoria Interna contou com a adesão de colaboradores que atuaram nos treinamentos de capacitação de operador de elevatória, segurança e saúde nos espaços confinados, segurança para trabalho em altura, noções sobre elaboração de inventários de gases de efeito estufa e operacionalização da identificação de fontes e coleta de dados e operação em pontes rolantes. E desenvolvimento na Universidade Corporativa UniverCedae, que aproveita colaboradores como voluntários para transmitir os conhecimentos acumulados ao longo de suas carreiras profissionais.

Em 2023 foi implementada a primeira plataforma de ensino à distância, a InovaUniverCedae, e concluídos 2.939 cursos on-line, disponibilizados em sistemas para 2.684 colaboradores.

7. Saúde e Segurança do Trabalho

A CEDAE contou, em 2023, com 32 profissionais, sendo 18 técnicos de segurança do trabalho, 2 engenheiros de segurança, 2 médicos do trabalho, 2 enfermeiros do trabalho, 4 assistentes sociais e 2 agentes administrativos. Nesse período, foram ministrados 53 treinamentos para 484 colaboradores em diversas áreas, como prevenção e combate a incêndio, práticas seguras no ambiente de trabalho e espaço confinado, entre outros.

A equipe elaborou 110 Programas de Gerenciamentos de Riscos Ambientais, com objetivo de prevenir acidentes e doenças relacionadas aos riscos identificados no programa. Também foram realizadas 423 avaliações ambientais nos colaboradores conforme exposição, além de 21 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) com a realização de 3 SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes), uma no prédio sede, uma na Estação e Tratamento de Água Inumana-Laranjal (ETA Laranjal) e outra no laboratório Otávio Kelly. Em 2023, ocorreram 70 acidentes de trabalho, sendo 55 acidentes típicos, 12 de trajeto e 3 de doença ocupacional.

8. Benefícios

8.1 Saúde e Assistência Médica

A Companhia oferece assistência médica para promover o atendimento das necessidades de seus colaboradores e dependentes. Para isso, mantém, juntamente com os colaboradores participantes, a Caixa de Assistência dos Empregados da CEDAE - CEDAE Saúde, constituída na modalidade plano de saúde de autogestão. Em 2023, a rede de credenciamentos dos profissionais de saúde, até então vinculados à CEDAE Saúde, passou a ser administrada pelo Bradesco Saúde. A operadora passou a dar cobertura a 24.327 colaboradores, sendo 11.077 ativos, 9.394 dependentes e 3.856 agregados. Outras atividades de medicina preventiva são também realizadas pela CEDAE Saúde para o quadro de colaboradores, sendo as principais detalhadas a seguir.

O Programa de saúde Ocupacional (PROSAO) realiza exames admissionais, periódicos e retorno ao trabalho, além de exames de monitoramento pontuais solicitados pelo médico do trabalho e exames complementares, que são realizados para constatar a ausência de fatores de riscos nos colaboradores. Em 2023, foram atendidos pelo programa 3.392 colaboradores.

O Programa de Reducação Alimentar é voltado para todos os colaboradores ativos com sobrepeso ou obesidade, com o objetivo de conscientizá-los sobre a importância na mudança de hábitos alimentares inadequados e no estilo de vida. Foram beneficiadas 163 pessoas ao longo do ano.

O Programa de Cirurgia Bariátrica tem como proposta auxiliar os colaboradores elegíveis à cirurgia, no acolhimento e no acompanhamento dos benefícios, a fim de reduzir a incidência de cirurgia nos casos em que ainda seriam possíveis outras

condutas terapêuticas. Nos casos em que há indicação cirúrgica, é oferecido todo o acompanhamento definido pelo protocolo de Cirurgia Bariátrica, garantindo, sem custo para colaboradores, consultas e exames requeridos no período pré e pós-cirúrgico. É oferecido ainda acompanhamento multidisciplinar no período pós-cirurgia por 12 meses.

O Programa de Hipertensão Arterial foi criado para atender os colaboradores já diagnosticados com a doença. O objetivo do programa é reduzir fatores de risco; evitar a progressão da doença para casos de maior gravidade, como infarto do miocárdio; viabilizar a compra de medicamentos de acordo com a prescrição médica; e acompanhamento e monitoramento por equipe multidisciplinar. No ano de 2023, 812 colaboradores das CEDAE participaram do programa.

O Programa Diabetes Mellitus é direcionado aos colaboradores já diagnosticados que aderiram ao programa. O objetivo do programa é reduzir os fatores de riscos para prevenir a progressão da doença, melhorar o acesso à compra de medicamentos e o acompanhamento e monitoramento por equipe multidisciplinar. No total, houve 489 pessoas atendidas pelo programa em 2023.

Em 2023, foi realizada a campanha de vacinação contra a gripe influenza que alcançou 2.373 pessoas: 2.249 colaboradores, 44 jovens aprendizes e 80 colaboradores apenas. Foram também realizadas campanhas sobre o Dia mundial da hipertensão - Cuide bem do seu coração - com 123 presenças; Outubro Rosa - Saúde da Mulher: Prevenir é a melhor Atitude, com 812 participantes; Novembro Azul - Precisamos falar sobre a saúde do homem - com presença de 487 colaboradores; e Dezembro Laranja - Medidas preventivas e os cuidados que precisamos ter para combater o câncer de pele - com 138 presentes totalizando 1.560 colaboradores participantes.

8.2 Auxílio Creche e Pré-Escolar

O benefício é concedido aos colaboradores com filhos de até 6 anos e 11 meses de idade, com reembolso mensal no valor unitário de até R\$ 834,82 para creche e jardim pré-escola. Em 2023, foram contemplados 272 colaboradores, com 303 dependentes beneficiados.

8.3 Auxílio Filho ou Dependentes com necessidades especiais

O valor do auxílio mensal reembolsável é de até R\$ 1.306,27 para cada filho ou dependente. O auxílio tem por finalidade auxiliar no custeio das despesas dos colaboradores que possuem filhos especiais ou dependentes reconhecidos com tal pela Previdência Social oficial ou tutelados na forma da Lei, cuja deficiência seja enquadrada pela legislação específica e atestada pela junta médica da Companhia e da CEDAE Saúde. O objetivo é proporcionar melhor qualidade de vida aos dependentes e tutelados de qualquer origem, natureza e gravidade. No ano de 2023 foi concedido a 118 beneficiários.

8.4 Auxílio Refeição

Os colaboradores da CEDAE receberam o vale-refeição por dias trabalhados, em quantidade máxima de 24 vales, com o valor mensal total de R\$ 1.177,92, sendo R\$ 981,60 de vale-refeição e R\$ 196,32 para ticket café da manhã, todos contemplados no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2022/2023) e beneficiando todos os colaboradores das áreas operacional, comercial, administrativa e financeira. A Companhia também concede o vale-alimentação (cesta básica) no valor mensal de R\$ 522,51 a todos, de acordo com o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT. Este ano, o valor desembolsado pela Companhia foi de R\$ 64.948,98.

8.5 Auxílio Transporte

Em 2023, foram contemplados com o auxílio 1.608 colaboradores de forma opcional e fornecido pelos órgãos oficiais Setransol, Sindpass e Fetransporte. A Companhia oferece aos seus colaboradores o auxílio transporte para o itinerário residência-trabalho-residência após a jornada de trabalho através dos meios oficiais de transportes do Estado do Rio de Janeiro. Em 2023, o valor desembolsado pela Companhia neste programa foi de R\$ 7.048.627.

8.6 Previdência Complementar

A Companhia possibilita aos seus colaboradores, de forma facultativa, contribuir para a previdência complementar, para que, no futuro, possam desfrutar de uma complementação na aposentadoria e assegurar, conforme a opção escolhida, pensão aos seus beneficiários, objetivando dar maior qualidade de vida na fase pós-laborativa. A Companhia contribui de forma paritária com os colaboradores que participam de um dos planos da PRECE, utilizando esse benefício como ferramenta de política de recursos humanos. No ano de 2023, houve 67 adesões de colaboradores da Companhia ao plano PRECE 3, o único plano administrado pela PRECE aberto para novas entradas.

Sobre as saídas da Companhia e as opções realizadas nos planos de benefícios, foram observados 163 desligamentos dos planos com pagamento da reserva resgatável ou portabilidade e 161 aposentadorias concedidas no ano. É importante lembrar que os movimentos de desligamentos ou concessão de benefícios ao longo de 2023 foram ocasionados em sua quase totalidade pelo movimento remanescente dos desligamentos da Companhia pelo Programa de Demissão Voluntária (PDV) realizado ao final de 2021, bem como pelo PDV realizado no primeiro semestre de 2022.

8.7 Programa Maternidade Cidadã

A Companhia libera suas colaboradoras para a amamentação de seus filhos recém-nascidos por mais 60 dias além da licença-maternidade oficial, contados do término da licença prevista no art. 7º da Constituição Federal. Após o retorno ao trabalho e com os filhos já sendo alimentados por outros meios além da amamentação, as colaboradoras retomam suas atividades mais tranquilas e seguras. Além de ser uma prática de liderança humanizada, esta reintegração está em linha com o ODS 5. Em 2023 foram beneficiados sete colaboradoras e dois colaboradores.

9. Ações Ambientais Corporativas

9.1 Reutilização da Água

A Companhia mantém em seu prédio-sede uma Estação de Tratamento de Águas Cinzas (ETAC), que possibilita o reaproveitamento de água de piaas, lavatórios, ar-condicionado e águas pluviais captadas das chuvas. São usadas nos sistemas de descargas sanitárias e no tratamento dos jardins.

9.2 Coleta Seletiva Solidária e Descartes de Lâmpadas Descontaminadas.

Iniciado no prédio-sede, o programa Coleta Seletiva foi estendido para as unidades da Gerência Guandu-Lameirão, que receberam coletores de resíduos e caçambas para armazenamento de recicláveis. A ação visa conscientizar os colaboradores quanto à separação e descarte adequados dos resíduos por meio de palestras de sensibilização. Em 2023, o programa destinou mais de 6,5 toneladas de resíduos recicláveis para a Cooperativa de Catadores e pretende aumentar este volume em 2024.

A área de Gestão Ambiental também implementou campanhas para estimular a destinação adequada de lâmpadas fluorescentes e materiais diversos recicláveis.

O projeto de compostagem orgânica no prédio sede gerou 2,7 toneladas de resíduos transformados em adubo orgânico.

A Companhia incentiva a coleta seletiva de maneira permanente nos locais de trabalho, tanto de resíduos quanto de pilhas e baterias; cartuchos e toners de impressora; resíduos eletrônicos; medicamentos vencidos e lâmpadas, entre outros.

9.3 Melhoria da Qualidade da Água Captada para Tratamento

A CEDAE realiza o monitoramento de dezenas de mananciais do Estado do Rio de Janeiro, para garantir a segurança hídrica e a qualidade da água que será distribuída para a população. Em 2023 foram realizadas 2.473 análises de qualidade no manancial do Sistema Imunana-Laranjal e 94.132 análises no Sistema Guandu.

No Sistema Guandu, a Companhia adotou a tecnologia de boias de ultrassom para combater algas nas lagoas de captação de água, evitando a proliferação da geosmina. Foram instaladas oito boias, que formam uma barreira de ultrassom que submerge as algas e impede que voltem à superfície, evitando que absorvam luz solar para fazer a fotossíntese. A tecnologia elimina 90% das algas. As boias são abastecidas de maneira sustentável, por meio de placas fotovoltaicas.

9.4 Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos e Licença Ambiental

Durante o ano de 2023, foram requeridas 19 outorgas e licenças, das quais 13 foram concedidas. A Companhia busca exercer suas atividades alinhada com o desenvolvimento econômico-social e com o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Considera fundamental a regularização das unidades operacionais, e trabalha continuamente para o seu licenciamento ambiental de forma a garantir melhores condições de vida à população e atender plenamente às legislações federal, estadual e municipal vigentes. Durante o ano de 2023, foram requeridas 19 outorgas e licenças, das quais 13 foram concedidas.

As principais licenças ambientais recebidas em 2023 foram as seguintes:

- Licença Ambiental Integrada das Obras de Implantação da ETA Xerém, para atender à crescente demanda e modernizar o sistema de abastecimento de Duque de Caxias. O projeto visa ao aumento da produção de água tratada para atender 450 mil habitantes.

- Licença Municipal de instalação da Nova ETA Macaé: Para ampliar o fornecimento de água potável e manter a qualidade operacional do Sistema de Abastecimento de Água de Macaé, que terá capacidade de tratamento de 1600 l/s.

- Autorização ambiental para operação do sistema de bombeamento de 3m³/s de água bruta do Rio Guandu para a Lagoa Maior, com objetivo renovar a água da lagoa, propiciando a melhoria da qualidade da água captada pela ETA Guandu

10. Relacionamento com a Sociedade

10.1 Tarifa Social

Em 2023, a CEDAE operou com a tarifa social de R\$ 3,378 por m³ pelo fornecimento de 6 m³ de água para os clientes de baixa renda nos municípios onde atua. Além de mais 100% desse valor para a coleta de esgoto. Assim, a Companhia proporciona à população carente o acesso aos serviços de saneamento básico, com a consequente melhoria de sua qualidade de vida, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual 25.438/99.

A tarifa social oferecida pela CEDAE é aproximadamente 40% inferior às tarifas normalmente praticadas em sua área de atuação. Em 2023, após a concessão dos serviços de distribuição de água e coleta de esgoto, 205.847 habitantes foram beneficiados pelo programa. Também manteve a isenção das tarifas de água e esgoto para organizações com finalidades sociais.

10.2 Ouvidoria Geral - Aproximação com a Sociedade

No decorrer de 2023, funcionando como primeira instância por meio dos caminhos SAC e Fale com a CEDAE, a Ouvidoria Geral efetuou 7.367 atendimentos, sendo 1.084 por telefone, 2.212 por e-mail, 3.427 por meio de documentos físicos e 644 por outros meios. Ao todo, 99,63% dos casos foram solucionados na primeira instância. Já em segunda instância, a Ouvidoria efetuou 180 atendimentos, tendo solucionado 98,26% dos casos.

A Ouvidoria Geral funciona como agente mediador das demandas da população, promovendo mudanças e operando internamente para a solução pacífica de conflitos. Desta forma, assegura que a sociedade tenha voz ativa nos processos decisórios internos, garantindo accountability social (prestação de contas / controle) e gerando a melhoria da gestão pública.

A Ouvidoria Geral pode ser acessada pelos telefones 0800-282.1195, 0800-282.3059 e 0800-031.6032; pelo e-mail ouvidoriageral@cedae.com.br; pela atendente virtual Nina, no site da Companhia (www.cedae.com.br); pelos sistemas e-sic e sic presencial; pelo Disque Denúncia; por atendimento pessoal e por meio da Agênera (Agência Reguladora de Energia e Saneamento), dentre outros canais.

11. Prêmios Recebidos

11.1 A Companhia venceu o Prêmio ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) na categoria "Empresas de Médio e de Grande Porte", que levou em consideração critérios como impactos socioambientais, potencial de difusão, aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), sustentabilidade e inovação. Também passou a integrar a Década da Restauração de Ecossistemas das Nações Unidas (2021-2030), iniciativa global que estimula ações de proteção e revitalização dos ecossistemas.

11.2 O projeto Reciclagem Florestal do lodo de Esgoto recebeu reconhecimento internacional ao ficar em segundo lugar no Prêmios Verdes, maior premiação socioambiental Ibero-América. A Companhia foi a única instituição brasileira selecionada para a final, que aconteceu em Miami, nos Estados Unidos. A iniciativa premiada transforma o resíduo gerado no tratamento de esgotos em substrato para a produção de mudas nativas da Mata Atlântica nos viveiros florestais da Companhia. O trabalho conta com a participação dos apenas participantes do projeto, e as mudas produzidas são utilizadas em plantios de restauração florestal para proteção dos mananciais de abastecimento público.

11.3 A Companhia conquistou ainda o "Prêmio Firjan de sustentabilidade na categoria "Gestão de Impacto e investimento Social com o projeto Replantando Vida.

11.4 O Programa Replantando Vida recebeu o Selo Regata, criado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

11.5 A CEDAE conquistou, ainda, o Selo Chico Mendes do Instituto Internacional de Pesquisas e Responsabilidade Social (Inpra). O selo é um reconhecimento à relevância do "Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS), conduzido pelo setor de Trabalho Técnico Social da Companhia desde 2015, e indica para o consumidor que a Companhia é ambientalmente correta, economicamente viável e socialmente justa. O certificado foi concedido após análise de 18 indicadores socioambientais pelo Programa de Certificação com Gestão Socioambiental Responsável (Procert) do Inpra e a CEDAE atendeu a 100% dos critérios observados pelo programa.

12. Parcerias e Participações

12.1 Adesão ao Pacto Global da ONU

Cada vez mais focada em ações sustentáveis e práticas voltadas à agenda ESG a Companhia passou a integrar o Pacto Global da Organização das Nações Unidas - ONU, após obter as certificações exigidas pela iniciativa. O Pacto Global tem como objetivo incentivar empresas e órgãos a adotarem políticas sustentáveis e socialmente responsáveis, baseadas nos Dez Princípios Universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção. É a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 13 mil membros em quase 80 redes, que abrangem 160 países.

No momento, a Companhia entrou como participante, passando a atuar em 8 Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). Após o período de aplicação das práticas e do engajamento nas ODS escolhidas, a Companhia poderá ampliar seu protagonismo e elevar o nível de participação até estar apta a atuar nos 17 ODS propostos pela ONU.

12.2 Fórum de Mudanças Climáticas do Estado do Rio de Janeiro

Participação de representante da CEDAE com titular e suplente da área ESG. Este ano as principais ações do Fórum foram: Minuta da revisão do Decreto que institui o Fórum de Mudanças Climáticas do Estado do Rio de Janeiro (FRJMC) e Minuta do Regimento Interno do FRJMC.

12.3 Rede Comunidade Acolhedora

A CEDAE, desde junho de 2023, compõe a Rede Comunidade Acolhedora - pacto pelo desenvolvimento territorial da Cidade Nova e adjacências. Esta rede é composta por instituições de natureza pública e privada com o objetivo de criar um consórcio comunitário para a realizar ações focadas no desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, gerando melhoria da qualidade de vida no território da Cidade Nova e adjacência.

A atuação no território surge a partir da perspectiva do desenvolvimento socioterritorial como uma das ações de motivação da intervenção do ESG da CEDAE. A sede da companhia está localizada na região central do Rio de Janeiro, no bairro Cidade Nova, área de concentração de grandes empresas e, ao mesmo tempo, território com o menor índice de Progresso Social - IPS entre os mais de 160 bairros do município, segundo dados da Prefeitura do Rio de 2022.

Em 2023, a CEDAE realizou ações focadas no desenvolvimento do território, como: atividades socioambientais com público infante juvenil, atividades de fomento à geração de renda das mulheres empreendedoras da região e estruturação de grupo de trabalho voltado para a temática da mulher.

12.4 Adesão ao 1Mio - Unicef

A iniciativa "Um Milhão de Oportunidades" (1MiO), liderada pelo Fundo das Nações Unidas para Crianças - UNICEF, é uma aliança multisetorial que mobiliza empresas, sociedade civil, governos e, especialmente, jovens para promover oportunidades de formação profissional, participação cidadã e trabalho decente para adolescentes e jovens entre 14 e 29 anos em situação de vulnerabilidade. A adesão da CEDAE à iniciativa está vinculada aos princípios ESG da empresa, que busca dar oportunidades para jovens em seus programas de jovem aprendiz e estágio, principalmente para moradores dos territórios no entorno das áreas de atuação da Companhia. Em menos de dois anos, o 1MiO já reúne mais de 100 empresas, 1.800 municípios e gerou mais de 200 mil oportunidades para os jovens. Com a adesão, o UNICEF tornou-se parceiro no Projeto Aprendi na CEDAE.

12.5 Comitê Guandu

A CEDAE participa ativamente dos comitês de bacias hidrográficas em todo o Estado, atuando em consonância com os objetivos da Companhia e levando contribuições técnicas para as tomadas de decisão. Em 2023, destaca-se a atuação na presidência do Comitê Guandu RJ, responsável pela gestão de recursos hídricos da região hidrográfica mais estratégica do estado, onde está localizada a captação da ETA Guandu. Além disso, ocupou a presidência do CERHI (Conselho Estadual De Recursos Hídricos) e atuou no GTAOH (Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica) do Paraíba do Sul, garantindo a análise e internalização das informações dos reservatórios. A Companhia atua também em diversos outros órgãos de decisão, bem como conselhos e associações, relacionados ao Sistema de Recursos Hídricos, saneamento ambiental e segurança h

CORREIO DA MANHÃ. AQUI CABE UM BRASIL DE INFORMAÇÃO.



Em sua Edição Nacional,*
o Correio da Manhã
traz um conteúdo com
notícias em primeira mão sobre
os assuntos mais importantes do
cenário nacional e do mundo.

Acesse nosso app e receba
nas primeiras horas o que os
outros só saberão depois.

* Edição impressa e distribuída a partir de Brasília.

Correio da Manhã

EDIÇÃO NACIONAL

Há 122 anos Direto e Direito

EM UMA BANCA PERTO DE VOCÊ

correiodamanha.com.br @correiodamanha

Olivia e Francis
Hime lançam
álbum no Rival

PÁGINA 3



Hit 'Evidências'
une Sandy e
Porchat em filme

PÁGINA 5



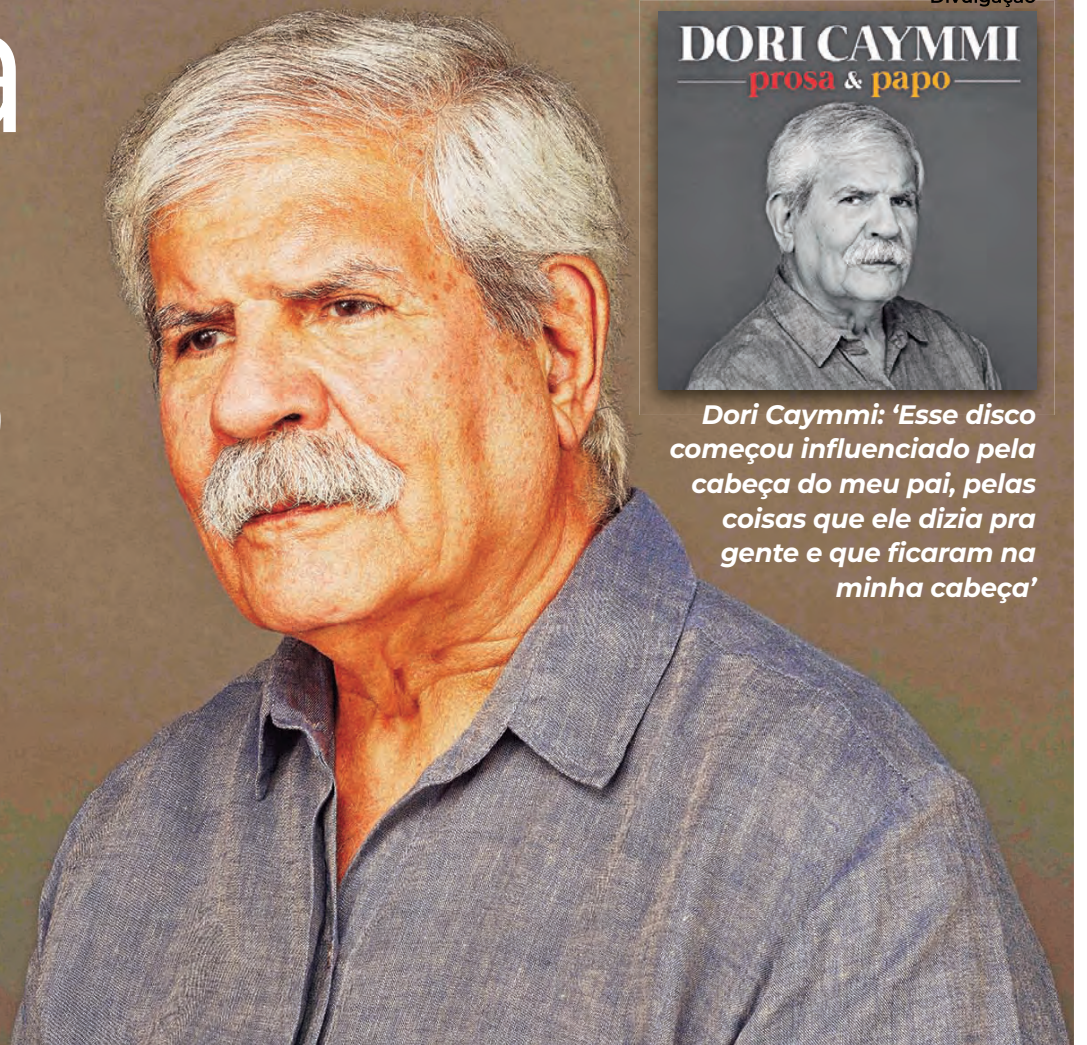
Conheça os atores
que se tornaram
autores de HQs

PÁGINA 8



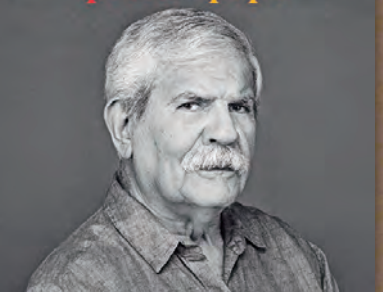
2º CADERNO

Na família Caymmi, talento é o nome do meio



Divulgação

DORI CAYMMI
— prosa & papo —



Dori Caymmi: 'Esse disco começou influenciado pela cabeça do meu pai, pelas coisas que ele dizia pra gente e que ficaram na minha cabeça'

Com oito canções inéditas, 'Prosa e Papo' celebra o rico cancionário de Dori, o filho mais velho do mestre Dorival

Bendito seja o mestre Dorival Caymmi que, fora sua genialidade, presenteou o Brasil com uma prole de raro talento. Nesta sexta-feira (12) seu primogênito Dori lança nas plataformas digitais "Prosa e Papo" (Biscoito Fino), seu mais novo álbum. Das 11

canções do álbum, oito são inéditas: além do poeta e compositor Paulo César Pinheiro, Roberto Didio divide com Dori a autoria de duas canções.

"Este disco começou influenciado pela cabeça do meu pai, pelas coisas que ele dizia pra gente e que ficaram na minha cabeça. Então, eu liguei pro Paulinho e disse que a gente precisava fazer uma música com a fra-

se 'entre por onde saiu e faça de conta que nunca me viu': ele fez 'Chato'. Outra que nasceu de uma expressão de papai - 'carrapixo é mato, carrapato é bicho' -, é 'Prosa e Papo' ", pontua o compositor, cantor e exímio arranjador.

Acostumado a produzir ele próprio todos os seus álbuns, Dori Caymmi nunca havia trabalhado com um produtor, função que em "Prosa e Papo" coube ao músico, compositor e produtor Jorge Helder. "Como eu nunca tive um produtor, confesso que foi difícil aceitar palpites. Fico no meu pequeno estúdio e vou pensando o que cabe melhor aqui e ali, faço isso desde os 20

anos. Então, qualquer palpite eu já fico na ponta dos pés", confessa.

Aos 80 anos, Dori Caymmi reforça a sua admiração pelos compositores de sua geração e por todos os mestres que pavimentaram o sólido terreno da música brasileira, até aqui. "Nos meus 63 anos de carreira, o que predomina é o amor pelos compositores que fizeram a música do Brasil ser o que ela é. Meus heróis são Noel Rosa, Tom Jobim, Dorival Caymmi, Braguinha, Ary Barroso, Pixinguinha, Newton Mendonça, Dolores Duran, Carlos Lyra...", enumera

Continua na página seguinte

CORREIO CULTURAL



Divulgação

J'Lo fará o papel que foi de Sônia Braga

Remake de 'O Beijo da Mulher Aranha' ganha novos nomes

Jennifer Lopez já havia sido anunciada, em dezembro, para o papel que foi de Sônia Braga na nova versão de "O Beijo da Mulher Aranha". Agora, Diego Luna e Tonatiuh foram dados como Valentin Arregui e Luis Molina na nova adaptação do romance de Manuel Puig.

"O Beijo da Mulher-Aranha" virou peça em 1983 e foi adaptado para as telas em 1985, em um longa estrelado por William Hurt, Raul Julia e Sônia Braga e dirigido pelo argentino Héctor Babenco. O elenco ainda contava com outros nomes conhecidos dos brasileiros, como Milton Gonçalves (1933-2022), Nuno Leal Maia, Herson Capri, Ana Maria Braga e Miguel Falabella.

Luto na música

Morreu na terça-feira (9), aos 88 anos, o músico Pacífico Mascarenhas, considerado o pai da bossa nova mineira e padrinho de Milton Nascimento em seu início de carreira como músico da noite. A causa da morte não foi divulgada.

Lenda do cinema

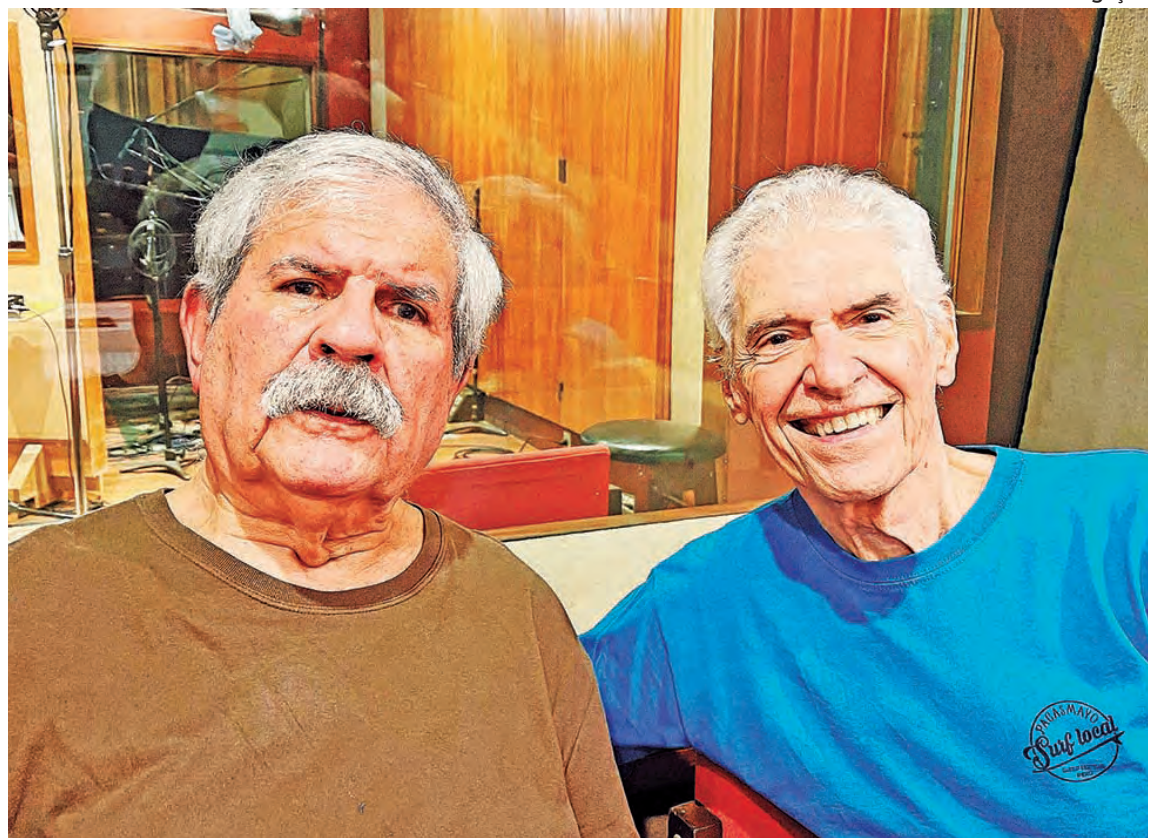
O diretor, roteirista e produtor George Lucas, criador das franquias de "Star Wars" e "Indiana Jones", receberá a Palma de Ouro honorária no Festival de Cannes deste ano. A organização do festival definiu Lucas como uma "lenda de Hollywood".

Contrato novo

Um dos comandantes do programa É de Casa (Globo), que vai ao ar aos sábados, o apresentador Thiago Oliveira assinou uma extensão contratual por dois anos. Ou seja, ele seguirá até 2026 com contratado exclusivo da Globo para todas as mídias.

Mudanças

O SBT decidiu fazer cortes no Fofocalizando, sua atração diária de fofocas e demitiu Flor Fernandez, ex-assistente de palco de Silvio Santos, e a jornalista Kallyna Sabino. Os cortes fazem parte da reformulação do programa iniciada em janeiro.



Dori e Milton, do MPB4, no estúdio durante as gravações de 'Prosa e Papo'

Trabalho reúne convidados de peso

O trabalho alinha convidados de peso ao longo das faixas: o MPB4 surge na música título e também em "Um Carioca Vive Morrendo de Amor", outra da safra recente de parcerias com Paulo César Pinheiro. "Todas as músicas do disco são letras que eu musiquei, à exceção desta. Comecei convidando o MPB4; depois achei que precisava de uma carioca meio CDF... então chamei a Joyce Moreno. E como eu queria mais uma voz masculina, convidei o Zé Renato, meu amigo há muito tempo".

Sobre a canção, Dori comenta: "Sempre olhamos pro Rio

de Janeiro com pessimismo, por conta de episódios tristes que nos chocaram muito, mas agora achei que a gente precisava levantar um pouco a moral da cidade".

Falando em Joyce Moreno, a cantora e compositora brilha ainda em "Evoé, Nação!", faixa na qual divide os vocais com Mônica Salmaso. "Joyce e Mônica já haviam participado juntas de um disco meu chamado "Foru 4 Tiradente na Conjuração Baiana" (2015), formado por textos do Mário Lago que eu musiquei, a convite da Graça Lago".

Mônica Salmaso, que conheceu a música de Dori Caymmi quando o compositor morava em Los Angeles, nos anos 1990,

havia gravado as canções "Água do Rio Doce" e "Raça Morena" no álbum "Canto Sedutor", que os dois dividiram em 2022. Agora, ambas surgem no novo disco, em novas versões de Dori.

O cantor Renato Braz dá voz a "Canto para Mercedes Sosa". "Eu trabalhei com Nana (Caymmi) e com Mercedes Sosa no Uruguai e na Argentina. Fiquei impressionadíssimo, a Mercedes era a maior cantora desse estilo, insuperável. O Roberto Gigio fez uma letra em homenagem à ela e eu musiquei. É uma canção que tem tudo a ver com o Renato, com esse lance meio latino, meio espanhol que ele tem", comenta Dori.

O mais jovem dos convidados é o cantor e compositor João Cavalcanti, na bem humorada "Chato": "Eu o vi cantando samba, ainda no Casuarina, e gostei muito". A gravação de "Canção Partida" conta com as participações dos "afilhados" Ana Rabello no cavaquinho e Julião Pinheiro no violão 7 cordas. "Tenho cabeça de produtor também, então, toda vez que eu convido alguém é porque eu sei, na minha cabeça, que vai dar certo. Penso sempre no que vai ficar bom pra música", comenta.

Canções de um amor eterno

Olivia Hime traz ao Rio show de lançamento de seu álbum dedicado ao marido e parceiro

A cantora, compositora e produtora Olivia Hime apresenta, pela primeira vez em palcos cariocas, o show de lançamento do álbum “Se eu te eternizar” (Selo Sesc), seu 16º trabalho. Será nesta quinta-feira (11), às 19h30, no Teatro Rival Petrobras, com participação especial de Francis Hime, seu parceiro de vida e música.

Os novos disco e show são inteiramente dedicados à obra de Francis em parcerias com Zélia Duncan (“Valsa Sedutora”), Paulo

César Pinheiro (“Círculo Fechado” e “Anunciação”), Chico Buarque (“Pássara”), Geraldo Carneiro (“A Invenção da Rosa” e “O Eterno Retorno”), Cacaso (“Ribeirinho”), Thiago Amud (“Breu e graal”) e Olivia Hime - “Mar enfim”, “Menino de mar”, “Amorosa” e “Meu melhor amigo”, a primeira parceria do casal, de 1972.

“Não mostro nenhuma composição minha para o Francis antes de estar pronta. E quando mostro me benefico dos seus comentários, sempre precisos. Às vezes, destaca uma bendita palavra e sugere mu-



Francis Hime estará ao piano acompanhando a companheira Olivia no show desta quinta

dar. E, geralmente, ele tem razão”, conta Olivia.

“Então, por um lado é muito confortável trabalhar perto do compositor. Por outro, dá um frio na barriga porque o Francis tem parceiros memoráveis. As pessoas gostam das minhas letras e ele é uma dessas pessoas. Mas não deixa de ser um desafio me manter à altura de Vinicius, Chico, Paulinho Pinheiro e Geraldinho, grandes

mestres com quem aprendi muito”, completa Olivia.

Como escreveu Zélia Duncan na chegada do álbum nas plataformas, há seis meses: “Olivia revela um Francis que traduz uma Olivia que, seduzida pelo jovem compositor, conhece o homem que se encanta pela jovem artista. Se casaram e, ha 58 anos, continuam se observando amorosamente e assim vao sempre se revelando um pro outro.

Leo Aversa/Divulgação

Um tanto dessa beleza escorre pra nos, eternizada em melodia, letras e cancoes sem fim”.

A direção artística do show é de Flávio Marinho e a direção musical de Francis, que participará do espetáculo no piano e na voz. Olivia será acompanhada por Jorge Helder (contrabaixo), Hugo Pilger (violoncelo), Dirceu Leite e Cristiano Alves (sopros e Marcus Tadeu (bateria).

“O Teatro Rival Petrobras completa 90 anos este mês e é um lugar precioso para mim e para o Francis. Nos apresentamos muitas vezes nesse palco tão importante. Fizemos inúmeros shows juntos, já dividi a cena com Raphael Rabello e Francis, anos depois com o Tira Poeira. Fico muito feliz de cantar no Rival e estamos ansiosos porque esse disco é uma homenagem ao Francis e ele estará lá, tocando bonito o piano e recebendo esse chamego em público”, conta Olivia.

SERVIÇO

OLIVIA HIME - SE EU TE ETERNIZASSE

Teatro Rival (Rua Álvaro Alvim, 33 - Cinelândia)

11/4, às 19h30

Ingressos entre R\$ 40 e R\$ 140

Requiém anunciado para uma orquestra

Filarmônica de Minas sofre desmonte do governo e pode perder sua sede

Por Gustavo Zeitel (Folhapress)

A Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, uma das mais importantes da América Latina, está sofrendo um desmonte do governo mineiro e corre o risco de encerrar as suas atividades após 16 anos. Na última sexta-feira, o Instituto Cultural Filarmônica, organização social que administra a orquestra, foi

surpreendido com o anúncio de um contrato firmado entre o Sesi-Minas e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemg) para uma gestão compartilhada da Sala Minas Gerais, a casa da Filarmônica.

O instituto não foi consultado durante as negociações e soube da notícia pela imprensa. O documento prevê que a or-



A Filarmônica de Minas durante apresentação em BH

questra desocupe a sala até julho. “Para onde eu vou levar a orquestra? Não sei”, reage Diomar Silveira, presidente do instituto.

Em nota, a secretaria da Cultura, pasta liderada por Leônidas de Oliveira, afirma que “a

Sala Minas Gerais é de propriedade da Codemge e cabe a ela, na forma da lei, fazer a gestão do espaço”. A nota diz ainda que 60% dos recursos da secretaria são destinados à manutenção das atividades da orquestra.

Divulgação

O acordo de gestão pretende transformar a Sala Minas Gerais num espaço multiuso, incluindo espetáculos cênicos e eventos corporativos.

Inaugurada em 2015 com recursos da Codemg, a sala foi concebida como sede da Filarmônica de Minas Gerais, que fora criada sete anos antes. Sua arquitetura foi pensada aos moldes da Philharmonie de Berlim e da Sala São Paulo. Por isso, o palco e a acústica foram concebidos para receber programas de música sinfônica, com coro e orquestra.

“As prioridades estão invertidas. Podemos alugar o local para outras atividades, mas o prédio foi construído para ser sede de uma orquestra”, diz ele.

Em reação à notícia, um abaixo-assinado contra a nova gestão já soma 35 mil assinaturas.

Na baía de Murilo Salles

Divulgação

Aclamado diretor de 'Como Nascem Os Anjos' volta às telas com uma radiografia das águas da Guanabara

Por **Rodrigo Fonseca**

Especial para o Correio da Manhã

Cerca de três anos se passaram desde que Murilo Salles conquistou o troféu Redentor de Melhor Direção no Festival do Rio por "Uma Baía", mas só agora o longa-metragem tem vaga em circuito. Estreia no dia 18. Raras vezes, no processo de enamoramento do cinema brasileiro com a paisagem carioca - a se contar da gênese de nosso audiovisual, com os irmãos Segreto, em 1898 -, a Baía da Guanabara foi filmada de maneira tão potente. A partir de sua relação com as artes visuais, o realizador de "Como Nascem Os Anjos" (1996) e "Nome Próprio" (2008) tece oito fábulas que fazem pulsar o que dá sentido às jornadas pela sobrevivência de cada um de seus personagens.

São investigações sobre os conflitos entre vida e história, num contraste de beleza natural com o espanto dos personagens no entorno da Baía de Guanabara. Constam do "elenco" dessa Comédia Humana um catador de caranguejos do Pontal do Ipiranga; um pescador de mexilhões de Niterói; um operário da Maré; a funcionária de um entreposto pesqueiro; um artesão que cria de barcos; um barbeiro evangélico; um charreteiro de Paquetá e funcionários de um cais um cavalo de charrete em Paquetá.

"O filme 'Uma Baía' se tornou muito especial na minha vida, por-



Pescadores ao amanhecer no meio da Baía de Guanabara, sob as lentes do diretor Murilo Salles

Divulgação



O diretor Murilo Salles na ilha de edição

que ele foi nascendo assim, sem muita demanda", diz Murilo. "Tive a sorte de ter o melhor produtor de personagens que tive em toda a vida, Daniel Rolin, com que passei um tempo enorme conhecendo um monte de pessoas que habitavam e usufruíam da Baía. Fomos a muitas ilhas; vasculhamos manguezais; procuramos trabalhadores na indústria naval; corremos atrás de pessoas que trabalhavam no Arsenal da Marinha aqui no Rio; vasculhamos as comunidades ribeirinhas. Enfim, foi um tempo incrivelmente tenso e prazeroso. É assim que fazemos filme, é nesse trabalho que ele nasce. E se formos sortudos

encontraremos pessoas que vão nos ensinar o que não sabemos, embora achemos que sim".

Ao mirar o dia a dia de cada personagem escolhido, sem forçar interações, Murilo - filtrando a realidade a partir da fotografia de Leonardo Bittencourt e Fabrício Motta - compõe o caleidoscópio de um RJ que nos cerca, mas não é mais visto. Um RJ onde heranças indígenas do passado norteia práticas de trabalho e de socialização. "Uma Baía" conquistou ainda o Redentor de Melhor Montagem.

"Eu faço documentários para ficcionar", diz Murilo. "Meu pai era jornalista. Ele trabalhava com

informação escrita. Eu sou cineasta. Trabalho com a manipulação dos específicos da minha linguagem. Confesso que a questão de método e a forma de filmar se embaralham na minha cabeça. Antes sofria com isso, hoje acho bom. Não tenho fixado nem método nem forma. Agora mesmo estou trabalhando na montagem de meu próximo filme ficção com Eva Randolph, parceira e excepcional. Ela me perguntou sobre possível referência que teria na cabeça ao filmar uma cena estranha à minha filmografia, que ela conhece bem. Disse que não tinha. Foi a imbricação de várias origens, dificuldades, tempo de filmagem, humor meu e da equipe, e estado de ânimo dos atores. Faço filmes e aprendendo com eles. E tenho dificuldade de dizer, o que dizia antes, que fazia ficção querendo documentar. Sim, o aspecto documentarista fala alto em minha alma. Mas como? Sou um fotógrafo, sempre construí imagens. Na ficção um pouco mais, pois tem a questão do plano".

Conversar com Murilo é ouvir um artesão da luz. Ele ganhou o Leopardo de Bronze de Locarno já em sua estreia na direção de longas de ficção (em 1984, por "Nunca Fomos Tão Felizes"), depois de

uma aclamada estreada como fotógrafo. Sua mais recente ficção, o thriller político "Os Fins e os Meios", deixou a Première Brasil, em 2014, com o prêmio de melhor roteiro. Segundo ele, na tela, "o plano é uma ferramenta totalmente cinematográfica".

"Adoro cineastas fazedores de plano. Mas isso tem o limite da questão que é meio documental (para mim) que é o ator", explica. "Ator não é específico do cinema. Há pessoas que nunca pisaram num palco nem muito menos num set e são maravilhosos atores! Ator é a grande questão de como construir uma ficção cinematográfica. Ele constrói o personagem. Ele incorpora. Existe uma conexão de certa proximidade com o não controle do documentário. Não tem nenhum controle. No documentário até tenho um método bem claro. Mas na ficção temos que trabalhar para naturalizar uma condição barra pesada que é estarmos diante de situações difíceis, muito diversas de nosso lugar de fala. Então, aí eu viro documentarista. Aí gravo o máximo que consigo, até me tornar insuportável ao meu 'personagem', até ele passar a me odiar. O material começa a ficar interessante".

Uma canção para a eternidade

Em nova comédia romântica nacional, Fábio Porchat volta no tempo ao ouvir “Evidências”

Por **Pedro Sobreiro**

Na última década, a música ‘Evidências’ mostrou ser capaz de atravessar gerações e se firmar como a queridinha dos Karaoke dos Millennials e da Geração Z. O sucesso explodiu novamente de uma hora para a outra, trazendo os sertanejos Chitãozinho & Xororó de volta ao hype e transformando a música no hino extraoficial do Brasil. A situação chegou a tal ponto que até mesmo o havaiano Bruno Mars puxou um coro de ‘Evidências’ em suas apresentações no festival ‘The Town’, em 2023.

Partindo desse sucesso estrondoso, o diretor e roteirista Pedro Antônio Paes veio com a ideia de criar uma comédia romântica que tivesse início justamente com a canção de José Augusto, que foi imortalizada por Chitãozinho & Xororó.

Estrelado pelo genial Fábio Porchat e pela cantora Sandy Leah, que retoma sua carreira como atriz, “Evidências do Amor” é um dos projetos nacionais mais divertidos e emocio-



Fotos/Divulgação



Porchat e Sandy vivem um casal unido pela canção num filme leve, divertido e cheio de emoção

nantes desse ano.

Na trama, Marco Antônio (Porchat) é um desenvolvedor de aplicativos que vai a uma festa e decide cantar ‘Evidências’ no karaokê. Na mesma hora, Laura (Sandy),

uma profissional da saúde que reluta em tentar carreira na música, pede a mesma canção. Eles cantam juntos, se apaixonam e começam um namoro de ano. Porém, o relacionamento termina e Marco chega ao fundo do poço. O problema é que ele passa a ‘viajar no tempo’ toda vez que escuta ‘Evidências’, precisando reviver todas as brigas que teve com a ex-namorada. E agora? Como escapar dessas viagens se o gatilho é a música mais tocada do país?

A proposta é muito interessante e consegue ser executada com maestria. O talento de Fábio Porchat para o humor dispensa apresentações, mas ele convence também na parte dramática, o que é fundamental para o funcionamento do longa. Ele é cheio de momentos dramáticos que atingem o público

em cheio.

Sandy é uma grata surpresa por não se restringir a uma mera participação especial. Sua Laura é cheia de questões próprias e tem voz ativa na trama, não sendo apenas um apoio para o drama de Marco.

É fantástico como ‘Evidências do Amor’ tem um jeitão de ‘500 Dias Com Ela’ com toques de ‘Click’. A grande diferença, porém, é que os protagonistas estão dispostos a sentar e conversar para tentar fazer o relacionamento dar certo, estando um sempre aberto para entender o lado do outro. E vale destacar que a química do Porchat com a Sandy é algo surreal. A cena em que Marco percebe pela primeira vez que está apaixonado por Laura é de outro mundo, tamanha a sinceridade e química que são trabalhadas em tela.

É preciso elogiar também o trabalho de Evelyn Castro. A atriz é uma força da natureza, roubando a cena a cada segundo que sua personagem aparece. Ela é hilária e sobra em todas as oportunidades que recebe.

A direção de Pedro Antônio Paes também é muito eficiente e inventiva ao apostar em cenários e situações comuns a todos os casais para extrair humor e drama. Relacionamentos são construídos e destruídos nos detalhes. O diretor entende isso e explora bem seus personagens nesses contextos.

E vale comentar que mesmo sendo um longa inspirado em um música, a direção usa e abusa da canção e suas versões, mas são sempre trazidas de forma tão cativante que não fica repetitivo.

Com uma visão maravilhosa sobre o que é uma relação madura nos dias de hoje, “Evidências do Amor” é um daqueles filmes que conquistam o público por ter coração. É uma aventura que mistura o drama a uma dose cavalgar de humor, criando um dos filmes mais cativantes e divertidos de 2023.

“Evidências do Amor” estreia nesta quinta (11) nos cinemas nacionais.

Divulgação



Convenção da Disney chega ao Brasil pela primeira vez

Disney oficializa D23 no Brasil

Por **Pedro Sobreiro**

Após uma série de rumores, a Disney oficializou que trará sua convenção, a D23 para o Brasil. O evento acontece anualmente em Anaheim, na Califórnia e fica marcado pelos anúncios das principais atrações de cinema, televisão, parques e streamings do grupo Disney.

A feira brasileira foi confirmada pela Disney na manhã da última quarta-feira (10),

que revelou também a data e o local.

A D23 Brasil será realizada nos dias 8, 9 e 10 de novembro de 2024 no Transamérica Expo Center, em São Paulo.

A empresa divulgará as informações sobre preços e datas de começo de venda dos ingressos em breve.

A grande expectativa para o evento é o Universo Cinematográfico Marvel. Com apenas um filme programado para estreiar nos

cinemas em 2024 (Deadpool & Wolverine), os fãs estão teorizando que atores e membros dos bastidores de produções como “Capitão América: Admirável Mundo Novo”, “Os Thunderbolts”, “O Quarteto Fantástico” e “Blade” marquem presença na convenção em São Paulo.

O grupo Disney também engloba franquias como Star Wars e Pixar, que podem anunciar novidades no Brasil.

Cinco anos depois de sua consagradora passagem pela Berlinale, 'Estou Me Guardando Para Quando O Carnaval Chegar' leva a estética de Marcelo Gomes à grade da TV aberta

Por Rodrigo Fonseca
Especial para o Correio da Manhã

Meses depois de ter brilhado no exterior, com a passagem de "Retrato De Um Certo Oriente" pelo festival de Roterdã, o diretor pernambucano Marcelo Gomes ganha novos holofotes, os da TV aberta, com a projeção de seu "Estou Me Guardando Para Quando O Carnaval Chegar" na telinha. A transmissão será nesta quinta, às 21h30, na TV Brasil, emissora que renovou sua gra-

Confete, serpentina e calça jeans

Divulgação



As confecções da cidade de Toritama em cena do longa documental de Marcelo Gomes

de cinematográfica. Noite após noite ela vem exibindo títulos premiados.

A produção que leva Marcelo aos dispositivos documentais foi laureado com a menção hon-

rosa do festival É Tudo Verdade, por onde passou logo após sua passagem pela mostra Panorama da Berlinale 2019. Dois anos antes disso, seu realizador passou por lá em concurso pelo Urso de

Ouro, com "Joaquim" (2017), um "Game of Thrones" sobre Tiradentes.

Aula de geografia dos afeitos, "Estou Me Guardando Para Quando O Carnaval Chegar"

A diversidade cristã exibida na telinha

'Evangélicos' se preocupa em não situar cristãos como 'figuras estranhas'

Por Regiane Soares (Folhapress)

Logo na abertura do primeiro episódio, a narradora destaca que o grupo religioso que caminha para ser o maior do país é "diverso e múltiplo". E é exatamente isso que a série "Evangélicos", que estreou no domingo (7), no GNT, mostra ao apresentar as diversas e múltiplas formas de fé entre cristãos no Brasil.

Em seis episódios, a série conta a história de seis cristãos de diferentes igrejas, cidades, profissões e formas de cultuar a Deus. Mas, têm em comum a mesma fé e esperança em Jesus Cristo. E um detalhe: cada um deles passa por um momento especial da vida, como casamento, aniversário e a estreia de uma peça no teatro, por exemplo.



Cenas de 'Evangélicos', série de Alberto Renault

Entre os protagonistas estão uma dentista de Goiânia, um ator da periferia de São Paulo e uma ambientalista do Acre. São de igrejas reformadas, pentecostais ou progressistas e vivem uma realidade social completamente diferente

uns dos outros. Todos seguidores de Jesus Cristo.

O diretor e roteirista de "Evangélicos", Alberto Renault, que também dirigiu a série "Casa Brasileira", explica que os personagens e as histórias contadas são resultado de

segue uma toada mais branda, em sua excursão pela capital brasileira da calça jeans: Toritama, que fica em Pernambuco. Gomes constrói sua narrativa com foco na observação de ritos a partir de uma passagem curta de horas (ou dias, tanto faz) que sintetizam sensorialmente a rotina daquela localidade. Sorrisos e gestos de preguiça contam, às vezes, mais do que palavras, com destaque para a sequência em que a câmera faz um corpo a corpo com a imagem de um pequeno empresário que confecciona cortes muito particulares de jeans, usando-se como modelo vivo de suas peças.

Numa mirada etnográfica, Gomes consegue transformar o que parecia ser um filme sobre trabalho (e sobre a mais valia marxista) numa reflexão existencial acerca das estratégias que temos de apreensão e fruição do Tempo. Em Toritama, o povo não quer ter patrão.

Neste sábado, a TV Brasil exhibe "Brasil Animado", de Mariana Caltabiano, às 14h, oferecendo uma mirada divertida sobre o país a seus espectadores. É uma animação que viaja por todo o território desta pátria à cata de nossas diversidades.

uma encomenda feita ao antropólogo Juliano Spyer, que fez a consultoria da série. Spyer e sua equipe foram os responsáveis por selecionar os personagens.

"Eu aceitei [a consultoria] mas disse que seria muito difícil. Foi um trabalho de recrutamento intenso", afirma o antropólogo. Ele recorda que foram contatadas mais de uma centena de pessoas e entrevistadas algumas dezenas para chegar aos seis protagonistas.

Segundo o antropólogo, "Evangélicos" não trata os cristãos como uma "figura estranha" como as séries que mostram o "mundo animal", mas os apresenta como eles realmente são, o que pode fazer com que muitos se perguntem: "pode crente desse tipo?". Ou algo como "se evangélico é isso, eu posso ser também", disse.

Divulgação GNT

Rafael Portugal: uma usina ambulante de risos

Sucesso na TV, no cinema e na web, comediante leva suas hilárias histórias ao palco do Vivo Rio

Se você acha que já riu de tudo, vai se surpreender com Rafael Portugal. O ator de “A Culpa é do Cabral” no Comedy Central, Porta dos Fundos e ex-apresentador do quadro de humor do Big Brother Brasil, CAT BBB apresenta no seu espetáculo inédito “Eu Comigo Mesmo” nesta quinta-feira (11), a partir das 20h.

Rei do improviso, Portugal vem da Zona Oeste carioca, de Realengo, embora cite Magalhães Bastos também como parte de sua gênese. Nasceu por ali há 38 anos e sopra sua 39ª velinha de aniversário no

dia 15 de fevereiro. Diz ter 38 anos de carreira também, numa brincadeira com sua prolífica disposição para arrancar risos do público que o acompanha desde seu sucesso no Porta dos Fundos, a partir de 2016.

“Desde criança sou profissional na arte”, brinca Portugal, lembrando que estreou profissionalmente na Lona Gilberto Gil (hoje Arena Cultural), lá pelos 15 anos. “A lona salvou a minha vida e mudou a minha história”, disse ao repórter Rodrigo Fonseca, apontando a relevância desse aparelho cultural para a formação artística das periferias do Rio.



Divulgação

Rafael Portugal: ‘Desde criança, sou profissional da arte’

Rafael conta um pouco das histórias mais engraçadas que aconteceram em sua vida, como por exemplo quando ele se alistou no exército e não tinha nenhuma noção do que iria acontecer lá dentro; de quando era adolescente e passava o dia na casa de praia. E

como morador da Zona Oeste, não podiam faltar as histórias que aconteciam dentro do trem. Essas e outras histórias contadas com muita irreverência e descontração farão o público se identificar e morrer de rir.

Rafael Portugal possui uma conceituada carreira no teatro, TV e internet. Eleito pelo Prêmio F5 o melhor humorista do ano 2020, e pelo Risadaria, um dos maiores festivais de Humor do mundo, como o Melhor Ator de Comédia de 2017. Além de sua atuação na TV, no cinema e na web, criou o canal IXI, com mais de 1 milhão de inscritos e mais de 30 milhões de visualizações.

SERVIÇO
RAFAEL PORTUGAL - EU COMIGO MESMO
Vivo Rio (Avenida Infante Dom Henrique, 85, Parque do Flamengo)
11/4, a partir das 20h
Ingressos a partir de R\$ 80 e R\$ 40 (meia)

FERNANDO MOLICA



“Em meio a tantas fake news, o jornalismo ganhou uma importância ainda maior ao fornecer informações corretas e análises que ajudam o leitor a tomar suas decisões.”
Fernando Molica

Carioca, jornalista e escritor, trabalhou em publicações como 'Folha de S.Paulo', 'O Globo', 'O Estado de S.Paulo' e 'Veja' e na TV Globo, CNN e CBN. Recebeu, entre outros, os prêmios Vladimir Herzog e Embratel de jornalismo. Autor de nove livros, entre eles, seis romances, é botafoguense e mangueirense.

No 'Correio da Manhã', Fernando Molica é responsável por duas colunas diárias: um artigo de opinião que trata de cultura e política e o Correio Nacional, que traz em forma de notas curtas, informações exclusivas sobre política, administração pública e universo empresarial.

Correio da Manhã

Correio Petropolitano

Correio Sul Fluminense

“Democracia e liberdade de expressão são o oxigênio do jornalismo. O jornalismo não sobrevive sem elas”
Rudolfo Lago

Formado pela Universidade de Brasília, Rudolfo Lago tem 37 anos de profissão, especialmente na cobertura de política. Responsável por furos como o dos Anões do Orçamento e a série de reportagens que levaram à cassação do ex-senador Luiz Estevão. Vencedor do Prêmio Esso, entre outras premiações.

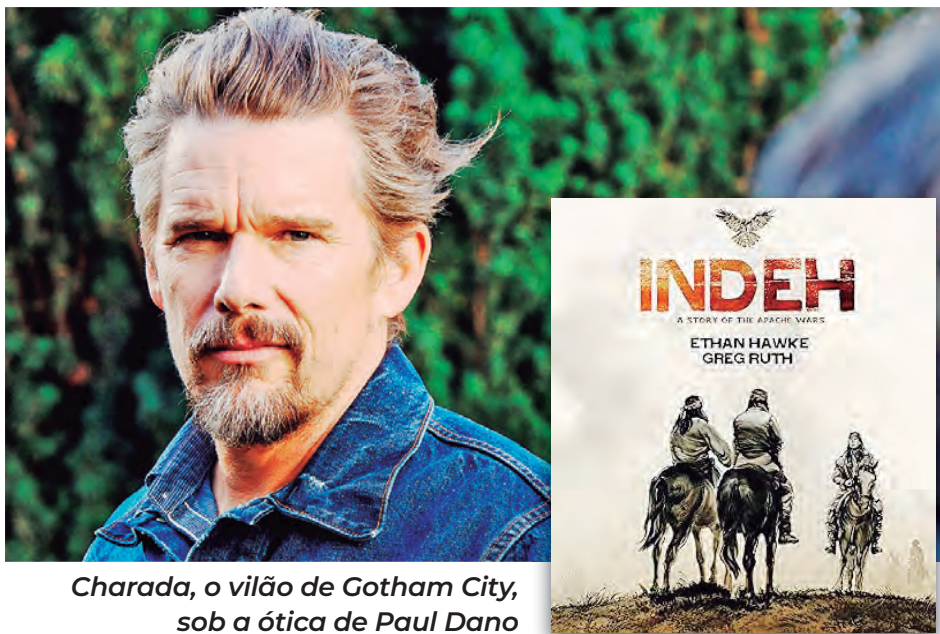
No Correio Político, o leitor conhecerá os meandros, os bastidores, do poder em Brasília, na Esplanada dos Ministérios. Histórias que ajudarão a entender por que as decisões são tomadas ou não nos três poderes da República.



RUDOLFO LAGO

Quadrinhos de ator

Lançamento de 'Charada: Ano Um' desperta o interesse do mercado por gibis escritos ou desenhados por astros



Charada, o vilão de Gotham City, sob a ótica de Paul Dano

Por **Rodrigo Fonseca**
Especial para o Correio da Manhã

Ainda que o novo filme do Homem-Morcego tenha ficado para 2026, com o Cara de Barro como vilão, uma HQ derivada da última incursão do herói nas telas (interpretado pelo inglês Robert Pattinson) está prestes a chegar às bancas e livrarias trazendo Paul Dano nos créditos de criação: “Charada: Ano Um”. Foi ele quem interpretou o mestre dos enigmas no cinema, em 2022.

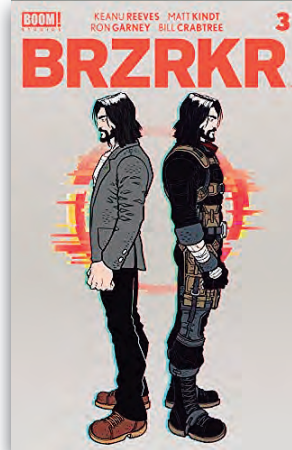
Nesse exercício dele como quadrinista, assinando argumento e roteiro, a editora DC Comics revisita um de seus mais sombrios personagens na forma de um conto sombrio, desenhado por Stevan Subic. A Panini Comics é quem publica a versão em português desse gibi aqui, revelando o quão prolífica é a relação de Dano com a arte. Ouvido recentemente como a voz de uma aranha gigante em “O Astronauta” – novo filme de Adam Sandler, na Netflix –, ele se lançou como realizador em 2018, com “Vida Selvagem”, diri-

gindo Carey Mulligan e Jake Gyllenhaal.

“Foi graças a festivais de cinema que eu tive acesso a uma diversidade de filmes do mundo todo que ampliaram a minha compreensão do papel do artista no audiovisual. Foi uma honra ter aberto a Semana da Crítica de Cannes com meu filme”, disse Dano ao Correio da Manhã em 2023, quando integrou o júri da Palma de Ouro. “Um artista busca sempre legitimar sua busca por expressões da vida”.

Dano explora toda a maluques de Edward Nashton em “Charada: Ano Um”, investigando a loucura que alimenta seus truques, sempre nas raias da violência. É uma trama que explora a psique de um dos inimigos de Batman que mais (e melhor) foram reformulados ao longo dos 85 anos de combate ao crime do Guardião de Gotham City, criado em 1939. O Charada, no passado, tinha um tom galhofeiro, que deu lugar à brutalidade.

Além de Dano, Keanu Reeves também investiu em HQs. Acaba de ser lançado o terceiro e último tomo de seu “BRZRKR”. Best-seller, com 600 mil exemplares vendidos, o



BRZRKR tem Keanu Reeves como co-autor

encadernado chegou aqui numa luxuosa edição da Panini Comics, que compila as aventuras de um guerreiro imortal. O astro idealizou a trama em parceria com Matt Kindt. Quem assina a arte é um mestre do desenho, com anos de Marvel em seu currículo: Ron Garney, que deslumbrava olhares na década de 1990 desenhando o Capitão América. O responsável pela ilustração da capa da versão que nos chega também por venda online – via <https://loja.panini.com.br/> – é o gaúcho Rafael Grampá, aclamado pela graphic novel “Mesmo Delivery”, na década passada.

Já em negociações para virar filme, com Keanu no papel central, “BRZRKR” tem como protagonista um soldado misterioso, encarado como um semideus pelas tribos vikings onde nasceu, amaldiçoado com a sina de durar (e matar) eternamente, tendo o próprio pai como um motor de sua bestialidade. Ele é conhecido simplesmente como Berzerker. Mas depois de vagar errante pelo mundo por milênios, sem encontrar um sentido para sua existência, Berzerker pode finalmente ter encontrado um refúgio, trabalhando para o governo dos Estados Unidos. Sua missão é travar batalhas contra inimigos daquela nação sem perguntas as razões de seu intervencionismo militar. Em troca, ele receberá a única coisa que deseja: a verdade sobre sua existência infinita, encharcada de sangue, e um caminho para como acabar com ela. O resultado é uma ópera gráfica cheia de som (no papel) e de fúria, com um herói repleto de dilemas existenciais, típicos de Reeves.

Outra estrela que também escreveu quadrinhos foi Ethan Hawke. Indicado ao Oscar pela trilogia iniciada em “Antes do Amanhecer” (1995), ele assina “Meadowlark: A Coming-of-Age Crime Story” com Greg Ruth, narrando as fugas de um menino que é açoitado por perigos deflagrados por erros de seu pai. Escreveu ainda o faroeste indigenista “Indeh”.



Ethan Hawk assina o faroeste indigenista ‘Indeh’